**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIVERSITAS – NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES,
INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – HUMANIDADES, DIREITOS E
OUTRAS LEGITIMIDADES**

MÔNICA SOARES BOTELHO PADILHA

**O ATIVISMO ANIMAL EM SÃO PAULO: UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-
ANTROPOLÓGICA DE SUAS PRÁTICAS E SUBJETIVIDADES**

Versão corrigida

**SÃO PAULO
2018**

MÔNICA SOARES BOTELHO PADILHA

**O ATIVISMO ANIMAL EM SÃO PAULO: UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-
ANTROPOLÓGICA DE SUAS PRÁTICAS E SUBJETIVIDADES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas

Orientadora: Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Versão Corrigida

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P123a Padilha, Mônica Soares Botelho
O ativismo animal em São Paulo: Uma interpretação
sócio-anropológica de suas práticas e subjetividades
/ Mônica Soares Botelho Padilha; orientadora Silvana
de Souza Nascimento. - São Paulo, 2018.
277 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Direitos animais. 2. Movimentos sociais
urbanos. 3. Identidade social. 4. Antropologia
urbana. 5. Ativismo animal. I. Nascimento, Silvana
de Souza, orient. II. Título.

MÔNICA SOARES BOTELHO PADILHA

**O ATIVISMO ANIMAL EM SÃO PAULO: UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-
ANTROPOLÓGICA DE SUAS PRÁTICAS E SUBJETIVIDADES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas

Orientadora: Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

Submetido à Banca Examinadora em 18 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento – Diversitas/Depto
Antropologia/FFLCH/USP
Orientadora**

Eliana Franco Neme - FDRP – USP

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani - Dep. Antropologia/FFLCH/USP

Prof^a. Dr^a. Sara Albieri – Dep. História/FFLCH/USP

Prof. Dr. Uirá Felipe Garcia – Dep. Ciências Sociais/EFLCH/UNIFESP

**SÃO PAULO
2018**

Ao Marcos e à July

AGRADECIMENTOS

Quero expressar aqui os meus agradecimentos às pessoas e instituições envolvidas na elaboração desta tese e que colaboraram para a sua realização.

À CAPES por financiar minha pesquisa no Diversitas e meu estágio junto ao Departamento de Antropologia da USP.

Ao Diversitas por ter aceitado meu projeto mesmo sendo um tema estranho à academia.

Aos professores doutores do Diversitas Zilda Iokoi, Luis Guilherme Galeão e Sérgio Bairon, e à prof^a. Dr^a. Marisa Borin, da PUC-SP, pelas sugestões ao projeto de pesquisa.

À prof^a Dr^a Margarida Moura por me apresentar à prof^a Dr^a Silvana de Souza Nascimento, minha orientadora, que pegou o bonde andando e soube salvar todos a bordo. Agradeço à Silvana por seu curso tão valioso que ajudou no desenrolar desta tese e sua orientação tão precisa e democrática, que abriu as portas para um mundo onde eu jamais havia pisado.

À querida prof^a Dr^a Carmen Alvarenga Junqueira, por sua doce acolhida, estímulo e pelas primeiras sugestões ao trabalho.

Aos professores doutores Sara Albieri e Stelio Marras pela colaboração tão preciosa no exame de qualificação.

À Teresa Telles por seu apoio e competência junto à burocracia do Diversitas, me salvando tantas vezes do afogamento iminente.

Aos veterinários Luciano Giovanini e Caroline Godoi Aoki por cuidarem tão bem de meus tutelados e me revelarem os bastidores da “ciência”.

Agradeço minhas amiguinhas, companheiras na vida e na proteção, Luciana Midori, Regiane Blanco, Ludmila e Alexandre Vorobief, Elizabeth Piai, Luzia Carreiro, Celeste Prada, Mara “Natasha Baez”, Glória e ao Eduardo Jonas, o Dudu, que tão cedo se iniciou na proteção e muito me ensinou.

Ao meu amigo ativista Fabio Vicentini, com quem aprendi tanto sobre direitos animais, um exemplo para muitos na proteção, mesmo com suas limitações físicas. Não o conheci pessoalmente, mas conheci sua alma que hoje descansa em paz.

Quero agradecer a tantos outros protetores e amigos veganos que de alguma forma colaboraram com sua experiência como Lais Figueiredo,

Fabyana Fanucchi, Abigail Andrade, Nivea Matsuguma (in memoriam), Alessandra Bona, Aline Bins, Gloria da SAVA, Camila Villar, Frederico Scalzio, Jocimara Rodrigues, Ingrid Cagy, Waldineia Liquer, Marcelo da SVB do DF, Marcus, Peterson Mattos, Paulo Bernardes, Alessandra Ferreira, Giselle Ponciano, Aline e Bruna.

Aos dirigentes das ONGs, Marcos Feo Spalini (Holocausto Animal), Douglas Geovanini (Camaleão) e Karina Somaggio (Santuário dos Bichos) pela corajosa atuação na defesa dos animais e por terem aceitado colaborar com minha tese oferecendo valiosas informações.

À minha grande amiga Solange Silva Sanchez pelos diálogos sociológicos e com a qual aprendi a perseverança nas situações difíceis.

Ao meu pai Luiz, às minhas irmãs Ângela e Patrícia, aos meus sobrinhos Pablo, Poliana e Gabriel, ao Marcos Antônio e à minha prima Nora pelas estimulantes conversas veganas e não veganas.

À minha adorada mãe Lydia que se foi no meio desta tese tornando tudo bem menos envolvente.

Aos amigos que já foram Chiquinha, Tufa, Pitico, Phebo, Pudim, Bilu, Estopa, Lucky, Jamanta, Nina, Gordo, Vavá, Baixinha, Bob, e os que ainda estão comigo Tuty, Leninha, Fanta, Filó, Pop, Miucha, a gata, Zuzu e o gato Mussum, e a Elza, por terem despertado em mim a importância dos direitos das demais espécies.

E quero finalmente agradecer ao meu marido Marcos, não só amigo e companheiro de todas as horas, mas meu professor, dando as pistas metodológicas e cutucadas teóricas com toda sua sabedoria e humildade. A ele dedico esta tese.

*Estava sossegado no quarto em meu leito
lembrando os tristes dias de um sonho já desfeito
e eis que em furacão chegou aos meus ouvidos
lamentos de um cão em uivos e gemidos
Descubro onde está o pobre animal
Nas garras de um vizinho, de um homem bestial!
Protesto, grito, minto: Vizinho, o cão é meu!
Leve-o, diz-me o homem, mas prove que ele é teu!*

*E guarde-o, guarde-o bem, e crê que do contrário
em pedacinhos o faço, ladrão, cão ordinário
Um cão que vem roubar de um sábio a paciência
De um cão, que rouba e come, não tenho mais clemência!*

*Não querendo então passar por mentiroso
tentei levar o cão das garras do maldoso
Mas vejo com espanto que o animal protesta
correndo alegre para o sábio lhe fazendo festa*

*Eu disse então ao sábio: Repara que esse cão
é mais sábio do que tu e dá-te uma lição!
Quem sabe se não está, ó sábio não proteste
encarnada neste cão a alma de teu mestre
Não dê, ó grande sábio, pancada nesse cão
Tal qual esse animal já dei meu coração
Fui cão de uma mulher a quem julgava honesta
Tratou-me como um cão e eu lhe fazia festa!*

Fidelidade

Vicente Celestino

*“Bico calado, muito cuidado, que o homem vem aí.”
Chico Buarque*

RESUMO

Esta tese faz uma análise das lutas, práticas e subjetividades do ativismo animal no estado de São Paulo. Tem como hipótese a existência de várias identidades dentro do movimento, que emergem a partir de práticas e ideologias distintas, formando um grupo heterogêneo, mas visto como homogêneo pelos que estão de fora, e por estes chamados de protetores dos animais. Estes subgrupos são os teóricos, os bem-estaristas, os abolicionistas e as socorristas. A segunda hipótese estabelece que a somatória de todas essas práticas vai consolidando mudanças nas relações de exploração animal aqui denominadas de abolições parciais. A terceira e última hipótese assevera que estas conquistas parciais são equivocadamente identificadas como ações bem-estaristas segundo os seguidores do filósofo Gary Francione, mas deveriam ser denominadas de neo-abolicionistas. Por ter caráter interdisciplinar, a tese recorre às teorias sociológicas dos novos movimentos sociais e as teorias antropológicas sobre as novas relações entre animais humanos e não humanos ou interespécies, vista sob um viés metodológico “de perto e de dentro” próprio do seu caráter de pesquisa participante.

Palavras-Chave: Ativismo animal. Movimentos sociais. Abolicionismo. Ideologia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the struggles, practices and subjectivities of animal activism in the state of São Paulo. It has as hypothesis the existence of several identities within the movement, which emerge from distinct practices and ideologies, forming a heterogeneous group, but seen as homogeneous by those who are outside, and by these so-called animal rescues. These subgroups are theorists, welfarists, abolitionists, and animal rescuers. The second hypothesis states that the sum of all these practices will consolidate changes in the relationships of animal exploitation here called partial abolitions. The third and final hypothesis asserts that these partial conquests are mistakenly identified as welfarists actions according to the followers of the philosopher Gary Francione, but should be termed neo-abolitionists. Because of its interdisciplinary nature, the thesis uses the sociological theories of the new social movements and the anthropological theories about the new relations between human and nonhuman animals or interspecies, seen under a methodological bias "of near and within" proper to its character of research participant.

Keywords: Animal activism; Social movements; Abolitionism, Ideology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Ativistas invadem Instituto Royal em 2013.....	61
Imagem 2 - Feira de produtos veganos em São Paulo.....	184
Imagem 3 - Leões resgatados no Santuário Rancho dos Gnomos.....	194
Imagem 4 - Participantes do Vegfest 2017 da SVB.....	198
Imagem 5 - Porcas resgatadas de acidente descansam ao lado de ativista no Santuário dos Bichos.....	199
Imagem 6 - Ativistas da ONG Camaleão fazem protesto pelo veganismo.....	203
Imagem 7- Ativistas do Holocausto Animal protestam contra a Indústria de Peles.....	205
Imagem 8 - Dez mil protestam contra os maus tratos a animais na Avenida Paulista.....	218
Imagem 9 - Protesto de ativistas em São Paulo contra o CCZ.....	219
Imagem 10 - Feira de doação de cães e gatos no Ipiranga.....	222
Imagem 11 - Mutirão de vacina em abrigo de grupo de protetoras....	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de animais necessários para a confecção de um casaco de pele, por espécies.....	49
Tabela 2 - População de pets (milhões)	94
Tabela 3 - Mercado Pet no Brasil.....	95
Tabela 4 - Mercado mundial de produtos Pet – 2016.....	96
Tabela 5 - População de vegetarianos no Brasil em cidades selecionadas	185
Tabela 6 - ONGs de proteção animal no Brasil em regiões selecionadas	192

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Metodologia.....	20
1.2 Hipóteses	21
2 RELAÇÃO HUMANOS E NÃO HUMANOS.....	29
2.1 Relação de companheirismo e construção mútua.....	33
2.2 Relações de exploração e as lutas dos ativistas	41
2.2.1 Extração de bile.....	45
2.2.2 Esfolamento de peles	46
2.2.3 Matadouros	51
2.2.3.1 Galinhas poedeiras.....	53
2.2.4 Exploração de vacas leiteiras	55
2.2.5 Vivissecção	56
2.2.5.1 Métodos alternativos	64
2.2.6 Tradição e entretenimento.....	65
2.2.6.1 Rituais religiosos	67
2.2.6.2 Rodeios, Farra do boi, Touradas e Vaquejadas	68
2.2.6.3 Circos	75
2.2.6.4 Caça e pesca esportivas	77
2.2.7 Animais de tração.....	80
2.2.7.1 Carroças em São Paulo	83
2.2.8 Zoológicos	84
2.2.8.1 Habeas Corpus para animais	86
2.2.9 Tráfico de Animais Silvestres	88
2.2.10 Gaiolas de pássaros.....	89
2.2.11 Montaria em cavalos	90
2.2.12. Rinhas	93
2.2.13 Indústria Pet	94
2.2.14 Eutanásia nos CCZs.....	99
2.2.15 Cães de guarda, resgate e guias	101
2.3 As contradições da legislação animal.....	103
2.3.1 Legislação no nível Federal.....	104
2.3.2 A legislação de proteção animal em São Paulo	116
2.3.3 Leis municipais.....	123
2.3.4 Balanço	128

3 O ATIVISMO ANIMALISTA NAS TEORIAS SOCIOLOGICAS E ANTROPOLÓGICAS.....	131
3.1 Divergências do ativismo animal com os movimentos ambientalistas	139
3.1.1 Devastação ambiental na alimentação do gado	141
3.2 O ativismo animal e seus SUBGRUPOS.....	143
3.2.1 Os teóricos	144
3.2.1.1 O utilitarismo de Peter Singer.....	145
3.2.1.2 As posições de Regan e Francione.....	146
3.2.1.3 O abolicionismo parcial: uma crítica a Francione	148
3.2.2 Os bem-estaristas	173
3.2.3 Os veganos (ativismo abolicionista)	176
3.2.3.1 Consumo politizado	181
3.2.3.2 Os espaços dos veganos	183
3.2.4 ONGs	192
3.2.4.1 - Rancho dos Gnomos.....	193
3.2.4.2 - SVB	196
3.2.4.3 - Santuário dos Bichos	198
3.2.4.4 - Camaleão	201
3.2.4.5 - Holocausto Animal	204
3.2.4.6 - Arca.....	207
3.2.5 As socorristas.....	210
3.2.5.1 As feiras como “pedaços”	220
3.2.5.2 Os “circuitos” das socorristas	226
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS.....	235
APÊNDICE A - Entrevistas.....	247

1 INTRODUÇÃO

O ativismo animal questiona a relação entre homens e animais e propõe uma nova, colocando em xeque vários aspectos da nossa cultura ocidental. Ele é um movimento social que atua muitas vezes em conjunto ou em pequenos grupos internos. Em termos ideológicos, este ativismo condena o antropocentrismo/especismo que coloca o homem como o centro do universo e hierarquicamente superior às demais espécies da Natureza. O que une as pessoas ativistas em torno da causa é a preocupação com o sofrimento animal e como a nossa sociedade explora os animais para vários fins. Inevitavelmente, elas entram em choque com valores tradicionais, que envolvem práticas com animais no âmbito da alimentação, religião, esportes, transportes, costumes ligados ao consumo, etc.

O movimento tem várias designações: proteção animal, ativismo animal ou animalista, defesa animal, movimento pelos direitos animais, sempre de maneira bastante genérica. Esta tese se utilizará de todos eles. Somente o termo defensores pelos direitos animais é que merece ser utilizado de forma específica, porque trata-se de um subgrupo dentro do movimento.

A defesa dos animais como ações coletivas organizadas são experiências recentes. Todavia, não foram poucos os indivíduos, ao longo da história, que mostraram a defesa dos animais em ações localizadas, desde o filósofo Pitágoras (570 a.C.), que defendia o vegetarianismo, passando por algumas religiões orientais (hindus, budistas), que respeitavam a vida dos animais, fato conhecido no século XII por viajantes (THOMAS, 1983). Ainda hoje, ações individuais persistem simultaneamente ao processo crescente de organizações e estratégias de luta coletivas pelos direitos animais.

De acordo com dados levantados por David Favre, (2006), apesar de existirem várias leis em defesa dos animais, o movimento social pela defesa dos animais se faz necessário. Para o autor, o movimento tem o papel de fazer valer a legislação existente que coíbe ações de maus tratos. Por outro lado, em relação à legislação que apenas regulamenta a exploração animal, o movimento deve atuar no sentido de deslegitimá-la.

As ações mais contundentes dos defensores dos animais tiveram início na década de 1950, nos Estados Unidos. Mas foi com o livro *Libertação Animal*, de Peter Singer, em 1975, que o movimento ganhou respaldo intelectual.

Na década de 1980 surgiram várias ONGs de defesa animal, a principal delas PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*), fundada em 1980, com sede nos EUA e conta atualmente com cerca de dois milhões de ativistas. A forte emergência do ativismo animal norte americano levou a uma grande mobilização, que resultou na caminhada pelos animais, realizada em Washington, em 1990, com a participação de 10 mil pessoas, que marcharam da Casa Branca até o prédio do Congresso Nacional.

A marcha gerou um grande apoio dos estudantes de Direito que passaram a exigir das faculdades a oferta de cursos sobre direitos dos animais. Ainda na década de 90, a Faculdade de Direito da Universidade de Harvard passou a oferecer o primeiro curso sobre direitos dos animais. Em 2005, 67 faculdades norte americanas passaram a oferecer o curso, atendendo uma demanda estudantil crescente.

No Brasil, a modernização da legislação de proteção animal se deve ao terceiro setor. A primeira entidade de defesa animal fora do âmbito do Estado foi a União Internacional de Proteção aos Animais (UIPA), criada em 1895, que se baseava em normas europeias.

A instituição foi criada a partir da denúncia do suíço Henri Ruegger, feita em 1893, ao *Diário Popular*, relatando os castigos físicos pelos quais passava um cavalo em São Paulo¹. Funcionários do jornal passaram a escrever matérias sobre o tema, dado que ainda não havia qualquer instituição que protegesse os animais dos maus tratos.

De acordo com Natascha Ostos², a UIPA era composta por membros da elite paulista e teve como um dos seus fundadores o engenheiro Ignácio Wallace da Gama Cochrane, que também atuou na criação, em 1903, do Instituto Pasteur, em São Paulo, pioneiro no combate à raiva.

¹ Nascimento, Douglas, *UIPA e a história da proteção animal em São Paulo*, 2015, São Paulo Antiga, disponível em <http://www.saopauloantiga.com.br/uipa/>, consultado em 2017.

² Ostos, Natascha Stefania Carvalho de. *A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica*, *Ciência e Cultura*, vol.69 no.2 São Paulo Abr./Jun. 2017, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000200018>>, consultado em: 2017.

Em 1899, a Uipa conseguiu junto à prefeitura a criação de locais para abrigar os animais apreendidos e destinar os chamados “cães vagabundos”, para os novos depósitos que seriam geridos pela entidade, evitando as mortes por envenenamento feitas no próprio local onde se encontrava o animal.³ A entidade também foi pioneira com o hospital veterinário e ainda editava um periódico mensal “Zoophilo Paulista”, que tratava da proteção animal no meio internacional e relatava os acidentes com animais causados pelos bondes e automóveis.

A UIPA também conseguiu acabar com as touradas que eram realizadas na Praça da República já no início do século XX. Em 1932, uma dissidência da entidade criou a Sociedade Paulista Protetora dos Animais.

A localização da UIPA era na região onde hoje está o Parque do Ibirapuera, em São Paulo, onde mantinham os abrigos e estábulos para outros animais recolhidos. Também lá chegou a construir um cemitério para cães, mas o então prefeito Figueiredo Ferraz transferiu a UIPA para a Marginal Tietê e o cemitério foi destruído. A entidade permanece neste local ainda hoje e mantém vários cães e gatos sob sua proteção com a ajuda de doadores.

No Rio de Janeiro, em 1907, foi criada a Sociedade Brasileira Protetora dos Animais e em 1930, a Sociedade União Infantil Protetora dos Animais (SUIPA), também no Rio. A SUIPA resgatava e atendia cães doentes e o trabalho era feito pelos filhos dos fundadores. Em 1943, passou a chamar-se Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, que tinha como associados intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Paschoal Magno e Rachel de Queiroz.⁴ A entidade promovia a causa animal por meio da educação infantil mediante a publicação da revista “Amigo dos Animais”, que trazia fotos de crianças com animais de estimação e realizava concursos culturais com redações que deveriam focar a importância e o respeito aos animais.

³ Nascimento, Douglas, UIPA e a história da proteção animal em São Paulo, 2015, São Paulo Antiga, disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/uipa/>>, consultado em: 2017.

⁴ Fonte: SUIPA, disponível em <<http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=suipa.asp>>, consultado em: 2017.

Tanto a UIPA quanto a SUIPA recebiam denúncias de maus tratos que eram encaminhadas às autoridades e prestavam socorro em casos de acidentes com animais.

O Quintal de São Francisco, criado em 1957 pela arpista Lêda Guimarães Natal, foi outra entidade importante de amparo animal. Até 2007 contava com 330 animais recolhidos. A entidade sempre dependeu de doações que passaram a escassear. Com isso, o Quintal se programou para encerrar as atividades até 2010, doando todos os animais, o que não se efetivou até 2017. Na década de 1970 várias outras entidades foram criadas voltadas para a defesa dos animais, principalmente os domésticos.

Em 1983, foi criada a Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal (LPCA), voltada para a modernização da legislação ambiental⁵. A entidade lutou para modificar a legislação que previa a criminalização daqueles que praticavam atentados contra animais, sendo que até então os maus tratos eram tratados como contravenções.

Na Assembleia Constituinte de 1988, a LPCA, a União dos Defensores da Terra (OIKOS) e a Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis (APASFA), criada em 1982, foram atuantes para se incluir a proteção animal na Constituição Federal.⁶

Já nos anos 2000, a Universidade Federal da Bahia foi a primeira a oferecer um curso de pós-graduação em Direito Animal. O mesmo estado sedia o Instituto Abolicionista Animal, entidade sem fins lucrativos, voltada para a defesa dos animais. É responsável pela edição da primeira Revista de Direito Animal, em formato eletrônico, fundada em 2006, de caráter interdisciplinar, com artigos nacionais e internacionais. A entidade promove seminários e os professores colaboram na elaboração de artigos sobre o tema.

A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo criou uma comissão de defesa animal para acompanhar e prestar assessoria nos casos de maus-tratos aos animais, seguida por vários estados. A Comissão orienta a sociedade em relação aos direitos animais e sua legislação, recebe denúncias de maus tratos, dá sequência a investigações, promove seminários sobre o tema,

⁵ Dias, Edna Cardoso, A Defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil, Revista Brasileira de Direito Animal, V.2, n.2, 2007.

⁶ Ibidem.

acompanha as votações no poder legislativo referente a matérias a serem aprovadas em prol ou contra os animais. Assim, a inserção de instituições sérias na teorização e prática da causa animal oficializa a importância do tema na sociedade contemporânea.

A principal motivação para escrever esta tese foi minha participação como integrante da proteção animal em São Paulo há exatos treze anos, de 2004 a 2017. A partir de 2010 passei a elaborar de forma conceitual a minha prática imersa em relações sociais dentro do movimento. Participei primeiro como socorrista, em seguida como ativista e por último como pretensa “teórica”, momento em que decidi escrever e refletir sobre minha experiência e aprofundar a pesquisa sobre o tema escrevendo minha tese de doutorado, aproveitando minha especialização em Sociologia Política.

Todavia, as Ciências Sociais ainda manifestam certa resistência em relação à temática sobre os Direitos dos Animais, diante das poucas ou quase inexistentes pesquisas e dados sobre o assunto neste ramo da ciência. As teorias mais avançadas sobre os direitos animais encontram-se no Direito, na Filosofia e Antropologia. Deste modo, houve uma segunda motivação, que seria uma forma de contribuir teoricamente estendendo-se a temática sobre os direitos animais à Sociologia.

A tese que se defende neste trabalho perpassa por duas problemáticas teóricas:

- - um diálogo com as teorias sociológicas de movimentos sociais e teorias antropológicas em termos das novas identidades criadas numa sociedade que se transforma em função do atual processo de globalização e cria novas formas de enfrentar esse processo de homogeneização dos indivíduos; e
- - um diálogo com os teóricos do próprio movimento animal, que condenam a adesão de ativistas a medidas reformistas, que consideram prejudicar a luta em prol dos não humanos. Para entender essa crítica é preciso adentrar nas principais correntes do movimento e suas teses. Embora pareçam estanques e muito bem delimitadas, será percebido o quão estão imbricadas e os ativistas acabam mesclando as duas linhas.

As duas vertentes teóricas do movimento de defesa dos animais surgiram a partir das reflexões teóricas de pensadores de diferentes áreas que

se dispuseram a tratar eticamente da questão animal. São elas: a “bem-estarista” e “abolicionista”. Teoricamente, os defensores da primeira corrente defendem o fim dos maus tratos aos animais, mas não rejeitam sua utilização para uso humano. Deste modo, os adeptos da corrente bem-estarista não veem problema em utilizar animais para a alimentação, vestimenta, experiências científicas, transporte, entretenimento e muitas outras formas de usos, desde que não sofram desnecessariamente, defendendo inclusive o “abate humanitário”.

Além de ser uma corrente filosófica, o bem-estarismo também existe como modalidade legal, uma vez que os governos anunciam medidas voltadas para proteger os animais de maus tratos, sem, no entanto, suprimir as práticas de exploração animal. Consequentemente, as empresas e instituições de exploração animal, para atender às exigências da lei, garantem teoricamente que o manejo de animais ocorra de forma respeitosa e sem sofrimento.

No entanto, ativistas infiltrados nessas empresas mostram em blogs e sites, fatos, fotos e vídeos, exatamente o contrário. O que se constata são ações extremamente violentas, tanto nos processos produtivos, quanto fora deles nas ruas.

Por isso, as medidas “humanitárias” que visam diminuir o sofrimento animal também são uma resposta dos grandes exploradores de animais à insurgência dos defensores dos animais que condenam essas práticas. Por esta razão, alguns teóricos do movimento de libertação animal não incluem a corrente bem-estarista dentro do movimento animalista, uma vez que entre os maiores apoiadores dessas medidas bem-estaristas encontram-se os próprios algozes dos animais.

Para os abolicionistas, mesmo frente aos “esforços” bem-estaristas, a maioria das medidas humanitárias não são colocadas em prática, haja vista as centenas de fotos publicadas com animais para o abate em situações miseráveis, espremidos em locais de superlotação.

Sem falar nos experimentos amplamente divulgados por revistas de ciência ou pela própria mídia com pesquisas de resultados incertos em que animais são utilizados como meros objetos. Mesmo que aplicadas, são, em sua maioria, medidas que apenas atenuam o sofrimento, como no processo de abate, que em vez de se matar o boi a pauladas ele sofre um choque elétrico

para evitar o impacto da morte. Portanto, não parece ser algo muito diferente do que o costumeiro.

A grande relação dialética que se coloca entre estas correntes põe, de um lado, o foco no sofrimento individual dos animais explorados, propondo medidas que aliviem seu sofrimento no dia a dia, mesmo admitindo a continuidade dessa exploração, e, de outro, a centralização das ações na libertação da espécie, o que implica recusar pequenas melhorias nas condições de vida dos animais de cativeiro.

1.1 METODOLOGIA

O ativismo animal é um movimento extremamente complexo porque não se situa em apenas uma localidade, mas está disseminado pelo mundo em ações diversificadas. Neste trabalho, o recorte será o Estado de São Paulo no tocante a minha experiência como ativista na capital, às entrevistas com os ativistas da causa em cidades paulistas e também da cidade de São Paulo, bem como às práticas e perfis das ONGs selecionadas. No caso da ONG Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), alguns membros residem fora do estado, mas seguem as diretrizes da matriz da SVB em São Paulo.

É importante notar que o Estado de São Paulo é bastante representativo em relação à defesa animal, sendo a região que mais possui ONGS de proteção animal e tem sido bastante atuante no campo legislativo e no ativismo de rua. Contudo, nem sempre o Estado foi pioneiro. Há iniciativas e decisões dos protetores bastante significativas realizadas em alguns estados, apontando para uma descontinuidade nas conquistas em prol dos animais.

Dentre essas diversas ONGs, foi feito um recorte levando em conta sua importância dentro da militância observada nas redes sociais, como sua aceitação e visibilidade na mídia. Ademais, preocupou-se em atentar para a representatividade das esferas de atuação, como ativistas ligados ao resgate e doação de cães e gatos e de atuação bem-estarista (Arca), ONGs de ativismo abolicionista e conscientização (Camaleão e Holocausto Animal), ONGs ligadas à difusão do vegetarianismo e veganismo (Sociedade Vegetariana

Brasileira- SVB), e ONGs ligadas à defesa e resgate de animais silvestres (Rancho dos Gnomos Santuário dos Bichos), para que as várias facetas da defesa dos animais estivessem presentes nas falas dos entrevistados.

1.2 HIPÓTESES

A principal pergunta que este trabalho buscou responder é como diante de uma vasta fragmentação pragmática e ideológica no ativismo animal a causa animal vem conhecendo avanços significativos sob a perspectiva dos ativistas e recebido uma maior visibilidade na sociedade. No início dos estudos do movimento, essa divisão parecia ser um empecilho para o avanço das conquistas dos direitos animais e a indagação que surgiu era o que os unia. Partindo desse questionamento a hipótese que se lançou foi que o movimento de defesa animal, ainda que sob acentuada diversificação interna, possui uma identidade comum que garante uma homogeneidade mínima para que a luta logre êxito. A partir da constatação desse fato a pesquisa foi direcionada na procura de um “mínimo múltiplo comum” que seria ser contra os maus tratos ou a preocupação com a dor dos animais.

Contudo, presenciei muitos conflitos ideológicos que resultavam em muitas divisões e denúncias públicas. Até mesmo o significado de maus tratos não era consensual, na medida em que parte do movimento não estendia sua preocupação para com todas as espécies animais.

Surpreendentemente, os primeiros dados levantados e analisados não mostraram um consenso mínimo, mas o oposto: o movimento se caracteriza por pequenas identidades grupais que se alinham em práticas diversas, abrangendo várias facetas da exploração animal em nossa sociedade. Assim e somente assim vem sendo possível viabilizar o progresso da luta, uma vez que tentar unir as diversidades internas do movimento em uma só ideologia e prática parece ser impossível.

Sob essa nova perspectiva, a sociologia passou a não dar conta dessa dupla caracterização do movimento, ou seja:

- 1- Como movimento social visto pela sociedade como homogêneo que pratica um enfrentamento contra as práticas capitalistas de exploração animal e exigindo do Estado a efetivação da legislação de proteção animal e a criação de novas leis e;
- 2- Como movimento fragmentado em pequenos grupos com ações específicas e locais e com identidades próprias. Nesse sentido, a experiência e a pesquisa se entrelaçaram oferecendo novos caminhos a serem percorridos na antropologia. Fez-se necessário um levantamento etnográfico de cada pequeno grupo de ativistas pertencente ao movimento.

Da pesquisa etnográfica inferiram-se quatro grandes grupos com práticas e identidades comuns. São eles:

- Teóricos, que norteiam as ações e os posicionamentos dos ativistas,
- Bem-estaristas, que aceitam a exploração animal desde que não passem por situações de dor e sofrimento;
- Os veganos abolicionistas que balizam suas ações a partir desses teóricos e atuam diretamente nas ONGs animalistas ou em boicotes de produtos de origem animal, e por fim,
- As socorristas, ativistas que em sua maioria desconhece a teorização do movimento, mas atua diretamente no resgate de animais abandonados ou sob maus tratos, sobretudo cães e gatos.

Embora os bem-estaristas façam parte do movimento propondo medidas que aliviam o sofrimento animal sem reconhecer seus direitos, não serão analisados profundamente porque não houve entre os entrevistados um universo considerável de bem-estaristas e a ONG bem-earista Arca aceitou participar da pesquisa, mas recuou posteriormente, não havendo tempo hábil para substituí-la.

Diante dessas divisões e divergências de ações, a primeira hipótese não se sustentou mais, pois, esse mínimo múltiplo comum não existe. A hipótese

que se lançou então é que o movimento é heterogêneo, com sub-grupos e por isso as lutas não são todas voltadas para a libertação de todos os animais num tempo só, redundando num impasse utópico, mas são disseminadas e pontuais, por isso, as conquistas também o são. Em outras palavras, a hipótese definitiva defende que hoje o ativismo animal é fragmentado e obtém mudanças também resultando num abolicionismo parcial dos animais. A ação de um grupo em um dado local contra uma determinada exploração e que consegue modificar esta prática resulta na libertação daqueles animais ou espécies envolvidas e contribuem, ainda que de maneira limitada, para a causa animal como um todo. A somatória de todas essas pequenas lutas vêm transformando o cotidiano de maus tratos dos animais, não sob uma perspectiva bem-estarista, mas de libertação efetiva. É isso que se entende por abolicionismo parcial.

Esses abolicionismos parciais, portanto, vêm sendo praticado de forma fragmentada pelos membros engajados em lutas específicas, cada qual envolvido com o que mais se lhe apresentou injusto. Essa prática resulta na abolição de um animal ou de um grupo de animais que estarão livres da exploração naquele lugar, representando apenas alguns indivíduos de uma dada espécie não humana.

Paralelamente a essa prática, abolicionistas têm colaborado para a implementação de medidas que atenuam o sofrimento animal, ainda que com caráter bem-estarista. Essa é a segunda hipótese desta tese: ativistas abolicionistas que apoiam temporariamente medidas bem-estaristas de alívio ao sofrimento animal, sem abandonar as lutas que visam a libertação de todas as espécies não podem ser denominados de “neo-bem-estaristas”, mas sim de “neo-abolicionistas”, conforme será visto no capítulo sobre os teóricos.

Essa parcela do ativismo não abandona o abolicionismo parcial do dia a dia, a libertação como luta final, mas apoia reivindicações que levem a uma minimização do sofrimento dos animais em determinadas situações. Essa é a tendência crescente dentro do ativismo animalista, não só como ideologia, mas como prática que pode ser constatada nas falas dos ativistas e pela mídia ativista que noticia cada pequeno ganho parcialmente abolicionista.

Toda descrição sobre as práticas e subjetividades desses ativistas resulta de uma pesquisa participante, quando a pesquisadora de fato pertence

ao grupo e fará a coleta como observadora ativa, mas pautada por uma certa objetividade, dado que muitas situações e práticas eram por mim questionadas e nem geralmente muito bem-vindas pelos membros. Esse questionamento recorrente surgiu a partir de um olhar distanciado que inevitavelmente está presente nesta pesquisadora.

Teresa Haguette (2011), recorrendo a Morris e Charlotte Schwartz, sugere que na observação participante há o pesquisador com papel passivo, que interage com os observados o mínimo possível, e o pesquisador, que para obter dados de maior riqueza, atua no sentido de interferir no ambiente pesquisado.

Segundo Haguette, estes autores não consideram objetividade e intervenção incompatíveis. “Ao contrário, a natureza e qualidade dos dados se aperfeiçoam quando o pesquisador desempenha um papel ativo na modificação de certas condições do meio, em benefício dos observados” (HAGUETTE, 2011, p.74).

Gilberto Velho considera impossível que resultados de uma pesquisa sejam totalmente imparciais ou neutros. O que não quer dizer que a pesquisa científica esteja comprometida. A seu ver, a realidade “sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada”. (VELHO, 1981, p.129) Por isso, uma análise antropológica deve ser entendida como uma “objetividade relativa”.

Para Velho, quando um pesquisador analisa uma sociedade exótica, o estranhamento é maior do que quando estuda sua própria sociedade, podendo perder de vista aspectos que para ele parecem ser inexpressivos. Por isso, concede valor a experiências e vivências de pessoas que não pertencem ao mundo científico, mas que produzem conhecimento relevante, como artistas, escritores e jornalistas, o que resulta dizer que a interpretação investigativa do pesquisador é apenas mais uma versão somada a estas.

Todavia, esse conhecimento produzido pelos não “autorizados” passa pelo viés do pesquisador, sendo talvez reinterpretado e adaptado aos requisitos científicos.

Como nos ensina Magnani, há um estranhamento por parte do pesquisador em relação ao objeto proveniente de sua cultura de origem, diversa do outro, que é seu objeto. O pesquisador percebe e descreve o

significado dado pelo seu entrevistado a partir de seus termos, “de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores” (MAGNANI, 2002, p. 16).

Portanto, o estranhamento ocorre ainda que a pesquisa tenha em vista a própria sociedade do investigador, porque ele possui um arsenal teórico que o distingue dos demais observadores.

No que tange ao método investigativo a pesquisa participante foi desenvolvida de 2004 a 2013. Essa experiência de nove anos junto à proteção com um grupo de socorristas foi em parte baseada na memória e daí uma readequação aos objetivos da pesquisa. Os outros seis anos foram mais voltados para um ativismo de rua, ou via internet em ações programadas, mas sem vínculo com qualquer ONG.

Para complementar a pesquisa participante, foram realizadas vinte e oito entrevistas com socorristas desse grupo que atuei, ativistas veganos e membros de ONGs de São Paulo entre 2016 e 2017. Os nomes que aparecem são fictícios para manter o anonimato dos interlocutores. Desses vinte e oito, dezenove são veganos e nove são socorristas. Entre os dezenove veganos, dez são ativistas das cinco ONGs escolhidas para a pesquisa: Rancho dos Gnomos e Santuários dos Bichos, que resgatam animais silvestres e de grande porte que não podem mais voltar ao seu habitat, Sociedade Brasileira Vegetariana (SVB), voltada para campanhas em prol do vegetarianismo e veganismo, Camaleão, que promove atos e protestos na região do Vale do Ribeira, em situações de evidentes maus tratos, além de campanhas educacionais sobre ativismo animal, o Holocausto Animal, que se caracteriza mais pelas denúncias de exploração e veicula informações e imagens dos animais nessas condições, e a Arca, mais centrada em atividades em prol dos animais domésticos e controle ético da população de cães e gatos.

Num primeiro contato, a pesquisa buscou apreender o conceito de proteção animal para esses ativistas, ou melhor, como eles próprios se veem no processo de luta, qual a noção que têm da causa e do ativismo como um todo, com suas divisões pragmáticas e teóricas, como as reais divergências entre as correntes bem-estaristas e abolicionistas.

Os depoimentos e postagens dos mesmos nas redes sociais foram necessários para confrontar as subjetividades ali explicitadas com as ditas

oficialmente, pois nem sempre os entrevistados se sentem à vontade para expor seus pensamentos de fato.

Esses dados foram coletados entre 2014 e 2017. As escritas foram obtidas em páginas coletivas do Facebook, em comunidades voltadas para a temática animal e veganismo, como “Cachorreiras”, “Gateiras”, “Ogros Veganos”, “Odeio Rodeio”, “Desmanipulacion Vegana”, Ética Animal, além de conversas entre conhecidos e amigos meus de Facebook, socorristas e veganos, discutindo sobre temas polêmicos, referentes ao veganismo, à legislação sobre maus tratos a animais, exploração animal, e também assuntos que escapam à causa, como direitos humanos, políticas públicas adotadas pelos governos municipal, estadual e federal, ligadas à educação, saúde, segurança pública e corrupção. As polêmicas sempre surgem a partir do compartilhamento de postagens ou vídeos que trazem as questões acima para a discussão comum. Foram levados em conta os significados que cada ativista deu ao movimento de proteção, e para tanto, uma pesquisa quantitativa poderia perder de vista tais riquezas na fala do entrevistado.

Para compreender esta pesquisa qualitativa e o universo dos entrevistados foi preciso adentrar nas teorias que tratam da relação interespecies homens animais, temática tratada no primeiro capítulo desta tese. Essa relação é abordada sob as recentes teorias antropológicas que veem uma relação intersubjetiva construtiva de aceitação mútua e companheirismo, não mais como duas espécies em oposição, opondo cultura e natureza.

A Antropologia se antecipou à Sociologia ao adentrar nas discussões acerca das relações interespecies, sobretudo nas relações entre humanos e não humanos. Ela dá pistas sobre como ambas as espécies vão se definindo e transformando uma a outra desde sempre e na contemporaneidade nos espaços urbanos e domésticos. Porém, a concepção antropológica se concentra em relações teoricamente “companheiras” (Haraway, 2010).

Num segundo momento, ainda dentro do primeiro capítulo, analisa-se esta relação entre humanos e animais que estão sob condições de exploração dos primeiros, reforçando a ideologia antropocêntrica e especista, que centra a superioridade humana sobre as demais espécies, tratando os não humanos como objetos dos humanos. As situações de exploração e maus tratos mundiais e em São Paulo são apresentadas em detalhes. São elas a

vivisseção, onde os animais passam por cirurgias "pedagógicas", mesmo vivos, o testes de produtos tóxicos aplicados em grandes quantidades, os confinamentos nos matadouros, as carroças, onde os animais trabalham em excesso com grandes cargas, as atividades de entretenimento que incluem os zoológicos, circos e rodeios e rinhas, quando os animais ficam fora de seu habitat, são obrigados a realizar práticas forçadas e violentas e em situação de isolamento.

É contra esta relação que se centram os ativistas. Os ativistas mantêm uma relação de empatia para com os não humanos, defendendo-os daqueles que abusam do antropocentrismo explorando as demais espécies. Esse ativismo é praticado nos espaços urbanos criados para defender os animais e criar relações sociais antes consideradas comunitárias. Na sequência do mesmo capítulo segue a legislação animal no Brasil e em São Paulo e algumas mudanças recentes, as quais os ativistas têm de lidar tanto no sentido de derrubar as contradições, quanto de colocar em prática as leis já existentes.

As teorias sociológicas que veem o ativismo animal como movimento social homogêneo em oposição às grandes corporações são apresentadas no Capítulo 3. Ainda sob este capítulo, analisa-se a emergência de novas subjetividades dentro do movimento animal, explicadas a partir de teorias antropológicas. Essas subjetividades dividem o movimento em grupo menores, nos quais os membros se unem em práticas específicas na defesa dos animais.

Fez-se necessária uma distinção entre os movimentos ambientalista e o de direitos animais, na primeira parte do capítulo 3. Há um esclarecimento sobre os dois ativismos que equivocadamente são compreendidos como um só, dado que a defesa animal tem como característica fundamental a empatia pelos animais ao lutar pelos direitos de outros e não os de si próprios.

Ainda no capítulo 3 apresentam-se os grupos integrantes do movimento animal, que se subdividiram tendo em vista uma identidade comum oriunda diretamente de suas escolhas ao praticar a defesa animal. São eles os teóricos, os bem-estaristas, os veganos e as socorristas conforme citação acima.

Na análise dos principais teóricos mundiais do movimento, os filósofos Peter Singer (australiano), Tom Regan e Gary Francione (ambos norte-

americanos), serão relatadas as principais teses e conceitos da defesa animal e a divisão do grupo entre abolicionistas - que não aceitam a utilização dos animais para nenhum fim - e bem-estaristas, que aceitam sua utilização pela humanidade, desde que não haja sofrimento animal.

No mesmo capítulo há a caracterização dos ativistas veganos, a partir de suas ações e seu ideário em postagens no Facebook e pelas entrevistas realizadas com ativistas de ONGs e independentes.

Por último, discute-se a teorização do pensamento e das práticas das socorristas, que tem o objetivo de evidenciar a sua participação no movimento de forma legítima. Seu ideário e práticas diárias são mostrados a partir de uma convivência de anos com as socorristas, além de entrevistas coletadas e suas falas nas redes sociais.

Sob a perspectiva antropológica de Magnani, ver-se-ão as categorias de pedaço e de circuito dos veganos e das socorristas, a partir dos seus usos nos espaços urbanos. Os dois grupos criaram espaços distintos de atuação, que garantem trocas simbólicas e valores comuns que sustentam uma identidade no meio urbano. Os veganos têm como “pedaço” as ONGs, que serão descritas em detalhes no mesmo capítulo 3. As feiras de doação de cães e gatos são o “pedaço” de identidade das socorristas, onde elas compartilham suas experiências e vivenciam uma relação com os animais resgatados.

Na conclusão, defende-se a tese do “abolicionismo parcial”, que vem sendo praticado pelos animalistas. A libertação parcial dos animais vem sendo conquistada pelos ativistas, por isso, esse conceito emana da própria prática.

Deste modo, as mudanças só podem se dar no plano parcial, porque as ações são disseminadas e vão sendo realizadas em etapas e pontuais, libertando algumas espécies em situações bem definidas, enquanto outras ainda permanecem sob exploração.

2 RELAÇÃO HUMANOS E NÃO HUMANOS

Certas teorias clássicas filosóficas, sociológicas e antropológicas trabalham com a oposição entre os conceitos Homem versus Natureza, ou Homem versus Animal ou ainda Cultura versus Natureza. Essa perspectiva sugere a ideia de que o ser humano se diferencia dos animais justamente por criar cultura, ter a capacidade de herdar e transmitir conhecimento para outras gerações. Desta forma, o homem já nasce inserido em uma sociedade e não é possível avaliar como seria sua vida em estado de natureza. Essa definição seria a forma de diferenciar os humanos dos animais, que não conseguem criar cultura e transmiti-la para seus sucessores naturais. O ser humano teria ainda a capacidade da razão, diferente dos animais que teriam apenas o instinto como categoria orientadora da ação.

O filósofo grego Aristóteles, do século IV a.C., em *A Política*, já manifestava a elevação do ser humano sobre o animal, por ter o dom das palavras e os animais apenas os sentimentos. Essa visão de superioridade conferia ao homem o direito de dominar os animais.

No século XVII, o filósofo francês Rene Descartes, com seu racionalismo, intensificou a separação entre Homem e Natureza, tornando o ser humano o centro do Universo. O filósofo inglês Thomas Hobbes e o seu *Leviatã*, exclui os animais do Contrato Social no século XVII⁷, selando de vez a oposição homens e animais, como se os primeiros não pertencessem à natureza.

Entre o final do século XIX e o início do XX, a sociedade Ocidental, incluindo o Brasil, foi marcada por esse distanciamento entre humanos e não humanos na relação entre humanos e animais. Nesse período, a cidade de São Paulo primava pela eliminação e remoção de certas espécies animais⁸, sendo substituída hoje pela noção de posse responsável, mantendo-se a necessidade de retirá-los das ruas.

⁷ Dias, Edna Cardoso, *Idem*, *ibidem*.

⁸ Osório, Andréa, *A cidade e os animais: da modernização à posse responsável*, *Teoria e Sociedade*, nº 21.1 - janeiro-junho de 2013.

No final do século XIX, os animais de tração eram protegidos pela legislação vigente contra maus tratos, uma vez que eram “trabalhadores”, não tendo a mesma sorte os cães abandonados nas ruas, que eram considerados vagabundos. Por isso eram mortos com bolas de veneno, medida atenuada em 1873, que permitiu que cães de raça mansos poderiam ficar nas ruas, os demais seriam sacrificados ou encaminhados para pesquisas científicas como cobaias.

De acordo com Aprobato Filho ⁹, o processo de modernização da cidade passou pela necessidade de se expulsar animais que estavam inseridos nas atividades rotineiras da cidade.

“Assim, o transporte de tração animal foi progressivamente trocado por locomotivas a vapor, bondes elétricos e automotores. As tropas de mula e os carros de boi seriam vistos, neste contexto de modernização, segundo o autor, como elementos do passado colonial que se desejava extirpar. Muito se reclamava, nesse sentido, dos parasitas e insetos que acompanhavam tais animais, que pareciam encarnar, especialmente, as ideias de atraso, pasmaceira e imundície. Não obstante, o maior decréscimo no número de animais de tração (bois, cavalos, asnos e mulas) se deu, segundo ele, no estado de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1940.”¹⁰

O combate a tais animais na cidade de São Paulo fazia parte não só um processo de urbanização, introduzindo estruturas e tecnologias modernas, mas concomitantemente uma ação de desruralização da cidade, ao retirar das ruas todos os sinais que indicavam atraso, rebatizando nomes de ruas.

Segundo Osório, o poder público age contraditoriamente ao proteger algumas espécies e massacrar outras tendo em vista interesses econômicos. “Animais que trabalham são protegidos, ao passo que pragas e “vagabundos” são exterminados.”¹¹.

Para Aprobato, esse processo “é perpassado por fatores como a especulação imobiliária, questões de saúde pública e de políticas públicas, o

⁹ APROBATO FILHO, Nélson. O Couro e o Aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia, final do século XIX/início do século XX. Tese de doutorado em História Social, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁰ Idem

¹¹ Osório, Andréa, A cidade e os animais. Idem, ibidem.

capitalismo e um etos modernizador.”¹² Portanto, por questões econômicas, essa época foi marcada por um forte afastamento dos animais que eram um empecilho à modernização, embora, nesse mesmo período tenham sido criadas as primeiras entidades de defesa animal como foi visto.

Contudo, essa visão reforça a separação dos humanos dos animais como entidades distintas, ela tem sido revista nos últimos anos. A proteção animal, justamente, tem recorrido às expressões animais humanos e animais não humanos, ou seja, incluindo o ser humano na categoria animal.

Ademais, antropólogos como Donna Haraway, Tim Ingold, e Bruno Latour, trabalham com a tese de que a oposição Homem versus Animais deve ser repensada, a partir do momento em que se descobriu que alguns animais são seres não só sencientes (com capacidade de sentir dor, medo), mas também estarem minimamente aptos para tomarem decisões que escapam ao instinto e terem consciência de sua individualidade e da dos outros.

Essas questões têm se tornado cada vez mais tema de trabalhos científicos de todas as áreas, haja vista a extensão da noção de ampliar direitos aos animais não humanos e à intensificação cada vez maior das relações entre ambos na sociedade contemporânea. Assim, tem-se a necessidade de se tratar a definição de senciência e quais animais são considerados sencientes.

Essas questões têm implicações na proteção animal, sendo que cada ativista age de acordo com sua própria definição de animal e senciência e, conseqüentemente, do que é proteção animal e de seus representantes legítimos.

Os seres sencientes são aqueles que têm a capacidade de sentir e vivenciar sentimentos como medo, dor, frio, calor, amor ou raiva e muitos outros. Para que esse processo de sentir ocorra esses seres apresentam um sistema nervoso centralizado, e somente os animais possuem esta estrutura que permite ter experiências.¹³

¹² APROBATO FILHO, Nélson. O Couro e o Aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia, final do século XIX/início do século XX. Tese de doutorado em História Social, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹³ Cf. a explicação no site da ONG americana Animal Ethics: <http://www.animal-ethics.org/senciencia-animal-intro/seres-nao-sao-conscientes/>.

Não são sencientes as bactérias, arqueobactérias, protistas, fungos, plantas e certos animais, porque não possuem nenhum nervo em sua anatomia. Assim, todo ser senciente é um animal, mas nem todo animal é senciente, como é o caso das esponjas, corais, anêmonas e hidras. Ainda não há consenso no meio científico se são seres sencientes animais que possuem sistema nervoso centralizado muito simples

As estruturas dos seres sencientes permite o desenvolvimento da consciência que tem uma função na evolução desses animais.

A capacidade de sentir surge na história evolutiva devido à sua utilidade motivadora em animais, através de estímulos positivos e negativos, para engajarem-se ou absterem-se de comportamento que aumente o valor adaptativo. Portanto, não faria sentido para os seres que não têm a capacidade de se engajar em tal comportamento terem a capacidade de sentir. Por exemplo, as plantas não podem fugir de uma ameaça ou forragear por um alimento de que desfrutam. Esses estímulos não teriam nenhuma utilidade, e envolveriam um gasto de energia desnecessário.¹⁴

Segundo o artigo publicado pelo site *Ética Animal*, o fato de as plantas responderem a estímulos não significa que elas têm a capacidade de sentir, essa reação não corresponde a uma experiência subjetiva. Contudo, estudos recentes em neurologia descobriram que as ostras liberam endorfina quando são transportadas bruscamente e não o fazem quando o transporte seu é feito de forma suave.¹⁵ Portanto, é possível que se venha a descobrir no futuro que alguns insetos possam pertencer à categoria de sencientes.

A senciência é um elemento crucial para comparar os animais aos humanos, pois a capacidade de sentir dor motiva o ativismo animal a exigir que os animais não tenham o status de coisa¹⁶ juridicamente. Deste modo, não se sabe ao certo quais animais especificamente são sencientes, mas é certo que aí se incluem todos os mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios.

A Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, assinada por vários cientistas que se reuniram em Cambridge, Reino Unido em 2012, reitera os resultados das pesquisas na área

¹⁴ ibidem

¹⁵ FELIPE, SÔNIA Senciência e direitos animais, site Anda, disponível em <https://www.anda.jor.br/2015/02/senciencia-direitos-animais/>, consultado em outubro de 2017.

¹⁶ Objeto inanimado que não possui vida.

de neurociência comprovando a senciência em vários animais e a maioria dos insetos:

O peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.¹⁷

2.1 RELAÇÃO DE COMPANHEIRISMO E CONSTRUÇÃO MÚTUA

Recentemente, a Antropologia tem se debruçado na construção de teorias sobre a relação entre humanos e não humanos. A grande tendência dos teóricos caminha no sentido de se derrubar o dualismo que coloca homem e animal em oposição, ou entre cultura e natureza.

O foco desta tese não é tratar especificamente das relações homens animais, mas ela permeia a ação dos ativistas que têm uma relação de empatia para com os não humanos e, portanto, ao estabelecerem essa relação, criam novas formas de agir deles para com os animais e também dos animais para com eles. Essas novas concepções que abordam essa intersubjetividade entre as espécies incorporam a noção de senciência presente na maioria dos animais. Os autores a seguir ajudam a elucidar essa transformação porque vem passando as relações animais humanos.

Donna Haraway (2010) defende que essa relação humano não humano foi construída culturalmente e que foi derrubada com a descoberta científica de que os animais são sencientes também, ainda que em escala menor que os humanos. Portanto, não é privilégio dos humanos pensar, amar, se comunicar. Deste modo, para a autora, não há essa relação de oposição homens versus animais.

¹⁷ Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, Instituto Humanitas Unisinos, 2012, disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>, consultado em junho de 2017.

Diante dessa relativização das relações entre humanos e animais imersas em culturas distintas, Haraway, afirma que essa nova intersubjetividade que se cria nessa relação é o momento em que ambos se definem enquanto tal. Os humanos se fazem também a partir da relação com os animais e vice-versa. Eles têm um histórico construído nas relações que se estabeleceram ao longo dos tempos.

O processo de humanização por que passam os cães e gatos são para Haraway uma forma de domesticação que traz mudanças culturais tanto para os humanos quanto para os pets, eles teriam uma evolução conjunta, que não se restringe ao plano biológico. A autora lembra que o amor dos cães não é incondicional, porque quando a relação entre eles e os humanos não é perfeita, os últimos tratam de se livrar dos primeiros quando lhes convêm. Por isso, essa relação não deve ser baseada no amor, mas no respeito para com os animais. Cabe destacar que o ato de se desfazer de um pet é mais comum entre os tutores (pessoas responsáveis pelos seus animais domésticos ou crianças)¹⁸, do que entre socorristas, que na verdade recolhem exatamente esses animais problemáticos conforme será visto no capítulo referente às protetoras, que nem de longe pensam numa relação sem amor com os animais.

Para Silveira (Silveira 2015), o coabitar interespecies nas moradias do meio urbano promove mudanças intersubjetivas dos dois lados para que seja possível esse convívio. Quando tutores trazem animais pets, como cães e gatos para seus lares ocorre inevitavelmente uma adaptação tanto do ser humano quanto do não humano.

A domesticação do animal não serve apenas para impor uma dominação humana sobre os não humanos, Silveira acredita que ela é para o próprio bem do pet que receberá alguns benefícios com seu novo espaço o lar humano, e não mais a rua. As medidas de castração, vacinação, restrição de espaço (na maioria das vezes os cães e gatos não podem mais sair sozinhos, somente com os tutores para passear), defecar e urinar em lugares pré-determinados, como quintal ou lavanderia trazem benefícios mútuos, que permitem uma

¹⁸ A expressão tutor substituiu a expressão "dono" ou "proprietário" de tal animal dentro do ativismo animal como forma de contestação à ideia de propriedade dos animais, não sendo eles objetos ou coisas.

coabitação minimamente harmônica numa “família interespecífica”, conforme afirma Silveira:

Diferentemente do argumento que considera a castração um atentado à liberdade animal – uma mutilação – penso que, pelo contrário, trata-se de valorizar a sua liberdade e a de quem o quer perto de si com saúde, ao mesmo tempo em que indica a preocupação com o espaço público e o bem-estar dos animais de estimação – bem como, com a conservação da fauna silvestre. Primeiro, porque já que os domesticamos, o abandono dos animais nas ruas demonstra falta de ética para com o próprio animal em sua alteridade e existência digna, bem como com os homens que partilham a vida na cidade com os animais abandonados a sua sorte. E, ao contrário, se o tutor optar por não castrá-lo em nome de uma pretensa liberdade, é uma forma de negar seu bem-estar impondo-lhe muitas vezes, uma vida de sofrimentos, penúrias e maus tratos que contribuem para o seu adoecimento e o das pessoas que vivem em interação com eles (2015 p.64).

Em outras palavras, a não castração demonstra uma não intervenção arbitrária na vida do animal, mas, a partir do momento em que é domesticado, ele sofre nos momentos de cio, tanto fêmea quanto macho quando não podem efetuar o cruzamento. E quando cruzam, mais animais nascem para uma vida inglória de abandono. O mesmo se estende para as situações de aprisionamento doméstico, passear em horas determinadas com os tutores, porque a total liberdade resulta em perdê-lo num acidente de automóvel, numa briga com outro animal, ser apanhado por outra pessoa, entrar em contato com animais doentes, sofrer maus tratos, como envenenamentos.

Os defensores dos animais se dividem no que toca à domesticação de cães e gatos e a manutenção de pets nos lares humanos. As vertentes mais abolicionistas consideram essa “humanização” algo que violenta a natureza animal, em que os pets seriam vítimas do poder dos tutores. Mas como argumenta Silveira, os animais de rua não são de rua, são colocados nas ruas. Por isso é difícil dizer qual seria o habitat dos cães e gatos, porque aprisionados nos lares eles têm a segurança e afeto garantidos, mas com liberdade tolhida, nas ruas, ganham a liberdade, mas com poucas chances de sobrevivência. Não há como recolocá-lo num ambiente silvestre, porque ao menos os cães, sua domesticação data de cerca de 11 mil anos. Assim, os abolicionistas condenam a domesticação quando tutores compram animais de criadores, mas não deveriam se opor ao acolhimento no lar daqueles que foram resgatados de maus tratos.

Já as socorristas não podem sequer imaginar essa hipótese, uma vez que se consideram as salvadoras desses animais e que a convivência mútua é algo saudável para ambos. Por isso, há na proteção animal campanhas favoráveis e desfavoráveis sobre a utilização de animais com fins de melhoria para a saúde humana, como as vantagens em se ter cão ou gato para se obter uma melhora no humor, auxílio na comunicação entre autistas, importância deles nos hospitais e asilos, guias de cegos, ajudam no resgate de vítimas de terremoto, na socialização e alfabetização de crianças, diagnóstico pelo olfato de pessoas com câncer, e por aí vai.

Muitos ativistas veganos quanto socorristas ainda definem os animais a partir da tradicional oposição entre racional e irracional, mas esta visão já vem sendo questionada por outros conforme aparece nas falas de duas veganas e quatro socorristas:

Bibi:

O que é um animal para você?

Todo ser que sofre, sente dor e medo ao ser envolvido ou submetido à situações ruins.

O que é um ser humano?

Essa tá super difícil! Todo ser capaz de tomar decisões calculadas. Que não age por instinto.

Dori:

O que é um animal para você?

Animal para mim todo ser vivo que possa sentir dor

O que é um ser humano?

Ser humano um dito racional com capacidade de interpretar e agir em relação a todo ambiente que o cerca

Jenifer:

O que é um animal para você?

São como pessoas que apenas não falam, mas tem sentimentos, sensações, enfim pessoas em patas.

O que é um ser humano?

Um animal racional.

Jane:

O que é um animal para você?

É um presente de Deus, que preenche nossas vidas da melhor forma possível.

O que é um ser humano?

É um ser racional, que infelizmente muitas vezes é movido pela ganância.

Angélica:

O que é um animal para você?

Eles são seres encantadores, eu os acho lindos. Eles são muito semelhantes a nós, em relação à sensibilidade, tem os mesmos sentimentos de medo, dor, alegria, tristeza, anseio por liberdade. Mas

têm profundas diferenças de comportamento, tanto em relação aos outros animais, como em relação à Natureza. Raramente veremos um animal ferindo outro se não for para se defender ou para se alimentar. Ao contrário do que se dizia antigamente, eles são dotados sim, de certa inteligência, e têm capacidade de se comunicar não só entre si, mas com humanos também.

O que é um ser humano?

Não o diferencio dos animais como antigamente se fazia, como racionais. Mas o ser humano tem uma capacidade intelectual diferenciada. E os instintos são oprimidos dada sua capacidade de controlá-los racionalmente.

Beri:

O que é um animal para você?

Animal é qualquer ser vivo.

O que é um ser humano?

É um animal que conseguiu manipular ferramentas e se saiu melhor que os animais irracionais. Aliás, nem sei se devem ser chamados de irracionais

Alguns ativistas concebem os animais como seres moralmente mais elevados que os humanos, praticando uma espécie de especismo às avessas:

Enrico:

O que é um animal para você?

Um ser muito melhor que a maioria dos humanos que habita a face da Terra.

O que é um ser humano?

Uma criação que não deu certo e acredito que não tem remédio.

Anita:

O que é um animal para você?

Tudo. Vale mais do que humanos, por serem inocentes e indefesos.

O que é um ser humano?

Um ser em evolução.

Mila:

O que é um animal para você?

Todas as criaturas vivas que não são vegetais.

O que é um ser humano?

É um animal que fica aborrecido quando chamado de animal.

Andressa:

O que é um animal para você?

Um ser puro e indefeso repleto de amor.

Lopes:

O que é um animal para você? O que é um ser humano?

Bom na verdade todos nós somos animais, né? Então os animais são seres sencientes que podem sentir eles têm a consciência e são seres que se importam com a própria vida. Isso é importante a ser destacado que os animais assim como o ser humano que também é um animal podem se sentir dor sofrer e como seres biológicos dotados de sistema nervoso os animais podem ter sensações que nós também podemos ter emoções e sentimentos, o que há muito tempo sempre foi negado né?

Um aspecto importante trazido por alguns ativistas entrevistados é o de conjugar a defesa dos Direitos Humanos à dos Direitos Animais:

Pablo:

Sim sou favor dos direitos humanos, acho que a defesa animal não é uma excludente pelo contrário é uma agregação de luta contra a exploração se partimos do princípio que ambas tem origem na violência moral, física incorporadas, não vejo como lutar e acreditar num direito para animais não humanos e não ser a favor dos direitos humanos.

Mara:

Sim, sou a favor dos direitos humanos e acredito que ele esteja diretamente relacionado à defesa animal. Assim como historicamente se instauraram desigualdades entre gêneros, etnias e culturas humanas, esse mesmo movimento opressor se instaura entre espécies, como a opressão humana entre não-humanos. Minha crença nessas frentes de atuação para diminuir as desigualdades nos campos ambiental, social, político e cultural se justifica em dois pontos: 1 – moral, uma vez que acredito que a vida é direito universal e inalienável de todos os seres vivos; 2 – ético, uma vez que a visão antropocêntrica se inscreve em diversas instâncias da vida, desconsiderando as diferenças entre seres sencientes e, conseqüentemente, seus direitos e necessidades. Por isso, creio na necessidade de se reconverter o olhar das relações humanas, entre si e entre o ambiente.

Angélica:

Sim. Defendo os direitos do ser humano da mesma forma que defendo o dos animais, pois tenho aversão a todo e qualquer tipo de abuso onde a vítima é indefesa. Mesmo em casos de pessoas que praticaram algum tipo de crime. Temos que analisar as situações que colaboraram para esse indivíduo praticar tais crimes. Grupos humanos que sofrem preconceitos, minorias que tem seus direitos desrespeitados por suas opções religiosas, condições sócio-econômica, raça, identidade de gênero...

Catarina:

Quando lutamos por direitos dos animais, lutamos por direitos humanos. Não, os direitos humanos não estão sendo respeitados em nosso país, precisamos trabalhar muito para que essa realidade mude.

As falas dos entrevistados mostram que não há uma definição única e precisa para animais humanos e não-humanos, mas o fato de os ativistas terem uma relação de afeto e empatia com os animais não humanos os leva a questionar se realmente os não humanos são irracionais, uma vez que estabelecem uma comunicação intersubjetiva.

A antropologia de Tim Ingold (1995) também revê o conceito que comumente opõe Natureza e Cultura e Homens e Animais. Para o autor, essa

visão reproduz o antropocentrismo, que coloca o Ser Humano numa situação privilegiada em relação aos animais:

Atentos às evidências da diversidade cultural, os antropólogos insistem em que há tantos padrões de humanidade quanto diferentes maneiras humanas de existir e que não há fundamento algum - senão o puro preconceito - para atribuir autoridade universal a qualquer conjunto de padrões. Contudo, os antropólogos sustentam que essa mesma diversidade é manifestação de uma essência humana, a aptidão para a cultura, que separa radicalmente os homens dos animais. (INGOLD, 1995, p13)

Ingold defende a tese de que o humano se define na sua negação com os animais, naquilo que tem de diferente que é a cultura, o que os torna seres morais. No entanto, diz ele, afirmar que os humanos se diferenciam dos animais por serem criadores de cultura coloca o conceito de maneira generalizada, como se houvesse uma cultura só. Como o ser humano cria culturas diversas em diferentes espaços, ele mostra sua humanidade naquilo em que sua cultura o diferencia de outro humano e dos próprios animais. No entanto, os humanos mostram sua animalidade no que têm de comum em relação a outros humanos em outras sociedades:

A "aptidão para a cultura", sejam quais forem os demais sentidos da expressão, é uma capacidade de gerar diferença. Nesse processo criativo, que se realiza no curso ordinário da vida social, e através dele, é que a essência da condição de humanidade se revela como diversidade cultural. Para qualquer indivíduo apanhado no curso desse processo, "tornar-se humano" significa tornar-se diferente dos demais seres humanos que falam idiomas ou dialetos diferentes, praticam ofícios diferentes, têm crenças diferentes, e assim por diante. Se é nessa diferenciação de si mesmos dos demais seres que os humanos são distinguidos essencialmente dos animais, conclui-se então que a animalidade humana se revela na ausência dessa diferenciação, na uniformidade. (INGOLD 1995, p 8)

Desta forma, pode-se dizer que os seres humanos estabelecem relações diferentes com os animais em sociedades e culturas diferentes. Cada caso é um caso. Assim sendo, pode-se concluir que, para Ingold, o humano é igual ao animal naquilo que ele tem de universal, e seria correto supor que a senciência seria uma categoria que coloca os animais em pé de igualdade com os humanos.

Para Marras (2014), qualquer referência à relação entre animais e humanos não deve "valer-se do fosso ou abismo intransponível, previamente

concebido, entre grandes domínios unificadores, tais como o da natureza e o da sociedade". (Marras, 2014, p218)

A seu ver, o grande desafio hoje é superar esse dualismo e qualquer investigação nesse sentido deve se levar em conta:

Uma imagem de homem que não tenda a defini-lo por si mesmo, por seu suposto caráter privativo ou exclusivo, suposto caráter autorreferenciado, mas sim por seu caráter, assim dizendo, alterreferenciado. Quer dizer, que tome o humano como agente que emerge das suas relações com outros agentes do mundo, sejam eles animais, plantas, coisas, espíritos, toda e qualquer população do cosmo com a qual o humano, em toda a sua diversidade no tempo e no espaço, relaciona-se e aí mesmo se constitui. (MARRAS 2014, p223)

Portanto, humano e não humano assim como cultura e natureza não são categorias universais, mas entidades que se definem em constante relacionamento, mesclam-se e interferem uma na outra em suas essências.

A interdependência entre humanos e animais no cotidiano urbano é motivo de preocupação para Marras:

Sim, o mico-leão-dourado não vive em nossas casas, nem nos nossos parques urbanos, mas o destino dito natural de sua espécie, para a extinção ou sobrevivência, prende-se intimamente ao mundo social humano. E é assim porque o mundo humano, sua cultura e sua sociedade, por si só não se sustenta, nunca se sustentou. Ou simplesmente pensar, se eliminamos as minhocas da superfície terrestre, de imediato a segurança alimentar humana, a segurança agrícola, irá encontrar-se seriamente comprometida. (2014, p.243)

Marras reforça a perspectiva de Haraway, em que animais e humanos se experimentam entre si e se remodelam nessa relação interespecies:

A natureza humana é uma relação de multiespécies, um "tornando-se-com", não uma coisa em si mesma. (2013)

Contudo, da mesma forma que Haraway, sugere uma "partilha do sofrimento" como forma de minimizar o mal-estar que se insurge contra aqueles que "são obrigados" a sacrificar animais, seja em laboratórios ou abatedouros, Marras propõe uma ação ritualística que traga dignidade para todos os envolvidos nesses atos: "à sociedade sacrificante, ao pesquisador sacrificador, à ciência cuja transcendência já não mais se veja desligada de

sua imanência e, finalmente, ao animal, já não mais vítima. Animal já não mais coisa, não mais objeto". (Marras 2014, p249)

A proposta de Marras, conjugada com a de Haraway, tem importância na Antropologia ao romper com a conceitualização arcaica moderna ocidental que define os Homens em oposição aos Animais e Cultura como negação da Natureza. Todavia, a proposta de ambos em se humanizar os animais nos momentos em que são sacrificados para diversos fins, certamente não tem respaldo dentro de parte do movimento animalista a partir de seus ideários e práticas abolicionistas. A ideia de sacrifício escapa à tese que entende o animal como sujeito de direito e, portanto, dono de sua própria vida.

Os ativistas abolicionistas condenam a relação de exploração que outros humanos estabelecem com os animais e rebatem todas as justificativas dessas práticas. Na verdade, essa relação é imposta pelo capitalismo que prevê uma relação de exploração entre humanos e entre humanos e a natureza. O animal humano invade cada vez mais o espaço dos não humanos, os trazem para o espaço urbano para efetuar a tortura das espécies não humanas.

Talvez, o ativismo bem-estarista, desde que minimizadas todas as ações que gerem sofrimento, aceitem esse pacto ritualístico que situa os animais numa esfera que transcende o caráter de objeto descartável. Ainda assim, com muitas restrições, dado que, como será visto, muitos dos que se inserem nessa linha do movimento já atuam no sentido de erradicar certas atividades por eles consideradas marcadamente fúteis e utilitaristas como será visto no capítulo que se segue.

2.2 RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E AS LUTAS DOS ATIVISTAS

Nas teorias citadas de Haraway (2010), Marras (2014) e Silveira (2015) tanto animais humanos quanto não humanos são definidos e modificados nas relações interespecies de companheirismo. Desta forma, as relações de exploração entre humanos e não humanos também define ambos, que não são categorias estanques nesse processo de interação.

O animal sob condições de maus tratos possui uma diferença em relação às situações de companheirismo, na medida em que há a condição de dominação e imposição do humano sobre o animal. Este animal explorado é modificado pelo humano ao abandonar suas características naturais de seu habitat e ser obrigado a se manter em situações que jamais viveria longe dos espaços urbanos.

O ser humano não escapa de ter sua existência afetada nessa relação com os animais explorados, pois historicamente o processo de exploração vem se acentuando e tem se tornado cada vez mais mecanizado e artificial para os animais, que têm um limite natural na oferta de produtos lucrativos ao homem. A tecnologia de uma ciência sem ética praticada pelos humanos a serviço do capitalismo desenvolve recursos artificiais introduzidos nos animais, de modo que suas estruturas físicas promovam uma produção acima do que pode ser considerado natural. Mas se a desumanização os aproxima dos animais que não exploram as demais espécies, talvez fosse necessário se redefinir o conceito de “humano”.

Essa relação de exploração também sofre a mediação das ações do movimento de defesa animal, que busca modificar essa relação de dominação de uma espécie sobre a outra. Isso se insere nesse circuito de exploração mais ampla entre Homem versus Natureza e Homem versus Homem no sistema de produção capitalista.

O fim dessa dominação sobre os animais está condicionado a políticas públicas, a mudanças econômicas, a de mudanças culturais que incluem mudanças alimentares, mas, sobretudo, da eficácia das lutas do movimento pelos direitos animais frente à pressão social daqueles que consideram o uso dos animais para todos os fins e sua exploração como algo natural e não como uma construção social, fruto de séculos de tradição cultural.

Os ativistas do movimento animal denunciam através de seus sites e pela mídia, ou ainda mediante protestos, as práticas de maus tratos realizadas contra os animais por amplos setores da sociedade, tanto no campo da produção e setor de serviços quanto pelos próprios indivíduos em alegadas festas tradicionais ou por qualquer outro motivo.

Os defensores dos direitos dos animais concentram suas ações contra as grandes corporações transnacionais que têm como base em sua produção a

exploração animal. São elas a indústria agropecuária, frigoríficos e laticínios, que promovem o confinamento e o abate de animais, as indústrias farmacêutica e de cosméticos, que também realizam o confinamento e ainda testes considerados extremamente dolorosos, a indústria de peles, que pratica o abate de animais somente para a fabricação de vestimentas, a indústria de entretenimento como rodeios, circos, zoológicos, aquários, feiras de competição, universidades e centros de pesquisa que, além dos testes, realizam a vivissecção. Estes setores estão intrinsecamente ligados ao sistema capitalista.

Deste modo, o ativismo animal entra em confronto com a racionalidade capitalista, que promove os maus tratos, não porque não gosta dos animais, mas porque sua lógica é baseada na conquista de altos lucros e, se para alcançá-los for necessário o sofrimento animal, ele será feito. Então, para baratear os custos recorre à velha máxima de que os fins justificam os meios. Os fins se sobrepõem a uma prática ética que levaria em conta os interesses dos animais. Mas esta opção contradiz a redução de custos.

Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico e científico se rendeu ao capitalismo ao aprimorar práticas que resultam num aumento da eficiência e produtividade nas atividades econômicas que se concentram em produtos de origem animal.

Paula Brügger (2009) resgata Marcuse (1982) para conceitualizar essa nova relação do homem com a natureza e os animais, que fundamenta os objetivos de uma ciência baseada numa racionalidade desvinculada da ética.

Marcuse, em “O Homem Unidimensional”, afirma que o desenvolvimento tecnológico da sociedade industrial ocidental emergiu com uma necessidade de expansão capitalista, e é utilizada como forma de dominação e controle social. Isto se dá, segundo autor, porque é uma tecnologia desenvolvida a serviço do sistema capitalista e não para a obtenção de melhorias sociais. É fato que, conseqüentemente, muito do desenvolvimento tecnológico acabou por ser útil à humanidade. Mas o que o autor quer mostrar é a instrumentalização da tecnologia e da ciência, que se guiam por uma racionalidade que se desvincula da ética e da moralidade, tendo em vista apenas os fins.

Bruno Müller (2009) segue nesse sentido ao dizer que, de fato, o capitalismo não inventou a exploração animal, contudo, a acentuou, como fez

com qualquer outra atividade econômica rentável. Sob o capitalismo, os animais foram “reduzidos à condição de máquinas produtoras de carne, leite, ovos, lã, couro, mel”.

Diz Bruno Müller:

O ser humano não vale por si mesmo, mas pelo que pode produzir. Da mesma forma, a natureza nada mais é que um elemento a ser dominado e um recurso a ser explorado. Os animais, por sua vez, são meras máquinas a ser usados por sua potência ou os “produtos” que fabricam. O “fetiche da mercadoria” de que fala Marx não é um atributo exclusivo do capitalismo. O industrialismo retira do ser humano o seu valor intrínseco e o reduz igualmente à condição de máquina, cuja existência só é justificável na medida em que gera algo de “produtivo” para a sociedade – no sentido material do termo. (2009)

Enquanto que no espaço natureza os animais sofriam as vicissitudes do clima, e de seu habitat, enfrentando seus predadores, no espaço sociedade, vivenciam constantemente situação de maus tratos e morrem sob condições traumáticas e dolorosas por processos amparados pelo Direito.

O ativista abolicionista norte-americano Gary Yourofsky (conhecido mundialmente, que já realizou cerca de 60 mil palestras em prol dos veganos e chegou a ser preso mais de dez vezes por libertar animais escravizados) dá o tom do que pensam os abolicionistas ao comparar a situação dos animais ao holocausto judeu ocorrido durante o Nazismo: Diz ele:

Os animais foram as primeiras vítimas do mundo de escravidão, técnicas psicopatas e as usaram em animais antes de promover nos outros humanos. Se você analisar os números, NINGUÉM sofreu tanto quanto os animais. Nos últimos 12 meses, 60 BILHÕES de animais terrestres e 90 BILHÕES de animais marinhos foram escravizados e mutilados pela indústria da carne. Daí você ainda adiciona os bilhões de outros escravizados, oprimidos ou assassinados para vivissecção, caça, pele, rodeios, circos, zoológicos, etc. Você pode perceber que o holocausto animal é o maior holocausto que jamais existiu.

Na Alemanha nazista, mulheres judias tinham seus filhos arrancados de seus braços. Na indústria do leite, o bezerro é arrancado da mãe logo após seu nascimento. Outros animais fêmeas (porcos, ovelhas, etc) têm seus filhotes roubados semanas após o nascimento. Separar famílias era uma tática doente e psicologicamente devastadora usada pelos Nazistas para tirar a moral dos judeus e inibir seus desejos de se juntarem e pensarem em retaliação. Os Nazistas pegaram essas táticas da indústria da carne, do ovo e do leite. Os judeus eram tatuados como produtos. Os animais da indústria da carne são marcados com ferro quente ou têm suas orelhas furadas com uma etiqueta numerada. Os judeus eram enviados às câmaras de gás nos

mesmos caminhões que os animais são enviados para os abatedouros.

Os Nazistas construíram prédios para massacrar judeus e negros. Os matadouros são estrategicamente construídos em todo mundo para matar e mutilar animais. Ambos os grupos foram/são tratados como nada, como se eles não importassem.

Você também pode comparar os dois holocaustos da seguinte maneira: Você vai a um matadouro de bois ou porcos, remove os animais e coloca judeus. Você recria Birkenau e Auschwitz.

A seguir, será descrita uma série de violências e maus tratos aos animais que são motivo das mobilizações do ativismo animal.

2.2.1 Extração de bile

Os ursos pretos asiáticos são encontrados nas montanhas da China, Vietnã e Laos e são levados para fazendas de extração da bile.

Esses animais ficam confinados em pequenas gaiolas, para que a bile possa ser extraída de suas vesículas biliares e vendida para uso na antiga medicina asiática, que supostamente diminuem cálculos biliares, são antipiréticos, curam de ressacas, além de serem ingredientes em perfumes afrodisíacos.

O procedimento é considerado doloroso, pois os ursos, além de permanecerem nessas jaulas pelo resto da vida ou pelo menos por 20 anos, ficam com um corte aberto no abdômen e têm suas vesículas biliares ordenhadas diariamente para a retirada do chamado “leite de urso”.

Muitos animais tentam o suicídio e dão socos na região da extração. Para evitarem a morte antecipada dos animais os exploradores colocam armações em torno de seus estômagos.¹⁹

“O suco digestivo é colhido através de um buraco aberto permanentemente no abdômen e na bexiga de bÍlis dos ursos negros asiáticos

¹⁹ Marli, Mãe ursa mata seu filhote e tira a própria vida devido ao intenso sofrimento em fazenda de bile, Anda, maio 2015,

e é suscetível a infecções e doenças que podem causar tumores, e uma dor insuportável aos animais.”²⁰

Em 1980, a Coreia entrou no comércio de bÍlis de urso e atualmente a China é o principal consumidor, explorando cerca de 10 mil animais em fazendas, onde a prática é legal.

O Laos entrou recentemente após o Vietnã ter proibido a prática em 2006. O negócio é relativamente novo e as operações foram iniciadas após serem proibidas no Vietnã, em 2006. Nesse país, o número de ursos aumentou de 40 em 2008 para 122 em 2012.

Mas em 2013, Guizhentang Pharmaceutical, maior produtora de extrato de bile de urso da China sofreu um boicote na bolsa de valores do país, após uma ação organizada dos ativistas chineses. No momento em que a empresa apresentou proposta de triplicar a quantidade de ursos utilizados na extração de bile, os manifestantes fizeram piquetes em frente às farmácias que vendem o remédio fabricado com a substância, hackers do grupo derrubaram o site da empresa, conseguiram o apoio de 70 celebridades chinesas que manifestaram apoio ao grupo e ainda divulgaram imagens que chegaram à mídia exibindo as gaiolas com os ursos em situação de maus tratos. A Guizhentang retirou sua proposta pedindo novo prazo.²¹

2.2.2 Esfolamento de peles

A indústria de extração de pele mundial iniciou suas atividades capturando animais na natureza, seguindo-se mais tarde o surgimento dos criadouros com o confinamento desses animais. Eles são reproduzidos, criados e mortos com a finalidade de produzir vestuário, acessórios de moda ou outros objetos como casacos, blusas, calças, bolsas, calçados de peles, lã e couro.

²⁰ Indústria de extração de bile prospera às custas da tortura e exploração de ursos, Anda, 13/05/2016, disponível em <https://www.andajor.br/2016/05/industria-de-extracao-de-bile-prospera-as-custas-da-tortura-e-exploracao-de-ursos/>

²¹ Uol, 06/2013, disponível em <http://m.noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2013/06/03/remedio-tradicional-tirado-de-ursos-em-cativeiro-causa-revolta-na-china.htm>

Os principais animais utilizados para este fim são arminhos, raposas, chinchilas, coelhos, martas, ratos almiscarados, lince, lontras, texugos e guaxinins.

Segundo a *International Fur Trade Federation*, no documento “*Facts on Fur*”,²² datado do ano de 2000, 85% das peles utilizadas pela indústria peleteira são provenientes de animais criados em cativeiros, nas fazendas de peles.

Ainda segundo o documento, 64% das fazendas de peles estão localizadas no norte da Europa, 11% na América do Norte e o restante em países como a Argentina, Rússia e Brasil.

A *Humane Society* (dos Estados Unidos – HSUS e a Internacional – HIS), em conjunto com o jornalista alemão independente Manfred Karremann, fizeram uma investigação sigilosa em 1998 na China e descobriram que na ocasião cerca de dois milhões de cães e gatos estavam sendo mortos anualmente para a extração de suas peles utilizadas na confecção de produtos. Segundo eles, os maiores consumidores de peles da China são Alemanha, França e Itália. Pelo menos cinco milhões de animais como cães, gatos, pássaros, esquilos e até mesmo animais de espécies em vias de extinção são acidentalmente apanhados, mutilados e mortos nas armadilhas.²³

Os animais criados em cativeiro para a extração da pele vivem em pequenas gaiolas por toda sua existência, e sofrem constante estresse. As martas chegam a cometer automutilação quando estão em cativeiro. Há também casos de canibalismo entre os animais quando mantidos em gaiolas lotadas. Diz o site *Ética Animal*:

Existem vários métodos usados para matar martas. Os proprietários intoxicam-nas com dióxido de carbono ou às vezes nitrogénio. Em muitos casos, para reduzir os custos de produção, o dióxido de carbono é usado em concentrações baixas. Isto causa uma morte mais lenta. Com concentrações de dióxido de carbono de cerca de 70% pode demorar aproximadamente 15 dolorosos minutos até que os animais morram.²⁴

²² O cruel comércio de peles, por Renata de Freitas Martins, disponível em <http://www.ranchodosgnomos.org.br/cruel_comercio.php>, consultado em 2016.

²³ Segundo a ONG PEA, informação disponível em <http://www.pea.org.br/Crueldade/peles/index.htm>.

²⁴ Fazenda de peles, *Ética Animal*, disponível em <http://www.animal-ethics.org/exploracao-animal/animais-usados-vestuario/fazendas-peles/>.

A *Humane Society* concluiu tratar-se de “prática cruel em todas as suas etapas: captura, abrigo, transporte e abate feito por estrangulamento, afogamento, eletrocussão ou sangramento até a morte, sendo que muitos animais são esfolados quando ainda estão conscientes”.²⁵

Áustria e Reino Unido já proibiram a extração de pele em seus países e a Holanda vem proibindo desde 1998. Mais de 90 países proibiram a atividade. As fazendas de peles nos EUA apresentaram queda de 5% em 2003 em relação ao ano anterior.

Segundo dados da Federação Internacional da Indústria da Pele (ITF), de 2000 a 2010:

As vendas mundiais de peles movimentaram US\$ 15 bilhões, um crescimento de 70% em relação aos anos 1990. A Ásia é responsável por US\$ 6 bilhões desse faturamento. Até países de clima mais quente, como o Brasil e os Emirados Árabes, tornaram-se mercados em ascensão.²⁶

De acordo com a Associação de Criadores de Chinchila Lanígera ACHILA do Brasil,

Os negócios com pele movimentam U\$ 12,6 milhões por ano. O Brasil exporta cerca de U\$ 750 mil por ano, especialmente para o Canadá, Estados Unidos, Japão e Itália. Estima-se que o Brasil poderá chegar a U\$ 1,4 milhões por ano, correspondendo a mais de 11% de toda a produção mundial.²⁷

O Brasil é um dos maiores produtores e o segundo maior exportador de peles de chinchila do mundo, atrás apenas da Argentina²⁸. Esse mercado movimenta em torno de R\$ 5 milhões por ano no Brasil de acordo com dados de 2016.²⁹ O Rio Grande do Sul lidera com 60% a produção do país, seguido do Paraná, com 20%. A maior parte da produção é exportada para a China.

²⁵ ibidem

²⁶ Choque de realidades, Revista Época, março de 2013. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2013/03/choque-de-realidades.html>

²⁷ Fonte Achila, disponível em <https://forademim.com.br/2013/04/move-your-ass-no-fur/>

²⁸ Chinchilas não poderão ser criadas para extração de pele em SP, O Estado de S. Paulo, 28 Outubro 2014, disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,chinchilas-nao-poderao-ser-criadas-para-extracao-de-pele-em-sp,1584458>

²⁹ Paraná proíbe indústria de peles. Qual é a sua opinião?, Gazeta do Povo, março de 2016, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/parana-proibe-industria-de-peles-qual-e-a-sua-opinioao-82l20pokurfq9lmfj8kp6k1lh>.

Por volta de 15% desses animais são caçados diretamente na natureza, os demais são confinados em fazendas de extração. Segundo consta nas regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) 93/98, as chinchilas são consideradas animais domésticos, e, portanto, o órgão não fiscaliza a atividade nem o manejo desses animais.

A Tabela 1 mostra algumas espécies de animais comumente utilizadas pela indústria peleteira no mundo inteiro, bem como o respectivo número de animais mortos necessários para a produção de um casaco de tamanho mediano:

Tabela 1 - Quantidade de animais necessários para a confecção de um casaco de pele, por espécies.

Espécie animal	Quantidade
Arminho	125
Castor	9
Chinchila	100
Coelho	30
Guaxinim	27
Lince	11
Lontra	14
Marta-canadiana	50
Marta-zibelina	70
Raposa-dourada	11
Rato-almiscarado	30
Sariguéia	30
Texugo	17

Fonte: ONG Onca Defesa Animal.

De acordo com Renata da Martins, do Rancho dos Gnomos, não há leis ou normas que regulamentem o abate desses animais, por isso, a indústria recorre a métodos menos custosos e visando o melhor aproveitamento das peles. A ambientalista explica que a indústria peteleira é extremamente poluidora e não é ecologicamente correta no descarte de produtos químicos, além de efetuar excessivos gastos de energia elétrica: a produção de um casaco de pele natural consome 27 vezes mais que a produção de um casaco de pele sintética.

Martins conta que o descarte de carcaças dos animais de extração de pele era feito em lixo comum no interior de indústria de São Paulo na ocasião em que a ambientalista fez levantamento de campo.

Segundo a ONG internacional de defesa dos animais PETA, um grupo ativista de direitos animais sueco *Djurrättsalliansen* resgatou 243 chinchilas que sobreviveram em uma fazenda de Enköping, na Suécia, que foi fechada após supostas violações de leis de bem-estar animal.

Segundo a PETA, houve um progresso. Em 2000, havia 25 fazendas de criação de chinchila para produção de peles na Suécia e em 2014 apenas nove, graças a campanhas incansáveis do *Djurrättsalliansen* e de outros grupos. A ONG *Move Institute* atua no Brasil desde 2010 combatendo o uso de peles.

Ativistas ligados à Frente de Libertação Animal (FLA) em outubro de 2014 invadiram um criadouro de chinchilas em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo, e levaram cerca de cem animais cujas peles seriam usadas para fazer casacos e outros acessórios³⁰. Os ativistas disseram que o local “parecia um verdadeiro inferno”. A ONG FLA afirmou que decidiu agir por causa de denúncias encontradas na internet. O grupo ressaltou que “não acredita em petições, em PL, em lei” e “em nada que seja relacionado ao Estado opressor”.

A ação resultou no mesmo ano na sanção, pelo governador Geraldo Alckmin, do Projeto de Lei 616, de autoria do deputado Feliciano Filho que proíbe no Estado a criação e manutenção de animais com a finalidade exclusiva de extração de peles.

Em agosto de 2016, o Paraná também proibiu a atividade no Estado, com a promulgação da Lei estadual nº 18.714/2016, pela Assembleia Legislativa do Paraná, de autoria dos deputados Rasca Rodrigues e Felipe Francischini.³¹

³⁰ Chinchilas não poderão.. O Estado de S. Paulo, 2014, ibidem.

³¹ Lei proíbe a criação de animais para extração de peles, Assembleia Legislativa do Paraná, 08/2016, disponível em http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/lei-proibe-a-criacao-de-animais-para-extracao-de-peles.

2.2.3 Matadouros

As estatísticas da Secretaria de Política Agrícola (SPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), mostram que o faturamento do setor pecuário no Brasil foi de R\$ 185,4 bilhões no ano de 2016. O Estado que apresentou a maior produção foi o Paraná, de R\$ 26,9 bilhões, por conta do bom desempenho do setor avícola.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil é o segundo maior produtor mundial de carne de frango, atrás apenas dos Estados Unidos.³² Dados preliminares divulgados pelo órgão mostram que, em 2016, a produção brasileira foi de 13,6 milhões.

No tocante às exportações, o USDA aponta o Brasil como o maior exportador de carne de frango do mundo. Os embarques da carne de frango in natura, segundo produto da pauta de exportações do Estado, foram de U\$ 2,1 bilhões, equivalentes a 1,4 milhões de toneladas do produto.

O maior rebanho do mundo, em número de animais está na Índia, com 998,3 milhões de animais, seguido do Brasil, com 226,0 milhões de bovinos. Os cinco maiores rebanhos mundiais dispõem de mais de 70% dos animais destinados ao consumo do mundo. Além da Índia e Brasil, vem China, Estados Unidos e União Europeia. Já os maiores produtores de carne são Estados Unidos e Brasil.

Segundo dados da Organização Mundial para a Alimentação FAO, a produção mundial de carne deverá apresentar crescimento em 2017³³, comparada a 2016, aumentando em 1,1%, ou 3,5 milhões de toneladas, para 324,8 milhões de toneladas incluindo carnes bovina, suína e de aves.

A cadeia produtiva da bovinocultura se apresenta como uma das principais atividades agropecuárias do Estado de São Paulo, superada somente pela cana-de-açúcar. A carne bovina corresponde a 10,7% do valor da produção agrícola (VPA), contabilizando R\$ 6,6 bilhões dos R\$ 61,5 bilhões

³² A AVICULTURA NO BRASIL, Ana Silvia Martins Franco*, ANÁLISE CONJUNTURAL, v.39, n.1-2/jan./fev. 2017, disponível em http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_39_1_c.pdf

³³ Confira previsões da FAO para o mercado de carnes, Equipe BeefPoint, 11/2017, disponível em <http://www.beefpoint.com.br/confira-previsoes-da-fao-para-o-mercado-de-carnes/>.

totalizados na agropecuária do Estado, segundo dados de 2012 do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados acima servem para mostrar o quão valioso é o ramo da pecuária, envolvendo grandes potências mundiais detentoras de grande parte do setor de agronegócios.

A falsa imagem divulgada pela indústria da carne mostra todos animais limpos, as vacas parecem ser ordenhadas à mão numa fazenda ensolarada, as galinhas ciscam soltas, os vaqueiros são amigos de seus cavalos e bois. As reais imagens são obtidas por membros da proteção animal infiltrados nessas indústrias, as quais são gravadas e veiculadas pela internet.

No Brasil a maioria das porcas reprodutoras, que produzem leitões de engorda para a indústria suína, é criada em sistema de confinamento. Por conta do confinamento, elas vivenciam e desenvolvem distúrbios psicológicos e de locomoção.

Elas passam sua vida inteira confinada em gaiolas de gestação, sendo submetida a ciclos de inseminação repetidos. Essas gaiolas têm apenas cerca de 60 centímetros de largura por dois metros de comprimento, portanto, não permitem que as porcas sequer se virem dentro delas ou deem mais do que um passo para frente ou para trás.³⁴

São recorrentes nas imagens dos abatedouros divulgadas pelos ativistas as ações violentas espontâneas que os trabalhadores dispensam aos animais, seja no transporte, no manejo nas baias ou na hora da alimentação.

Sergio Greif (2011) acredita que os trabalhadores dos frigoríficos reproduzem a violência dos matadouros no seu dia a dia e são vítimas dessa atividade cruel que lhe impõe práticas violentas no próprio trabalho. Segundo autor, tanto crianças quanto adultos trabalham sem os equipamentos apropriados e participam de todas as etapas do processo de abate: recepção, manejo, atordoamento, degola, sangria, estripamento, esfola, evisceração,

³⁴ Imobilizadas em gaiolas de gestação, A vida das porcas reprodutoras no Brasil, Humane Society International, disponível em http://www.hsi.org/portuguese/issues/celas_de_gestacao.html.

corte da carcaça. Segundo o autor, não é por acaso que a pecuária é uma das atividades que mais sofrem de denúncia contra trabalho infantil e escravo.

Nos EUA não é diferente. De acordo com Melanie Joy (2013), a mão-de-obra dos abatedouros norte-americanos é formada em sua grande maioria por trabalhadores ilegais provenientes da América Latina e Ásia, contratados sem qualquer treinamento ou qualificação, justamente por ser uma atividade desprezada pela sociedade.

Joy, que entrevistou vários funcionários de frigoríficos, relata que esses empregados passam o dia trabalhando em ambiente insalubre, com alto nível de estresse, uma vez que têm de atingir uma meta de mortes por minuto. Com isso, são vítimas de cortes com facões, recebem coices dos animais que tentam fugir das esteiras e desferem mais violência nesses que atrapalham o “bom” andamento do abate.

Joy e Greif são unânimes em dizer que os chamados “sangradores”, se não são insensíveis, acabam por se tornar como tal, através da rotinização da violência e por terem como principal tarefa a de matar. Dados levantados por Joy mostram que são pessoas que passam a ser psicologicamente perturbadas e acabam caindo em vícios para amenizar seu dia a dia.

2.2.3.1 Galinhas poedeiras

Para baratear os custos de produção, mundialmente, bilhões de galinhas poedeiras e porcas reprodutoras são confinadas em pequenas gaiolas que “não permitem que esses animais se exercitem e realizem seus comportamentos naturais mais básicos, como caminhar, alçar pequenos voos, empoleirar-se, tomar banhos de areia e botar ovos em ninhos”³⁵ As chamadas gaiolas em bateria não permitem ainda que as aves consigam abrir suas asas, recebem 18 horas diárias de luz para produzirem mais ovos. Têm seus bicos cortados para não cometerem suicídio ou machucar as companheiras de

³⁵ As superlotadas gaiolas em bateria, A vida das galinhas poedeiras no Brasil, Humane Society International, disponível em http://www.hsi.org/portuguese/issues/gaiolas_de_bateria.html.

gaiola. Os pintinhos machos são descartados e jogados vivos num grande funil triturador, onde viram resíduos para compostagem e fertilizantes.

Por este motivo, os bem-estaristas defendem o consumo de ovos e galinhas de granja, porque vivem em soltas. Mas os abolicionistas condenam também o consumo de ovos capiras, porque os animais não são produtos de consumo.

A produção do famoso patê de fígado de ganso, conhecido como foies gras, também é alvo de críticas do movimento animal. Gansos passam suas vidas presos em cubículos, recebendo comida acima do desejado, através de funis enfiados em seus esôfagos, até seus fígados adoecerem e serem abatidos para sua extração. Algumas cidades brasileiras já proibiram o comércio do produto, como São Paulo e Belo Horizonte.

Em 2015, ativistas da ONG ONCA e da Sociedade Brasileira Vegetariana (SVB) realizaram protesto por três dias seguidos em Curitiba (PR), à frente do Shopping Pátio Batel, no bairro Batel, em Curitiba (PR), por cerca de duas horas e meia, expondo banners, faixas e distribuindo folders que informavam sobre a prática cruel da produção do foie gras – prato que serve o fígado de ganso ou pato super-alimentados. A ação teve iniciativa após um restaurante localizado no shopping anunciar um festival de foie gras para a semana. Com o protesto, o restaurante recuou do evento.

Defensores dos animais realizaram um ato em frente à Prefeitura de São Paulo para pressionar o prefeito Fernando Haddad a sancionar o Projeto de Lei nº 537/2013, que proíbe o comércio de peles de animais e foie gras.

Com cartazes e máscaras representando animais, os manifestantes fizeram um ato silencioso na porta da Prefeitura e pediram uma reunião com o prefeito para fazer a entrega de um abaixo-assinado com quase 100 mil assinaturas solicitando a sanção. Em 2015, o prefeito sancionou a lei.

Em seguida, uma liminar na Justiça suspendeu a proibição. A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) entrou com uma ação na Justiça solicitando a revogação da decisão. O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu suspender a lei por considerá-la inconstitucional.

2.2.4 Exploração de vacas leiteiras

Mais da metade da água potável do planeta é consumida pela pecuária da qual a produção de leite animal representa grande parcela. Segundo dados levantados pela ONG Onca Defesa Animal, “uma vaca leiteira consome num só dia até 110 litros de água; uma vaca em lactação bebe até 140 litros”.³⁶ Para produzir “um quilo de tomate usam-se até 105 litros de água, para a produção de um litro de leite são utilizados 800 litros de água. Para a produção de um quilo de queijo são gastos 5.000 litros de água e para um kg de manteiga são usados 18.000 litros de água”.³⁷

As vacas também são alimentadas por aveia e soja como o gado destinado ao abate. Uma vaca só passa a produzir leite quando atinge a idade de quatro anos. A maioria das vacas leiteiras é mantida em locais fechados, e ordenhada até três vezes ao dia por máquinas. Para aumentar a sua produção de leite, que pode chegar a vinte vezes acima do normal, são injetados hormônios, que causam muitas infecções mamárias e geram grande desconforto que elas mal conseguem andar com o excesso de leite nas mamas.

As vacas são inseminadas artificialmente até mesmo logo após parirem os bezerros, o que resulta em partos forçados. Elas não amamentam seus filhotes, dado que o leite dela é um produto destinado apenas ao mercado. As fêmeas recém-nascidas vão para o confinamento com o mesmo destino das mães. Já os machos seguem para os matadouros. Vacas leiteiras são descartadas também e enviadas aos matadouros quando não produzem mais leite.

Os bezerros são separados de suas mães logo que nascem, são criados deitados para não criarem músculos, separados por uma grade do chão para não comerem suas fezes, recebem doses de ferro inferiores às necessidades diárias para sua carne ficar macia. No comércio e restaurantes ficam conhecidos como carne de vitela ou baby beef.

³⁶ Leite – O que você precisa saber, Onca Defesa Animal, 2011, disponível em <http://www.onca.net.br/textos-e-publicacoes/textos/textos-onca/leite-o-que-voce-precisa-saber/>.

³⁷ Ibidem

Bezerros criados para vitela sofrem física e psicologicamente. Sofrem fisicamente porque, na sua maioria, enfrentam a dor e o desconforto causados por joelhos inchados, problemas digestivos e diarreia crônica. Sofrem psicologicamente porque suas vidas de confinamento solitário são caracterizadas pela privação mais abjeta. Nunca lhes é dada a oportunidade de mamar e pastar, de esticar as pernas, de respirar ar fresco e aproveitar a luz do sol, que eles apreciam por natureza. (Regan 2006)

2.2.5 Vivisseccção

A vivisseccção é um procedimento realizado em instituto de pesquisas e universidade que consiste no uso de seres vivos, principalmente animais, para o estudo de doenças, verificação e teste de medicamentos, prática experimental e didática. Os animais sofrem procedimentos cirúrgicos e depois são sacrificados. “São realizadas demonstrações, disseccção, treinamento cirúrgico, indução de distúrbios com finalidades demonstrativas, projetos científicos relacionados ao ensino”³⁸.

Em outros procedimentos, eles são contaminados por doenças humanas e passam um período recebendo medicação em doses elevadas para se analisar seus efeitos. Alguns testes provocam feridas que não são tratadas, ficam abertas até o final do teste. Há procedimentos em que os animais ficam presos em máquinas assimilando substâncias tóxicas por longos períodos.

De acordo com a *Humane Society International*, mais de 100 milhões de animais são mortos todos os anos nas pesquisas em laboratórios espalhados pelo mundo. A grande maioria é de roedores. Acredita-se que o número seja muito maior, dado que 90% dos animais utilizados em pesquisas nos Estados Unidos não estão protegidos pela legislação do país.

A fabricação de soro é feita no Instituto Butantã em São Paulo. Cavalos são sangrados e envenenados diariamente. A vida média de um cavalo é de trinta anos, mas os de “uso científico” vivem em torno de cinco. Não se leva em

³⁸ Instituto Nina Rosa, Vivisseccção, disponível em <http://www.institutoninarosa.org.br/experimentacao-animal/vivisseccao/>.

conta que os cavalos têm uma sensibilidade muito maior que a dos humanos. O instituto mostra em seu site que tem seu próprio biotério:

O processo de produção inicia-se com a imunização de cavalos com antígenos específicos preparados com os venenos de serpentes, aranhas, escorpiões e lagartas para produção dos soros hiperimunes, toxinas e anatoxinas bacterianas para produção dos soros antitóxicos ou ainda vírus inativado da raiva para a produção do soro antiviral específico. Para tal atividade, o Butantan mantém cerca de 800 cavalos, distribuídos entre a Fazenda São Joaquim, de propriedade do Instituto, e outros fornecedores³⁹.

O Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), localizado no Rio de Janeiro, também tem seus próprios criadouros de animais para a realização de suas pesquisas científicas.

O biólogo Sergio Greif (2003) assinala alguns dos procedimentos de vivisseção mais comuns realizados em algumas universidades, nos cursos de Medicina Humana e Veterinária, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Psicologia, Educação Física, Biologia, Química e Enfermagem:

- - Observação de fenômenos fisiológicos e comportamentais a partir da administração de substâncias químicas,
- - Estudos comportamentais em cativeiro
- - Conhecimento da anatomia
- - Obtenção de células ou tecidos específicos
- - Desenvolvimento de habilidades para técnicas cirúrgicas
- - Miografia. Um músculo esquelético, geralmente da perna, é retirado de uma rã viva, eventualmente anestesiada com éter. A resposta fisiológica a estímulos elétricos é observada através do registro em gráfico.

Quanto aos testes, os mais comuns são os de shampoos, pesticidas, herbicidas, produtos de limpeza e da indústria química aplicados em olhos de coelhos conscientes:

- - LD 50, dose letal em 50%: administrar nos animais uma dose de certos produtos tais como pesticidas, cosméticos, drogas, produtos de limpeza, para verificar a toxidade;

³⁹ Cf. no site do instituto: <http://www.butantan.gov.br/producao/soros/Paginas/default.aspx>.

- - Testes de toxidade alcóolica e tabaco: animais são obrigados a inalar fumaça e se embriagar, para que depois sejam dissecados;
- - Pesquisas dentárias: os animais são forçados a manter dieta prejudicial aos seus organismos com açúcares, para adquirirem cáries e terem gengivas descoladas e a arcada dentária removida;
- - Teste de colisão: animais são lançados contra paredes de concreto. Babuínos fêmeas grávidas e outros animais são arrebatados e mortos nesta prática.⁴⁰

O ativista Fabio Vicentini, tetraplégico e falecido em 2016, revelou em entrevista ao Holocausto Animal que jamais aceitaria desfrutar dos resultados de uma pesquisa científica que sacrificou animais.

Sua decisão refere-se às pesquisas científicas de Miguel Nicolelis, médico e cientista brasileiro que atua na Universidade Duke (EUA). Suas pesquisas focam a interação cérebro-máquina, e ficou conhecido pela criação do exoesqueleto, uma máquina robô que permite a um deficiente físico andar.

Vicentini repudia a forma como as pesquisas de Nicolelis são feitas:

Caí em prantos quando vi como as pesquisas eram feitas. (...) Não existe ética ou valor moral em me recuperar deixando um rastro de sangue e tortura de seres inocentes. (...) Ao ver essa foto, não imaginamos que esse macaco precisou ser retirado do seu ambiente natural para ser torturado em nome da ciência. Essa é a realidade dos experimentos de Miguel Nicolelis.

De acordo dados do Holocausto Animal, foram usados macacos para a testagem do exoesqueleto, os quais tiveram suas cabeças abertas e “ficam impossibilitados de se movimentarem, sem qualquer tipo de anestesia ou alívio da dor”.

A postura de Vicentini revela recusa de uma ciência baseada em critérios antiéticos, mesmo que ele pudesse ser beneficiado com os resultados dos testes com vivissecção. A experimentação animal em laboratórios de pesquisa foi alvo de protesto em abril de 2012, em ação simultânea em 48 cidades do país e no exterior. Em Itapetininga (SP) e Itapeva (SP), os ativistas distribuíram material informativo sobre vivissecção que é feita pelas

⁴⁰ Sergio Greif, 2003

universidades nos animais. Lideraram o protesto as ONGs Missão Planeta Terra, União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), SOS Animais e o Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Integral (Nadi).

No Brasil a prática da vivissecção é regulamentada pela Lei Federal n.º 6.638, de 08 de maio de 1979, que proíbe a vivissecção sem a utilização de anestesia prévia. A União Europeia aprovou em 2009 uma legislação que proíbe testes de cosméticos em animais. No Brasil a vivissecção e os testes ainda são realizados.

Apesar de a Lei Anticobaias⁴¹ ter sido vetada pelo governador São Paulo, Geraldo Alckmin, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) de Maus-tratos Contra Animais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo colocou em discussão a necessidade de se utilizar animais nas universidades. Para tirarem suas dúvidas sobre o tema, os deputados convocaram protetores, ativistas, professores, veterinários, e estudantes, além de uma bióloga e uma promotora de Justiça.⁴²

A CPI da ALESP também está investigando outras acusações de maus-tratos no estado, como a caça aos javalis, a matança de capivaras em condomínios e maus-tratos de animais em zoológicos e exposições.

Três grandes universidades estaduais paulistas se posicionam contra o Projeto de Lei 706, do deputado estadual Feliciano Filho, que restringe o uso de animais vivos no ensino. Segundo Feliciano, que também é presidente da CPI dos maus-tratos a animais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a USP tem se recusado a dizer se ainda utiliza cobaias no ensino médico. Feliciano acrescenta que a USP já estaria sendo investigada pelo Ministério Público. Diz Feliciano:

Fiz dois Requerimentos de Informação à USP, solicitando a descrição dos procedimentos que utilizam cobaias e quais deles não possuem métodos substitutivos – pois a legislação veda o uso de animais se

⁴¹ A proibição do uso de cobaias em escolas e universidades paulistas foi aprovada em 2017, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). O Projeto de Lei (PL) 706/2012, de autoria do deputado estadual Feliciano Filho mantém apenas as atividades de observação, exames e tratamentos de animais já feridos ou doentes, in Assembleia de São Paulo aprova lei que proíbe uso de cobaias para ensino, EBC Agência Brasil, 2017, disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-06/assembleia-de-sao-paulo-aprova-lei-que-proibe-uso-de-cobaias-para-ensino>.

⁴² Fátima ChuEcco, ANDA, 22/11/2017.

houver substituição. Um foi respondido superficialmente e o outro, ratificando o pedido, foi simplesmente ignorado.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) também se posiciona contra o fim da vivissecção em cobaias. Diz um ofício da Pró-reitoria de Pesquisa da Unicamp de agosto de 2017:

A extinção do treinamento adequado de tais profissionais certamente resultará em aumento significativo de erros médicos e falhas em procedimentos, podendo gerar perdas de vidas de animais domésticos, de produção, bem como de seres humanos, sendo os prejuízos maiores que eventuais ganhos.

Ofício da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) afirma que a proposta a ALESP “representa enorme prejuízo ao ensino, com o potencial de comprometer e, possivelmente, inviabilizar as atividades de formação de profissionais qualificados”.

Apesar das alegações das três universidades públicas brasileiras, desde 2016, as 202 faculdades médicas existentes nos EUA e Canadá não utilizam mais animais nas salas de aulas, segundo o Comitê de Médicos para a Medicina Responsável⁴³ (com sede em Washington e 12 mil médicos associados em todo o mundo).

No Brasil, várias universidades já deixaram de usar cobaias no ensino como a Faculdade de Medicina do ABC, FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), Anhembí-Morumbi, FAM (Faculdade das Américas), Universidade de Guarulhos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Tocantins, Faculdade Metropolitana de Manaus e Universidade Federal de Pernambuco. Essas instituições vêm realizando mudanças diante das pressões dos ativistas.

No ano seguinte, em abril de 2013, manifestantes realizaram novo protesto antivivissecção na Avenida Paulista. Os ativistas entregaram panfletos e recolheram assinaturas para petições pelos animais. O portal vegano Veggi & Tal condenou faixa utilizada por alguns manifestantes pedindo a substituição dos animais por assassinos e pedófilos.

⁴³ Cf. em: conheca-o-trabalho-do-comite-de-medicos-para-a-medicina-responsavel/, disponível em: <http://animaisnoensino.com.br/2017/09/07/>, consultado em 26/11/2015.

Imagem 1: Ativistas invadem Instituto Royal em 2013.

Um marco na proteção animal no Brasil ocorreu em outubro de 2013, quando dezenas de ativistas invadiram o laboratório do Instituto Royal, em São Roque (SP), e resgataram cerca de 200 cães da raça *beagle* que estavam sendo utilizados para experimentação. O prédio foi invadido novamente em novembro para a retirada de coelhos e ratos também utilizados nos testes.

De acordo com os ativistas, a ação se deu por conta de uma denúncia anônima de que os cães estariam sofrendo maus tratos por gritarem ostensivamente, além de estarem sendo abatidos. Em setembro, houve manifestação em frente ao laboratório contra os testes do Instituto. No dia 12 de outubro, seis dias antes da invasão, alguns ativistas se acorrentaram em frente ao portão do laboratório em protesto aos métodos do instituto, chamando a atenção da mídia.

O Instituto alegou fazer as pesquisas e testes de produtos cosméticos e farmacêuticos de acordo com as normas e exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O resultado foi o encerramento das atividades do

Instituto em São Roque ainda em novembro de 2013, mas manteve-se a unidade em Unidade em Porto Alegre, (RS), conhecida como Genotox Royal.⁴⁴

Na ocasião, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), João Carlos Basílio, afirmou que a indústria brasileira de cosméticos não realizava mais testes em animais. “O que ocorre é que muitas matérias primas que ainda hoje são usadas, lá atrás provavelmente foram testadas em animais e assim ficou comprovada sua segurança”, disse Basílio. Já o biólogo Frank Alarcón, representante no Brasil da organização Cruelty-Free International, disse que essa informação carecia de provas.

Os ativistas alegaram maus tratos nos testes para justificarem a invasão no Instituto Royal, mesmo sendo contra a vivissecção. A mídia, de um modo geral, considerou o ato ilegal e violento. Vários pesquisadores também condenaram o ato porque pesquisas em prol dos seres humanos estariam sendo prejudicadas. Por outro lado, o tema da vivissecção ganhou força e vários programas de TV e da internet passaram a tratar do tema chamando não só pesquisadores do Instituto, mas os que são contrários à utilização de animais e ativistas para manifestarem-se sobre a experimentação animal.

Nas redes, foi visível o apoio da população, principalmente pelo fato de muitos não saberem da existência de testes, e, sobretudo, por serem usados cães de raça, animais que são considerados dóceis e criados dentro das famílias.⁴⁵

Outra ação importante contra os testes em animais foi realizada em setembro de 2016, contra a Natura, empresa brasileira do ramo de cosméticos. A companhia lançou no Facebook um vídeo para comemorar 10 anos sem

⁴⁴ Nota Sobre O Encerramento Definitivo Das Atividades Do Instituto Royal, Fabio Chaves, Vista-se, 2013, disponível em <https://www.vista-se.com.br/nota-sobre-o-encerramento-definitivo-das-atividades-do-instituto-royal/>.

⁴⁵ Vários veterinários temeram por suas pesquisas que geraram uma onda de boatos sobre futuras invasões em laboratórios, o que não ocorreu. Um deles manifestou preocupação com sua pesquisa na USP, onde havia material coletado para investigar novos tratamentos para doenças renais em cães. Mas o alívio veio quando lhe garanti que ninguém destruiria sua pesquisa, uma vez que as coletas eram feitas nos animais em tratamento com seus tutores e que eles não sofriam maus tratos e nem foram contaminados artificialmente. O mesmo veterinário temia por uma invasão anunciada ao Instituto Butantã ao revelar que “cientistas” faziam pesquisas com um macaco confinado em laboratório contaminado com o vírus ebola.

testar em animais. No vídeo, a empresa apresenta as tecnologias que utiliza para garantir a segurança de seus produtos sem utilizar animais.

Contudo, os ativistas questionaram a Natura no próprio Facebook, acusando a companhia de não conseguir provar que toda sua cadeia de produção estaria livre de exploração. Isto porque não só a Natura, mas várias empresas de cosméticos terceirizam os testes para laboratórios, como o extinto Instituto Royal, além disso, os ativistas acusaram a empresa de ainda utilizar ingredientes de origem animal.

A empresa confirmou o fato, mas reiterou sua intenção de substituir gradualmente os ingredientes, como o caso da cera de abelha. Sobre os testes, afirmou ser possível haver testes, mas para empresas onde os mercados locais exigem o procedimento. Apesar de ter sido citada como cliente do Instituto Royal pela CPI dos Maus-Tratos a Animais, instalada pela Câmara dos Deputados em 2013, por conta da invasão no Instituto Royal, a Natura alegou não se tratar de testes.

Não exportamos para a China. Além disso, não realizamos testes em animais para entrar em outros mercados e não solicitamos que nossos parceiros (universidades, fornecedores, outros) façam testes em animais. Quando não é possível garantir a segurança do ingrediente sem teste em animal, o desenvolvimento do ingrediente é cancelado por nós.⁴⁶

O caso foi emblemático para a causa, quando uma empresa do porte da Natura vem se explicar e se justificar nas redes sociais para os ativistas e consumidores a respeito de seus métodos éticos na produção de cosméticos.

A ONG PEA e o site Vista-se mantêm uma lista das empresas de cosméticos que fazem testes e outra com as que não fazem, oferecendo alternativa ao consumidor. As principais empresas condenadas pelos ativistas são Unilever, Procter e Gamble, Johnson & Johnson, L'Oreal, Revlon, Nestlé, Avon, Bic, Gillette, Close-up, Dolce & Gabbana, L'Occitane, e Mary Kay.

⁴⁶ Cf. no Facebook, página da Natura, disponível em <https://www.Facebook.com/natura.br/videos/10157491103550422/>.

2.2.5.1 Métodos alternativos

Vários métodos alternativos à vivisseção já foram desenvolvidos e comprovadamente têm maior eficiência. Os métodos mais conhecidos são:

Cultura celular e tissular, utilização combinada de testes, pesquisa clínica e epidemiológica, técnicas de imagens não invasivas, teste AMES, placenta, farmacologia quanta, Eyetex, cromatografia e espectroscopia, corrositex, autopsias e estudos post mortem, estudos microbiológicos, audiovisual, ADM (*Agarose Diffusions Method*), kits diversos, modelos e simuladores, filmes e vídeos interativos, simulação e realidade virtual, auto-experimentação, estudos observacionistas, experiências in vitro etc.⁴⁷

Rosely Bastos, fundadora-presidente da FBAV (Frente Brasileira para Abolição da Vivisseção), afirma que a experimentação animal é uma “fraude médica científica” porque não há como se recriar as circunstâncias em que a doença foi adquirida.

Em seminário realizado em comissões de Bioética e Biodireito (CBB) e de Proteção e Defesa dos Animais (CPDA) da Ordem dos Advogados do Brasil OAB do RJ, cientistas e pesquisadores denunciaram uma ineficácia maior do que a divulgada nos testes de produtos e medicamentos em animais⁴⁸. Segundo eles, “apenas de 5% a 12% dos produtos que passam em testes em animais são aprovados em humanos. Temos então 88% a 95% de falhas, o que demonstra que essa é uma ciência claramente problemática”, afirmou o biólogo e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF) Róber Bachinski.⁴⁹

De acordo com os pesquisadores, as diferenças de organismos entre um rato e um camundongo chegam a 60%, o que leva a crer que em relação aos humanos as diferenças devem ser muito maiores.

Em novembro de 2017, a professora Maria José Alves da Rocha, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP), da Universidade de São

⁴⁷ Vivisseção, Rancho dos Gnomos, disponível em <http://www.ranchodosgnomos.org.br/vivisseccao.php>.

⁴⁸ A ineficácia de testes em animais é denunciada em seminário na OAB/RJ, Anda, 2014, disponível em <https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/188868091/ineficacia-de-testes-em-animais-e-denunciada-em-seminario-na-oab-rj>.

⁴⁹ Ibidem.

Paulo (USP), foi uma das vencedoras do Prêmio de Métodos Alternativos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O trabalho premiado intitulado 'Alternativas ao Uso de Animais para Ensinar Diabetes Melito' venceu na categoria "Produção acadêmica".

O Ministério premia trabalhos voltados para as pesquisas que propõe métodos alternativos à utilização de animais, e tem colaborado para um aprofundamento no tema, sendo que um total de 83 trabalhos foram apresentados por profissionais e estudantes de pós-graduação que não utilizam mais a experimentação animal em suas pesquisas.

Em 2015, o prêmio Lush, a maior premiação internacional para iniciativas alternativas aos testes em animais, foi concedido à pesquisadora Bianca Marigliani, doutoranda em biotecnologia pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Marigliani trabalha para adaptar células a um meio de cultivo sintético, isto é, sem soro bovino fetal.

2.2.6 Tradição e entretenimento

Muitas ações violentas são realizadas em todo o mundo tanto contra animais como contra seres humanos que são justificadas pela tradição cultural. Essas práticas geram muita polêmica entre autores de várias vertentes do pensamento filosófico e antropológico.

Para o teólogo e teórico dos direitos humanos, João Batista Libânio, há que se encontrar um denominador comum entre as diferentes culturas, para que nenhuma se sobreponha a outra. "Em nome dela se condenam, em todas as partes e culturas, a tortura, o racismo, a escravidão, a exploração do ser humano pelo ser humano, etc. Se isso nem sempre foi claro, hoje o é e já não se pode regredir a uma etapa anterior"⁵⁰

Há os que afirmam que, a despeito da importância cultural, toda e qualquer violência praticada contra uma vida deve ser repudiada, mesmo que

⁵⁰ Libânio, João Batista -Tradições culturais e direitos humanos, 07/05/2010, domtotal.com, disponível em <http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=1354>.

em nome da tradição. Para esses autores, valores universais, como o direito à vida, devem prevalecer sobre os locais. O universalismo está acima das culturas e questões nacionais. O universalismo invoca a razão universal que se sobrepõe a valores particulares, principalmente quando se trata da violação de corpos. (ALBIERE, 2012).

O universalismo também pode ser visto como uma manifestação de natureza biológica a partir da teoria de Tim Ingold (1995) que, como foi visto, entende que a igualdade entre humanos e não humanos está na qualidade que os humanos têm de universal, que seria, por exemplo, a capacidade de sentir dor. Desta forma, não há como se afirmar que haveria a imposição de valores de uma cultura sobre outras.

Segundo Giselle Araujo, em um estudo relacionando as conceitualizações das diversas religiões do mundo com os direitos humanos, concluiu que, num primeiro momento, o termo direito não é naturalmente inerente a essas religiões que se apegam em demasia às obrigações do indivíduo. Por outro lado, diz a autora:

Estes posicionamentos, num primeiro momento, poderiam inspirar uma relativização dos direitos humanos, eis que erigidos sob os pilares de valores e concepções que só são aceitáveis no ocidente. Mas, num olhar mais detido, despertam a necessidade de buscar-se uma universalidade para os direitos humanos que contemple a diversidade cultural, efetivando o que Arendt (1973, p. 24) chamou de “direito a ter direitos.”⁵¹

Por outro lado, há culturas em que os próprios indivíduos que vão sofrer em seus corpos um ato violento se negam a não participar, uma vez que a recusa redundaria em sua não inclusão como membro de uma determinada comunidade. As próprias vítimas, portanto, legitimam a violência por considerarem algo natural dentro de uma tradição cultural, como em algumas comunidades indígenas onde adolescentes sofrem processos dolorosos nos ritos de passagem.

⁵¹ Os Direitos Humanos sob a ótica das diferentes tradições religiosas, Giselle Marques de Araújo Lex Humana, v.3, ,n.1, 2011, p.17.

2.2.6.1 Rituais religiosos

Esse questionamento se coloca novamente em rituais de algumas religiões que sacrificam animais e os apresentam como oferendas às suas divindades. Os ativistas se posicionam claramente contra tais tradições e os locais onde esses rituais são praticados são constantemente denunciados pelo movimento.

As redes sociais trouxeram recentemente um polêmico projeto de lei do deputado estadual Edson Portilho, do Rio Grande do Sul, aprovado em 2004, pela Assembleia Legislativa do estado, que livra de punição por maus tratos em animais em cultos das religiões de origem africana que praticam sacrifícios, como o candomblé. O Ministério Público gaúcho tentou derrubar a exceção, uma vez que no Brasil, essa prática é considerada crime com pena de prisão de três meses a um ano. Por ter o pedido negado, o órgão recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão final valerá apenas para o Rio Grande do Sul, mas pode influenciar os tribunais dos demais estados do país.

Os fiéis exigem sua aprovação argumentando que a não regulamentação tem por trás interesses outros como cercear de forma racista a crença de afrodescendentes, uma vez que as principais religiões que sacrificam são praticadas por negros.⁵²

A proteção animal nega que esse seja o objetivo, mas apenas defender os interesses dos animais, que alegam ter direito à vida. Maria Luiza Nunes, membro do Movimento Gaúcho de Defesa Animal, compara o sofrimento desses animais ao que ocorre em matadouros. “Não é porque não podemos, ainda, tirar os animais dos matadouros, que devemos fechar os olhos para outras práticas cruéis e exploratórias”, afirmou.⁵³

⁵² Veja-se artigo Amorim, Thamires Arrais – Direitos dos animais e ética utilitária de Peter Singer: o caso dos sacrifícios religiosos, maio de 2012, disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direitos-dos-animais-e-%C3%A9tica-utilit%C3%A1ria-de-peter-singer-o-caso-dos-sacrif%C3%ADcios-religiosos>>, consultado em fevereiro de 2015. A autora justifica o sacrifício de animais mediante a teoria de Singer, porque os interesses dos fiéis estariam acima dos interesses dos animais.

⁵³ Como está a discussão sobre a legalidade do sacrifício religioso de animais, André Cabette Fábio 18 Jan 2017, Nexo, disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/18/Como-est%C3%A1-a-discuss%C3%A3o-sobre-a-legalidade-do-sacrif%C3%ADcio-religioso-de-animais>.

A antropóloga Carmen Junqueira (2004) ao analisar as transformações sociais da comunidade indígena Kamaiurá, afirma que algumas mudanças estruturais pelas quais passam uma comunidade não resultam em profundas mudanças culturais. Mesmo que o grupo realize substituições de objetos em alguns rituais, a essência da cultura consegue se manter. Diz a autora:

Mudanças num desses níveis não afetam necessariamente, o outro, isto é, a estrutura social pode sofrer alterações sem que isso provoque de imediato perturbações culturais importantes.⁵⁴

Esta argumentação permite concluir que tradições religiosas podem passar por mudanças em seus rituais, levando em consideração valores vigentes que norteiam a sociedade na qual essa tradição está inserida, sem que se perca a essência da religião em questão.

A Igreja Católica, por exemplo, passou por algumas modificações em seu ritual principal que é a missa, que antes era feita em latim, ou ainda a abolição dos confessionários, obrigatórios antes da comunhão.

2.2.6.2 Rodeios, Farra do boi, Touradas e Vaquejadas

O rodeio é uma atividade que envolve provas de montaria em animais, geralmente bois e cavalos. O praticante deve permanecer certo tempo sobre o animal, o que conta pontos favoráveis, além de provas específicas, como laçar um bezerro e imobilizá-lo. Algumas medidas são realizadas previamente nos animais para que estes pulem durante a prática, de modo que tentem derrubar o montador. Os defensores da modalidade afirmam que se trata de uma prática esportiva e cultural dada a tradição do evento, já os defensores dos animais garantem que os animais sofrem maus tratos e que não se trata de uma atividade de tradição cultural.

A atividade do rodeio teve origem Centro Oeste dos EUA (Martins 2014), no século XIX. Criadores de gado adaptaram costumes oriundos do México,

⁵⁴ JUNQUEIRA, Carmen. "Dinâmica Cultural", Revista de Estudos e Pesquisas, Fundação Nacional do Índio, 2004, Scientiae Studia, versão impressa ISSN 1678-3166, Sci. stud. vol.12 no.2 São Paulo abr./jun. 2014.

colonizados por espanhóis, que chamavam a prática de “rodeo”, que significa rodear, cercar o gado. A atividade sofreu modificações e passou a levar em conta as habilidades dos vaqueiros na montaria. Na década de 1950 passou a ser considerada como prática esportiva nos EUA, criando campeonatos e os participantes chamados de cowboys.

No Brasil, o rodeio teve início na década de 1950, na cidade de Barretos, São Paulo, que tinha como atividade principal a pecuária. Atualmente, os rodeios são praticados em vários municípios brasileiros nas festas conhecidas como “Festa do Peão de Boiadeiro”. A festa surgiu em 1956, inspirada nos rodeios norte-americanos, oriunda de torneios praticados pelos peões com finalidade lucrativa, sendo parte destinada a entidades beneficentes.

No Brasil, somente a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, conta anualmente com um público de mais de um milhão de pessoas, movimentando um montante de mais de 200 milhões de reais⁵⁵.

Os rodeios foram importados dos Estados Unidos, proliferaram no Brasil a partir dos anos 80. Segundo a Federação Nacional do Rodeio Completo, só em 1997 foram realizados 1200 rodeios. Antes de entrarem na arena, os bois têm seus órgãos sexuais apertados com o sedém, as provas de laço consistem em capturar os bezerros pelo pescoço.

Dentre os instrumentos mais utilizados para que os animais corcoveiem, há alguns que podem ser vistos pelo público como o sedém, que é uma cinta ou corda amarrada na virilha do boi que faz o animal pular não porque é bravo, como pensa o público, mas para se livrar do aperto na região que lhe confere dor.

Momentos antes de o brete ser aberto para que o animal entre na arena, o sedém é puxado com força, comprimindo ainda mais a região dos vazios dos animais, provocando muita dor, já que nessa região existem órgãos, como parte dos intestinos, bem como a região do prepúcio, onde se aloja o pênis.⁵⁶

⁵⁵ Investir na Festa do Peão de Barretos virou negócio lucrativo para marcas, IstoÉ, 2013, disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130820/investir-festa-peao-barretos-virou-negocio-lucrativo-para-marcas/125184>, consultado em 2015.

⁵⁶ Rodeios: cultura e esporte, ou prática cruel e desprovida de identidade?, Renata de Freitas Martins, Rancho dos Gnomos, disponível em <https://www.ranchodosgnomos.org.br/boletim/colunajur11.htm>.

A substituição da cinta por um sedém macio não evita o sofrimento do animal, segundo Martins, porque a região é extremamente delicada e sensível que é comprimida enquanto o peão fica no dorso do boi.

Os peões montam os bois com esporas, objetos pontiagudos, colocadas em suas botas, com as quais golpeiam o animal. Quanto mais golpes, mais pontos ganha o competidor. No item chamado peitera são colocados sinos, os quais produzem um barulho também com o objetivo de irritar o animal.

Os animais são submetidos a outros procedimentos antes de sua entrada nas arenas. São colocados objetos como pregos, pedras, alfinetes e arames sob a sela do animal; tomam choques elétricos nas regiões mais sensíveis; pimentas são introduzidas no corpo causando ardor. Em algumas provas, os bois têm seus chifres serrados sem anestesia.

Segundo Martins, a única coisa positiva é que os animais entram bem alimentados na arena. A seu ver, a prática de rodeios é inconstitucional e ilegal e fere o Decreto de (24.645/34) e a Lei de Crimes Ambientais, que considera esses atos como crimes de maus-tratos (lei 9.605/98, artigo 32).

Laudos e pareceres veterinários comprovam a realização de maus tratos nos rodeios, conforme argumenta a professora Júlia Matera, presidente da comissão de ética da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, sobre a potencialidade lesiva de sedém, peiteiras, choques elétricos e mecânicos e esporas em cavalos e bois:

A utilização de sedém, peiteiras, choques elétricos ou mecânicos e esporas gera estímulos que produzem dor física nos animais, em intensidade correspondente à intensidade dos estímulos. Além da dor física, esses estímulos causam também sofrimento mental aos animais, uma vez que eles têm capacidade neuropsíquica de avaliar que esses estímulos lhes são agressivos, ou seja, perigosos à sua integridade.⁵⁷

Em relação às provas de laço, o veterinário, Dr. José Lincoln Leite de Campos, afirma em laudo, que o bezerro, ao fugir na arena é laçado pelo peão, e “sofre um tranco, podendo ocorrer danos no seu pescoço, causando lesões

⁵⁷ Utilização de animais em Rodeios, parecer técnico, Revista Brasileira de Direito Animal, disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/download/10638/7685>.

leves, graves ou gravíssimas, reversíveis ou irreversíveis, podendo até leva-los à morte".⁵⁸

No que concorda o veterinário E. J. Finocchio:

Testemunhei a morte instantânea de bezerros após a ruptura da medula espinhal. Também cuidei de bezerros que ficaram paralíticos e cujas traquéias foram total ou parcialmente rompidas. Ser atirado violentamente ao chão tem causado a ruptura de diversos órgãos internos, resultando em uma morte lenta e agonizante.⁵⁹

São inúmeros detalhes registrados nos laudos dos peritos tratando do sofrimento animal, causado por estresse e medo. Há um aumento da frequência cardíaca, da pressão arterial, dilatação dos brônquios e pupilas.

Desta forma, Martins conclui que o rodeio não pode ser considerado uma prática esportiva, que literalmente significa "conjunto de exercícios físicos praticados com método, individualmente ou em equipe", mas o que ocorre é uma dependência total dos participantes para com os animais, não causando um bem-estar e trazendo um bem a sua saúde, mas o contrário.

Em se tratando da alegação de que o rodeio gera empregos e renda, diz o promotor Laerte Levai:

Não se pode aceitar a tortura institucionalizada de animais com base na supremacia do poder econômico, nos costumes desvirtuados ou no argumento falacioso de que sua prática se justifica em prol do divertimento público, sob pena de se adotar a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios.⁶⁰

Vaquejada

A vaquejada⁶¹ pode ser comparada a uma variação dos rodeios e consiste numa competição em que vaqueiros montados a cavalo em duplas tentam derrubar um boi, puxando o animal pelo rabo, de forma a imobilizá-lo numa área demarcada do terreno. Entretanto, diferentemente do que era feito no passado (a prática teve início no século XVIII), os bovinos são hoje

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ , Orlandi, Vanice Teixeira Orlandi boletim do IBCCRIM de fevereiro de 2000, apud Cruéis Rodeios – a exploração econômica da dor.

⁶¹ A farra do boi também é outra tradição realizada em Santa Catarina, por homens, mulheres e crianças, que munidos de paus, facas e pedras, perseguem o boi e o lincham até a morte. O governo local considera a farra do boi um movimento "cultural".

enclausurados, açoitados e instigados para que corram quando aberto o portão, causando danos psicológicos comparados à tortura, bem como danos físicos sérios quando estão na arena, visto que em velocidade são agarrados pelo rabo e torcidos até cair com as quatro patas para cima, para serem dominado pelos vaqueiros.

Ainda que essas ações de maus tratos se mantenham elas vêm sendo cerceadas aos poucos pela Justiça, que acaba desencorajando a participação do público.

Os rodeios têm registrado uma diminuição no público nas apresentações das provas com os animais na região Sudeste. A maior parte comparece para assistir aos shows musicais.

Diversas cidades brasileiras estão proibindo a realização de rodeios em seus limites, como, por exemplo, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Sorocaba (SP), Guarulhos (SP), Jundiaí (SP) e Campinas (SP). Várias decisões judiciais ainda estão em curso em outras localidades cerceando a atividade.

O desembargador Péricles Piza, do Tribunal de Justiça de São Paulo, mantém proibição da prova de laço e da prática da vaquejada no município de Barretos. A decisão foi tomada em janeiro de 2016, e atendeu pedido do procurador-geral de Justiça de São Paulo em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) requerendo a revogação da Lei Municipal nº 5.056, de 10 de fevereiro de 2015, que permitia as práticas.

Diz o desembargador: "Incutir medo, dor, sofrimento e morte a outros seres não é algo que queremos perpetuado em nossa cultura".⁶²

"No que tange à alegação de que a Festa do Peão de Barretos movimenta a economia e o turismo, não é hipótese discutida nos autos o cancelamento da Festa, tão somente a realização das provas de laço e vaquejada, o que, diante de todas as outras inúmeras atividades ocorridas, inclusive atrações musicais de grande expressão nacional, em nada alteraria o público e o lucro financeiro",⁶³ afirmou o desembargador Péricles Piza.

⁶² TJ-SP mantém proibição a prova de laço e vaquejada no rodeio de Barretos, 13 janeiro 2016 16:32, site OdeioRodeio, disponível em <http://odeiorodeio.com/site/tj-sp-mantem-proibicao-a-prova-de-laco-e-vaquejada-no-rodeio-de-barretos/>.

⁶³ Ibidem.

Em seu voto, Piza informou ter levado em consideração a análise de especialistas da Faculdade de Veterinária da USP, que deixam claro “que é irrefutável o sofrimento físico e mental suportados pelos animais submetidos às essas provas, caracterizando maus tratos, injúrias e ferimentos”.

Segundo o relator:

Na prova do laço, conhecida também como calf roping, o bezerro, com cerca de apenas 40 dias de vida, lactentes, enquanto está correndo, é laçado pelo peão montado a cavalo, em velocidade. O laço em seu pescoço faz com que o bezerro estanque abruptamente, caindo sobre o solo. Ele então é erguido do solo pelo peão, sendo seguro pela prega cutânea que se dispõe entre o tronco e a parte traseira e é novamente atirado ao solo, agora em decúbito lateral, sendo três de suas patas amarradas juntas.

Em novembro de 2017, o juiz Olavo Sá Pereira da Silva, da 2ª Vara da Fazenda Pública, concedeu liminar suspendendo a Festa do Peão de Osasco. O juiz acatou pedido do Ministério Público após ação movida por um munícipe questionando o descumprimento de lei que proíbe maus tratos a animais.

No caso das vaquejadas existem três projetos de lei federal (6.298, 6372 e 6505, todos de 2016) que tratam da prática da vaquejada e visam, entre outras coisas, a proibir a crueldade com os animais, prevendo, além da responsabilização cível e criminal de quem os submete a tratamento cruel, a proibição de esporas e chicotes, o uso de protetor de rabo do boi, a proteção de camada fofa de areia e a presença de veterinário nos eventos. Serão suficientes essas medidas?

Também em outubro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a Lei 15.299/2013, do Ceará, que regulamentou a vaquejada como prática desportiva e cultural no Estado.

Os ministros entenderam que há “crueldade intrínseca” aplicada aos animais, afirmando que o dever de proteção ao meio ambiente se sobrepõe aos valores culturais da atividade desportiva. O ministro relator, Marco Aurélio Mello, afirmou que laudos constantes demonstram consequências nocivas à saúde dos animais em questão.

Ainda que profissionalizada, no entendimento da maioria dos ministros, a prática oferece riscos aos animais. Assim, o STF entendeu que o termo “crueldade”, equipara à tortura os maus-tratos impostos aos bois e cavalos

durante a prática da vaquejada, sendo, portanto, “intolerável a conduta humana autorizada pela norma estadual atacada”.

Apesar de todo o cerceamento que os rodeios e as vaquejadas vem recebendo, a Câmara dos Deputados e o Senado sancionaram em novembro de 2017 a Lei 13.364, que eleva as duas atividades à condição de manifestações da cultura nacional e de patrimônio cultural imaterial.

As ações judiciais pululam no País proibindo tanto a vaquejada quanto os rodeios ou proibindo ao menos parte de acessórios utilizados nos rodeios. Os ativistas também tem se manifestado em praticamente todas as cidades que realizam essas práticas com os animais. Portanto, deve-se supor que tanto Senado e Câmara atuam no sentido de atender interesses de lobbies de empresários do ramo, dado que têm como legítimos representantes a bancada ruralista.

Assim sendo, não é uma questão fechada ainda, os poderes não entraram num consenso a respeito e a pressão popular pode resultar em medidas de suspensão haja vista a diminuição da participação do público nesses eventos.

Os touros também são animais explorados em alguns países europeus, nas famosas arenas de touradas, que resistem em acabar pela força da tradição. Um toureiro enfrenta um touro selvagem numa arena fazendo-o ficar desnortado com uma capa e lhe aplica golpes fincando lanças ao longo do corpo do animal, que sangra até a morte.

Várias foram as tentativas de se introduzir as touradas no Brasil, mas, felizmente, sempre foram derrotadas. A Espanha é o país que lidera o evento. Antes da tourada, diz Dias, o touro é preparado:

São colocados tufos de papel molhado em seus ouvidos, seus chifres são cortados para que se desorienta, vaselina é colocada em seus olhos, para nublar sua visão, chumaços de algodão são colocados em suas narinas, para obstruir sua respiração, soluções irritantes são passadas em suas pernas para que cambaleie, agulhas são inseridas em seus órgãos genitais. Seus chifres são lixados, pra que fique mais indefeso, (...) fortes laxativos são lhe ministrados na véspera para que enfraqueça. (2000)

Dado que o movimento animalista tem caráter mundial, os ativistas no Brasil participam de vários protestos pela internet contra as touradas na

Espanha, Portugal e sul da França. Cada vez que um touro vai entrar na arena, os ativistas locais divulgam seu nome e uma petição, que é compartilhada mundialmente pedindo pela vida do touro.

2.2.6.3 Círcos

Muitos círcos ainda exploram animais em suas apresentações pelo mundo todo. Eles realizam números e acrobacias para entretenimento do público, ou mesmo para exposição. Desde animais domesticados como cães, gatos e cavalos, como animais exóticos selvagens como leões, ursos e elefantes vivem a vida confinados, isolados dos demais de sua espécie, e recebem treinamentos violentos, passando fome para obedecerem aos exercícios. Os leões costumam ter suas garras e dentes arrancados, elefantes e macacos ficam acorrentados fora do espetáculo. Quando atingem idade avançadas ou estão doentes, muitos donos de círcos descartam os animais em locais longínquos para viverem à própria sorte.

Dados da ONG Holocausto Animal:

os animais passam a maior parte de suas vidas em vagões, gaiolas e correntes, tendo vidas artificiais. Na natureza, os elefantes selvagens, por exemplo, vivem em grandes manadas e andam até 25 quilômetros todos os dias. Tigres, leões e outros animais também estão sempre em movimento nos seus habitats nativos. Em contrapartida, no circo, os animais ficam confinados e treinam cerca de 300 dias por ano.⁶⁴

Ainda segundo a ONG, há negligência e omissão. Os relatórios de inspeção do USDA constantemente revelam que os animais são privados de água limpa, comida fresca e de cuidados mínimos. Muitas vezes, não há nenhum veterinário ou, se houver, ele não é informado das condições dos animais, assim, os animais doentes e feridos são tratados de forma incorreta. Conforme a USDA, “os círcos possuem alimentos mofados, falta de água e

⁶⁴ Círcos com animais: exploração, abusos e escravidão, site Holocausto Animal, disponível em <https://oholocaustoanimal.wordpress.com/2014/05/15/circos-com-animais-exploracao-abusos-e-escravidao/>.

produtos químicos próximos do abastecimento de alimentação, além de medicamentos vencidos que são dados aos animais”.⁶⁵

No Brasil, vários estados já proibiram a apresentação de animais em circos, são eles: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Em 2009 a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o PL 7291-2006, que acaba com o uso de animais da fauna silvestre brasileira e exóticos (importados) na atividade circense.

Em outubro de 2011, Brasília, DF, foi palco de uma manifestação contra a utilização de animais em circos. A manifestação foi fruto de uma parceria entre a WSPA e a *Animal Defenders International* - ADI, com um apelo para a proibição federal do uso de animais em circos e aprovação do PL de 2006.

As duas Ongs colocaram enorme leão inflável em frente ao Congresso Nacional como símbolo de protesto pelo uso e exploração de animais em circos, prática que ainda persiste em diversos estados do Brasil.

Durante o protesto, a WSPA apresentou ainda uma lista com mais de 23 mil assinaturas de um abaixo-assinado promovido pela organização. Vale salientar que a WSPA é uma ONG de cunho bem-estarista e não propôs melhorias e diminuição dos maus tratos dos animais nas apresentações circenses, mas a proibição efetiva da participação nos espetáculos.

Na cidade de São Paulo, a Câmara dos Vereadores de São Paulo derrubou, em junho de 2005, o veto do então prefeito José Serra ao projeto de lei que proíbe o uso de animais em apresentações de circo. O projeto foi apresentado em 2003 pelo ex-vereador Roger Lin. Uma campanha contra animais em circos foi iniciada no mesmo ano pela ONG. Muitas manifestações continuaram a ser feitas em São Paulo devido ao descumprimento da lei. O circo Stankovitch se apresentou em São Paulo na zona Leste com seus animais, onde houve concentração de manifestantes que alertavam o público sobre a lei. O circo Stankowich foi alvo de várias manifestações, por não respeitar a lei. Em uma de suas apresentações em São Paulo, na zona Leste, manteve animais nos shows. Uma manifestação da qual estive presente

⁶⁵ Ibidem.

conseguiu acabar com as atividades do circo no local, após os ativistas enfrentarem a PM.

No Estado de São Paulo, o governador Geraldo Alckmin já em agosto de 2005 promulgou a lei que institui o Código de Proteção aos Animais, um projeto apresentado pelo deputado estadual Ricardo Trípoli, em 2003. A lei proíbe apresentação de animais em espetáculos circenses e regulamenta o uso de animais em experiências científicas e o abate. As punições previstas vão de advertência e multa até a perda da guarda do animal ou a interdição definitiva de instituições e empresas, conforme a gravidade dos danos.

Em janeiro de 2015 foi aprovado em Goiás o projeto de lei 3370/14, criado pela ARPA-Brasil (Associação pela Redução Populacional e Contra o Abandono de Animais) e apresentado pelos deputados Karlos Cabral e Mauro Rubem de Goiás, que estabelece a proibição em todo o território do Estado de Goiás para espetáculos circenses que utilizem, ou tenha como atrativo, a exibição de animais de quaisquer espécies, domésticos ou silvestres, nativos ou exóticos. Circos com animais já eram proibidos na cidade de Goiânia desde 2013. Assim, Goiás é o 11º estado brasileiro a proibir circos com animais.

2.2.6.4 Caça e pesca esportivas

A pesca esportiva é praticada como esporte sem ter em vista a subsistência do pescador. Uma das modalidades mais populares da pesca esportiva é a praticada utilizando-se vara de pesca, mas há as realizadas com arpões. Ela é praticada no mar, rios e lagos. Outra modalidade, que os praticantes acreditam ser ecologicamente corretos, é quando o pescador apanha o peixe e o devolve em seguida:

No entanto, o animal ferido pelo anzol e pela ação da captura mesmo solto acaba morrendo por esses danos. Independente do nível das lesões, esta prática é igualmente reprovada [pelos ativistas] como as

outras, pois ainda nela o animal é visto como objeto, mercadoria ou elemento para fins de entretenimento.⁶⁶

Estudos mostram que os animais marinhos têm estímulos semelhantes aos dos seres humanos como amizade, felicidade, mas também à ansiedade, frio, fome, medo, dor.

Os peixes capturados do mar por redes têm morte dolorosa por descompressão (tendo seus órgãos internos rompidos violentamente) ou ainda agonizar lentamente, morrendo sufocados.

Para retardar o processo de decomposição até que os animais sejam colocados à venda, os animais aquáticos são mantidos vivos em gelo, após sua captura ou retirada das redes, o que prolonga o sofrimento do animal, que está morrendo por sufocação.⁶⁷

Os animais aquáticos criados em cativeiro sofrem por excesso de população e disputam o oxigênio dos tanques em que sobrevivem.

No processo do abate nas pescas não esportivas os peixes são mortos batendo-os contra o chão ou com marteladas na cabeça.

Os caranguejos, camarões, lagostas, também apreendidos pela pesca de abate são mortos deixados vivos em água fervente.

Segundo Francione (2013), pesquisas demonstraram que os peixes também são seres sencientes e sofrem ao sufocarem fora da água e machucados pelos anzóis. A sobrepesca chega a causar danos nas biodiversidades dos oceanos. Pescadores comerciais chegam a descartar 15 toneladas de peixes para cada tonelada de pesca de camarão.

Já a caça esportiva nos EUA resulta na morte de cerca de 200 milhões de animais por ano (FRANCIONE, 2013). As entidades que organizam as caças, como a Wildlife Conservation Fundo of America, asseveram que os caçadores têm uma tarefa de colaborar com os animais que teriam morte lenta por inanição.

Na verdade, explica Francione, essas organizações manipulam artificialmente os habitats onde se realizam as caças, para que haja um

⁶⁶ Pesca esportiva, Onca Defesa Animal, disponível em <http://www.onca.net.br/exploracao-animal/exploracao-animal-pesca-esportiva/>.

⁶⁷ Ibidem.

aumento da população da espécie a ser caçada. Rios são barrados, árvores frutíferas são plantadas, tudo para oferecer maior quantidade de alimento aos animais em questão. Isto se deve aos grandes lucros obtidos com essa atividade, na venda de licenças e equipamentos para os caçadores. A caça causa enormes danos aos animais, que sofrem imenso estresse por dias até morrerem.

Em 2013, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) autorizou em todo o território nacional a caça aos javalis ou javaporcos, resultado do cruzamento do primeiro com os porcos, com o intuito de controlar a superpopulação desses animais. O javali foi introduzido no Brasil proveniente da Europa, com o objetivo de entrar no mercado de carnes e se espalhou pelo país.

Segundo o IBAMA:

“a agressividade e a facilidade de adaptação dos javalis são características que, associadas à reprodução descontrolada e à ausência de predadores naturais, resultam em uma série de impactos ambientais e socioeconômicos”.⁶⁸

Os estados mais atingidos pela presença do animal são Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina foram abatidos 3,4 mil animais entre 2011 e 2015. Em São Paulo, os agricultores iniciaram uma caça descontrolada justificando que os animais devastam as plantações. O IBAMA autorizou a utilização de cães para farejar os animais nas caças, mas os dois lados acabam sofrendo maus tratos porque entram em luta, o que é proibido. Além disso, os caçadores não sabem diferenciar os javalis das espécies nativas.

A Assembleia Legislativa de São Paulo instalou em 2017 uma CPI dos Maus Tratos a Animais e está investigando a caça dos javalis. O deputado Feliciano Filho, presidente da CPI, afirma que há registros de maus tratos:

Essa questão da liberação da caça é absurda,” comentou deputado Feliciano filho, presidente da CPI. “Quando se diz que está liberada a caça ao javali, as pessoas começam a entrar no meio no mato, com cachorro, com arma, dando tiros a esmo. Recebemos um vídeo onde

⁶⁸ 8 dicas para entender tudo sobre a caça autorizada e abate de javalis, 2015, disponível em 8 dicas para entender tudo sobre a caça autorizada e abate de javalis, Artigo original do site SF Agro | Farming Brasil: <http://sfagro.uol.com.br/javali-ibama/>.

um caçador segura as pernas de um javali enquanto 14 cães destroçam o coitadinho, que grita por socorro, até o indivíduo enfiar uma faca no animal. Já nos chegou relatos de balas perdidas, mortes de caçadores por fogo amigo atc. Este é o resultado de quando o Estado joga para a sociedade uma responsabilidade que é dele: tortura e atrocidade.⁶⁹

A Promotora de Justiça Vania Tuglio ressaltou que o artigo 204 da Constituição Estadual proíbe a caça em São Paulo sob qualquer pretexto. Deste modo, a portaria do IBAMA não pode ser aplicada no Estado. A seu ver, seria necessário realizar amplos estudos antes de se autorizar o abate de um animal.

2.2.7 Animais de tração

Movida por força animal, a carroça foi na antiguidade o meio de transporte mais utilizado para os deslocamentos de pessoas e de cargas de um lugar a outro. No entanto, ainda hoje, apesar dos avanços em termos de meios de transportes, animais continuam a ser explorados para o uso da tração de veículos.

A vida desses animais está sempre em risco, principalmente nas rodovias e grandes centros, onde os veículos de tração não acompanham mais a urbanização. Os acidentes são cada vez mais frequentes, inclusive com a morte de animais e de seres humanos.

Na prática, proprietários de animais usados para tração exploram seus animais até a exaustão, abusando do peso, de distâncias percorridas, sob circunstâncias desfavoráveis, sem manutenção básica necessária, como o de alimento ou água ou de assistência veterinária. Além disso, em geral, os donos de animais de tração, alugam os animais para terceiros, desta forma, o animal tem jornada dupla, trabalhando dia e noite.

A ativista Paula Aviles, explica que o freio causa prejuízos aos cavalos, porque ele é ativado ao se puxar as rédeas com força, o que comprime a

⁶⁹ São Paulo discute caça ao javali, Novo Momento, 2017, disponível em <http://www.novomomento.com.br/Pol%C3%ADtica%20Cr%C3%ADtica/54152/sp-discute-caca-ao-javali>.

língua do cavalo, causando dor. Isso impede que ele engula a saliva e por isso forma uma gosma branca ao redor da boca.

Além das questões relativas ao sofrimento animal, o cavalo é obrigado a realizar uma atividade que não faz parte de sua natureza. Cavalos existem para realizar seus próprios desejos e seguir seus instintos e, dessa forma, não devem ser vistos como objetos passíveis de uso.

Em São João da Boa Vista (SP), em 2014, moradores acionaram uma entidade de proteção animal depois que o dono de um cavalo e alguns amigos espancaram o animal até a morte. Em Sumaré (SP), no mesmo ano, cavalo foi atropelado e abandonado pelo dono e ficou agonizando com as quatro patas quebradas. No dia seguinte, moradores locais acionaram vários órgãos, mas nenhum prestou atendimento. Em São Carlos (SP), em 2011, cavalo que puxava uma carroça não suportou e acabou desmaiando sobre um veículo. Depois de socorrido em coma, morreu no dia seguinte.

Certas cidades brasileiras já começaram a adotar carrinhos elétricos para a substituição das carroças, como em Brasília (DF) e Foz do Iguaçu (PR).

Em algumas cidades as carroças estão proibidas. São elas: São Paulo, Foz do Iguaçu (PR), Em Recife (PE), Porto Alegre (PR) e recentemente Taubaté, SP.

Esta última cidade passou por várias situações de confronto entre ativistas e os carroceiros, mas foram vencidos com a aprovação da lei, sancionada pela Prefeitura em fevereiro de 2017, proibindo a circulação de veículos de tração animal em vias públicas na zona urbana da cidade. O projeto, de autoria do vereador Douglas Carbonne (PCdoB), já tinha sido aprovado pela Câmara em 2016.

Na zona rural ficou liberada a circulação de veículos de tração animal e também o uso de força animal para trabalho no arado, olaria e outras atividades afins que se destinam ao pequeno produtor rural.

A ideia da lei também é incentivar os trabalhadores a aderirem a veículos que substituam os veículos de tração animal e estimular a prefeitura a criar mecanismos educacionais e profissionalizantes aos carroceiros.

A prefeitura de Taubaté informou que, depois que a lei foi sancionada, 118 famílias foram cadastradas como dependentes da atividade carroceira.

Elas foram incluídas em programas habitacionais e de capacitação para a busca de uma nova atividade econômica.

A ONG Camaleão acionou os ativistas na ocasião para pressionarem os vereadores a aprovarem o projeto de lei. Mesmo contrária à utilização de animais como transporte, a ONG Camaleão entendeu que o projeto de lei voltado apenas para redução de maus tratos redundaria em algo positivo como cadastramento das carroças na zona rural, aumentando a possibilidade de fiscalização.

A ONG Camaleão também colaborou com a questão apresentando o projeto Cavalo de Lata, que substitui a carroça por um carrinho elétrico, que pode ser colocado em ação pelo Poder Público.

A lei aprovada baseia-se em iniciativa bem-estarista inócua, porque atende apenas aos interesses dos cidadãos automotorizados, porque as carroças continuarão sendo utilizadas como transporte de carga. Neste caso, não houve uma libertação parcial dos animais de tração, mas um cerceamento da exploração que pode findar com a completa substituição das carroças pelos cavalos de lata.

Para ativista Rosangela Coelho, nenhum uso dos animais para transporte deveria ser autorizado. "Os cavalos precisam ser libertados de qualquer exploração. Eles não são veículos e nem meios de lazer", disse.

O projeto havia sido apresentado em 2013, e os debates entre os interessados - moradores, carroceiros e representantes de ONGs animalistas - se estendeu por anos.

Contudo, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) concedeu liminar derrubando a proibição das carroças de tração animal. A inconstitucionalidade da medida, segundo a Justiça, se deu porque não cabe à Câmara Municipal criar uma lei que se sobreponha ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), no qual a circulação do transporte de tração animal está prevista.

Ademais, o defensor público Wagner Giron, autor do pedido ao MP, defendeu que a atividade carroceira é tradicional no município e mantém famílias carentes da zona rural por meio do transporte de cargas e entregas na cidade com o uso de carros de tração animal. Além disso, apontou a Defensoria, a lei se restringia apenas à população carente.

Até o fechamento desta tese a Prefeitura de Taubaté ainda não tinha obtido suspensão da liminar.

2.2.7.1 Carroças em São Paulo

Em abril de 2006, o então prefeito Gilberto Kassab sancionou o projeto do então vereador Roberto Tripoli, que proíbe a circulação de cavalos e carroças pelas ruas da capital paulista. Desde 1995, uma lei já proibia o tráfego de animais nas áreas urbanas da cidade, mas a proposta nunca chegou a ser regulamentada.

Mesmo sem a existência da lei, o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Prefeitura já fazia apreensões de animais soltos pelas ruas da cidade. Cerca de 400 capturas por ano.

Pela lei, o antigo DSV (Departamento de Sistema Viário), atualmente, CET (Companhia de Engenharia e Tráfego) ficou responsável por acionar a Prefeitura em caso de trânsito de carroças, para o recolhimento do animal, que é levado ao CCZ, (Centro de Controle de Zoonoses).

A lei estabeleceu multas para quem descumprisse a proibição e manteve a liberação das carroças nas áreas rurais da cidade, não extinguindo a exploração desses animais utilizados para tração e lazer.

A ativista Cynthia Fonseca criou em 2002 o projeto Anjo dos Cavalos idealizado por Celina Valentino, com apoio da ONG Quintal de São Francisco. Com mais de seis anos de atividades do projeto, já foram salvos mais de 3.500 cavalos, tratados e encaminhados a sítios e fazendas onde passaram a ter nova vida longe dos maus tratos. A ONG negociou com o CCZ de São Paulo e conseguiu obter a autorização para tratar da saúde dos cavalos recolhidos por maus tratos no lugar de serem eutanasiados pela instituição.

Segundo Cynthia, a situação dos cavalos com donos é pior do que daqueles que foram abandonados, porque se encontram desnutridos e fazem jornada dupla de trabalho. “Os carroceiros ainda os espancam com chicotes muitas vezes atingindo os olhos dos animais e provocando cegueira. Outros

ainda andam com as patas machucadas pelo uso de ferraduras velhas e gastas”.⁷⁰

O tema das carroças ainda continua em pauta na cidade. Em 2015, o deputado Feliciano Filho protocolou projeto de lei que prevê a proibição de animais de grande porte em todo o perímetro urbano de cidades com mais de 50 mil habitantes no estado de São Paulo. No texto, o projeto prevê a regulamentação da permanência e utilização de animais nas cidades do estado. O projeto ainda não foi votado na Assembleia Legislativa.

2.2.8 Zoológicos

Considera-se jardim zoológico qualquer coleção de animais silvestres e domesticados mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade e expostos à visitação pública, tornando-se uma atração turística. Os zoológicos não efetuam a função de reproduzir e reintroduzir na natureza espécies ameaçadas de extinção. A alegação de que os zoológicos são uma forma de preservar a espécie não procede, pois animais em cativeiro têm muita dificuldade em se reproduzir. Retirar indivíduos de espécies ameaçadas de seu habitat natural sob o pretexto de protegê-los também prejudica os animais que permanecem na natureza, pois a diversidade genética diminui, comprometendo ainda mais a espécie.

Existem 123 zoológicos no Brasil, sendo que 81% não cobram ingressos dos visitantes e são mantidos com verbas exclusivamente estatais. O estado de São Paulo conta com 17 zoológicos, sete aquários e quatro de outros tipos, como as fazendinhas com animais.

O Zoológico de São Paulo conta com elefantes, leões, tucanos e cobras, num total de aproximadamente 3 200 animais espalhados em 824.529 metros quadrados de Mata Atlântica.

⁷⁰ Cavalos são obrigados a saltar fogueira em tradição espanhola, no site Mural Animal: <https://muralanimal.wordpress.com/category/cavalos/>.

Atualmente os zoológicos em geral usam animais unicamente para a exibição. No entanto, ainda que leis tentem regulamentar, o comércio clandestino continua relacionado aos zoológicos.

Os animais confinados em zoológicos vivem uma vida totalmente antinatural, fora de seu habitat natural e têm seus hábitos totalmente alterados. São privados de percorrer as distâncias que percorreriam em liberdade, sem migrar ou confeccionar ninhos. Os animais mantidos no cativeiro de zoológicos vivem em estresse pelo contato constante com o público que visita o local.

Apesar dos programas de conservação e proteção, são raros os casos de animais que são devolvidos à natureza por aquários, zoológicos e circos.

Muitas espécies vivem em grupos, todavia, frequentemente filhotes e membros da família são vendidos e enviados para outros zoológicos ou aquários, comprometendo as relações entre eles. Filhotes atraem visitantes, mídia e dinheiro. Mas quando o animal cresce e o local não tem espaço para abrigá-lo, ele pode ser vendido a zoológicos, circos ou até mesmo sacrificados.

Filhotes nascidos nos zoológicos que não são reintroduzidos à natureza jamais conhecerão seu habitat natural nem desenvolverão os hábitos naturais. Serão para sempre dependentes dos cuidados e da atenção dos humanos, feito na maioria das vezes por funcionários não especializados.

Os zoológicos não garantem a segurança dos animais que abrigam. Diversos casos de mortes de animais, sobretudo os de espécies ameaçadas de extinção, já foram registrados nos zoológicos considerados “modelos”, por diferentes causas, que vão desde os maus-tratos, negligência no tratamento até causas não identificadas⁷¹.

Os visitantes dos zoológicos ficam sob o risco de ataques de animais. Vários registros existem de pessoas que caíram em jaula de animais perigosos ou de sofrerem mutilações por estarem ao alcance de animais.

Muitos estabelecimentos não oferecem condições adequadas para os animais. Eles frequentemente são mantidos em espaços pequenos e sem a climatização necessária. Há relatos de ursos polares que viviam sob um calor de 30 graus.

⁷¹ Exploração animal – zoológicos. Onca - <http://www.onca.net.br/exploracao-animal/exploracao-animal-zoologicos/>.

Mediante a ação de ativistas, os zoológicos têm enfrentado muitas mobilizações e campanhas contrárias a sua existência no mundo todo.

Os maus tratos aos animais nos zoológicos se intensificaram com a falta de verbas destinadas a esses parques. O “Sucateamento dos zoológicos brasileiros e sua nova utilidade a favor da fauna” pautou a Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, integrando a programação do Acampamento Animal 2017.

2.2.8.1 Habeas Corpus para animais

Em abril de 2017, a Justiça argentina concedeu um habeas corpus para que a chimpanzé Cecilia deixe um zoológico na província de Mendoza, na Argentina. O animal foi transferido para o Santuário de Grandes Primatas de Sorocaba, em São Paulo. É a primeira vez no mundo que um chimpanzé conquista o direito de usufruir de um instrumento jurídico, até então, dedicado exclusivamente aos humanos.⁷²

A Justiça argentina também recebeu um pedido de Habeas Corpus em 2014, em favor do urso polar Arturo, preso há 23 anos no Jardim Zoológico da província de Mendoza, requerendo a sua transferência para um Centro de Conservação Internacional, em Assiniboine Park Zoo, Winnipeg (Manitoba, Canadá. Porém, o pedido foi rejeitado pelo Tribunal de Garantias, sob a alegação de que “aos animais falta personalidade e que o HC somente é cabível para seres humanos.”⁷³

O Habeas Corpus foi impetrado dado que essa espécie de urso está acostumada a temperaturas de 40 graus negativos e passou a viver dentro de uma jaula de concreto diante do calor de 40 graus positivos no país. De acordo com os especialistas, o animal entrou em depressão ao perder a companheira

⁷² Chimpanzé ganha habeas corpus para deixar Argentina e viver no Brasil, Correio Brasileiro, 2017, disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/04/internas_polbraeco,586123/c_himpanze-ganha-habeas-corpus-e-deixara-de-viver-em-zoologico.shtml.

⁷³ Primeiras ações de H.C. para animais, Nosso Ambiente Direito, 2014, disponível em <http://nossoambientedireito.blogspot.com.br/2014/03/habeas-corpus-para-animais-nao-humanos.html>.

e estar solitário em seu cativeiro. Acabou morrendo aos 31 anos de idade, tendo ficado conhecido como “o urso mais triste do mundo”. Ainda que esses casos não tenham ocorrido em São Paulo, eles são emblemáticos no sentido de trazer para os Direitos Animais o Habeas Corpus, um instrumento jurídico destinado até então aos humanos.⁷⁴

Desde que os ursos polares começaram a ser exibidos ao público, em abril, a ONG Aila (Aliança Internacional do Animal) faz protestos todos os domingos em frente ao aquário de São Paulo, no bairro do Ipiranga.

Em maio de 2015 membros da ONG realizaram uma manifestação na entrada do Consulado da Rússia, pedindo a volta dos animais para o Zoológico de Udmurtia, em Izhevsk, onde estavam antes de chegar ao Brasil.

Lá, diz a Aila, eles tinham melhores condições de vida e um espaço mais amplo e clima próximo ao seu habitat. “Vamos continuar até os ursos saírem. Os animais estão sob luz de LED. Até um assassino tem uma hora de luz do sol”,⁷⁵ diz a coordenadora de projetos da Aila, Marta Giraldes.

Frank Alarcón, porta-voz do Partido ANIMAIS e membro-fundador do Instituto Luisa Mell, diz ser contra à existência de zoológicos e aquários e criticou a suposta função educativa destes estabelecimentos: “a melhor maneira de você ensinar para as pessoas que os animais importam é mostrá-los justamente em seu habitat natural.”

Segundo o biólogo, animais (de zoológicos) são prisioneiros, vivem dentro de uma colônia penal (...) e nós transferimos a eles a responsabilidade de, talvez, gerar receita para sustentar as prisões onde são mantidos contra sua vontade.⁷⁶

⁷⁴ O primeiro caso ocorreu na Bahia em 2005, onde, com a ajuda de biólogos e advogados, o Ministério Público entrou com pedido de habeas corpus para libertar a chimpanzé “Suíça”, que estava “presa” há 10 anos no Jardim Zoobotânico de Salvador e ficou muito doente após a morte de seu companheiro. A remoção do animal para uma reserva particular, seria a única alternativa para salvá-lo. Apesar de concedida, a sentença favorável à “Suíça” nunca foi executada, pois foi obtida um dia depois que ela foi achada morta em sua jaula. Mesmo assim, cravou-se o marco de ter sido o primeiro animal no mundo reconhecido como sujeito jurídico de uma ação de HC.

⁷⁵ ONG quer que ursos polares do Aquário de SP voltem à Rússia, Folha de S.Paulo, 2015, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/05/1632344-ong-quer-que-ursos-polares-do-aquario-de-sp-voltem-a-russia.shtml>.

⁷⁶ Site Animais, disponível em <http://animais.org.br/porta-voz-do-animais-participa-de-audiencia-publica-sobre-sucateamento-dos-zoologicos/>.

Qualquer habitat que não seja a natureza estressa o animal e traz uma série de consequências para sua saúde física e mental. As baleias do Sea World, por exemplo, nasciam com deformações na barbatana por conta do confinamento.

2.2.9 Tráfico de Animais Silvestres

O tráfico de animais silvestres já está entre uma das maiores atividades comerciais do globo, sendo o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo somente para o tráfico de drogas e de armas, com movimentação de aproximadamente U\$ 10 bilhões por ano, sendo que o Brasil colabora com cerca de U\$ 1 milhão por ano⁷⁷.

De acordo com ambientalista do Rancho dos Gnomos, somente no Brasil, o tráfico de animais silvestres é responsável pelo desaparecimento de aproximadamente 12 milhões de espécimes, pois a cada 10 animais traficados, nove morrem no percurso.⁷⁸

Animais usados para o comércio são raptados de seus habitats, separados de suas famílias, confinados em lugares onde não estão adaptados pela natureza, impedidos de se locomover por longas áreas, fazer ninhos, formar bandos, apanhar alimentos, etc. Tornam-se absolutamente dependentes de seus proprietários e condenados a viver uma vida totalmente contrária a que a natureza planejou.

No Brasil existe legislação que protege os animais silvestres, que proíbe sua caça. A Lei de Proteção da Fauna, em seu artigo 3º, dispõe que “é proibido o comércio de espécies da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem a sua caça, perseguição, destruição ou apanha”.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/98), que em seu artigo 29 tipifica como crime matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes de

⁷⁷ Dados obtidos no 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre - Renctas (Rede Nacional contra o Tráfico de Animais Silvestres), disponível em www.renctas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL_RENCTAS_pt_final.pdf.

⁷⁸ Renata de Freitas Martins, Rancho dos Gnomos, disponível em <http://www.ranchodosgnomos.org.br/traficodeanimais.php>.

fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida autorização ou permissão da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.

Porém, o tráfico de animais ocorre pela dificuldade de fiscalização, bem como pela falta de fiscais em determinadas áreas.

Para a advogada e ex-presidente da OAB no Distrito Federal, Beatriz Bartoly, a “caixa preta” da lei que rege o tráfico de animais no Brasil esconde interesses escusos. “Não existe crime organizado sem a colaboração dos zoológicos. O crime organizado transacional que trafica animais silvestres é o mesmo que trafica drogas, material genético, minerais e madeira.” ⁷⁹

2.2.10 Gaiolas de pássaros

A legislação brasileira proíbe a captura e a manutenção em cativeiro de pássaros da fauna silvestre, mas autoriza a criação e a comercialização de dezenas de espécies da fauna nativa, nascidas em cativeiro, e de espécies exóticas. Esses pássaros capturados vivem toda a vida em gaiolas sem poderem voar, ciscar e procriar naturalmente.

No Brasil, há cerca de 400 mil criadores de pássaros. O comércio de aves silvestres movimenta R\$ 2,7 bilhões por ano no Brasil. Os pássaros cantores, como o curió, que chegam a custar até R\$ 200 mil.⁸⁰

O biólogo Antonio Miranda Fernandes, afirma que a cada 10 animais silvestres traficados, somente um sobrevive.

“Como o índice anual estimado é de 40 milhões de animais traficados, chegamos ao número assustador, ou seja, 36 milhões são mortos durante o transporte. Já os que sobrevivem passam a ter uma vida sofrida vivendo em gaiolas, e na maioria das vezes, em condições precárias e com alimentação errada”,⁸¹ afirma.

⁷⁹ Porta-voz do Partido ANIMAIS participa de Audiência Pública sobre sucateamento dos zoológicos, site animais, disponível em <http://animais.org.br/porta-voz-do-animais-participa-de-audiencia-publica-sobre-sucateamento-dos-zoologicos/>.

⁸⁰ A indústria do curió. Revista Época Negócios, 2011, disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,EMI270132-16642-2,00-A+INDUSTRIA+DO+CURIO.html>.

⁸¹ ONG de Cerquilho, SP, reabilita animais silvestres, G1, 22/01/2012, disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2012/01/ong-de-cerquilho-sp-reabilita-animais-silvestres.html>.

O projeto Gaiolas Abertas⁸², criado em 2004, trabalha a reabilitação de animais apreendidos pelo IBAMA para reinseri-los na natureza. Mas nem sempre é possível libertar os animais.

No abrigo existem hoje 150 animais que não sobreviveriam se soltos. De acordo com o biólogo, em sete anos aproximadamente mil animais foram libertados entre répteis, mamíferos e aves.

A maioria dos resgatados são aves que sofreram sequelas no transporte ou foram mutiladas para evitar fugas. O caso mais comum, segundo Antonio, é a quebra das asas feita pelos traficantes para que não fujam. Para o biólogo é preciso repensar a cultura de manter animais silvestres em casa presos em gaiolas, correntes e aquários.

2.2.11 Montaria em cavalos

O hipismo é pratica que faz uso de cavalos para montar e envolve práticas desportivas para competição.

De acordo com a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) e a Federação Equestre Internacional (FEI), o hipismo apresenta as seguintes modalidades:

- - Adestramento: provas com uma série de movimentos específicos, de diferentes graus de dificuldade.
- - Saltos: a modalidade mais conhecida do hipismo, com um percurso de obstáculos, que variam de altura.
- - Enduro equestre: prova de longa distância disputada em etapas.
- - Volteio: prova que consiste na execução de movimentos (livres e obrigatórios) da ginástica artística.
- - Rédeas: exercícios que realizam círculos e outros movimentos.

⁸² <https://projetogaiolaaberta.wordpress.com/about/>.

- - Pólo: desporto de equitação de duas equipas de quatro cavaleiros, cujo objetivo principal é marcar o maior número de pontos possível numa baliza.

Esses cavalos vivem uma vida que não optaram, longe de seu habitat natural, sendo reproduzidos e mantidos somente com a finalidade de participar das competições. São submetidos a treinamento intenso e confinados em baias, sem contato com outros animais.

Para tornarem-se competitivos, são injetados drogas e hormônios sintéticos, que têm efeitos prejudiciais à saúde desses animais em longo prazo, como o “colapso”, uma forma de “infarto”, que leva o animal a morte súbita.

Quando ficam idosos ou lesionam algum membro, são abandonados ou sacrificados, mesmo saudáveis. Os acidentes e fraturas que sofrem são ocultados do público em geral, seja por fratura ou por morte súbita sem explicação:

“O sela holandês Hickstead, montado pelo atual nº 1 do ranking mundial, o canadense Eric Lamaze, morreu após completar a rodada de saltos na competição. Ainda não se sabe a causa da morte do cavalo”.⁸³

Quando os cavalos sofrem fratura geralmente são sacrificados porque os veterinários dizem não haver condições para que o membro atingido fique imobilizado. Mas os ativistas alegam que o hipismo tornam esses animais mais suscetíveis a acidentes.

Um cavalo de corrida sofreu acidente durante um salto em um torneio em Cristais Paulista, SP, e quebrou o osso da pata dianteira. O animal teve de ser sacrificado no local. Ativistas reclamaram da forma como o animal foi tratado, tendo sido puxado pelo pescoço até uma caminhonete.⁸⁴

Os cavalos sofrem ainda com os freios, que são acionados pelas rédeas quando puxadas. Segundo veterinários, os freios são presos contra o palato,

⁸³ “Cavalo do nº 1 do mundo morre após realizar saltos em prova do hipismo”; Globo Esporte; 07/11/2011; disponível em <http://globoesporte.globo.com/outros-esportes/noticia/2011/11/cavalo-do-n-1-do-mundo-morre-apos-realizar-saltos-em-prova-do-hipismo.html>.

⁸⁴ Sacrifício de cavalo na corrida hípica gera revolta na internet, gcn.net.br, 2013, disponível em <http://gcn.net.br/noticias/230490/regiao/2013/11/sacrificio-de-cavalo-na-corrida-hipica-gera-revolta-na-internet>.

por isso muitos cavalos ao sentir essa dor imensa colocam a língua entre o freio, causando lesões na língua.

Segundo Alexander Nevzorov, um forte puxão no freio produz uma pressão de 300 kg/cm².⁸⁵ A baba grossa que sai da boca do cavalo ao usar o freio se deve ao fato de que há ressecamento na garganta, pois com o freio ele não consegue engolir saliva que escorre e ainda indica que as glândulas parótidas estão lesadas. Diz Nevzorov:

O chicote é causa de muitos ferimentos. A pele do cavalo tem sua estrutura anatômica e fisiológica que é muito delicada e consiste de glândulas sudoríparas, os músculos da pele, vasos sanguíneos e nervos. É por isso que é extremamente sensível a lesões. Usando um chicote, mesmo sem uma grande força, se faz ferida na pele do cavalo.

As ferraduras prejudicam a circulação sanguínea do cavalo, pois o casco descalço do cavalo bombeia cerca de 4 litros de sangue a cada 20 passos, colaborando com o coração. Em um casco com ferradura essa função é reduzida em 75%.

As esporas são objetos pontiagudos ou não, acoplados às botas dos competidores, servindo para golpear o animal no baixo-ventre. As esporas são usadas em todas as modalidades de hipismo, exceto nas modalidades atrelagem, enduro equestre e volteio. (...) A sela estringe o fluxo sanguíneo do cavalo. De acordo com estudos de musculatura sob o ponto de vista fisiológico realizados pela Nevzorov Haute Ecole, após 15 minutos sendo montados a microcirculação da musculatura das costas do cavalo é comprometida, após 20 minutos ela fica dormente e a partir de 25 minutos se produzem isquemias e ocorrem pequenas destruições de tecido muscular com consequente dor. O esforço que o cavalo tem que fazer em competições pode causar hemorragia pulmonar, úlcera de estresse e ataque cardíaco.

Chega a ser surpreendente essa informação acima de que os cavalos após 25 minutos de montaria seu dorso passa a sofrer destruição de tecido muscular, sendo que cavalgar em cavalos parecer ser algo extremamente natural, tanto nos esportes, como no imaginário social reforçado em filmes de época norte-americanos, onde se mostra uma relação extremamente doce entre animal e cavaleiro. Mitos que os ativistas derrubam com laudos seriamente científicos.

As éguas e cavalos reprodutores, os garanhões também vivem em confinamento nas selas e só tem contato com outros animais durante o acasalamento que visa a venda dos filhotes. Os garanhões muitas vezes são prostituídos para outros haras. As éguas têm suas pernas amarradas para que

⁸⁵ Nevzorov, Alexander. The Horse Crucified and Risen, CREATESPACE PUB, 2011, EUA.

elas não possam rejeitar o macho durante o acasalamento. Os filhotes são amamentados por outras éguas para que ela entre no cio e engravide novamente.

Os animais sofrem muitos acidentes nas provas de salto e evitam pular os obstáculos. Para evitar esse comportamento, a largura dos obstáculos chegam a ter mais de 3 metros. Se o cavalo se recusar a pular ele recebe chicotadas e esporadas.

2.2.12. Rinhas

As rinhas são competições onde dois animais lutam em uma arena até que um deles morra ou fique gravemente ferido. Os animais costumam ser de proprietários diferentes e a plateia costuma realizar apostas escolhendo um provável vencedor. Animais vivos de menor porte são utilizados como “iscas” no treinamento dos animais que entrarão em combate, como gatos e coelhos.

As espécies usadas em rinhas são galos, cães e pássaros, como canários. Os animais usados em rinhas geralmente são criados, treinados e condicionados para aumento da resistência e força. Deste modo, esses animais não sofrem apenas no luta, mas meses antes, durante o seu preparo.

Os galos têm suas penas cortadas, suas pálpebras operadas, seu treinador joga-o do alto para o chão a fim de fortalecer suas coxas, são arrastados pelo chão para fortalecerem suas unhas, são banhados em água fria e exposto ao sol até abrir o bico de cansaço para ser resistente. Nas lutas, usam bicos de prata e esporas de metal para machucar mais o adversário.⁸⁶ Animais são cruzados e manipulados geneticamente para gerarem novas raças, próprias para brigas.

Em lugares onde as rinhas são ilegais geralmente ocorrem outros crimes como o jogo ilegal, extorsão e tráfico de drogas.

⁸⁶ Como surgiu a briga de galo?, 2012, blog, disponível em http://kainaclem2012.blogspot.com.br/2012/09/proibicao_19.html

No Brasil, as rinhas foram proibidas em todo o território nacional em 1934 e posteriormente proibidas também com base na Lei Federal nº 9.605, de 1998, porém, ainda são realizadas ilegalmente.

2.2.13 Indústria Pet

A indústria pet abrange a cadeia de lojas e estabelecimentos comerciais que oferecem produtos e serviços aos animais de companhia conhecidos como pets, que são basicamente cães, gatos e pássaros e alguns roedores.

Dados divulgados em 2017 pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET) apontavam cerca de 132 milhões de animais de estimação no Brasil, aproximadamente 8,5% do total mundial desses animais (confira os números na Tabela 2).

Tabela 2 - População de pets (milhões)

Animais	Brasil	Mundo	Participação do Brasil (%)
Cães	52,2	360,8	14,5
Gatos	22,1	271,9	8,1
Peixes ornamentais	18,0	655,8	2,7
Aves canoras e ornamentais	37,9	205,2	18,5
Répteis e pequenos mamíferos*	2,2	70,5	3,1
TOTAL	132,4	1.564,2	8,5

Fonte: IBGE (pesquisa quinquenal), Abinpet, Euromonitor (elaboração da Abinpet).

(*) estimativa da Abinpet.

Desse total, 40% são cães, 16% gatos, 13% peixes ornamentais, 28% aves canoras e ornamentais e 3% de répteis e pequenos mamíferos. É interessante notar que no Brasil em relação ao resto do mundo, as maiores presenças de animais domésticos são as de cães (14,5% do total mundial) e aves canoras e ornamentais (18,5% do total mundial). Em contraste, gatos e os peixes denominados ornamentais não se fazem tão presentes em residências como no exterior. Ainda assim, o Brasil teria a quarta maior população de

animais de estimação (8,5% dos pets do mundo), a segunda maior população de cães, gatos, aves canoras e ornamentais, além de ser o terceiro maior mercado mundial em faturamento da indústria Pet.

Ainda em relação ao faturamento do mercado para animais de estimação no Brasil, ele atingiu R\$ 18,9 bilhões, em 2016, com crescimento de 5% sobre o ano anterior, também conforme a ABINPET. Desse total, cerca de dois terços advém do segmento de alimentos para esses animais, seguindo-se em importância os segmentos de serviços (17% do total), medicamentos veterinários (8%) e produtos de higiene e beleza animal (17%). Veja em detalhes na Tabela 3.

Tabela 3 - Mercado Pet no Brasil

Segmentos*	Faturamento (R\$ bilhões)			Fatia do mercado (%)	
	2.016	2.015	Variação (%)	2.016	2.015
Pet food	12,7	12,1	4,9	67,3	67,4
Pet vet	1,5	1,4	6,7	7,8	7,7
Pet care	1,5	1,5	5,5	8,1	8,1
Pet serv	3,2	3,0	- 4,4	16,8	16,9
TOTAL	18,9	18,0	4,8	100,0	10,0

Fonte: Abinpet.

(*) Pet Vet: medicamentos veterinários; Pet Care: equipamentos, acessórios, produtos de higiene e beleza animal; Pet Serv: serviços (incluindo banho e tosa).

Em dólares de 2016, o faturamento do mercado brasileiro somou US\$ 5,4 bilhões, o que coloca o país na terceira posição mundial, ao lado da Alemanha, com 5,1% do mercado mundial, muito próximo do segundo maior mercado (Reino Unido, com 5,8% do mercado mundial), mas bem longe dos Estados Unidos, que, sozinhos respondem por mais de 40% do total mundial (veja detalhes na Tabela 4).

Tabela 4 - Mercado mundial de produtos Pet - 2016

País	Faturamento (US\$ bilhões)*	Participação (%)
Estados Unidos	44,4	42,2
Reino Unido	6,1	5,8
Brasil	5,4	5,1
Alemanha	5,4	5,1
Japão	5,2	4,9
França	4,9	4,7
Itália	3,4	3,2
Austrália	2,7	2,6
Canadá	2,6	2,4
Rússia	2,5	2,4
Outros	22,9	21,7
TOTAL	105,3	100,0

Fonte: Euromonitor, Abinpet.

(*) cotação média do dolar em 2016: R\$ 3,49.

Ao mesmo tempo em que desenvolve produtos, serviços e tecnologias para melhorar e estender a vida dos chamados pets, geralmente cães e gatos, ela pratica ações consideradas não éticas como a utilização de produtos de exploração animal para consumo dos pets e venda de animais em suas lojas, como a Petz (antiga Pet Marginal) e Cobasi, as maiores do ramo. Deste modo, a indústria Pet acaba por também ser responsável pela quantidade de animais abandonados, ainda que ofereçam espaços para protetores realizarem feiras de doação.

Os petshops vendem ração, medicação, cosméticos, gaiolas, caminhas, colchonetes, roupas, coleiras, brinquedos e fraldas apropriadas e todo o repertório de consumo dos animais pets. Essas lojas reproduzem as contradições entre o ser humano que vive em condições de luxo e os que não têm o mínimo para sobreviver.

Há produtos que, segundo a maioria dos ativistas, não têm o menor sentido para os animais, mas somente para os tutores como perfumes, lacinhos, esmalte para as unhas, cervejas, chocolates e sorvetes adaptados. Pode-se encontrar até um dormitório completo, com cama, guarda-roupa e baú cor-de-rosa imitando as camas dos quartos de meninas. Há demanda para esses produtos, já que muitas pessoas humanizam os seus animais

domésticos, tornando-os extremamente dependentes emocionalmente de seus tutores.

O ativismo animal, incluindo as socorristas, condena a compra de cães e gatos, diante da população crescente de animais abandonados nas ruas. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde, o Brasil possui cerca de 30 milhões de cães e gatos abandonados. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população de cachorros em domicílios é de 52,2 milhões e de gatos entre os 22 milhões.⁸⁷

A indústria pet direciona seus produtos aos tutores de cães e gatos oferecendo excesso de mimos que escapam aos interesses dos animais, como o serviço de pintar suas unhas, utilização de perfumes, procedimentos que chegam a incomodar o animal que tem o faro sensível.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, em 2014 os criadouros de animais somaram 400 mil empresas⁸⁸, o que não inclui os criadores clandestinos, conhecidos como “fábricas de filhotes”. Muitas dessas empresas exploram as cadelas reprodutoras, que são obrigadas a acasalar com os machos, presas em suportes próprios. Essa é uma violência imposta, uma vez que a cadela escolhe com quem quer acasalar.

Há constantes denúncias contra criadores que não prestam assistência veterinária para as cadelas reprodutoras, são mal nutridas, ficam confinadas em locais sem higiene, tendo crias repetidas até serem descartadas quando não entram mais no cio.⁸⁹ Segundo especialistas, as cadelas devem ter ninhadas apenas a cada doisaios para evitar doenças, mas esse período não é respeitado pelo criador.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal, Sérgio Túlio Reis, esses criadores não se preocupam com a saúde dos animais, apenas com o lucro.

⁸⁷ Revista dos Vegetarianos, p. 53, junho de 2016, n° 116, Editora Europa, SP.

⁸⁸ Toma, Renata Harumi Cortez. AMOR CANINO: emoção, mercado e subjetividade entre seres humanos e cães de estimação na cidade de São Paulo, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2017.

⁸⁹ Veja como criadores tratam cães reprodutores cujos filhotes são vendidos em pet shops, Anda, 2014, disponível em <https://www.andajor.br/2014/08/veja-como-criadores-tratam-caes-reprodutores-cujos-filhotes-sao-vendidos-em-pet-shops/>

“Enquanto um buldogue-francês de um canil que obedece aos procedimentos obrigatórios pode custar 8 000 reais, um filhote da mesma raça e idade é anunciado em média por 2 800 reais na internet”.⁹⁰

Os criadores de animais realizam intervenções na natureza dos animais, principalmente cães e gatos, com a ajuda de pesquisadores e cientistas da engenharia genética e criam raças consideradas aberrações pelos veterinários, como os pugs⁹¹ que têm seus focinhos achatados, resultando em problemas respiratórios e de pele, a raça teckel, criada para ser baixa, sofre sérios problemas na coluna, os cockers e poodles quase todos sofrem de cegueira.

Essas mudanças físicas realizadas nos cães de raça têm em vista agradar um público que entende o animal de estimação como um objeto de desejo, que deve ter as características precisas de animal de enfeite, bonito, educado, cheiroso, calmo, silencioso e saudável. Quando se percebe que o animal não atende esses requisitos básicos porque logicamente um animal não equivale a um objeto de decoração eles são abandonados e descartados com a mesma lógica com que foram adquiridos, como objetos.

O grande número de cães e gatos abandonados nas cidades é ocasionado principalmente por essa desistência de seus tutores em mantê-los. São descartados nas ruas ou abandonados nas casas quando a família muda para outro local. Há muitos casos filmados e postados na internet de tutores que levam de carro os cães para longe para não saberem o caminho de volta. Outros largados nos pets shops que não veem seus tutores de volta após o banho. Há os que não os largam nas ruas, decidem pelo seu fim pagando a eutanásia no veterinário.

Esses animais ficam à mercê da boa vontade da população em lhe oferecer algo de comer, mas também sujeitos a maus tratos. Esses fatos são vivenciados pela proteção diariamente, que recolhe esses animais moribundos, imundos, doentes, sarnentos, famintos, cegos, sem rumo. São constantes os

⁹⁰ A crueldade das fábricas de filhotes, Veja, SP, 2015, disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/a-crueldade-das-fabricas-de-filhotes/>.

⁹¹ Esta é a radiografia de um pug. A raça que o ser humano tem destruído a vida, Olhar Animal, 2017, disponível em <http://olharanimal.org/esta-e-a-radiografia-de-um-pug-a-raca-que-o-ser-humano-tem-destruido-a-vida/>.

casos de delinquentes que se aproveitam de seu estado inofensivo e lhe aplicam sofrimentos de toda sorte.

Há os que os matam de próprio punho mediante enforcamentos, envenenamentos, linchamentos, jogados em poços para ali morrerem de fome, afogados. São violentados sexualmente, queimados, arrastados presos a para-choques de carros, têm seus olhos furados, chutados, esfaqueados. Há vídeos, fotos e casos sem fim “colecionados” pelas socorristas.

Mediante a ação e protestos da militância, alguns casos ficam notórios e algumas punições vêm sendo feitas. Mas longe do desejado, porque não há por parte do poder público o empenho necessário para se aplicar leis coibindo os maus tratos a animais.

2.2.14 Eutanásia nos CCZs

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de São Paulo foi criado em 1973, quando a cidade passava por um surto de raiva. As viaturas da carrocinha recolhiam por volta de 300 cães por dia. A maioria era morta em uma câmara de descompressão, uma medida justificada pela necessidade de controlar a doença.⁹²

Nessas câmaras, centenas de cães eram presos e o ar era retirado do ambiente, até que todos morressem sufocados. Depois disso, as carcaças dos animais não eram usadas para fazer sabão, como alguns imaginam, mas sim incineradas.

Em 1978, uma média de quatro mil cães eram mortos todos os meses. Além destes, 1.300 eram resgatados após serem recolhidos, os tutores ou interessados tinham um prazo de três dias para resgatar seus animais.

A forma de tratar os cães começou a mudar em 1983, quando houve a última morte animal causada por raiva. Já antes disso, alguns cães saudáveis

⁹² Recolhidos pela prefeitura, cães esperam até 7 anos por adoção, Anda, 2014, disponível em <https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/196160048/recolhidos-pela-prefeitura-caes-esperam-ate-7-anos-por-adoacao>.

eram separados para adoção, tendência que aumentou com os anos e acabou por se consolidar como uma das atividades do centro.

Em 2002, o CCZ passou a adotar a injeção letal para matar os animais. Apenas em 2008 foi promulgada uma lei estadual que “veda a eliminação da vida de cães e gatos”, limitando a morte induzida a casos estritamente necessários. Pela medida, os municípios ficaram responsáveis em realizar ações de castração e de adoção para bichos em boas condições de saúde. Segundo a lei, nem animais ferozes, como pit bulls, poderão ser sacrificados. Antes, eles deverão ser socializados e colocados para adoção. Só poderão ser mortos caso não consigam socializar-se e somente após 90 dias do resgate.

Apesar da suspensão, protetores dos animais que acompanhavam as mudanças no CCZ de perto, como Ângela Caruso, da ONG Quintal São Francisco, perceberam que irregularidades estavam sendo cometidas com o descumprimento da lei. Animais sadios continuavam sendo mortos.

Protetores de animais e ONGs resolveram organizar uma manifestação intitulada CCZ: Muda ou Fecha⁹³ e reivindicou a substituição do então diretor do CCZ/SP; autorização para ONGs ajudarem na doação dos animais lá confinados; cumprimento da Lei Estadual; melhores condições no tratamento e alojamento dos animais recolhidos.

Cerca de mil ativistas participaram do protesto em frente à entidade que resultou na queda do diretor do CCZ e a participação dos ativistas em várias atividades da instituição, como realizar passeios com os animais e ajudar nas doações.

Em média, 55 cães são adotados todos os meses, mas alguns, mais velhos ou considerados menos bonitos, ficam “encalhados” ou são devolvidos por adotantes insatisfeitos.

Os cães do CCZ vivem em canis de seis m², com uma média de dois m² de espaço para cada cachorro de médio porte. Se forem filhotes ou cães menores, o número pode chegar a cinco ou seis por canil.

⁹³ Assista o vídeo da Manifestação: http://www.youtube.com/watch?v=QTOJn1ab1O0&feature=player_embedded.

2.2.15 Cães de guarda, resgate e guias

É comum o uso de cães para guarda de propriedades ou mesmo de indivíduos. Os animais são para intimidar ou alertar a presença de estranhos. Geralmente, cães alugados passam por adestramento violento para tornarem-se agressivos. Nesses adestramentos são utilizados choques elétricos

Além do uso pessoal, há empresas que alugam cães para fazer a guarda de propriedades privadas ou particulares. São Paulo possui vários estabelecimentos comerciais e industriais com animais de segurança. Esses cães, na maioria das vezes passam por maus tratos porque os locatários deixam os animais vários dias sem alimentação, não possuem locais adequados para se abrigarem do sol, chuva ou frio. Muitos ficam acorrentados durante o dia e soltos somente de noite e não socializam com outros animais. Nem sempre vão a veterinários e quando a empresa fecha são abandonados nos terrenos.

Em 2015, a Câmara de São Paulo aprovou o fim da atividade de cães de guarda usados nas empresas de segurança, mas foi vetado pelo então prefeito Fernando Haddad. Após a decisão municipal, em outubro de 2017 a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou o Projeto de Lei – PL 371/2015, do deputado estadual Feliciano Filho, que proíbe a exploração de cães para prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial. Agora o PL precisa passar pela Comissão de Meio Ambiente e pela de Finanças antes de ser votado em plenário e seguir para sanção do governador do Estado.

O deputado explica que muitas empresas exercem essa atividade de forma negligente, improvisada e até mesmo inconsequente. “Muitas empresas abandonam esses animais a própria sorte e os obrigam a trabalhar como máquinas, sem direito a afeto e muitas vezes sem comida e água, correndo ainda o risco de serem envenenados”,⁹⁴ disse o parlamentar.

⁹⁴ Comissão de Justiça aprova projeto pelo fim dos cães de aluguel em SP, ALESP, 2017, disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=384907>.

Feliciano ressaltou ainda que a atividade tira o emprego de pessoas que poderiam estar sustentando suas famílias com os serviços de vigilância. “Caso a intenção de atuar no ramo de segurança patrimonial permaneça, essas empresas poderão contratar mão de obra de indivíduos profissionais devidamente treinados e aptos ao exercício dessa atividade”⁹⁵, conclui.

Segundo estimativa do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) há na Grande São Paulo cerca de 600 cães na atividade de segurança em companhias regularizadas.

Os cães de aluguel já são proibidos por lei em quatro Estados: no Paraná desde 2009, no Rio Grande do Sul desde 2013, no Rio de Janeiro desde 2015 e em Santa Catarina desde o ano passado. A lei catarinense foi aprovada após atuação intensiva dos ativistas locais que iniciaram uma petição pública para a derrubada do veto do então governador Raimundo Colombo ao projeto. Os ativistas enviaram a petição para protetores de outros estados para pressionarem o governo. Além disso, estiverem nas várias votações da Assembleia de SC, cobrando a proibição da atividade.

De acordo com a protetora Patrícia Jerosch, diretora do Instituto É o Bicho⁹⁶, as ONGs em defesa dos animais recebem constantes denúncias de maus-tratos e de empresas que tinham atividade em Santa Catarina, explica ela. Patrícia reclama da fiscalização, que praticamente não existe e o trabalho acaba sendo realizado pelos protetores.

Os cães também são utilizados para uma série de outros serviços. O cão de assistência, por exemplo, é um animal treinado para auxiliar ou ajudar uma pessoa com deficiência ou necessidades particulares. São treinados por organizações específicas ou por treinadores particulares.

Há os “cães-guia”, que dão assistência a deficientes visuais, os “cães de sinais”, para ajudar surdos e deficientes auditivos, cães utilizados em terapias como os que interagem com crianças autistas e alertas de convulsões. Há ainda os cães que são treinados para prestar serviços de resgate em catástrofes. (Onca Defesa Animal)

⁹⁵ Comissão de Justiça aprova projeto pelo fim dos cães de aluguel em SP, ALESP, 2017, disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=384907>.

⁹⁶ Idem, ibidem.

Parte do ativismo animal não é favorável que cães sejam utilizados nesses casos, porque são condicionados a viver toda a vida para servir as necessidades de seus usuários. Além disso, alguns se apegam aos seus tutores e quando não estão mais em condições de prestarem os serviços são “aposentados” e substituídos, como acontece com os cães guias.

Os ativistas, além de atuarem diretamente contra as atividades de exploração animal, também focam suas ações e críticas à legislação brasileira que trata da defesa animal, às suas inconsistências e do não cumprimento nos pontos em que ela é minimamente positiva. Essa abordagem será o tema do próximo capítulo.

2.3 AS CONTRADIÇÕES DA LEGISLAÇÃO ANIMAL

A legislação brasileira voltada aos animais utiliza o termo fauna que traz interpretações ambíguas por ser um conceito muito genérico e impreciso. De acordo com a ciência da Zoologia, a fauna engloba o “conjunto dos animais que vivem numa determinada região, ambiente ou período geológico”, ou seja, engloba tanto os animais que habitam o planeta na atualidade quanto os de épocas anteriores. Está vinculada a um determinado ecossistema, pois se deve considerar que faunas distintas correspondem à adaptação dos animais a distintas regiões, ou habitats ou meios ecológicos particulares. Além disso, a existência de uma determinada fauna está na direta dependência de outro elemento do meio ambiente, a flora, característica de cada ecossistema.

Ainda de acordo com a Zoologia, as faunas podem ser classificadas em:

- Terrestre: que habita as superfícies sólidas do planeta, incluindo a fauna doméstica, a silvestre (florestal) e a alada (avifauna), que se desloca pelo meio atmosférico;
- Aquática: que habita os meios líquidos (oceanos, mares, rios, lagos), tendo com principais integrantes os peixes (ictiofauna).

Mas apesar da imensa diversidade, o Direito tem concentrado sua atenção em alguns grupos faunísticos determinados, como as espécies mais

ameaçadas de extinção e cujos maus tratos pelo ser humano são mais visíveis, por exemplo.

Nesse mesmo sentido, o conceito de fauna distingue-se do de “reino animal”. Este engloba indistintamente todo animal existente, seja de origem nacional, exótico ou migratório, vertebrado ou invertebrado, inclusive, naturalmente, o homem, enquanto aquele se limita ao conjunto de animais de uma determinada área ou país. Essa distinção também tem sentido no Direito, pois, referida à fauna, nem todos os animais obtiveram a mesma tutela na área jurídica.

2.3.1 Legislação no nível Federal

O principal fato a ser considerado quando se trata da proteção jurídica aos animais não humanos é que eles são enquadrados legalmente como “fauna”, um dos elementos componentes do “Meio Ambiente”.

A restrição oficial ao uso indiscriminado e exploratório do meio ambiente, inclusive a fauna, sempre fez parte do ordenamento jurídico do país, desde seu descobrimento. Assim, por exemplo, as “Ordenações Manuelinas”, editadas em Portugal em 1521, com vigência obrigatória tanto no Reino como nas colônias, incluía a proibição de caça a certos animais (perdizes, lebres e coelhos) com instrumentos capazes de causar-lhes a morte com dor e sofrimento, entre outras prescrições. Também as “Ordenações Filipinas”, de 1603, entre seus diversos itens, aplicavam penas sobre aqueles que cometessem morte “por malícia” de certos animais (MILARÉ, 2005, p. 135 e 136).

O cenário não se modificou significativamente no Brasil Império e foi somente no período republicano que se verificaria uma preocupação mais efetiva com os “recursos naturais”, incluindo a fauna.

O período republicano registrou mais normatizações sobre as questões ambientais. O Código Civil de 1916, por exemplo, conteria várias normas de teor ecológico, embora “destinadas, fundamentalmente, à proteção de direitos privados na composição de conflitos de vizinhança” (MILARÉ, 2005, p. 138-9).

Em seu artigo 593 e parágrafos, considerava os animais como coisas, bens semoventes, objetos de propriedade e outros interesses alheios.

Poucos anos depois, em 1924, o Decreto 16.590 proibiu as rinhas de galo e canário, as corridas de touros, novilhos e garraios, e dispôs sobre o funcionamento dos estabelecimentos de distração pública.

Uma década depois, o governo de Getúlio Vargas baixa o decreto com trinta e um itens que configuram maus tratos aos animais. O Decreto nº 24.645/1934 condenava os maus-tratos sofridos pelos animais e definiu regras de proteção.⁹⁷ Seu advento constituiu inegável reconhecimento na causa de proteção animal, ao determinar que todos os animais são tutelados pelo Estado, usufruindo de devida assistência em juízo, diz seu art. 2º, § 3º, pelos representantes do Ministério Público, por representante legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais, e, nesse sentido, vendo tipificadas as condutas lesivas e especificadas as multas correspondentes e até prisão.

O documento legal elencava extenso rol de práticas com animais que seriam consideradas abusivas, trinta e uma, para ser exato, incluindo:

- A prática de abuso ou crueldade em qualquer animal;

⁹⁷ Em linhas gerais, o conceito de maus tratos e crueldade contra animais não sofreu alterações consideráveis na legislação brasileira, registrando-se na verdade referências legais com maior detalhamento, como se verá nesse item. Considera-se um ato praticado contra os animais como cruel quando ele atingir a integridade físico-psíquica do animal causando-lhe sofrimento.

Atualmente, pode-se usar como definição a conceituação da Dra. Helita Barreira Custódio estabelecido em parecer de 07/02/97, elaborado para servir de subsídio à redação do Novo Código Penal Brasileiro: "crueldade contra os animais é toda ação ou omissão, dolosa ou culposa (ato ilícito), em locais públicos ou privados, mediante matança cruel pela caça abusiva, por desmatamentos ou incêndios criminosos, por poluição ambiental, mediante dolorosas experiências diversas (didáticas, científicas, laboratoriais, genéticas, mecânicas, tecnológicas, dentre outras), amargurantes práticas diversas (econômicas, sociais, populares, esportivas como tiro ao voo, tiro ao alvo, de trabalhos excessivos ou forçados além dos limites normais, de prisões, cativeiros ou transportes em condições desumanas, de abandono em condições enfermas, mutiladas, sedentas, famintas, cegas ou extenuantes, de espetáculos violentos como lutas entre animais até a exaustão ou morte, touradas, farra do boi ou similares), abates atrozes, castigos violentos e tiranos, adestramentos por meios e instrumentos torturantes para fins domésticos, agrícolas ou para exposições, ou quaisquer outras condutas impiedosas resultantes em maus-tratos contra animais vivos, submetidos a injustificáveis e inadmissíveis angústias, dores, torturas, dentre outros atrozes sofrimentos causadores de danos lesões corporais, de invalidez, de excessiva fadiga ou de exaustão até a morte desumana da indefesa vítima animal.", DIAS, Edna Cardozo. Inconstitucionalidade e ilegalidade das rinhas de galo. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 538, 27 dez. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6103>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

- A manutenção de animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;
- A imposição de trabalhos excessivos ou superiores às forças do animal e esforços que só podem ser obtidos com castigo, bem como fazê-los viajar a pé, mais de 10 quilômetros, sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de 6 horas contínuas sem lhe dar água e alimento, ou mantê-los embarcados por mais de 12 horas, sem água e alimento. Ou ainda transportá-los em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e número;
- A venda de animais não foi proibida, mas seria vedada em locais que sem condições de higiene e comodidades;
- O abandono de animais doentes, feridos, extenuados, sem prestar-lhes assistência, inclusive veterinária;
- A engorda de aves mecanicamente, ou sua depenação ainda vivos, bem como a entrega de animais vivos à alimentação de outros;
- A realização ou promoção de lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e assemelhados, ainda que em lugar privado.

É notável que vários desses maus tratos, abusos e crueldades continuariam a ser praticados, após a publicação da lei, e até hoje em dia, o que resultou na edição de novas leis para fazer valer as proibições.

No entanto, seu viés é nitidamente antropocêntrico, ou seja, não visava retirar o direito de exploração do animal pelo ser humano. Assim, por exemplo, o art. 3º, inciso XXXI do decreto autorizava condutas para fins científicos. Já o artigo 14º previa a destinação de animais “próprios para o consumo” a entidades assistenciais.

No site da Subchefia para Assuntos Jurídicos, da Casa Civil da Presidência da República, é informado que o referido Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 teria sido revogado pelo Revogado pelo Decreto nº 11, de 1991.

No entanto, esse é um assunto controverso. De acordo com advogados simpáticos ou militantes da causa animal, o Decreto nº 24.645 não teria sido revogado, estando ainda em vigor. Assim, conforme a advogada Alessandra Strazzi (2004),

“o decreto nº 11 de 1991 teria revogado o Decreto 24.645/34. Entretanto, como já visto, o decreto 24.645 tem força de lei e não poderia ter sido revogado por decreto (leis são hierarquicamente superiores a decretos). Por isso, é forçoso concluir que o Decreto 24.645/34 ainda está em vigor”, diz a advogada.

Também para a advogada Edna Cardozo Dias (2004), a revogação do Decreto 24.645/34, pelo Decreto 11/91 “indubitavelmente não ocorreu, pois o citado decreto é equiparado a lei, já que foi editado em período de excepcionalidade política, não havendo que se falar em revogação de uma lei por um decreto”.

Ainda conforme a opinião de Laerte Fernando Levai, Promotor de Justiça de São José dos Campos- SP, o Decreto 761, de 19 de fevereiro de 1993, revogou o Decreto nº 11, revalidando o Decreto 24.645/34. Seria, conforme o procurador, um caso de “repristinação”, quando uma lei é revogada por outra e posteriormente a própria norma revogadora é revogada por uma terceira lei, fazendo com que a primeira tenha sua vigência reestabelecida.⁹⁸

Aquele decreto seria complementado, ainda sob o governo Vargas, com a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688, de 1941), cujo artigo 64 proibiu a prática de crueldade contra animais, tipificando-a como contravenção penal. No entanto, esse artigo foi revogado pela Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), que agravou o delito, transformando-o de contravenção em crime (veja adiante).

A partir dos anos de 1960, com a emergência do movimento ecológico em nível mundial, amplia-se a edição de documentos dirigidos à prevenção e controle da degradação ambiental. Especificamente relacionados aos animais destacam-se a Lei 5.197 (Proteção à Fauna) e Decreto-lei 221 (Código de

⁹⁸ Estando ainda em vigor ou não, vários itens da lei não são cumpridos. A proibição da manutenção de animais em espaços pequenos não se cumpre diante da criação sob confinamento na suinocultura e avicultura. As rinhas de galo e o tráfico de animais, apesar de ainda serem realizados, mas a diferença é que são fiscalizadas e os envolvidos presos.

Pesca), ambos de 1967. Antes disso, durante o governo de Jânio Quadros, o Decreto 50.620, de 1961, proibiu as rinhas de galos, embora a proibição já constasse no Decreto 24.645/34.

A Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (Lei de Proteção à Fauna, ou Código de Caça), alterada pela Lei 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, inovou instituindo novos tipos penais, criando o Conselho Nacional de Proteção à Fauna, e transformando-se em crimes condutas que outrora eram considerados contravenções penais. Aboliu-se também a concessão de fiança. A caça de animais silvestres no Brasil é proibida desde 1967, embora a caça de animais silvestres nunca tenha deixado de existir no país e é um dos principais fatores que levam à extinção de espécies ameaçadas.

Em 2017 estava em discussão na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL nº 6.268/16) que previa alteração na regulamentação da caça no país, revogando a Lei de Proteção à Fauna, de 1967 e o § 5º do art. 29 da Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605/1998. O projeto, proposto pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), membro da bancada ruralista, previa a regulamentação do manejo, do controle e do exercício de caça no país.

Sua preocupação principal era rever a proibição à caça profissional. Segundo a exposição de motivos do deputado: “Há ainda um aspecto inaceitável que devemos ressaltar: a revogação da lei 5.197 de 1967. Aqui reside o problema principal do PL, pois ao revogar a Lei 5.197 de 1967, os dispositivos de proibição de caça profissional deixarão de existir e, por conseguinte a caça profissional será restabelecida no Brasil”.

Nos anos de 1970, a preocupação mundial com os efeitos deletérios do crescimento econômico e da industrialização predatória sobre o meio ambiente redundou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), em 1972. Do evento, resultou uma Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Mais conhecida como “Declaração de Estocolmo”, com 26 princípios que deveriam nortear as ações das nações sobre a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais.

No Brasil, sob efeito da declaração, foi instituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1973, primeiro órgão especialmente destinado à orientação das políticas governamentais no setor. E nos anos subsequentes,

seguiram-se uma série de leis relacionadas com o controle do uso do meio ambiente em território nacional.

Na mesma época, uma convenção internacional de suma importância foi estabelecida pela UNESCO, em 1978, a “Declaração Universal dos Direitos dos Animais”, que teve o Brasil como um dos países signatários. Nessa época, destaque-se a promulgação da Lei de Vivissecção de Animais (Lei n.º 6.638/79) e da Lei dos Zoológicos (Lei n.º 7.173/83).

No entanto, a despeito do acúmulo contínuo de diplomas, a legislação brasileira antes dos anos de 1980 não era consistente na proteção do Meio Ambiente, muito menos da fauna. Ainda sob influência da Conferência de Estocolmo, de 1972, o quadro muda acentuadamente a partir da década seguinte.

Já em 1981, há que destacar a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31.08.1981), praticamente o primeiro Código legal sobre o meio ambiente, abrangendo inclusive a fauna.

Enquadrando o animal como fauna, como parte da Natureza, como recurso ambiental a ser usado pelo homem, ainda quando com parcimônia, esse importante documento manteve a ótica antropocêntrica, utilitarista e, quando muito, bem-estarista em relação aos animais. Diz seu artigo 3º que por recursos ambientais deve-se entender “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”. Ou seja, objetiva-se preservar a natureza e o animal faz parte, tendo se em vista o futuro do ser humano.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente instituiu um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), primeiro órgão capaz de planejar e coordenar diversos órgãos governamentais numa política nacional para o setor.

Quatro anos depois foi promulgada a Lei 7.347, que disciplinou a ação civil pública como instrumento processual para a defesa do setor, trazendo para a justiça os casos de agressão ambiental. Esta importante lei viabilizou o acesso coletivo à Justiça de associações civis e do Ministério Público contra crimes ambientais.

A inscrição na Constituição Federal, de 1988, de um capítulo inteiro (Capítulo VI do Título VIII) sobre o Meio Ambiente, considerado um dos mais avançados do mundo pelo movimento ambiental. A começar pela adoção da

preservação do meio ambiente como um direito fundamental, como algo que deve ser respeitado por si mesmo, não somente como fonte de recursos naturais, já dentro do conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Com efeito, segundo a professora Norma Sueli Padilha, doutora em ética e direito ambiental, nota-se na abordagem constitucional a influência da Teoria do Direito Internacional Ambiental do Meio Ambiente, no qual se assume que os elementos naturais não são inesgotáveis, e que é necessário impor limites de sustentabilidade contra a perversa lógica de sua exploração irrestrita.

Enquadrada no âmbito do meio ambiente como fauna, a proteção animal também mereceu destaque, devendo ser protegida independente de finalidade econômica, cultural ou social. O art. 225, em§ 1º, caput, por exemplo, reza: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Ainda o mesmo artigo e mesmo parágrafo, inciso VII determina como responsabilidade do Poder Público em “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade”.

A Constituição de 1988 consolidou ainda o já previsto (Lei 7.347/85) mecanismo de “Ação Civil Pública”, uma ação constitucional proposta para evitar ou reprimir danos ao meio ambiente, dentre outros direitos difusos e coletivos. Ora, como, segundo o art. 225 da Constituição, os animais compõem a fauna e, portanto, fazem parte do meio ambiente, a ação civil pública pode ser utilizada acionada por aqueles preocupados com o risco de dano aos animais. Ou seja, a lei abriu acesso à população para manifestar-se em defesa do meio ambiente e fauna.

De fato, este mecanismo pode e tem sido utilizado por associações de proteção aos animais, pois, conforme o art. 5º da Lei 7.347/85 tem legitimidade para propor a ação os seguintes entes:

- “I – o Ministério Público;
- II – a Defensoria Pública;
- III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

- IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
- V – a associação que, concomitantemente:
 - esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;
 - inclua, entre as suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico,” diz a lei.

Também já sob a nova Carta, registrem-se as promulgações da Lei da Inspeção de Produtos de Origem Animal (Lei n.º 7.889/89) e do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza (Lei n.º 9.985/2000), a Lei 6.938, de 1991 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) e a Lei 11.794, de 2008, que regulou o uso científico de animais, entre documentos que afetavam o trato com animais.

A Lei 11.794/2008, dita “Lei Arouca”, que versa sobre as sanções penais e administrativas cabíveis às condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, foi aprovada em outubro de 2008. O projeto foi proposto pelo deputado e sanitarista Sérgio Arouca, em 1995, e ficou anos parado por ter gerado muita polêmica e sofrido alterações. Além de sistematizar as sanções aplicáveis, tipifica organicamente os crimes ecológicos e vai além da responsabilização criminal dos indivíduos, incluindo a pessoa jurídica como sujeito ativo do crime ambiental.

A lei regulamentou o uso de animais em experimentos científicos e determinou que as pesquisas devem obrigatoriamente zelar pelo bem estar do animal utilizado. O artigo 1º, § 1º da lei diz que os animais podem ser utilizados para as finalidades de ensino e pesquisa. Em seu Capítulo IV define as condições de criação e uso de animais para ensino e pesquisa científica, incluindo prescrições de eutanásia, tratamento médico veterinário, entre outros procedimentos que visem a minimização do sofrimento das cobaias.

Na verdade, a lei aparentemente benéfica aos animais, apenas institucionaliza a vivissecção e, sob a bandeira do bem-estarismo, reforça a

ideologia antropocêntrica de que as espécies não humanas são instrumentalizadas para fins humanos.

A lei deu um prazo de dois anos – a partir de sua publicação - para que os laboratórios se ajustem às normas internacionais que restringem o uso de cobaias apenas para pesquisas que tenham como finalidade melhorar e prolongar a vida do ser humano. Por outro lado, permitiu o uso de animais em experimentos que testem a segurança e eficácia de fármacos desenvolvidos para o tratamento de doenças.

A Lei Arouca também exige que o laboratório tenha um biotério (local onde as cobaias são mantidas) adequado para o animal, que não lhe cause estresse. Além disso, nas pesquisas, obriga que o animal testado seja anestesiado e medicado com analgésicos quando necessário.

Nessa lei, a seção I do Capítulo V é dedicada à proteção animal. O artigo 32, por exemplo, criminalizou os atos de quem “praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”. E estabelece:

- “Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.
 - § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.
 - § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.”

Pela lei, são considerados maus-tratos, entre outras práticas, abandono, espancamento, envenenamento, privação de comida diária, ou manter o animal preso em corrente, local sujo ou pequeno demais para os animais em questão.

A lei despertou uma série de críticas dos movimentos de proteção animal. Para eles, ela dá aos laboratórios muita liberdade na aplicação de técnicas de pesquisa, o que facilita a prática de atos de crueldade sob a justificativa do avanço científico.⁹⁹

⁹⁹ De acordo com uma veterinária, mestre pela USP em infectologia, e que não quis ser identificada, durante sua graduação na Unesp de Araraquara, as pesquisas com animais são realizadas sem grandes preocupações éticas porque praticamente não há fiscalização e muitos professores incentivam a utilização de cobaias. O mais comum na sua área de infectologia é a preferência por animais sadios que são contaminados propositadamente para que a pesquisa

Outra crítica dos ativistas a essa lei dirige-se às penas, consideradas muito brandas.¹⁰⁰ Acontece que nos crimes considerados de menor potencial ofensivo (pena menor de dois anos, o Ministério Público deve negociar com o acusado sua pena. O resultado seria uma atenuação ainda maior da pena, numa negociação entre a acusação e a defesa, para evitar que o processo corra, poupando o réu e o Estado de todas as cargas conseqüentes (sociais, psicológicas, financeiras etc.) à condenação, desde que o réu não tenha se beneficiado do mecanismo nos cinco anos anteriores. Nesse caso, a transação só admite duas espécies de pena: multa e restritiva de direitos, podendo essa incluir prestação de serviços à comunidade, impedimento de comparecer a certos lugares, proibição de gozo do fim de semana, ou mesmo o pagamento de cesta básica.

Além disso, foi alvo dos movimentos de proteção também art. 32, §1º, que autoriza a possibilidade legal de prática de utilização de animais em pesquisas científicas quando não existirem recursos alternativos. Pois não há consenso entre professores e cientistas sobre a existência desses recursos alternativos, de modo que ainda é grande o uso de animais em experimentos diversos e atividades acadêmicas.

Além disso, criou o órgão Concea (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal), um órgão governamental no qual as instituições e laboratórios devem obrigatoriamente se credenciar, além de terem de submeter seus protocolos de pesquisas a uma Comissão de Ética do Uso de Animais (CEUA).

Trata-se de um órgão consultivo, normativo, deliberativo e admite recursos, com poder para estabelecer regramentos para a utilização de animais em ensino e pesquisa, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O órgão tornou-se responsável pela definição dos limites para a utilização animal.

consiga isolar o vírus de forma mais eficaz. Uma de suas professoras no mestrado fazia uso desses animais em grande escala, o que lhe garantia sempre bolsas de pesquisa.

¹⁰⁰ A Justiça reformou a sentença da enfermeira Camila Correia, condenada por agredir e matar uma cadela da raça yorkshire em Formosa, no Entorno do DF, em novembro de 2011. Em decisão monocrática, o desembargador Kisleu Dias Maciel Filho reduziu a indenização a ser paga pela ré de R\$ 20 mil para R\$ 5 mil. O crime, cometido na frente da filha de 2 anos, foi registrado em vídeo por vizinhos e ganhou grande repercussão nas redes sociais, Justiça reduz indenização a ser paga por enfermeira que matou yorkshire, G1, 2016.

O Conceia tem a finalidade de formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica. O decreto 6.899 de 15 de julho de 2009 regulamentou a composição do órgão e estabeleceu normas para o seu funcionamento.

Em 2012, o então Ministério da Ciência e Tecnologia criou a Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama) para acelerar o desenvolvimento no país de métodos alternativos de experimentação animal.

Em setembro de 2014, o Conceia publicou um parecer reconhecendo 17 métodos alternativos ao uso de animais em pesquisa. Um ano depois, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) baixava a Resolução RDC nº 35, aceitando o emprego dos métodos alternativos de experimentação animal reconhecidos pelo Conceia.

A composição desses órgãos colegiados também foi alvo de crítica dos ativistas, que apontaram um desequilíbrio com participação muito pequena dos protetores de animais. A CEUA, por exemplo, possui apenas um representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País, enquanto que não existem limites previstos de representantes interessados nas pesquisas, como médicos, biólogos, docentes e pesquisadores na área específica.

Ainda relacionado com a regulamentação de testes em animais, em 2017 estavam em tramitação no Congresso Nacional um conjunto de propostas, como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 70/2014, do deputado Ricardo Izar, o Projetos de Lei do Senado (PLS) 483/2013, do senador Valdir Raupp, e o 45/2014, do senador Álvaro Dias, que restringem o uso de animais em testes de laboratório.

O PLC 70/2014, por exemplo, propõe a proibição de testes de ingredientes e de produtos cosméticos, veda o comércio de produtos que tenham sido testados em animais e incentiva técnicas alternativas para avaliar a segurança das formulações.

Mas o texto em discussão admite a autorização de testes em animais em situações excepcionais, como “graves preocupações em relação à segurança de um ingrediente cosmético” e após consulta à sociedade. E desde que o ingrediente seja amplamente utilizado no mercado e sem possibilidade

de substituição; que seja detectado problema específico de saúde humana, relacionado ao ingrediente, na ausência de método alternativo de testagem.

O PLC 70/2014 foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, devendo seguir o trâmite em outras comissões até as votações em plenário das casas legislativas.

O texto aprovado recebeu críticas da presidente da SBPC, Helena Nader, acusando o Senado de desconsiderar as sugestões do meio científico:

Nós da SBPC, que trabalhamos ativamente na discussão do projeto, nos sentimos muito decepcionados. Porque os avanços que essa legislação poderia trazer foram todos perdidos e estão lançando simplesmente novos entraves que dificultarão que o País realmente seja forte na ciência, na tecnologia e na inovação, promovendo empregos. Sem CT&I, não teremos, de fato, uma indústria brasileira forte, disse¹⁰¹

A cientista Lucile M. Floeter Winter, conselheira da SBPC e representante da instituição no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), também criticou as mudanças realizadas no projeto de lei que havia sido aprovado pelos deputados federais.

A despeito de a SBPC considerar um retrocesso, o fato é que desde 2003 o Parlamento Europeu proibiu os testes de cosméticos em animais, e em 2013 proibiu-se a importação desses produtos.¹⁰²

Também tramita no Senado o Projeto de Lei nº 351/2015 que visa incluir no Código Civil em seu art. 82, um parágrafo único, contendo a seguinte norma: “animais não serão considerados coisas”. Na Câmara já havia em 2014 uma proposta de um projeto visando incluir no art. 2º do Código Civil os termos:

- “Art. 2 – A. Os animais gozam de personalidade jurídica sui generis que os tornam sujeitos de direitos fundamentais e reconhecimento a sua condição de seres sencientes.

¹⁰¹ “É um retrocesso”, diz presidente da SBPC sobre projeto aprovado no Senado que trata da utilização de animais em pesquisas, NOTÍCIAS DA SBPC 24/03/2017, disponível em <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/e-um-retrocesso-diz-presidente-da-sbpc-sobre-projeto-aprovado-no-senado-que-trata-da-utilizacao-de-animais-em-pesquisas/>.

¹⁰² União Europeia proíbe venda de cosméticos testados em animais, jusbrasil, 2013, disponível em <https://abrampa.jusbrasil.com.br/noticias/100397216/uniao-europeia-proibe-venda-de-cosmeticos-testados-em-animais-3>.

- Parágrafo único: São considerados direitos fundamentais a alimentação, a integridade física, a liberdade, dentre outros necessários a sobrevivência digna do animal.”

2.3.2 A legislação de proteção animal em São Paulo

Em seguida ao estabelecido na lei maior, em 1988, também as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios que se seguiram foram marcadas por intensa preocupação ecológica. Isto porque, como estabelecido pela Constituição Federal, a competência para legislar sobre a flora, fauna, caça e pesca é tanto da União quanto de Estados e Municípios. Além disso, nem toda a legislação existente antes dos diplomas atuais foi totalmente revogada.

Nos níveis estadual e municipal, a proposição de medidas legais de proteção dos animais costuma partir de propostas de parlamentares com alguma vinculação com a causa, ou com a preservação do meio ambiente. No Estado de São Paulo, vários projetos de lei foram iniciativas de deputados como Ricardo Trípoli e Feliciano Filho.

Vale acrescentar que, embora vendo transformar em leis vários projetos de proteção, nem sempre as medidas são apoiadas pelo movimento de proteção animal, seja por divergência em relação à posição do parlamentar autor do projeto, seja alegando que este teria admitido uma transfiguração de projetos iniciais, por compromissos políticos, favores ou conchavos dentro da casa legislativa. Muito da oposição da proteção deve-se a medidas consideradas bem-estaristas, que não proíbem de fato com os maus tratos, há apenas uma atenuação que sequer é fiscalizada.

Entre os instrumentos legais de maior destaque instituídos no estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, destaque-se em primeiro lugar, o Decreto nº 40.400, baixado pelo governador Mario Covas em outubro de 1995, que regulamentou as exigências mínimas de instalação de estabelecimentos veterinários, incluindo procedimentos como uso de

radiações, de drogas, bem como de medidas necessárias ao trânsito de animais e do controle de zoonoses.

Na verdade, a abrangência da norma era bem ampla, como especificado no art. 1º da Norma Técnica anexa ao Decreto, referindo-se a qualquer estabelecimento onde “haja animais vivos destinados ao consumo, ao ensino, à pesquisa, ao lazer, ou qualquer outra utilização pelo homem, não especificada nesta Norma, mas que, por sua atividade, possam, direta ou indiretamente, constituir riscos à saúde da comunidade” (Norma Técnica, Parágrafo Único), quais sejam: consultório veterinário, clínica veterinária, hospital veterinário, maternidade veterinária, ambulatório veterinário, serviço veterinário, parque zoológico, aquário, hipódromo, hípica, haras, carrossel vivo, rodeio, cinódromo, circo de animais, escola para cães, pensão para animais, granja de criação, hotel-fazenda, pocilga ou chiqueiro, canil de criação, gatil de criação, “pet shop”, drogaria veterinária, biotério, laboratório veterinário, salão de banho e tosa.

Entre outros requisitos mínimos para o funcionamento de estabelecimentos veterinários, a Norma Técnica aprovada pelo Decreto nº 40.400 determinava a obrigatoriedade de presença de “um médico veterinário responsável pelo seu funcionamento” (Art. 3º) e a manutenção dos estabelecimentos “nas mais perfeitas condições de ordem e higiene, inclusive no que se refere ao pessoal e material” (Art. 5º).

Em relação às condições mínimas das dependências, instalações, recintos e partes dos estabelecimentos veterinários, o Art. 6º prescreve que o canil deve ser “individual, construído em alvenaria, com área compatível com o tamanho dos animais que abriga e nunca inferior a 1,00m²; as paredes devem ser lisas, impermeabilizadas de altura nunca inferior a 1,5m; o escoamento das águas servidas não poderá comunicar-se diretamente com outro canil” (§ XIII). A gaiola destinada ao abrigo de aves, gatos e outros animais de pequeno porte “deve ser construída em metal inoxidável ou com pintura antiferruginosa; não pode ser superposta a outra gaiola nem o escoamento das águas servidas pode comunicar-se diretamente com outra gaiola (§ XIV)”, e, quanto às jaulas destinadas ao abrigo de animais que oferecem risco a pessoas, “sua área e volume devem ser compatíveis com o tamanho do animal que abriga; o sistema de limpeza deve ser adequado à eficiência e segurança; nos estabelecimentos

de exposição ao público (zoológicos, feiras, e outros) deve estar afastado deste no mínimo 1,50m” (§ XV). Essa legislação também não se cumpre dado que muitos estabelecimentos de banho e tosa e clínicas veterinárias que contam com ala de internação, as gaiolas menores (para filhotes e gatos) são empilhadas em duas e muitas com portas de ferro.

Vale destacar, por fim, o Art. 23º, segundo o qual: “Os haras, os rodeios, os carrosséis-vivos, os hotéis-fazenda, as granjas de criação, as pocilgas, e congêneres não poderão localizar-se no perímetro urbano”.

A partir da década seguinte, o ritmo de surgimento de novas leis estaduais sobre o tema se acelerou. Em outubro de 2003, o governador Geraldo Alckmin promulgou a Lei nº 11.488, aprovada pela Assembleia Legislativa a partir do Projeto de Lei nº 687/2002, do deputado Eli Corrêa Filho, proibindo a cirurgia de cordotomia em cães e gatos. Trata-se de cirurgia para interromper parte das cordas vocais de cães e gatos com objetivo evitar latidos e miados estridentes, perturbando o silêncio local. Embora praticada por alguns médicos veterinários, a prática já era condenada por ativistas da proteção animal, e pelo próprio Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo, por se tratar de uma mutilação.

Dois anos depois foi aprovada a Lei Nº 11.977 (25 de agosto de 2005), a partir do Projeto de Lei nº 707/2003, do deputado Ricardo Trípoli, que instituiu o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo, também chamada de “Lei Trípoli”. Conforme o Art 8º, foram vedadas no território do Estado, as modalidades de caça profissional, amadorística ou esportiva.

O Art. 11º obriga os municípios a manterem “programas permanentes de controle de zoonoses, através de vacinação e controle de reprodução de cães e gatos, ambos acompanhados de ações educativas para propriedade ou guarda responsável”, enquanto o Art. 12º proibiu o sacrifício de cães e gatos “por métodos cruéis, consubstanciados em utilização de câmaras de descompressão, câmaras de gás, eletrochoque e qualquer outro procedimento que provoque dor, estresse ou sofrimento”.

Os animais criados para o consumo humano devem ser criados em cativeiro “devidamente regulamentado e abatidos em estabelecimentos sob supervisão médico-veterinária” (Art. 17º), sendo proibida em sua criação:

- “I - privar os animais da liberdade de movimentos, impedindo-lhes aqueles próprios da espécie;
- II - submeter os animais a processos medicamentosos que levem à engorda ou crescimento artificiais; vacas; e
- III - impor aos animais condições reprodutivas artificiais que desrespeitem seus respectivos ciclos biológicos naturais” (Art. 18º).

A legislação acima também não se cumpre, pois as vacas leiteiras recebem hormônios para aumentar a produção de leite, além disso, como já foi visto, cadelas e éguas são submetidas ao acasalamento forçado.

O Art. 20º reitera a proibição, prevista desde o Decreto nº 24.645, de 1934, de realização ou promoção de rinhas de galos, ou quaisquer “lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes”, inclusive “touradas, simulacros de tourada e vaquejadas, em locais públicos e privados”. Enquanto pelo Art. 21º foi proibida a apresentação ou utilização de animais em circos, bem como em “provas de rodeio e espetáculos similares que envolvam o uso de instrumentos que visem induzir o animal à realização de atividade ou comportamento que não se produziria naturalmente sem o emprego de artifícios” (Art. 22º).

Naturalmente a lei paulista seguiu a regulamentação federal e admitiu a utilização de animais em testes, experiências científicas e para fins didáticos, mas restritos a estabelecimentos devidamente credenciados (Art. 24º), com constituição prévia de uma CEUA, Comissão de Ética no Uso de Animais (Art. 25º), criados e mantidos em biotérios adequados (Art. 30º), proibindo-se a utilização de “animais vivos provenientes dos órgãos de controle de zoonoses ou canis municipais” (Art. 31º), bem como de procedimentos que causem “dor, estresse, ou desconforto de média ou alta intensidade sem a adoção de procedimento técnico prévio de anestesia adequada para a espécie animal” (Art. 32º).

Finalmente, o Art. 39º estabeleceu a cláusula de “escusa de consciência à experimentação animal”, pelo qual “cidadãos paulistas que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar

sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal” (Parágrafo Único).¹⁰³

A transgressão à lei seria apenada com advertência, multa, até a perda da guarda do animal ou a interdição definitiva de instituições e empresas, conforme a gravidade dos danos. Previa ainda a concessão de benefícios e incentivos fiscais a laboratórios de cosméticos que não fizerem experimentos com animais, além de autorização de certificarem nos rótulos de seus produtos que não fazem tais experiências.

Em abril de 2008, foi aprovada a Lei Estadual 12.916/08, dita “Lei Feliciano”, referência ao deputado Feliciano Filho, autor do PL 117/2008. A lei trata sobre o controle da reprodução de cães e gatos, restringindo as ações frequentes de agentes órgãos de controle de zoonoses e canis públicos que sacrificam os animais ditos “de rua”, capturados com o propósito de controle da população de incentivando a adoção responsável de animais abandonados. Na letra da lei: “O Poder Executivo incentivará a viabilização e o desenvolvimento de programas que visem ao controle reprodutivo de cães e de gatos e à promoção de medidas protetivas, por meio de identificação, registro, esterilização cirúrgica, adoção e de campanhas educacionais para a conscientização pública da relevância de tais atividades, cujas regras básicas seguem descritas na lei” (Art. 1º).

A lei procurou proibir a prática da eutanásia, com exceção “nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais”. Em vez disso, o animal capturado “poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais, mediante assinatura de termo de integral responsabilidade” (Art. 2º).

A lei prevê a possibilidade de colocar para adoção mesmo no caso de animais “com histórico de mordedura, injustificada e comprovada por laudo médico”. Porém, “caso não seja adotado em 90 dias, o animal poderá ser eutanasiado” (Art. 3º).

¹⁰³ Segundo a veterinária que não quis ser identificada, em algumas aulas os alunos eram obrigados a participar da sessão de vivissecção ou perderiam nota. Ela e seus colegas assistiam o procedimento todos sentados de costas sob protesto.

A lei também reconheceu o chamado “cão comunitário”, “aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido”. Ou seja, numa situação diferenciada do “cão de rua”, o comunitário é adotado por um grupo de pessoas ou entidade protetora que se encarrega de seu cuidado, embora o animal permaneça na rua: “O animal reconhecido como comunitário será recolhido para fins de esterilização, registro e devolução à comunidade de origem, após identificação e assinatura de termo de compromisso de seu cuidador principal” (Art. 4º).

Os responsáveis pelo cuidado desse cão precisam oferecer as condições para que os animais tenham uma vida saudável, incluindo castração, vacinação, além de microchipagem. O cuidador principal é a pessoa que cuida do cão com frequência, mas não é seu dono, devendo registrar e esterilizar cirurgicamente o animal junto à Prefeitura de São Paulo, gratuitamente e vaciná-lo contra raiva nos postos fixos de vacinação animal.

Na verdade, o instrumento legal acaba tendo uma abrangência maior do que a dos animais de rua, na medida em que cobra a adoção responsável. Em contraste, a prática anterior do recolhimento de cães como base para o controle populacional e prevenção de zoonoses acabava contribuindo para a guarda irresponsável por muitos proprietários, que, quando por conveniência queriam se livrar de seu animal. Não, isso ainda acontece abandonavam-no nas ruas, simplesmente, pelos motivos mais diversos, como doença, idade avançada, crias indesejadas, alteração de comportamento, mudança de residência, viagens e férias familiares. Com isso, “a responsabilidade do proprietário encontrava-se transferida para o serviço de saúde pública em muitas capitais brasileiras, com milhares de animais sacrificados em câmara de gás e apenas um pequeno percentual de cães adotados”¹⁰⁴ diz a lei.

Outras medidas legais de proteção mais recentes que merecem destaque incluem a chamada “Lei da Nota Fiscal Animal” (14.728/12), de março de 2012 e também iniciativa do deputado Feliciano Filho. A lei estendeu

¹⁰⁴ Carrocinha Não Resolve, Conselho de Medicina Veterinária, 2017, disponível em http://www.crmv-pr.org.br/?p=imprensa/artigo_detalhes&id=36. Vale dizer que não há fiscalização também nesse quesito, dado que animais são abandonados diariamente na cidade, fotos e vídeos são divulgados e os responsáveis não são punidos.

os benefícios da Nota Fiscal Paulista (Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal) às entidades de proteção animal sem fins lucrativos. Na defesa da lei, o autor do projeto destacou que o fato de que qualquer pessoa poderá doar recursos para as entidades protetoras “sem botar a mão no bolso”. Para beneficiar-se do programa, a instituição precisa se registrar no Cadastro Estadual de Entidades – CEE.

As instituições protetoras só começaram a usufruir do benefício da lei a partir de janeiro de 2014, quando ela foi regulamentada. Em poucos meses, dezenas de entidades protetoras se cadastraram (quarenta e cinco somente nos sete primeiros meses de regulamentação) e passaram a receber regularmente o repasse.

Ainda em janeiro de 2014, foi sancionada a Lei 15.316/14, que proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes no Estado de SP. A norma é oriunda do PL 777/13, também de iniciativa do deputado Feliciano Filho.

O documento prevê punições às instituições e estabelecimentos de pesquisa ou profissionais que descumpram a determinação, incluindo multa por animal em situação irregular e suspensão definitiva do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Ainda em 2014, foi sancionada a Lei Anti-Peles (15.566/2014), que proíbe a criação de animais para extração de peles: “Fica proibida no Estado de São Paulo a criação ou manutenção de qualquer animal doméstico, domesticado, nativo, exótico, silvestre ou ornamental com a finalidade exclusiva de extração de peles” (Art. 1º). O descumprimento da lei acarreta como penalidade multa de 500 UFESPs (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), por animal, dobrando-se a multa em caso de reincidência.

Dois anos depois o mesmo deputado fez aprovar a Lei 16.303/16, que criou a DEPA (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal). O acesso de um link ao portal oficial do governo do Estado (www.ssp.sp.gov.br/depa) permite receber denúncias, inclusive anônimas, de maus-tratos a animais.

2.3.3 Leis municipais

Também na cidade de São Paulo registra-se intensa atividade propositiva de normas de proteção aos animais. Nesse âmbito, destacam-se vereadores como Ricardo Trípoli, Aurélio Miguel.

As preocupações tradicionais da legislação referente a animais no âmbito urbano centraram-se no controle das chamadas “zoonoses”, doenças infecciosas de animais capazes de ser naturalmente transmitidas para o ser humano.

Em maio de 1993 foi sancionada a Lei 11.359, proibindo “a realização de rodeios, touradas ou eventos similares que envolvem maus tratos e crueldade de animais”, com exceção para “exposição de animais, provas hípcas, utilização de animais em procissões religiosas e desfiles cívicos ou militares” (Art. 1º). A multa prevista para o infrator foi fixada em duzentas Unidades Fiscais do Município –(UFMs), aplicando-se em dobro no caso de reincidência.

Dois anos depois foi a vez da aprovação da Lei 11.887, que regulamentou o uso de veículos de tração animal na cidade. O documento proibiu o uso de qualquer animal para transporte nas seguintes condições:

- “I. Em todas as suas vias públicas asfaltadas ou calçadas;
- II. Em toda área compreendida dentro de um raio de 8 (oito) quilômetros medido a partir do "marco zero" existente na Praça da Sé;
- III. Em toda área definida por lei como área urbana do Município; e
- IV. Em todo tipo de evento que envolva risco de ocorrer maus tratos e crueldades para com os animais.” (Art. 1º)

A proibição não se aplicaria aos animais usados pela Polícia Militar e pelo Exército Brasileiro, bem como “o uso de animais em exposição e em atividades desportivas, cívicas, religiosas ou de lazer e diversão pública, organizadas por associações próprias devidamente legalizadas”.

Entretanto, a lei não foi regulamentada. Foi somente em abril de 2006 que a proibição foi retomada, agora com Lei 14.146/06, de iniciativa do vereador Roberto Trípoli. A nova lei, que proibiu o tráfego de carroças e de animais montados ou não em ruas e avenidas calçadas e asfaltadas da cidade,

abrangendo equinos, muares, asininos, caprinos, ovinos e bovinos, foi regulamentada pelo Decreto 49.525/08. Novamente, com a exceção de animais usados pela Polícia Militar e pelo Exército.

Denotando forte preocupação com a possibilidade desses animais e veículos prejudicarem o trânsito, a lei proibia a permanência desses animais “em vias ou em logradouros públicos da cidade, pavimentados ou não” (Art. 3º), e, em vias não pavimentadas, “deverão ser conduzidos pelo bordo da pista de rolamento, em fila única” (Art. 4º).

Tanto o animal montado quanto o veículo de tração animal flagrados em desacordo com a lei serão removidos, podendo, sob as condições especificadas, ter os seguintes destinos:

- “I – Resgate pelo proprietário;
- II – doação para associações civis, sem fins lucrativos, que tenham por finalidade estatutária a proteção aos animais;
- III – Eutanásia, nos específicos casos autorizados por esta lei.” (Art. 11º).

No caso do resgate, o proprietário terá prazo de 5 dias após a remoção. Mas, no caso do agente fiscalizador constatar abuso ou maus-tratos, “não será o animal devolvido ao seu proprietário, mas confiado a depositário fiel, designado por associação civil de que trata o inciso II deste artigo, até a apuração do fato, que deverá ser noticiado à autoridade competente, com fulcro na Lei Federal nº 9.605, de 12/02/1998 e no Decreto Federal nº 24.645, de 10/07/1934”.

Já os animais que estiverem em condições de serem doados “serão registrados e identificados por meio de microchip, ou por outra tecnologia compatível” (Art. 12º)

- Diz o Art. 17º que serão eutanasiados os animais:
- “I – em estado de sofrimento, que não possa por outro meio ser atenuado;
- II – portadores de moléstias determinantes de eliminação, conforme legislação sanitária específica e normatização da agricultura;
- III – cujo estado de saúde seja irreversível.”

Em maio de 2001, de autoria do vereador Roberto Trípoli, foi aprovada a Lei 13.131/01 – “Lei da Posse Responsável” de cães e gatos. Essa lei contém dispositivos da antiga 12.327/97, de 1997, que instituía campanhas de esterilização de cães e gatos, visando seu controle populacional. Chegou a ser regulamentada pelo Decreto 38.970/00, mas acabou revogada, em ação judicial movida pelo prefeito Celso Pitta. Além disso, a Lei 13.131/01 foi modificada pelas Leis 13.531/03 e 14.262/07 (que aumentaram as multas estabelecidas para maus-tratos e para abandono de animais, respectivamente), também da autoria do mesmo vereador, e foi regulamentada pelo Decreto 41.685/02, modificado pelo Decreto 45.568/04.

A Lei tornou obrigatório o registro de cães e gatos no Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da cidade, ou em estabelecimentos veterinários credenciados. Os animais devem ser registrados entre o terceiro e o sexto mês de idade, quando também recebem aplicação de vacina contra a raiva.

O Art. 3º estabeleceu o RGA (Registro Geral do Animal), uma carteira de posse do proprietário indicando nome do animal, sexo, raça, cor, idade real ou presumida; nome do proprietário, documentos RG e CPF, endereço completo e telefone. O número do RGA deve ser obrigatoriamente fixado na plaqueta de identificação fixada junto à coleira do animal.

A lei prescreve uma série de obrigações para o proprietário dos animais, incluindo uso obrigatório de coleira e guia, quando conduzido em vias e logradouros públicos (Art. 15º), o dever de “recolher os dejetos fecais eliminados pelo mesmo em vias e logradouros públicos” (Art. 16º), a manutenção dos de cães e gatos “em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como a destinação adequada dos dejetos” (Art. 17º).

Também proíbe a criação, alojamento e manutenção em residência particular de mais de 10 animais, incluindo cães e gatos (Art. 18º), bem como a permanência de animais soltos ou o exercício de práticas de adestramento em vias e logradouros públicos (Art. 21º), além do abandono dos animais (Art. 23º).

Ainda de acordo com a Lei 13.131, o Centro de Controle de Zoonoses deve priorizar a doação dos animais “apreendidos e não resgatados para adoção por entidades protetoras de animais cadastradas no Conselho de Proteção e Defesa dos Animais – CPDA” (Art. 25º). Caso não haja adoção os

animais poderão ser doados para entidades de ensino e pesquisa, e, em último caso, eutanasiados (Art. 26º).

O documento legal relaciona os atos que devem ser considerados como maus-tratos contra cães e gatos, incluindo seu uso “em rituais religiosos, e em lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes” (Art. 30º).

Finalmente, o CCZ deverá executar um “Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos em parceria com universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não governamentais de proteção animal e com a iniciativa privada” (Art. 33º), bem como “promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos” (Art. 34º).

Em dezembro de 2004, também a partir de projeto do vereador Roberto Tripoli, foi promulgada a Lei 13.943, que proibiu o CCZ de “fornecer animais capturados nas ruas da cidade para instituições e centros de pesquisa e ensino” (Art. 1º). Também foi aprovada a Lei 13.767/04, que regula o PSA (Programa Saúde Animal). Com vetos do Executivo, somente em 2010 o Art. 3 foi restabelecido, com a derrubada de um dos vetos pela Câmara Municipal. Assim ficou a nova redação: “Será promovido o controle ético das populações de cães e gatos, que consiste no controle de reprodução e educação para a posse responsável.”

Em junho do ano seguinte, destacou-se a aprovação da Lei 14.01405, com base no PL 862/2003, do Vereador Roger Lin tirar partidos, já não estava proibido - que proibiu a utilização de animais em circos e congêneres instalados na cidade. A transgressão acarreta multa no valor de R\$ 1.500,00, dobrada na reincidência, “com a posterior cassação da licença de funcionamento” (Art. 2º).

Em julho de 2007 foi promulgada a Lei 14.483/07 que proibiu o comércio de animais em ruas, avenidas, praças da cidade, fixou regras para pet shops, canis e gatis que comercializam animais e regulou a doação de animais em eventos de doação. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 49.393/08.

A medida prejudicou as socorristas no trabalho de doação de animais resgatados da rua, criando um clima de patrulhamento entre as protetoras.

O documento autoriza a reprodução, criação e venda de cães e gatos no município, mas “só poderá ser realizada por canis e gatis regularmente

estabelecidos e registrados nos órgãos competentes” (Art. 2º). Porém proíbe “a venda e a realização de eventos de doação de cães e gatos em praças, ruas, parques e outras áreas públicas”, com exceção para “eventos de doação em parques municipais, previamente autorizados pelo órgão público ao qual o parque está afeto e Conselho Gestor do respectivo parque” (Art. 3º).

Os eventos de doação podem ser realizados em estabelecimentos devidamente legalizados, mas os animais expostos para doação “devem estar devidamente esterilizados e submetidos a controle de endo e ectoparasitas, bem como submetidos ao esquema de vacinação contra a raiva e doenças espécie-específicas, conforme respectiva faixa etária, mediante atestados” (Art. 4º).

No ato da doação deve ser firmado um contrato específico entre doador e adotante, “cujas obrigações previstas, por escrito, devem contemplar os dados qualificativos do animal, do adotante e do doador, as responsabilidades do adotante, as penalidades no caso de descumprimento, a permissão de monitoramento pelo doador e as condições de bem-estar e manutenção do animal” (Art. 5º). Também deve ser providenciado o RGA do animal, em nome do novo proprietário (Art. 6º).

A Lei exige alvará de funcionamento para os canis e gatis comerciais estabelecidos na cidade (Art. 8º) e só autoriza que esses estabelecimentos comercializem, permutem ou doem “animais microchipados e esterilizados” e após 60 dias de vida, “que corresponde ao período mínimo de desmame” (Art. 18º).

Também os estabelecimentos que vendam produtos e serviços para animais de estimação (pet shops, casas de banho e tosa, casas de venda de rações e produtos veterinários) e que comercializem cães e gatos “devem estar inscritos no Cadastro Municipal de Comércio de Animais - CMCA e possuir médico-veterinário responsável, além das outras exigências legais e sanitárias estabelecidas pela legislação vigente (Art. 21º). Além de cuidar para que os animais não fiquem expostos com contato aos frequentadores do estabelecimento, “e cada animal somente poderá ser exposto por um período máximo de 6 (seis) horas, a fim de resguardar seu bem-estar, sanidade, bem como a saúde e segurança pública” (Art. 22º).

2.3.4 Balanço

A descrição acima exemplifica mudanças na proteção legal aos animais, no Brasil e em São Paulo, acompanhando o que tem acontecido em outros países. Cabe ressaltar que todo ordenamento jurídico anterior à Constituição da República de 1988 possuía caráter eminentemente antropocêntrico e utilitarista. O animal deveria ser protegido quando o interesse e bem-estar humano não estivessem em jogo.

Posteriormente, o avanço da legislação protetiva foi inegável, destacando-se a Constituição Federal e a Lei dos Crimes Ambientais. O franco contraste da proteção legal e da permanência dos maus tratos e crueldade cria um círculo vicioso de criação de excesso de leis que não se fazem cumprir.

Os maus tratos se mantêm por carências da fiscalização do Estado, a existência de penas irrisórias para os que cometem crueldades e maus-tratos, omissões e contradições da lei, “antropocentrismo” e “ecocentrismo” da lei e das decisões e estrutura judicial e enquadramento jurídico dos animais domésticos.

Embora a legislação recente tenha mudado o enquadramento de contravenção penal para crime, as práticas de crueldade e maus tratos continuam sem punição efetiva, porque o crime tem pena irrisória ou porque é visto sob o “princípio da insignificância”, ou por conta da possibilidade de “transação da pena”.

Lado a lado com a ineficácia das penas, o conjunto de leis não escapa de omissões e contradições, como a convivência da proibição de maus tratos e a omissão no caso do abate de animais, ou no caso da situação dos animais domésticos.

Para Danielle Tetü, por exemplo, a Carta Magna é considerada uma das mais avançadas em matéria ambiental, contudo, “acarreta várias interpretações sobre o significado do termo fauna e influencia a divergência doutrinária” (RODRIGUES, 2008, p.86). Para a autora, não há unidade conceitual para o termo fauna, porque não há menção explícita se nela estão incluídos todos os

animais em sua mais completa classificação ou se são apenas os silvestres, excluindo os domésticos.

Tetü condena a legislação brasileira ao estabelecer que os animais não-humanos continuam sendo considerados coisas ou semoventes, protegidos pelo direito de propriedade do homem e não pelos seus direitos em si, enquanto sujeitos de direito. Em outras palavras, o bem ambiental é um bem pertencente a toda humanidade recaindo sobre o Estado a sua preservação.

A lei se mostra contraditória, na medida em que o Estado possibilita brechas na legislação, autorizando ações que pela lei seriam consideradas maus tratos, tendo em vista uma postura em favor do homem, como a utilização de animais para testes científicos, desde que não haja alternativa.

Já o que se pode chamar de “viés antropocêntrico” da legislação, é aquele que coloca como sujeito de direito exclusivamente o animal humano e relega tudo o mais, inclusive os animais não humanos, como objetos de legítima exploração humana. Enquanto o viés ecocêntrico prioriza a preservação do meio ambiente e não necessariamente o não cometimento de maus tratos. O animal é enquadrado como fauna e como parte do meio ambiente, um recurso de uso difuso, que existe para o bem estar do ser humano.

Na verdade, o enquadramento legal como fauna tanto limita a proteção ao animal, pelos vieses antropocêntrico e ecocêntrico, quanto garante proteção, por esses mesmos vieses. Permite que o animal seja utilizado pelo ser humano, mas condena práticas cruéis.

Essa ambiguidade da proteção legal aos animais pode ser vista como um reflexo da própria ambiguidade como a sociedade como um todo trata os animais: objeto de uso, mas aos quais se deve evitar o sofrimento. Deve-se evitar o sofrimento, desde que o uso não seja prejudicado. Até mesmo a previsão de punição do maltrato pode ser uma restrição ao uso do animal. É por isso que não há punição para valer, ou ela é leve. No fundo, as visões antropocêntrica e ecocêntrica, aquelas que têm como perspectiva os interesses do ser humano e do equilíbrio do Meio Ambiente, respectivamente, predominam ante a restrição ao maltrato.

Mais ainda, considerando-se que, seguindo a tradição romana¹⁰⁵, nosso direito sempre enquadrava legalmente os animais como coisa (res) e propriedade para usufruto de seu dono, a incorporação nas nossas legislações de prescrições contrárias ao sofrimento dos animais sempre apareceram como um “corpo estranho”, como algo que, potencialmente, pode limitar o usufruto e até a propriedade dos animais.

O fato de os animais sentirem e manifestarem dor a determinados tipos de usos fez com que a eles se aplicasse também legislação restritiva aos usos potencialmente causadores de dor (leis contra maus tratos aos animais). Uma maneira estranha e ambígua de tratar os animais: como “coisas”, seu uso é justificado, mas como coisas que podem sentir dor, esse uso é limitado. Na prática, na maior parte dos casos, entre um sentido e outro, acaba prevalecendo o uso, o “uso consciente”, “humanitário”, o “bom uso” da propriedade animal. Mas a ambiguidade está implícita na legislação.

¹⁰⁵ Direito animal: uma breve digressão histórica, Chiara Michelle Ramos Moura da Silva, conteúdo jurídico, disponível em http://www.conteudojuridico.com.br/?banco_de_questoes.

3 O ATIVISMO ANIMALISTA NAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS E ANTROPOLÓGICAS

A proteção animal é um movimento social quando visto por uma perspectiva sociológica, na medida em que há uma ação conjunta voltada para os interesses animais que entra em choque com os valores vigentes e questiona práticas tradicionais de vários setores da indústria que exploram os animais, bem como práticas científicas e de consumo. Também se configura como um movimento social, na medida em que reivindica do Estado e órgãos públicos mudanças na legislação animal, sejam eles domésticos ou silvestres. Tem uma ação transformadora, pois visa interferir na forma de pensar do ser humano em relação aos animais.

Ele é entendido como movimento social pelos “outros”, ou seja, os teóricos, a imprensa, os representantes das grandes corporações, a sociedade como um todo, que tratam todos os ativistas como um grupo homogêneo, denominados por eles como defensores ou protetores dos animais.

Maria da Gloria Gohn (2002) define movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2002, p. 36). Segundo a autora, os movimentos adotam estratégias diferenciadas, que passam pelas mobilizações, passeatas, atos de desobediência civil e até negociações. Um movimento social se funda numa espécie de comunidade que possui uma meta em comum, e dirige sua ação de forma organizada contra aquele que o grupo define como opositor/opressor.

O cenário político-econômico dos anos 1990 enfraqueceu politicamente os movimentos sociais, através da adoção de políticas neoliberais que marcaram o período. Ainda de acordo com Gohn, os movimentos sociais que emergem nesse período de globalização econômica e de acentuado individualismo trazem essas características.

Ilse Scherer (2006) adverte que as lutas antigas ainda têm seu lugar na modernidade, como as reivindicações por melhores condições materiais, (simbolizando lutas por qualidade de vida, inclusão social e melhor distribuição de renda), reivindicações de âmbito político, como cidadania, direitos humanos.

Essas dimensões, diz a autora, estão imbricadas, uma penetra a outra. O ativismo político da virada do milênio passou então a ter demandas mais universais como os movimentos ecológicos e pela paz.

Sob uma perspectiva marxista, a identidade de classe sempre foi definida nos processos econômicos orientada pela categoria trabalho. Para Nunes (2009), essa tese deve ser repensada na sociedade atual, que conta com um alto grau de fragmentação no trabalho. Assim, as identidades vão se firmar no campo simbólico, em grupos menores, até mesmo entre categorias sociais diversas, em situações muitas vezes transitórias. Não se trata de descartar a luta de classes, mas de buscar explicações mais precisas para as novas identidades que surgem no meio urbano e nas metrópoles, com indivíduos atomizados.

Para Boaventura de Souza Santos, este novo contexto social, que para o autor se iniciou no final dos anos 60, com a dispersão da classe trabalhadora no modo de produção capitalista, “contribui para desocultar novas formas de opressão e o isolamento político do movimento operário facilitou a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social.” (SANTOS, 1999, p.256).

Os movimentos sociais que emergem nesse período de globalização econômica vestem uma nova roupagem. Esses novos sujeitos sociais são menos comprometidos uns com os outros, gerando um acentuado individualismo.

Da perspectiva sociológica, de autores da contemporaneidade, como Baumann (2007), o capitalismo globalizado gera fenômenos sociais novos, relações efêmeras e ao mesmo tempo, novos arranjos e iniciativas dos segmentos sociais excluídos da globalização.

A sociedade líquida de que trata Bauman tem o mesmo foco, e afirma que tudo se transforma tão rapidamente que não chega a se solidificar. As relações sociais seguem o mesmo ritmo e também são efêmeras. As identidades que se criam estão concentradas no mundo virtual, onde não há compromissos nem vínculos fortes.

Stuart Hall (2011) trabalha com a categoria de sujeito múltiplo ou o que ele denomina de “descentração do sujeito”, que vem ocorrendo na modernidade tardia. O autor concorda com as teorias acima. Para ele, a erosão

da identidade de classe traz “novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos” (HALL, 2011, p.22). Surgem novos sujeitos sociais e com eles novas subjetividades sufocadas nas lutas anteriores pautadas apenas pelas desigualdades de classes. Hall adverte que, com a globalização, muitas etnias e grupos sociais passaram por amplos processos de exclusão. Como resposta a essas ações excludentes, grupos de identidade cultural diversas se unem, sem anular suas individualidades, e criam uma nova identidade para enfrentar politicamente pressões excludentes da globalização. Assim, há um deslocamento das identidades para novas identidades na pós-modernidade.

Honneth (2009) também trabalha com a ideia de sujeito múltiplo que define a personalidade pós-moderna. Ela é impulsionada pelo aumento das relações sociais e as novas mudanças socioculturais, em oposição às situações vividas nas sociedades tradicionais, onde as identidades são mais rígidas. O autor frankfurtiano resolve o dilema da luta de classes na sociedade contemporânea ao entender que a luta por reconhecimento é onde se constitui a subjetividade e identidade individual e coletiva. Deste modo, os conflitos sociais é que estruturam a intersubjetividade (SAAVEDRA, G., e SOBOTTKA, E., 2008).

Para Honneth, os indivíduos que se sentem injustiçados ou não reconhecidos se unem em torno de um ideal comum em que se configura uma identidade de luta motivada por uma grande força moral dirigida para aqueles que praticam o “desrespeito social”, o que Honneth denomina de dinâmica do desprezo. Esse desprezo é uma patologia que causa um sentimento de injustiça e vários indivíduos que sofrem da mesma patologia social criam um vínculo intersubjetivo.

Deste modo, o balanço bibliográfico sobre as teorias dos movimentos sociais sugere que as ações dos grupos de proteção animal devem ser enquadradas teoricamente como parte dos movimentos sociais de “novo tipo”, que emergiram a partir dos anos 90.

Esse enquadramento deve-se primeiro, porque o ativismo animal, como os movimentos acima, não tem seus interesses pautados em questões econômicas, mas na conquista de direitos universais.

Segundo, porque seu fortalecimento vem sendo incentivado pelas redes sociais. Os integrantes do movimento muitas vezes não se conhecem, mas agem em conjunto pela internet. Nem sempre todos estão presentes numa ação organizada por algumas lideranças do movimento animal, porque o grau de comprometimento é variado e não há cobrança onde há o anonimato.

São muitos os simpatizantes do movimento animal que têm sua atuação apenas via internet, repassando mensagens em prol do vegetarianismo e vídeos de tortura animal. Sem falar naqueles que colaboram financeiramente quando tomam conhecimento de casos de resgate ou ficam cientes de abrigos e santuários de animais em dificuldades financeiras. Essa nova configuração dos movimentos sociais não significa que as lutas esmoreceram, mas que apenas se criaram novas formas de mobilização.

O fato de o movimento animal não se pautar por uma luta de interesses de classe ele é extremamente diversificado em termos ideológicos. Essa heterogeneidade é responsável pela multiplicação de conflitos existentes na militância que têm opiniões distintas principalmente em relação a estratégias de luta. São visões de mundo diferentes que afloram no espaço de compartilhamento. As situações objetivas geram visões diferenciadas que são manifestas no plano das identidades subjetivas, no caso, do ativismo animal. Os grupos ou movimentos sociais devem tornar pública sua concepção até obterem o desejado reconhecimento social.

Assim, há uma intersubjetividade compartilhada na luta pelos animais, mas há também, como foi dito, conflitos ideológicos que não estão necessariamente ligados à luta por reconhecimento pelos direitos dos animais. Por outro lado, o ativismo animal nem sempre atua de forma unificada, como um movimento homogêneo numa mesma frente, ele se subdivide em pequenos grupos com identidades diversas acerca das estratégias de atuação e divergem até em suas concepções sobre quem pertence à causa.

Muitas das práticas dos ativistas nem sempre estão diretamente em confronto com as instituições e o Estado. Muitas das ações cotidianas se fecham dentro e para o grupo. Esses códigos comuns ao grupo escapam às teorias sociológicas. Um olhar interdisciplinar consegue dar conta dessas novas configurações sociais que se revelaram ao longo da pesquisa e nas entrevistas.

A perspectiva sociológica que trabalha o ativismo animal como movimento social não é descartada pela antropologia, o que ocorre é um olhar diferenciado para esse fenômeno social que deve ser entendido também como atores sociais agindo nas cidades. A teoria antropológica de Magnani (2002) mostra que a sociedade conseguiu dar uma resposta a essa pressão globalizante que destrói laços comunitários. A sociologia foca sua análise em temáticas que resultam em conclusões mais generalizantes, que se pode chamar de “longe e de fora”, e concebe o mundo contemporâneo apenas sob uma perspectiva de degradação das particularidades culturais com o fenômeno da globalização e uma crescente despolitização das lutas sociais. Mas uma análise “de perto e de dentro” aponta para fenômenos sociais novos. Esta estratégia metodológica de pesquisa participante sugere que os atores sociais devem ser analisados em suas ações cotidianas mergulhados no espaço urbano, onde criam novas formas de identidade e realizam trocas simbólicas e valores comuns em oposição aos costumes introduzidos pela massificação global.

A globalização se impõe homogeneizando as culturas, destruindo estilos de vida, valores locais e tradicionais. Mas de perto e de dentro, os indivíduos buscam novas formas de recompor suas subjetividades criando grupos sociais nos quais interagem com seus pares numa forte reação de oposição à massificação cultural. Esses grupos veem ocupar os espaços deixados pelas antigas comunidades em sociedades menores.

As identidades numa metrópole surgem como resposta a sua vasta diversidade. Os indivíduos buscam espaços identitários porque neles sentem-se seguros e diferem do espaço da família, porque a identidade que se busca é outra, que vai além dos laços de sangue. São identidades que reforçam a ideologia de um indivíduo, gostos e interesses no âmbito do imaginário. Grupos com esse tipo de identidade servem para reforçar essas ideologias e práticas pessoais, portanto, vão sendo construídas e reiteradas pelos integrantes do grupo.

A identidade praticada nos espaços comuns de um grupo desempenharia hoje o antigo papel da comunidade nas sociedades tradicionais. Os indivíduos, na busca por esses valores dessa comunidade fictícia, pautada pela lealdade, amizade, segurança, procuram se unir àqueles

que se lhe parecem semelhantes. Mas Bauman (2003) alerta que esses laços de um pequeno grupo identitário são apenas promessas, com relações efêmeras. O autor descreve a comunidade como algo sempre bom, definição compartilhada pela maioria dos indivíduos, porque encontram nela conforto, aconchego, segurança e lealdade. A comunidade é um lugar onde todos se conhecem e se ajudam porque se estimam.

Contudo, afirma Bauman (2007), essa comunidade é algo que não existe mais, é apenas uma referência ao passado. Hoje, os indivíduos almejam essa comunidade que, no entanto, só existe enquanto sonho ou desejo. Para viver na atualidade numa comunidade é preciso abrir mão da liberdade. Os indivíduos teriam que se fechar em condomínios, por exemplo, e impedir qualquer ameaça externa. Por outro lado, para se manter a liberdade, os indivíduos teriam que abrir mão da segurança que tanto prezam hoje por conta das incertezas do mundo contemporâneo. Diz o autor, a liberdade e a segurança são complementares, mas incompatíveis, por isso, a comunidade real do passado e a desejada não existe nem pode existir. Sempre haverá esse conflito.

Magnani vai numa outra perspectiva, vendo a emergência desses grupos como uma resposta ao fenômeno globalizante que homogeneiza os indivíduos. A abordagem metodológica sob o viés antropológico “de perto e de dentro” da observação participante permite avançar e explicar essa faceta do ativismo animalista. Uma análise mais atenta, de perto e de dentro, permite visualizar a existência de identidades menores dentro da proteção animal. Há pequenos grupos heterogêneos que apresentam práticas e ideologias distintas sobre o que é e deve fazer a proteção animal.

Os próprios integrantes não se dão conta que atuam de formas diversificadas e isoladas e que constroem suas pequenas identidades grupais a partir dessas diferenças. Nessa relação de alteridade com a prática do outro segmento é que vão se firmando suas lógicas e ideais de proteção.

As identidades ficam mais definidas no processo de alteridade, quando se estabelece uma relação com o outro que não pertence ao grupo, o diferente. O grupo de mesma identidade cria representações sociais que não coincidem com as representações do outro, criando muitas vezes situações de intolerância e intransigência.

Essas teorias são perfeitamente aplicáveis no caso do movimento de defesa animal. Os integrantes estão imersos numa sociedade globalizada complexa e se unem àqueles que pensam como eles na defesa de animais não humanos, sendo que na maioria das vezes esse sentimento não é compartilhado pelos membros de sua família.

A metodologia antropológica abre caminhos úteis, porque há grupos que se articulam como agentes políticos formando identidades próprias, mas que ora se assemelham aos movimentos sociais, ora a grupos menores. É preciso um arsenal teórico-metodológico interdisciplinar amplo para dar conta da natureza do ativismo animal.

A proposta metodológica de Magnani, (2002) centrada numa etnografia urbana, atendeu demandas teóricas da tese presente. Essa abordagem metodológica investe e contribui para explicar as novas formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas que fazem um recorte, diferentemente das análises sociológicas mais tradicionais e consensuais, por exemplo, sobre o processo de globalização que as grandes cidades estão atualmente inseridas. Essas novas mudanças econômicas e sociais geram atores individualizados, segregados e massificados. Paralelamente a esse fenômeno complexo e generalizante ocorrem ações de atores concretos no cotidiano urbano.

A partir dessa proposta é possível aprofundar melhor e verificar o movimento de proteção animal que não é homogêneo e permite detalhar as pequenas subjetividades e identidades que se criaram com o avanço das discussões e práticas de defesa animal.

De perto e de dentro, esses atores são “recuperados, mas como sujeitos de estratégias políticas”, (Magnani, 2002) que se organizam para exigir a cidadania sua ou de outrem como no caso do ativismo animal, mas sob novas formas, ante o processo de globalização. A abordagem antropológica, portanto, vem complementar as teorias sociológicas explicativas dos fenômenos urbanos.¹⁰⁶ Esses novos sujeitos sociais criam práticas urbanas e rituais específicos que escapam às teorias mais generalizantes.

¹⁰⁶ Muito embora o ativismo animal também esteja presente nas zonas rurais, ele é mais forte e organizado nas regiões urbanas.

De acordo com Magnani, é preciso verificar uma regularidade a partir desses novos arranjos dos atores sociais, no caso, dos espaços públicos. A partir da utilização dos espaços e suas práticas nesses espaços vão se delineando as identidades, porque é na interação das práticas comuns que emergem os interesses e subjetividades também comuns.

A teoria de Magnani propõe uma etnografia alternativa às análises macro sociológicas também no que se refere aos espaços urbanos e sua dinâmica, onde “observa-se a ausência dos atores sociais”, diz.

Segundo Magnani,

Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade (Magnani, 2002. p.7).

Para Magnani, os agentes urbanos (podem ser moradores, trabalhadores, setores organizados, excluídos etc.) se apropriam dos espaços sociais da cidade para realizarem novas práticas urbanas.

As ações contestatórias podem estar inseridas nesses novos arranjos sociais. Para Magnani, a etnologia indígena tem por objeto de estudo os outros, aqueles que se diferenciam e se distanciam culturalmente de nós. Esses “outros” também se inserem pelas grandes cidades globalizadas.

A investigação deve partir de ordenamentos e regularidades e não dos desencontros. Destacar e identificar se há “códigos de pertencimento” entre os integrantes do grupo que se pesquisa ou se pretende pesquisar. Uma totalidade “conhecida pelos atores sociais, é identificada pelo pesquisador” (Magnani, 2002, p 16).

Essa totalidade pode ser apreendida a partir de categorias conceituais assim descritas por Magnani: o “pedaço”, a “mancha”, o “trajeto” e o “circuito”. Todos conceitos são ligados a categorias espaciais, porque deve-se conceber as novas relações sociais com o espaço urbano e sua utilização nas práticas cotidianas. Essas categorias são importantes porque cada grupo dentro do movimento ativista tem seu “pedaço”, seu “trajeto”.

A categoria “pedaço” pressupõe a presença regular de membros de um grupo e o mútuo reconhecimento mútuo e lealdade entre si. É um espaço onde

os integrantes partilham códigos comuns, exercitam uma “rede de sociabilidade básica”. É o primeiro espaço que se coloca em oposição ao espaço do lar, ou “em casa”. A identidade no pedaço não se cria a partir de uma rede familiar ou de vizinhança, mas em oposição a ela. A identidade emerge no compartilhamento de códigos e valores e frequentemente, seus membros se conhecem pelo nome. Definição de “mancha”:

As manchas são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominantes (Magnani, 2002, p. 21).

São pontos de referência para uma determinada prática e para um público maior de usuários. Os caminhos traçados no interior das manchas são os trajetos.

A ideia de trajeto permite pensar tanto uma possibilidade de escolhas no interior das manchas e pedaços com direção a outros pontos no espaço urbano e, por consequência, a outras lógicas. Sem essa abertura corre-se o risco de cair numa perspectiva reificadora, restrita e demasiadamente ‘comunitária’ da ideia de pedaço. (Magnani, 2002, p. 23).

O conceito de “circuito” se insere na oferta de determinado produto ou serviço por estabelecimentos sem contiguidade espacial, mas reconhecidos pelos integrantes de grupos e por eles frequentados e por outras pessoas não membros. Nos circuitos, há socialização, compartilhamento de códigos, embora pessoas de fora frequentem o circuito.

No ativismo animal, esses conceitos de espaço estão presentes nas suas subdivisões conforme será visto no capítulo III. Cada grupo cria uma identidade e cria seu pedaço, seu circuito, onde as trocas simbólicas comuns acontecem até como forma de resistência à pressão globalizante em tornar todos iguais.

3.1 DIVERGÊNCIAS DO ATIVISMO ANIMAL COM OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

A defesa animal é incluída frequentemente no movimento ambientalista, uma vez que a própria Constituição descreve a tutela do Estado sobre o meio ambiente no mesmo capítulo em que trata da legislação de proteção da fauna. Gloria Gohn também entende o movimento dos direitos animais como uma subdivisão do movimento ambientalista. Na verdade, o movimento ecológico tem em vista particularmente a defesa dos animais silvestres, sobretudo os que estão em extinção. Não trata dos animais domésticos.

Além disso, os ecologistas têm objetivos distintos daqueles que envolvem a proteção animal. Para os ambientalistas, o maior beneficiado de sua ação é o ser humano e as futuras gerações. Já para o movimento de proteção animal, o beneficiário são os próprios animais, que terão sua liberdade de volta.

Para Cátia Faria (2011), o movimento ambiental de forma generalizada é incompatível com o movimento de libertação animal, porque a morte violenta de algumas espécies é aceita pelos primeiros quando se trata de manter a biodiversidade. As espécies com maior população não são fonte de preocupação e podem ser abatidas para o bem do ecossistema, assim, os ambientalistas podem ser caracterizados como especistas. A autora ressalta que a ética ambiental, sob a ótica especista, é mais uma modalidade de antropocentrismo, portanto, imoral. A senciência é moralmente relevante, porque dá ao indivíduo a propriedade de escolher entre experiências negativas e positivas. Ao se negar essa escolha aos animais, se pratica uma ação imoral para com eles.

Exemplo emblemático de especismo foi a declaração de Jon Burgwald, representante do Greenpeace no Ártico, dada ao canal MSNBC informando que a ONG apoia a confecção de roupas feitas com pele de foca “eco-friendly”, classificadas como “sustentáveis”.¹⁰⁷

Paul Watson, presidente da ONG Sea Sheperd, instituição que protege a fauna marinha, condena o Greenpeace por se restringir a uma ação apenas virtual em defesa das baleias. Segundo ele, a ONG:

¹⁰⁷ Greenpeace ignora os direitos animais e apoia a indústria de peles de foca, ANDA, 22 de janeiro de 2016, disponível em <https://www.anda.jor.br/2016/01/greenpeace-ignora-direitos-animais-apoia-industria-peles-foca/>.

foi uma organização que agia, em seus navios e no campo, sendo eficaz, salvando as baleias da morte! Agora é uma organização de envio de e-mails, uma organização representativa, nos escritórios, recolhendo o dinheiro, e fazendo baleias de origami!¹⁰⁸

Os conflitos de interesses entre os dois movimentos, de defesa animal e ambientalista se refletem nas bases, porque os debates não ficam apenas nas teorias, mas também estão presentes nas redes sociais.

Deste modo, conclui-se que a proteção animal é um movimento social peculiar, na medida em que seus participantes reivindicam direitos para outros e não para o próprio grupo. Nesse sentido, a literatura pertinente não efetua esse novo enquadramento *sui generis*. Na causa animal, mesmo que os injustiçados sejam os animais, há um processo de empatia e de intersubjetividade entre os simpatizantes do movimento.

3.1.1 Devastação ambiental na alimentação do gado

Outra questão que afasta os ambientalistas dos ativistas é a devastação ambiental na Amazônia causada pela plantação de soja para o gado.

Segundo dados divulgados em 2017 pelo IBGE, o Brasil dispõe de 218,2 milhões de bois e vacas, 37,9 milhões de porcos e 1,3 bilhão de frangos e galinhas. Todos esses animais comem rações feitas com grãos como milho, soja, sorgo e outros. E todos eles demandam muita água também, tanto para beber, quanto no manejo enquanto eles estão vivos e também nos matadouros para limpeza dos locais de abate, entre outros usos.¹⁰⁹

As monoculturas como as de soja, sorgo e outros grãos devastam áreas gigantescas e colocam em risco a biodiversidade, especialmente no Brasil (Chaves, 2017). O que é fato, no entanto, é que essas monoculturas só existem por conta da criação de animais para consumo. Essa quantidade de grãos produzidos é usada principalmente para a alimentação de porcos, frangos, galinhas, bois, peixes e outros animais da pecuária.

¹⁰⁸ Capitão Paul Watson do Sea Shepherd critica Greenpeace, 26 Feb 2015, Revista Livre, - See more at: <http://www.revistalivre.com.br/espaco-do-leitor-2/item/627-capitao-paul-watson-do-sea-shepherd-critica-greenpeace.html#sthash.0fgNsbke.dpuf>.

¹⁰⁹ (www.sejavegano.com.br.)

Os grãos fazem parte da ração desses animais que são criados quase sempre sem acesso a pastos. Mesmo quando os animais têm acesso a pasto, como no caso da criação extensiva que acontece no Brasil, existe o uso de ração para complementar a engorda desses animais.

O consumidor de Londres, na Inglaterra, demanda diariamente cerca de 60 quilos de soja, que é consumida indiretamente por meio da carne de animais alimentados com soja e também no leite, no queijo e nos ovos derivados desses animais.

O impacto do que é consumido na perda da biodiversidade é de cerca de 60%, porque animais selvagens morrem perdendo seu habitat invadido pela devastação e plantação de grãos. Se os grãos fossem utilizados para alimentar pessoas, não haveria necessidade de tantas plantações. Trata-se de uma matemática simples: há sete bilhões de pessoas no mundo e há, pelo menos, 60 bilhões de animais considerados de consumo sendo alimentados neste momento.¹¹⁰

Um estudo da Organização das Nações Unidas ONU mostra que as maiores empresas produtoras de carne - JBS, do Brasil, Cargill e Tyson Foods, ambas dos Estados Unidos - emitiram mais gases-estufa em 2016, quase tanto quanto uma grande companhia de petróleo.

No Brasil, 65% da área desmatada da Amazônia são destinadas para as pastagens da pecuária. A atividade é responsável por 15% das emissões de gases-estufa do mundo.¹¹¹

Segundo a ativista Karina Somaggio, do Santuário dos Bichos, em entrevista a mim concedida, “existem no mundo cerca de três animais para cada indivíduo. Já foi provado matematicamente que com os grãos que vão para os animais acabaríamos com a fome. (...) 80% dos grãos colhidos vão para ração animal.”

¹¹⁰ Novo relatório revela impacto das monoculturas de soja e de outros grãos cultivados para a pecuária, 6/10/2017 Fabio Chaves, do Vista-se, disponível em <https://www.vista-se.com.br/novo-relatorio-revela-impacto-das-monoculturas-de-soja-e-outros-graos-cultivados-para-a-pecuaria/>.

¹¹¹ Juntas, grandes produtoras de carne e leite poluem mais que a Alemanha, 08/11/2017 02h05, Eduardo Anizelli/Folhapress, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/11/1933619-juntas-grandes-produtoras-de-carne-e-leite-poluem-mais-que-a-alemanha.shtml>.

Portanto, sem os animais denominados de abate, as plantações de grãos seriam destinadas às populações sem acesso à comida e a devastação ambiental seria controlada mediante a redução das lavouras voltadas aos animais. Além disso, a emissão de gases também seria drasticamente reduzida.

Diante desses fatores, não há um elo entre os movimentos ambientalistas e o ativismo animal no sentido de se promover o veganismo. ONGs ambientalistas como o Greenpeace, o qual possui uma força política e grande apoio mundial em torno de suas campanhas, não participa de nenhum evento voltado para o tema. Há a consciência crítica contra a devastação ambiental, mas não se expõe a origem desta devastação, porque ela denota uma contradição dos ambientalistas.

3.2 O ATIVISMO ANIMAL E SEUS SUBGRUPOS

Nas práticas diárias cotidianas, o movimento social de defesa animal subdivide-se em ações particularizadas, segmentadas, surgidas a partir do entendimento que cada grupo tem do ativismo.

Segundo Kelly Prudencio e Camila Carbonar:

"entre os grupos de defesa dos animais existe uma diversidade de causas e formas de ação. Enquanto a maioria se volta para a denúncia de maus tratos e pela adoção de animais domésticos abandonados, há um segmento em crescimento no Brasil, que são aqueles que se autodenominam abolicionistas e formam uma parte do movimento pelos direitos dos animais ou direitos animais, como colocam" (Prudencio 2015, p.2).

As autoras afirmam que esses segmentos lutam por reconhecimento dentro do movimento animalista, dentro de uma perspectiva da teoria de Honneth.

As práticas de defesa animal são pulverizadas entre os ativistas, porque cada grupo baseia-se em um entendimento próprio sobre o que é melhor para os animais. Essas divergências vêm à tona publicamente, sobretudo nos debates travados nas redes sociais virtuais. Os conflitos não se resumem entre

bem-estaristas e abolicionistas. Entre os próprios abolicionistas há visões distintas entre as escolhas estratégicas de ação. Desta forma, o debate revela essa luta dos grupos para se sobrepuem e serem reconhecidos entre seus pares, para depois conquistarem o reconhecimento da sociedade que não defende os animais.

Prudencio e Carbonar dividem os ativistas, como vimos acima, entre os que realizam denúncias e promovem a adoção, os abolicionistas que praticam o veganismo e os bem-estaristas que não foram abordados em sua pesquisa.

Esta tese baseia-se em categorias semelhantes às subdivisões feitas por Prudencio e Carbonar com algumas distinções e subdivide os animalistas em:

- - teóricos, intelectuais que refletem sobre os direitos animais principalmente a partir da Filosofia e o Direito;
- - ativistas veganos abolicionistas (atuam nos protestos de rua, na internet e redes sociais, no boicote ao consumo de produtos de origem animal ou testado em animais),
- - bem-estaristas (que lutam por medidas que não causem sofrimento animal sem defender o fim de sua exploração) e
- - socorristas de animais domésticos abandonados (cachorreiras e gateiras).

As quatro categorias que serão descritas a seguir podem ser consideradas como ativistas do movimento animal, cada um atuando em uma frente e criando grupos identitários distintos. A nomenclatura escolhida visa tornar mais explícito o campo de atuação de cada subgrupo. Há uma regularidade peculiar em suas práticas que permite subdividi-los assim.

Esses grupos identitários com suas subdivisões ideológicas e práticas têm cada qual um uso de certos locais da cidade, cada qual tem seu pedaço, sua mancha e seu circuito, como será visto a seguir. Será analisado detalhadamente cada tipo de ativista: o, teórico, o bem-estarista, o vegano e a socorrista.

3.2.1 Os teóricos

Os teóricos do movimento também são ativistas, porque, ainda que com algumas divergências em relação ao melhor caminho a se seguir em prol dos animais, defendem ações pensando no seu bem, seus direitos. Trazem à tona essa discussão filosófica para a sociedade e estimulam ações nesse sentido. Alguns já resgataram animais, como o filósofo animalista Tom Regan.

Os teóricos nem sempre compartilham espaços comuns, nem têm seu “pedaço”, como acontece com os ativistas veganos e as socorristas. Ainda assim são um grupo específico e importante dentro do movimento animal, realizando a mesma prática, que é refletir sobre as questões filosóficas, éticas, jurídicas e de ações políticas dentro da causa animal.

Na verdade, eles desempenham o mesmo papel dentro do ativismo, que é apontar caminhos para a militância. Mas o que os define, especificamente, é a reflexão teórica sobre a situação dos animais, a divulgação de suas ideias, que influenciam os ativistas e os divide entre as correntes.

O pedaço de identidade deste perfil de ativistas escapa da teoria de Magnani. Portanto, as categorias de espaço de Magnani não puderam ser aplicadas somente neste grupo, pois o que os identifica como tal é a prática da reflexão e publicação de suas ideias. Essas práticas não são realizadas em conjunto, num mesmo espaço, mas há um diálogo certamente entre eles, tanto em entrevistas como em exposição de suas teorias e questionamentos mútuos, em publicações de livros e artigos e até mesmo em palestras, como será visto a seguir.

3.2.1.1 O utilitarismo de Peter Singer

A tese do sofrimento desnecessário remete à obra “Libertação Animal”, do filósofo australiano Peter Singer, lançado na década de 70. O trabalho é considerado a “bíblia” da defesa animal.

Singer condena o especismo ao repudiar qualquer argumento que confira superioridade do ser humano sobre as demais espécies. Para o autor, mesmo havendo muitas diferenças entre os animais humanos e animais não

humanos, eles possuem uma semelhança que é a capacidade de sofrer. A partir desta premissa, Singer rebate a tese de que os animais podem sofrer maus tratos porque são seres inferiores por não possuírem inteligência. Se assim o fosse, diz o autor, uma criança ou uma pessoa com problemas mentais também estariam nessas condições. Portanto, a capacidade de sofrer impede que os animais sejam excluídos de uma ordem moral.

Em seu modo de pensar, os animais podem ser utilizados, em última instância, em situações em que os seres humanos tenham interesses. Isto porque seu trabalho é baseado na teoria utilitarista do filósofo Jeremy Bentham (1748-1832). Assim, o autor não se opõe à experimentação animal, desde que ela seja feita em prol de um bem maior. De acordo com a visão utilitarista, se os interesses dos beneficiados forem maiores do que os interesses daqueles que serão objetos de pesquisa, o seu uso é legítimo.

Nestes termos, pode-se dizer que Singer não é bem-estarista porque é anti-especista, não coloca as espécies numa ordem hierárquica. Por outro lado, não é abolicionista, mesmo reconhecendo a senciência dos animais, porque ainda reconhece o interesse de se utilizar animais para vários fins.

3.2.1.2 As posições de Regan e Francione

A perspectiva da corrente abolicionista, liderada pelos filósofos norte-americanos Tom Regan, e Gary Francione, contrariamente a Singer, condena todo e qualquer sistema de exploração animal voltado para os interesses humanos. Mas cada autor dá ênfase a um aspecto em suas propostas abolicionistas.

Para Regan (2004), os animais não têm a capacidade de entender a moralidade de seus atos, o mesmo ocorre com as crianças. Nem por isso, os animais ou as crianças têm seus direitos diminuídos, dada essa condição supostamente inferior. O que garante direitos morais aos indivíduos, humanos ou não, é sua condição de “sujeitos-de-uma-vida”. O “sujeito de uma vida” é dotado de:

crenças e desejos; memória, e uma percepção do futuro que inclui o seu próprio; uma vida emocional, bem como sensações de prazer e dor; preferências, bem-estar, interesses; a habilidade de dar início a uma dada ação em busca de seus desejos e objetivos; uma identidade psicológica para além do tempo; e um bem-estar individual no sentido de que sua vida experiencial ocorra bem ou mal para este ser, logicamente independente de sua utilidade para outros indivíduos, ou de ser alvo dos interesses de outrem. (REGAN, 2004, p. 243)

Regan entende que os animais não humanos merecem ser tratados com respeito e ter seus bens e interesses protegidos, como o seu bem maior que é o direito à vida. A pior coisa que pode acontecer para o animal, segundo Regan, é a perda da vida. Esses direitos são os mesmos que os animais humanos não admitem perder, a vida, a integridade física e a liberdade de mover-se.

Já para Gary Francione, a única forma de acabar com a exploração animal é abolir sua situação de propriedade. A seu ver, há um consenso internacional acerca da proibição da escravidão humana e o mesmo direito deve ser estendido aos animais. Diz o autor:

o direito de não ser tratado como propriedade alheia é básico, pois é diferente de quaisquer outros direitos que poderíamos ter porque é a fundação para esses outros direitos; é uma precondição para a posse de interesses moralmente significativos. (FRANCIONE, 2013, p. 31)

Francione reitera a argumentação de Regan e Singer de que os animais são sencientes e, nesse quesito, semelhantes aos animais humanos. Tanto animais humanos como não humanos têm o mesmo interesse em não sofrer. Deste modo, devem ser objetos do “princípio da igual consideração”, que trata semelhantes da mesma forma. Assim, os animais têm o direito de integrar a comunidade moral, porque o que separa animais humanos e não humanos é a espécie. Por este princípio, não se deve excluir da comunidade moral indivíduos de sexo diferente, raça diferente e, portanto, de espécie diferente, por serem todos seres sencientes.

Francione afirma que a sociedade é marcada pelo que ele chama de “esquizofrenia moral” porque diz ser contra mas ao mesmo tempo aceita que animais sofram diariamente maus tratos desnecessários, como os já citados

sofrimentos advindos nos circos, rodeios e caça. A própria Justiça contém sua dose de esquizofrenia moral. Diz Francione:

Embora as leis anticrueldade supostamente proíbam a infligção de dor e sofrimento desnecessários, os tribunais em geral sustentam que qualquer tratamento que facilite o nosso uso de animais para um propósito aceito é considerado necessários segundo as leis. (FRANCIONE, 2012, p. 126).

Se a crueldade desnecessária praticada contra o animal for considerada pela Justiça como algo necessário para o proprietário, contraditoriamente, ela deixa de ser um ato cruel. Ou seja, não há uma definição de maus tratos em si, porém ela é relativa, depende do interesse de quem está envolvido na situação referida.

Vários foram os exemplos citados pelo autor em casos julgados em tribunais no exterior. Em Gales, Reino Unido, um tribunal não condenou autor de prática cruel, que marcava seus cordeiros a ferro em brasa no nariz porque era necessária a identificação de suas propriedades. Mesmo havendo alternativas, o tribunal considerou prática costumeira no país. Assim, as leis anticrueldade perdem seu sentido, porque os atos cruéis são justificados como necessários, mesmo que haja alternativas, ou se baseando na tradição.

3.2.1.3 O abolicionismo parcial: uma crítica a Francione

Para ele, não devemos ter uma ação humanitária para com os animais, ideário que pauta as leis anti-crueldade, mas abolir de vez a exploração animal. O autor não abraça a causa bem-estarista que, a seu ver, resulta na regulação da exploração animal ao reivindicar medidas que amenizem o sofrimento dos animais, mas os mantém sob condição de exploração. Essas medidas atenuantes do sofrimento nunca serão um trampolim para o abolicionismo animal. Diz o autor:

O neo-bem-estarismo, termo que cunhei em 1994 ou 1995, é a visão de que deveríamos parar de usar os animais, mas a maneira de fazer isso é através do apoio ao bem-estarismo. Isto é, neo-bem-estaristas

veem as reformas bem-estaristas como um meio para alcançar a abolição do uso de animais. (FRANCIONE, 2013)

No entanto, esta posição de Francione deve ser vista com ressalvas. A teoria de Francione desconsidera o “aqui e agora” desses animais de cativeiro. O autor e seus seguidores condenam qualquer apoio de ativistas abolicionistas a medidas que atenuem o sofrimento dos animais em confinamento e por isso denominados por Francione como “neo-bem-estaristas”.

Diz Francione:

Uma pessoa racional que seja escrava obviamente preferiria uma forma menos dura de escravidão a uma forma mais dura. Se pudesse escolher entre um senhor que a espancasse cinco vezes por semana e um que a espancasse dez vezes por semana, ela escolheria o primeiro. Mas isso não significa que seja do interesse dela ser escrava do senhor mais ‘humanitário’ do mesmo modo que é do interesse dela não ser escrava de jeito nenhum. (FRANCIONE, 2013).

Infelizmente, Francione não concebe que o fim da escravidão dessa pessoa possa demorar demais ou até mesmo nunca chegar, portanto, os interesses dos animais podem não ser apenas alcançar a sua libertação ou de sua espécie, mas também poder levar uma vida menos dolorosa. Assim, os chamados “neo-bem-estaristas” têm seus motivos para acreditarem que é do interesse dos animais que se atenuem seu sofrimento.

A partir da perspectiva de Francione, uma geração toda de animais explorados serve de instrumento para que futuras gerações de outros animais alcancem a libertação. Além disso, ele perde de vista que essa conquista máxima depende de também de uma mudança cultural profunda na sociedade que não está disposta a mudar seus hábitos da noite para o dia.

O filósofo Carlos Naconecy considera o termo neo-bem-earista bastante equivocado, porque oculta a prática abolicionista daqueles que se inserem nesse conceito. Segundo o autor:

Essa expressão sugere falsamente que não há diferença significativa entre o novo e o velho bem-estarismo. Mas há, e é grande: o chamado Novo Bem-Estarismo adota o ideal da abolição, não se opondo à noção de direitos dos animais. O “Velho” Bem-Estarismo, ao contrário, não abraça o ideal da abolição. Qualquer pessoa que almeja a abolição da escravidão animal é, por definição, um abolicionista, não importa que a estratégia adotada por ele seja

eventualmente errada, e merece, portanto, esse nome - e não o sufixo enganador "novo" - a não ser por uma tirada retórica, no pior sentido do termo. (NACONECY, 2009, p7).

Esta tese propõe que os neo-bem-estaristas sejam denominados neo-abolicionistas, uma classificação mais pertinente porque não podem ser enquadrados ativistas que se contentam com o reformismo.

Portanto, para Naconecy, os neo-bem-estaristas são de fato abolicionistas porque o que os especifica é apenas a estratégia de luta e não o foco dessa prática. Nesse sentido, não é correto afirmar que as medidas reformistas tendem a atrasar a libertação dos animais, porque quanto mais notória ficar a cruel condição de existência dos animais explorados, mais haverá debate sobre isso na sociedade.

As pequenas conquistas bem-estaristas têm uma avaliação controversa na defesa animal, porque elas trazem um menor desconforto aos animais em suas vidas tomadas de sofrimento, porém, tais conquistas institucionalizam a exploração animal e adiam sua libertação.

Assim, do ponto de vista do animal, o alívio de sofrimento não deixa de ser importante. Por outro lado, oficializa-se sua exploração ao se determinar o tamanho específico para sua jaula. Para a causa animal, aparentemente, há uma perda incomensurável na exigência pelo fim dos animais como propriedade. Mas se pensarmos no aqui e agora da vida de um animal, ele sofre menos quando pode, por exemplo, mover-se em sua baia do que quando tem de passar a vida imóvel, deitado, com dores incalculáveis, como é o caso das porcas de gestação e as galinhas poedeiras.

É inegável que o ideal abolicionista é vital contra qualquer tentativa de “acomodação” bem-estarista no movimento de defesa dos direitos animais e ela mantém viva a tese da libertação animal em todas as suas esferas, mas deve estar aberta ao diálogo com todas as correntes do movimento animalista.

Como assevera Paula Brügger (2004), os defensores de uma ou outra vertente podem se converter em fundamentalistas e a ciência está longe de trabalhar com dogmas. Quando os adeptos do abolicionismo descartam todo e qualquer avanço ou medida favorável aos animais e a classificam como bem-estaristas, estão bloqueando o diálogo entre as duas vertentes. Porque nem todo pequeno avanço é bem-estarista.

De acordo com Brügger, a tese do tudo ou nada de alguns teóricos de esquerda com o objetivo de se atingir o socialismo parece influenciar o pensamento do que chama de “abolicionismo xiita” na causa animal.

Essa postura se assemelha a uma espécie de messianismo político na luta pelos direitos animais. O objetivo central da luta não deve estar focado na obtenção de uma sociedade ideal, e nem os ativistas buscam a perfeição moral. O que se pretende é estender um direito a um ser vivo, porque, na qualidade de racionais, os animais humanos não necessitam se ater a sentimentos de afeição em relação aos animais não humanos e a quem quer que seja, mas reconhecer e respeitar direitos alheios.

A tese de Francione tem fundamento quando o autor alega que algumas medidas bem-estaristas de fato não são tão diferentes das práticas de exploração. No que se refere ao abate humanitário, não há como afirmar que esse termo seja possível, porque nunca um abate que significa a morte de um ser vivo pode ser encarado como humanitário, uma vez que este ser tinha plenas condições de continuar vivendo.

O abate dito humanitário pela pecuária nada mais é que substituir a morte por marretadas na cabeça por choque elétrico. Parece não haver muita diferença no desconforto de um ou outro para o animal.

Uma ativista de ONG Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), em sua entrevista, definiu plenamente esses ajustes como “redução de danos”. Ou seja, não há bem-estar nem humanismo, mas uma redução do sofrimento e dor. Redução não significa fim do sofrimento de exploração e, portanto, essa expressão é mais próxima da realidade bem-estarista, que não resultam em grande bem-estar.

Este é o pensamento do filósofo Bernard E. Rollin, professor de Ciências Biomédicas e Bioéticas da Universidade Estadual do Colorado (EUA) e ativista pelos direitos animais desde a década de 1970. Rollin, como Francione e Regan, é a favor da abolição de toda e qualquer forma de exploração animal. Contudo, ele é criticado no ativismo animal por ter colaborado na elaboração de leis bem-estaristas na década de 1980 nos Estados Unidos.

Rollin faz uma análise filosófica que parte de uma extensão da ética de Kant e do uso do conceito de “telos”, de Aristóteles, para mostrar que animais não-humanos são sujeitos de direito. Neste caso, é a natureza do telos, e não a

razão ou capacidade de cognição, que insere os animais não-humanos na nossa esfera de consideração moral.

Em sua obra, Rollin define telos “como uma natureza, uma função, uma série de atividades intrínsecas a um ser vivo; essa natureza é determinada pela evolução, faz parte do equipamento genético do ser vivo e o constitui como tal” (COLTRO, 2013).

Cumprе destacar que é muito provável que os ativistas radicais que não veem vantagens nas medidas reformistas nunca tenham resgatado um animal sob condições de sofrimento. Dos vinte e oito ativistas entrevistados, apenas um não havia recolhido animais, fato que pode ter influenciado os mesmos a terem uma visão mais aberta em relação às estratégias de luta e serem mais condescendentes com as medidas bem-estaristas, ainda que tenham reforçado seu ideal abolicionista vegano. A aproximação e convivência com animais que sofreram maus tratos pode ter levado esses ativistas abolicionistas a entenderem melhor que em certas circunstâncias não há como negar certo alívio nas condições de exploração.

Quando abolicionistas acusam ativistas de bem-estaristas por apoiarem tais medidas sem abandonar a defesa da libertação animal como fim último, acabam por ignorar que os animais não são como os seres humanos, que aceitam serem torturados a denunciar um amigo de causa, como nos regimes totalitários. Os animais podem até perder a vida em favor de suas crias, porque o objetivo último deles é viver plenamente, correr, comer, procriar e cuidar de seus filhotes.

Há vários vídeos em que se constata a angústia de uma vaca quando separada de seu bezerro recém-nascido, que não poderá mamar uma gota sequer. Ela corre atrás dele inutilmente. O contrário também já foi registrado por ativistas infiltrados nos grandes laticínios. As vacas arrastadas pelos funcionários e o bezerro deixado para trás correndo em vão.

Foram registrados dois casos em que as mães praticaram o suicídio em prol de sua cria. O primeiro foi uma ursa que vivia em cativeiro na China, com

sua bile sendo extraída para a produção de perfume. Logo que nasceu sua cria, ela matou o filhote e, em seguida, a si mesma.¹¹²

Desta forma, pode-se conjecturar que o sacrifício provisório que alguns abolicionistas pedem a esses animais se assemelha ao doutrinário político tanto marxista radical quanto liberal.

Após a publicação do Manifesto Comunista por Marx e Engels relatando a situação precária dos operários na Alemanha em 1848, se iniciou uma onda socialista no país e trinta e três anos depois, em 1881, o chanceler alemão Otto von Bismarck estabeleceu a criação de uma legislação social voltada para a segurança do trabalhador.

Essas medidas foram condenadas por Marx que alegava serem apenas paliativos e que era uma forma de se adiar a tomada do poder pelos operários, dando um fôlego ao capitalismo.

Traçando um paralelo com a situação dos animais, tanto Marx, quanto Francione, como outros intelectuais têm argumentos irrefutáveis em relação às reais intenções, tanto do governo Bismarck, como nos objetivos da indústria pecuária. Porém, tanto a classe operária do século XIX, quanto os animais do abate, vivenciaram e vivenciam situações de extrema exploração, e não parece justo que paguem com seu sangue hoje para se atingir uma promessa que mal se sabe se será cumprida no futuro.

É certo que não se pretende dizer que Marx seja inimigo dos operários e Francione dos animais. Somente que há uma dificuldade de percepção dessa situação concreta, ou melhor, uma barreira em se deixar levar por um processo de empatia que permita compreender a experiência alheia. Os neoliberais recorrem ao mesmo argumento em sua idolatria do mercado, ao pedirem

¹¹² O caso em que a mãe e o filhote estavam sendo mantidos em gaiolas minúsculas conhecidas como “gaiolas Crush”, que restringem seus movimentos, aconteceu em uma fazenda em uma parte remota do noroeste da China, segundo o Daily Mail. Uma testemunha (trabalhador da fazenda de bile), disse que a mãe urso, chamada de Reminbao, arrombou sua gaiola, quando ouviu seu filhote gritar, depois que trabalhadores perfuram seu estômago para ordenhar a bile. “Quando um trabalhador queria abrir o estômago do filhote, a mãe urso quebrou e abriu sua gaiola e foi atrás do filhote”, disse testemunha, que não quis ser identificada. A mãe urso correu para o seu filhote e abraçou-o até que, eventualmente, estrangulou-o, e depois a urso bateu sua cabeça várias vezes contra a parede, causando sua própria morte.

sacrifícios à população, com arrocho salarial, redução do consumo. (ASSMANN, H.; HINKELAMERT, F. 1989)¹¹³

A atual situação dos trabalhadores na China e na Coréia, em situações humilhantes de trabalho, sem qualquer garantia de leis trabalhistas ou de direitos humanos, não tem sugerido qualquer movimento no sentido de se rebelarem contra sua situação de exploração¹¹⁴. Ou seja, nem sempre o que se prevê como certo ocorre. O acirramento das contradições e da exploração não significa necessariamente que haverá uma transformação radical na vida dos que são as vítimas desse processo.

Segundo Eduard Heimann, um teórico marxista que escreveu em 1929, “as reformas conservadoras podem não ter sido motivadas por nada além do desejo de reprimir a mobilização dos trabalhadores” (Esping-Andersen, 1991). Porém, depois de colocadas em prática, criou uma situação contraditória:

O equilíbrio do poder de classe altera-se fundamentalmente quando os trabalhadores desfrutam de direitos sociais, pois o salário social reduz a dependência do trabalhador em relação ao mercado e aos empregadores e assim se transforma numa fonte potencial de poder (E-ANDERSEN, 1991).

Ao tentar evitar ações radicais da parte dos trabalhadores, um governo decide fazer algumas concessões aos trabalhadores, mas essa ação leva a um descontrole, porque se cria uma situação nova e os fortalece de fato. Não é para menos que o neoliberalismo se opõe ao chamado Estado de Bem-Estar Social, porque esse Estado acaba não sendo representante único de uma classe, mesmo ainda sendo um Estado capitalista, ele torna-se um mediador entre as classes. (SANTOS, 2012).

Transpondo para a situação dos animais, a indústria pecuária ou a de testes podem decidir por medidas que aliviem o sofrimento animal apenas com o objetivo de enfraquecer a luta dos ativistas, fazendo com que a população se

¹¹³ A história nos mostra que isso não aconteceu no Brasil sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, que aplicou medidas de contenção de gastos para sanear as contas públicas de modo a fazer voltar o crescimento econômico, mas o resultado foi um aumento da crise econômica, uma piora da situação social do País. (PADILHA, M. A razão instrumental da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, dissertação de mestrado, PUS, SP, 1998).

¹¹⁴ Caldeira, João Paulo - Multinacionais são denunciadas por obrigar funcionários a usar fraldas, junho de 2016, GGN, consultado em <https://jornalggn.com.br/noticia/multinacionais-sao-denunciadas-por-obrigar-funcionarios-a-usar-fraldas>.

sinta menos culpada em consumir um produto em que não haja tanto sofrimento animal. Do mesmo modo, os socialistas temem que o bem-estarismo político faça com que se perca o objetivo principal de se libertar o ser humano da exploração capitalista.

Por outro lado, essa mesma sociedade passa a exigir que outras formas de exploração animal tenham o sofrimento reduzido, fazendo cercear as atividades econômicas de exploração animal. Com o aumento dos custos em vários desses segmentos, pode-se ir minando sua atuação, se for mantido o foco na libertação animal.

Portanto, perpassar por todas essas nuances são necessárias, porque não se pode colocar toda e qualquer medida em prol dos animais como bem-estarista, ainda que não seja abolicionista e desqualificá-las como não pertencendo à defesa animal. É preciso separar o joio do trigo para que o movimento animalista não se julgue impotente numa situação de tudo ou nada.

Há reivindicações bem-estaristas que passam longe da libertação animal, e pouco importam se são bem sucedidas dado seu caráter inócuo para o fim da exploração. Todavia, avanços da perspectiva dos animais vêm sendo obtidos que serão aqui denominados “conquistas parcialmente abolicionistas”. O “abolicionismo parcial” não se configura como uma ação abolicionista em sua totalidade, mas está longe de ser caracterizado como bem-estarista.

Os “neo-abolicionistas” são os praticantes do abolicionismo parcial. Não se trata de criar mais um termo com o intuito de se separar ou estigmatizar os ativistas com novos “ismos”, mas apenas de conceitualizar melhor as práticas para se avançar nas teorias, tanto dos movimentos sociais, como do ativismo animal.

O neo-abolicionista não foca suas práticas em reformas bem-estaristas, e sim em reformas que não abarcam todo o processo de exploração. Ele procura coibir algumas práticas de exploração animal de modo a ir minando o campo de ação dos exploradores até chegar ao ponto em que a prática seja abolida de vez. Este tipo de ação costuma ser estigmatizada por alguns teóricos abolicionistas como ações “neo-bem-estaristas”, mesmo que não reivindique ou promova as bandeiras bem-estaristas. A ação do neo-abolicionista luta por conquistas parcialmente abolicionistas e quer o fim da exploração animal.

Naconecy (2009) segue a mesma argumentação ao resgatar os conceitos abolicionistas fundamentalistas e abolicionistas pragmáticos¹¹⁵. Diz Naconecy:

Para um abolicionista pragmático, a abolição é uma meta, um ideal a ser alcançado e um critério para criticar o afastamento de uma determinada sociedade real em relação a uma sociedade justa com os animais. A abolição, neste sentido de ideia reguladora, não precisa ser entendida como uma ideia utópica. Pelo contrário, se espera atingir esse ideal o quanto antes possível. (NACONECY, 2009, p. 14)

Os entrevistados de ONGs abolicionistas, ao serem perguntados se alguém que não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, portanto, bem-estarista, pertence à proteção animal, disseram:

Mark:

Sim, por exemplo fui numa audiência do direito dos animais e poder judiciário e a maioria das pessoas que estavam ali como deputados, veterinários, promotores, juizes, policiais comem carne, mas salvam e lutam por todos os animais.

Sandra:

"Sim, de uma forma seletiva, mas faz".

Catarina:

"Sim faz parte, mas é especista, posicionamento que não apoiamos."

Leda:

"Faz parte da proteção especista."

Prudencio e Carbonar evidenciam esses conflitos internos ao ativismo animal com a campanha "Segunda sem Carne" promovido pela Sociedade Brasileira Vegetariana (SVB), que teve início em 2009. A campanha, que tanto recebeu elogios quanto críticas, fechou parcerias com alguns restaurantes para que oferecessem em seu cardápio opções veganas às segundas-feiras. Os adeptos do abolicionismo gradativo foram favoráveis, sob o argumento de que as pessoas ao tomarem conhecimento de pratos veganos, mesmo que somente às segundas, podem vir a se tornar veganas, o que seria algo gradativo, mas positivo aos animais ao longo do tempo.

¹¹⁵ Termos criados por James M Jasper e Dorothy Nelkin no livro *Animal Rights Crusade*, New York, Free Press, 1992.

A veterinária Daniela de Almeida é um exemplo de que a campanha deu certo para alguns, pois foi através da Segunda Sem Carne que ela deu seu primeiro passo e se tornou vegana.¹¹⁶

A youtuber Kéfera, que tem 10,3 milhões de inscritos em seu canal e com muitos fãs confirmou em um vídeo que parou de comer todos os tipos de carne e que tem como objetivo tornar-se vegana. Ela estava na dúvida quando foi a um jantar vegano e se decidiu. Garantiu que está a um pé do veganismo.¹¹⁷

Já os críticos da campanha argumentam que essa estratégia não põe fim à exploração animal e acaba por estimular uma postura de passividade nos indivíduos que provavelmente acharão que ficar sem comer carne apenas um dia da semana já seria uma contribuição com a questão animal. Ademais, alegam que o próprio site da SVB não deixa claro seu posicionamento em favor do abolicionismo, pois mesmo ao restringir a questão animal na dieta vegetariana não prega o fim do consumo dos demais produtos com ingredientes animais ou ainda que tenham sido testados nos mesmos. A crítica à campanha gerou tanta polêmica a ponto de ser criada na internet uma página intitulada "A SVB não me representa", contendo declarações de ativistas famosos condenando a campanha.

A Segunda Sem Carne conquistou o mundo, mas recebeu críticas do filósofo Francione. Para o teórico, a campanha não foca o veganismo e deveria deixar claro que não se deve comer carne em nenhum dia da semana.

A ativista vegana Raquel Turke condena a campanha Segunda Sem Carne:

Veganismo não é sobre saúde, não é sobre o planeta. Veganismo não é dieta. Veganismo é um movimento que visa à completa abolição animal. Eles não são nossos escravos. E essa é uma das razões pelas quais a campanha não auxilia a causa vegana. Ela propõe ajudar os animais por meio de reduzir o consumo de carne, limitando as pessoas a consumirem por "apenas" seis dias da semana. Porque aparentemente cortá-la da alimentação durante um dia é o suficiente e as pessoas já estão fazendo a parte delas. Ah, e cortando apenas a carne. Pois a campanha não foca nos outros derivados, ela gira somente em torno do consumo de carne.

¹¹⁶ Segunda Sem Carne promove vegetarianismo, mas divide opiniões, Vida Animal, disponível em <https://vidaanimalveg.wordpress.com/>.

¹¹⁷ Kefera se declara vegetariana e adere ao projeto Segunda Sem Carne, News.com.br, 2017, disponível em <http://www.1news.com.br/noticia/24764/youtubers/kefera-se-declara-vegetariana-e-adere-o-projeto-segunda-sem-carne-18072017>.

A campanha é extremamente falha e não propaga o veganismo. Em primeiro lugar, eu sempre me incomodei profundamente com o slogan "Pelas pessoas. Pelos animais. Pelo planeta." por duas razões: Por que as pessoas (que também são animais, diga-se de passagem) estão colocadas em primeiro lugar sendo que a SSC deveria ter como prioridade os animais não humanos? E em segundo: Veganismo não é sobre saúde, não é sobre o planeta. Veganismo não é dieta. Veganismo é um movimento que visa à completa abolição animal. Eles não são nossos escravos. E essa é uma das razões pelas quais a campanha não auxilia a causa vegana.¹¹⁸

O nutricionista vegano George Guimarães, presidente da ONG VEDDAS, também faz críticas à campanha:

A campanha Segunda Sem Carne reduz a mensagem do vegetarianismo a um sétimo e não toca na questão dos derivados. Desta forma, reduz a importância do movimento, como se algo que consideramos errado pudesse receber concessões na maior parte do tempo. Seria o mesmo que querer defender que o estupro é errado, mas somente às terças-feiras. Compreendo a importância de respeitar o ritmo de transição cada um, mas este ritmo deve ser colocado por cada pessoa, sem ter que desvirtuar o objetivo do vegetarianismo para adaptar-se ao ritmo individual quando a mensagem está sendo transmitida em massa.¹¹⁹

O psicólogo e biólogo Luis Martini, professor vegano, membro do Grupo de Estudos Gary Francione (GEFRAN), condena a campanha:

O objetivo maior da Campanha é de apenas "reduzir o consumo de carne". Um ativista com boa formação sabe que não há distinção moral entre carne, leite e ovos (ou produtos de origem animal) e todos são objetáveis do ponto de vista moral. Você e eu diríamos: "Tchau Campanha que só atrapalha os animais, nós queremos uma Campanha Abolicionista!" Quem sabe uma Campanha que começasse na Segunda Vegana e rodasse a semana sendo vegana e não menos que isso. Segundo nos consta são campanhas assim que tem sentido o Movimento Abolicionista apoiar. (...) Muitas pessoas decidiram se tornar veganas quase que imediatamente e assim se mantiveram e se adaptaram a nova realidade. Entretanto, se uma pessoa está com dificuldade ou decidiu que fará a transição para o veganismo em etapas, não é na exploração animal da Segunda sem Carne que um ativista abolicionista coerente deveria sugerir como objeto de inspiração para ela. (...) Francione em seus artigos sugere uma forma muito mais lógica de uma pessoa que esteja na transição para o veganismo adotar como prática para se tornar vegana: 'O foco dessa transição é

¹¹⁸ A segunda sem carne não me representa, dezembro de 2014, in Like an Elephant, disponível em <http://like-an-elephant.blogspot.com.br/2014/12/a-segunda-sem-carne-nao-me-representa.html>.

¹¹⁹ Críticas à campanha Segunda Sem Carne, entrevista de Guimarães ao site Vista-se, 2013, disponível em <https://www.vista-se.com.br/novo-livro-do-filosofo-gary-i-francione-chega-ao-brasil-introducao-aos-direitos-animais/>.

começar a fazer o café da manhã todos os dias, por exemplo, somente com alimentos vegetais. (...) Na semana seguinte, estipule um menu vegano no almoço diariamente. Então, após duas semanas de incorporação de refeições veganas sucessivas, tornar o seu jantar vegano não parecerá assustador.¹²⁰

Os ativistas entrevistados se dividiram em suas avaliações em relação à campanha da SVB. Independente de serem veganos ou socorristas, alguns ativistas consideraram negativa ou parcialmente negativa, por defender o vegetarianismo apenas às segundas:

Enrico:

Relativamente positiva, o que adianta você poupar os animais da tortura e do assassinato um dia e os outros seis dias?

Angélica:

A princípio achava muitíssimo negativa, por entender que as pessoas relaxavam nos outros dias, e que já se sentiam satisfeitas achando que estariam fazendo o suficiente para melhorar as condições dos animais. Porém, percebi que algumas pessoas (não saberia quantificar) por experimentarem esses dias sem carne, passaram a ser vegetarianas. Não acho uma campanha inútil, mas não a divulgo.

Ana:

Por um lado positiva, abre espaço para carnívoros experimentarem nossas comidas. Por outro lado negativa (como se incentivasse a terça, quarta, quinta e sexta com carne).

Alguns dos que manifestaram apoio à campanha:

Dori:

Positiva por já ouvir de algumas pessoas que despertaram interesse e até se tornaram definitivamente vegetarianas a partir da campanha.

Bibi:

Acho que é uma forma de divulgar e estimular o conhecimento do vegetarianismo e veganismo. Procuro manter uma visão positiva sobre as iniciativas de proteção animal, mesmo que não incluam todos os animais ou toda a semana sem carne por exemplo. Acredito que toda ajuda é necessária mesmo que parcial e que é importante abrir os olhos de quem não enxergou ainda as contradições de defender parcialmente os animais por que já pertenci ao grupo "cego".

Beri:

Acho positiva toda campanha que faz as pessoas pensarem um pouco, pois amigos vão comentando com outros e vai aumentando a

¹²⁰ Publicação de Luís Martini na página Veganos pela Abolição.org, do Facebook, em fevereiro de 2014. Disponível em <https://www.Facebook.com/veganospelaabolicao/posts/746605175352457>.

turma que quer mudar de hábitos, que percebe o quanto os animais são seres tão importantes quanto nós.

Taís:

Eu particularmente comecei a ser vegetariana participando dessa campanha e depois fui deixando de comer os outros dias também. Muitos veganos acham que não é positiva, mas eu discordo nesse ponto. Já que há um público fora da proteção animal que precisa de um ponta pé para começar.

Anita:

Conheço a campanha e acho que deveria ser "vida toda sem carne" e não somente às segundas-feiras. Acho positiva, espero que tenha muitos adeptos e que "um dia" todos os seres humanos passem a ser veganos.

Mônica Buava, coordenadora da campanha e membro da SVB, responde as críticas, dizendo que a campanha é um movimento mundial, e que a SVB prega o vegetarianismo estrito, ou seja, o veganismo, deste modo, não promove o consumo de derivados do leite ou ovos. Argumenta que, com a campanha, escolas, restaurantes e hospitais aderiram ao projeto, promovendo uma enorme redução no abate de animais. E finaliza: “se a mensagem fosse apenas “veganismo todos os dias”, essas portas não teriam sido abertas”.¹²¹

Todos os ativistas acima centraram a crítica no fato de a campanha sugerir o vegetarianismo somente às segundas e não ser vegana. Contudo, analisando objetivamente, a campanha não condena e nem sugere explicitamente o consumo de ovos, leites e seus derivados, e, deste modo, não é razoável afirmar que a campanha não é vegana.

Dizer que a campanha sugere que é suficiente ser vegetariano às segundas-feiras também não é aceitável, pois não há qualquer citação nesse sentido, sobre ser suficiente ou não para os animais. Ela afirma exclusivamente: provem pratos vegetarianos às segundas, porque a partir dessa experiência é possível que muitos tornem-se vegetarianos ao perceberem que há uma culinária vegetariana de qualidade e que é possível viver sem carne. Uma campanha pedindo pelo vegetarianismo todos os dias já

¹²¹ Críticas à campanha segunda sem carne, entrevista de M. Buava ao site Vista-se, 2013, disponível em <https://www.vista-se.com.br/novo-livro-do-filosofo-gary-l-francione-chega-ao-brasil-introducao-aos-direitos-animais/>

é feita por muitos veganos, individualmente, em campanhas virtuais, em palestras. Isso já existe há anos, por isso, tentou-se utilizar outra estratégia.¹²²

O que se vê então é que essa campanha decidiu lançar uma estratégia menos agressiva para poder dar certo. E não lançou mão da tese de que “os fins justificam os meios”, porque não há nada antiético ou que prejudique os animais. O fato é que ela se estendeu rápida e mundialmente, portanto, foi bem aceita, só não se sabe ainda se surtiu efeito.

Campanhas mostrando fotos e vídeos com o sofrimento animal pode causar impacto em alguns, mas não em todos. Minha experiência ao divulgar o sofrimento animal via Facebook parece sugerir uma reação dupla, de pessoas tocadas indignadas com o que veem e outras que resolveram bloquear minhas mensagens ou deixaram de me seguir para não precisar ver cenas violentas com animais. Alguns pediram para que eu parasse de postar, outros avisaram que não abririam mais esses vídeos, mas há os que ficaram surpresos por não saberem a forma como os animais são explorados.

As autoras Prudencio e Carbonara concluem que, embora os abolicionistas críticos à campanha da SVB, que pregam a libertação abrupta têm argumentos mais consistentes, no entanto, seu discurso acaba sendo dirigido somente para aqueles que já são veganos. Já os que defendem a abolição gradativa, não são tão contundentes em suas falas, mas acabam por penetrar um público maior justamente por terem posições mais abertas.

As subjetividades que dividem os ativistas em estratégias distintas de luta também foram abordadas por Prudencio e Carbonar. As autoras mostram que, dentre os abolicionistas, há aqueles que defendem a “abolição agora” e os que apoiam a “abolição gradativa”. Para os primeiros, qualquer medida que vise melhorar as condições de exploração deve ser repudiada, porque seria o

¹²² Quando se pede para o indivíduo se tornar vegetariano todos os dias, poucos vão aderir, ou seja, somente aqueles que já tinham um potencial para tanto. Todavia, ao se pedir apenas um dia, o indivíduo não sente como uma imposição e não age de maneira nem ouvir o interlocutor. A experiência da maioria dos vegetarianos é de total desprezo, deboche, e o uso de argumentos pífios para desqualificar o discurso vegetariano, como por exemplo, “os vegetais não têm ferro”, “há tantas crianças passando fome e você preocupada com os animais”, “os animais nasceram para ser nossa comida porque estamos no topo da pirâmide alimentar”, ou “estamos no topo por sermos racionais, os animais não entendem o que está acontecendo”, “eles sofrem, mas todo mundo sofre”, mas “e as plantas, você não tem pena?”, “Hitler era vegetariano”. Essas frases os veganos ouvem dos não veganos repetidamente quando se conversa sobre a alimentação vegetariana.

mesmo que institucionalizar sua exploração. Já os que aderem à abolição gradativa entendem que é preciso aliviar o dia a dia do animal que sofre maus tratos, ainda que se mantenha como objetivo final a sua libertação.

Pensando os conceitos apresentados pelas autoras, percebe-se que o discurso não corresponde plenamente à prática. No caso do abolicionismo radical, ele perde de vista que esta ação pode ser inviável de forma abrupta que sugere uma transformação quase que da noite para o dia, algo impraticável quando se trata de mudanças que atingem tradições, culturas e valores. A menos que fosse realizada sob um processo violento e massivo. Nesse sentido, muitos abolicionistas acabam por se render ao abolicionismo gradual, porque as práticas vão sendo feitas aos poucos, e avançando lentamente, concluindo que é melhor assim do que ficar parado.

Além da polêmica em torno da campanha Segunda Sem Carne, há outras situações em que os ativistas nem sempre são consensuais, porque os abolicionistas mais radicais acabam por considerar algumas práticas como bem-estaristas puras quando não são. O caso recente do transporte de mais de 27 mil bois, em dezembro de 2017, mostra momentos de incoerência dentro do ativismo animal, mas inevitáveis diante de sua fragilidade ante a grande indústria do agronegócio, por exemplo.

Os bois foram embarcados em um navio de doze andares, com capacidade máxima para 30 mil bovinos, que saiu do porto de Santos, SP, com destino à Turquia. Antes, porém, os bois viajaram de Altinópolis, no interior de São Paulo até o litoral paulista. Estava previsto que enfrentariam “seis mil milhas náuticas, o que representa 11 mil km”¹²³ A responsável pelo transporte foi a Minerva Foods, empresa exportadora de boi vivo. Os animais não receberam alimentação, água e horário de descanso conforme determina a legislação sobre manejo de animais. Além disso, durante a viagem, ele continuaram sem alimentação e água por 15 dias, sem espaço para deitarem-se.

A bióloga e presidente da ONG Bendita Adoção, Beatriz Silva, foi impedida de se aproximar dos animais. Ela informou que o porto não realizava

¹²³ Sofrimento até a morte: navio com 27 mil bois vivos parte de Santos para Turquia, Anda, dez 2017, disponível em <https://www.anda.jor.br/2017/12/sofrimento-ate-a-morte-navio-27-mil-bois-parte-de-santos-para-turquia/>.

esse tipo de transporte há 17 anos, o que representa um retrocesso e descumprimento das leis brasileiras.

Diante dessas circunstâncias, o ativista George Guimarães, presidente da ONG VEDDAS, filmou o embarque e tentou impedir a saída da embarcação. Ele solicitou ao Ministério Público Federal e Estadual e à Polícia Federal uma investigação para comprovar a irregularidade do transporte dos bois, contudo, obteve-se apenas o adiamento da saída do navio das 14h para às 18h.

Segundo Guimarães:

“o objetivo obviamente não é pedir por melhores condições para o transporte, mas sim a proibição da atividade, causando assim prejuízo às empresas importadoras e exportadores e desse modo tornando não lucrativa a prática. Com isso também poupando os animais do martírio da viagem marítima. No entanto, infelizmente, o destino desses 27.000 indivíduos sencientes é certo, seja no Brasil ou no exterior. O que podemos fazer é, pelas vias legais, impedir essa etapa adicional de tortura e tornar a atividade menos lucrativa ou inviável para os que poderiam vir depois”.¹²⁴

O presidente da VEDDAS disse ainda que mesmo sem conseguir o embarque a ação que foi aceita no Ministério Público Federal e com o resultado da investigação será possível impedir um futuro carregamento nas mesmas condições.

Percebe-se que a ação do ativista Guimarães mostra a contradição inerente ao movimento, na medida em que um abolicionista se utiliza de uma alternativa bem-estarista para impedir a evidente situação de maus tratos infligida aos bois transportados, pois sequer foram seguidas as normas do Ministério e a própria lei de 1934, que trata do transporte de animais.

Ao recorrer a uma inadequação do transporte dos bois às leis que regem o tratamento a ser dado aos animais denominados de abate, o ativista parece legitimar tais leis e assim, o próprio abate. No entanto, deve-se ter claro que em nenhum momento Guimarães abandonou sua convicção abolicionista ao enfatizar que a solução para o fim dos embarques “é o não consumo dos produtos de origem animal”¹²⁵

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem

A conduta de Guimarães é emblemática porque mostra que em certas situações não há como não ceder ao bem-estarismo. Quanto mais próximo estiver o ativista da situação de maus tratos, mais ele vai tender a tomar atitudes paliativas até que se consiga algo definitivo em prol dos animais.

Note-se que em situação semelhante, a veterinária australiana Lynn Simpson foi afastada de seu cargo por denunciar crueldade em exportação de gado vivo. Em 2012, ela foi contratada pelo governo da Austrália fazer um relatório sobre a exportação de gado vivo. Ao revelar as condições de maus tratos por que passam os animais nas viagens, ela foi afastada da sua função, sob a alegação de ter gerado mal-estar na indústria e no governo.

O relatório não poderia ter sido divulgado, mas ao se tornar público em 2013, a veterinária foi demitida. Segundo Simpson, “nesses navios, a expectativa é encontrar lesões nas pernas, pneumonia e animais encharcados de matéria fecal”.¹²⁶

Tanto Simpson quanto Guimarães se depararam com uma situação adversa, quando os poderes público e privado se impõem impedindo que as práticas de exploração animal não se tornem transparentes e se submetam às leis vigentes ou até mesmo ao julgamento da própria sociedade. Portanto, enquadrar a veterinária Simpson ou o ativista Guimarães como um “neo-bem-estaristas”, conforme dita Francione, é ter uma leitura simplista das ações dos integrantes do movimento animal, que enfrentam uma realidade muitas vezes distante das experiências dos teóricos.

O fato é que até mesmo as medidas bem-estaristas promovidas pelas indústrias que exploram os animais causam situações de desconforto dos dois lados, os exploradores, porque temem perder terreno na atividade e os ativistas, que temem uma maior institucionalização da exploração. Exemplo claro pode ser constatado recentemente: o país tem presenciado a aprovação de medidas e projetos de leis de caráter bem-estarista destinados a minimizar os maus tratos praticado pela indústria da carne.

¹²⁶ Veterinária é afastada por denunciar crueldade em exportação de gado vivo, Holocausto Animal, dezembro de 2017, as informações são da “ABC News” e do “The Sydney Morning Herald”, disponível em <https://oholocaustoanimal.wordpress.com/2017/12/06/veterinaria-e-afastada-por-denunciar-crueldade-em-exportacao-de-gado-vivo/>

Uma dessas medidas foi a aprovação, novembro de 2014, pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a ALESP, do projeto de lei 714/12, de autoria do deputado Feliciano Filho (PEN), que proíbe a criação de animais em sistema de confinamento. Caso entre em vigor a lei proposta vai atingir diretamente a avicultura de postura (destinadas à produção de ovos), bem como a suinocultura, ambas baseadas no sistema de confinamento conforme visto anteriormente. O projeto ainda está sob análise de comissões da Assembleia e depois seguirá para avaliação do governador.

Feliciano Filho, que é ativista em favor dos direitos animais e autor de outras leis de proteção animal no Estado, argumenta que o sistema de confinamento “é perverso com os animais, provocando lesões e estresse. Muitos passam a vida sem ver o sol ou a natureza. Apenas nascem, sofrem e morrem”¹²⁷.

Uma legislação regulando o confinamento de animais de produção já havia sido apresentada em 2005, pelo deputado Ricardo Trípoli e aprovada pela Alesp, no entanto, o então governador Geraldo Alckmin vetou a lei. A Assembleia derrubou o veto e a lei entrou em vigor no dia 8 de outubro de 2005. O governador entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal STF que deu o parecer acatou a de inconstitucionalidade da lei.

A proposta tem cunho bem-estarista porque não prevê o fim da exploração animal nos abatedouros do Estado. Contudo, ela provoca um cerceamento da atividade, por isso, no site A Hora do Ovo, deixa clara a preocupação do setor: “Mais uma vez o agronegócio paulista, e em especial a avicultura, corre o risco de ser o alvo de uma lei estadual que pode inviabilizar – ou no mínimo – prejudicar em muito sua sobrevivência”¹²⁸

A ONG mundial PETA (People for the Ethical Treatment os Animals), por exemplo, há uma década pressiona a rede de fast food McDonald's, para

¹²⁷ Aves em gaiolas seria proibido, segundo o Projeto de Lei 714/12, disponível em http://www.ahoradoovo.com.br/arquivos/img/2014/11/748_1793_conteudo_g.j.

¹²⁸ Projeto proíbe criação de animais em gaiolas no Estado de São Paulo, 19/11/2014, A Hora do Ovo, disponível em (<http://www.ahoradoovo.com.br/no-mundo-do-ovo/noticias/?id=748%7Cprojeto-proibe-criacao-de-animais-em-gaiolas-no-estado-de-sao-paulo>).

humanizar o abate de frangos comprados pela empresa, que segundo a ONG, sofrem tortura desnecessária.¹²⁹ Em 2012, a rede pediu aos seus fornecedores de carne de porco o fim do confinamento das porcas reprodutoras em pequenos espaços. De acordo com matéria veiculada no jornal The Wall Street Journal, a empresa afirmou que os pequenos cercados onde ficam as reprodutoras "não são um sistema de produção sustentável" e que há alternativas que "são melhores para o bem-estar das porcas"¹³⁰. A PETA foi bastante criticada pelos ativistas abolicionistas pela ação. A tese é sempre a mesma, o alinhamento da ONG com medidas paliativas e de institucionalização das reformas bem-estaristas.¹³¹

Outras empresas anunciaram mudanças em seus sistemas de produção. A JBS, maior produtora de carne do mundo, anunciou em 2015 que toda sua cadeia de produção migrará do sistema de confinamento para o alojamento coletivo de porcas reprodutoras de forma gradual até o ano de 2025. O mesmo será feito em suas granjas.

A Arcos Dorados, maior franqueadora do McDonald's na América Latina e Caribe, já anunciou que sua cadeia de fornecedores, que inclui o Brasil, devem adotar sistemas de alojamento coletivo.

Também a Restaurant Brands International (RBI), empresa que controla a rede de fast food Burger King, anunciou em 2016 que vai eliminar até 2025 o uso de gaiolas em toda sua cadeia de fornecimento na América Latina, o que inclui o Brasil.

¹²⁹ No matadouro do McDonald's americano e canadense, as aves são despejadas de suas caixas de transporte e ficam penduradas de cabeça para baixo em ganchos de metal, que muitas vezes resulta em ossos quebrados, contusões extremas e hemorragias. Os trabalhadores têm a oportunidade de abusar contra a vida; as aves têm suas gargantas cortadas enquanto ainda estão conscientes. Muitas aves são imersas em tanques de água escaldante enquanto vivas e são capazes de sentir dor, disponível em http://ciclovivo.com.br/noticia/ong_mundial_protesta_contra_abate_de_frangos_executado_pel_o_mcdonalds.

¹³⁰ "Em geral, nos Estados Unidos as baias de gestação – como são chamados os cercados -- confinam as porcas cujos filhotes são criados e abatidos para fabricação de bacon e salsichas. As baias têm, em média, 60 centímetros de largura e impendem movimentos como o de se virar, com espaço suficiente apenas para que as porcas se levantem e deitem", disponível em <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,EMI296646-18077,00-MCDONALDSS+NAO+QUER+MAIS+SUINOS+CONFINADOS.html>.

¹³¹ A ONG, apesar de bastante atuante, também é centro de críticas por suas campanhas consideradas machistas, ao utilizarem modelos da Playboy ou mulheres seminuas para chamar a atenção do público.

¹³²Carolina Galvani, gerente sênior de campanhas de animais de produção da ONG de proteção animal Humane Society International no Brasil, disse: “Nós parabenizamos a JBS pelo seu comprometimento em acabar com uma das práticas mais abusivas da pecuária moderna. O Brasil e o resto do mundo estão se afastando do uso de gaiolas de gestação e nós esperamos trabalhar com mais produtores brasileiros na adoção de políticas similares”.

A decisão dessas empresas em anunciar o fim do confinamento atende, portanto, solicitações tanto de ONGs bem-estaristas quanto abolicionistas. Os abolicionistas que comemoram essas medidas não devem novamente ser classificados como traidores da causa, porque não há um recuo na defesa da libertação dos animais, mas uma estratégia de luta e uma preocupação com o dia a dia do animal ainda que se mantenha sua situação de exploração.

As entrevistas junto a ativistas abolicionistas mostram que eles próprios recusam a pecha de neo-bem-estaristas ao apoiarem medidas que melhoram o dia a dia do animal explorado. Afirmam que o abolicionismo animal depende dessas pequenas ações, sem abandonar a causa maior da libertação de todas as espécies. Tanto é que a ativista da SVB prefere classificar a ação bem-estarista como “redução de danos” para o animal explorado, porque ela não gera um bem-estar, que seria o fim de sua exploração, mas um mal menor dentro da situação de maus tratos em que se encontra.

Outro ativista entrevistado reforça a ideia de que mesmo aqueles que não são adeptos do veganismo e, portanto, do abolicionismo animal, pertencem à proteção animal. Pessoas de correntes e práticas diferentes, a seu ver, contribuem de alguma forma:

Mark: Sim, eu me encontro como ativista abolicionista. Todo animal de grande porte que resgatamos de um lugar fechado levamos a um santuário de confiança onde esse animal possa viver livremente e feliz.

Catarina: Sim sei, sou totalmente abolicionista, mas tenho consciência que para tal abolição o bem-estarismo é um dos caminhos para a Libertação dos animais não humanos.

¹³² É sabido que muitas das medidas anunciadas por essas empresas não são cumpridas. Uma promessa que se estende até 2025 resulta num esquecimento futuro, quando as forças políticas já estão sob novas circunstâncias.

Pedro: Acredito que não dá para dizermos que um(a) vegano(a) não possa defender uma ação bem-estarista. A nossa sociedade não é vegana e é massivamente não-vegana e não-abolicionista. Eu quero que seja cada vez mais dificultada a produção da indústria animal, que o aumento na qualidade de seu produto animal faça com que eles produzam menos com os mesmos recursos e que haja consequente aumento de preço. Mais pessoas poderiam se inclinar para uma alimentação saudável sem carne e ajudaria a desmistificar a sua necessidade no cardápio, quem sabe a realização de uma mudança cultural para as pessoas em transição para o veganismo. Aumento de serviços e produtos veganos, mais conexão com o a natureza dos alimentos e meio ambiente sustentável. Em relação ao abolicionismo, sou contra qualquer posse sobre os animais e qualquer tipo de domesticação e animais de estimação. Mas devemos cuidar daqueles que degradamos e corrompemos a sua natureza. Devemos nos atentar aos casos específicos em uma sociedade não-vegana e especista.

Leda:

Eu sou abolicionista, mas vejo o bem-estarismo como um passo necessário para a libertação animal. Eu quero os animais livres, mas se hoje não é possível, que tenham uma vida mais digna. Se conseguirmos jaulas maiores hoje, a luta continua amanhã, para que não haja jaulas e para que não haja exploração e morte, no final.

Conclui-se que os ativistas abolicionistas entrevistados são críticos a ações bem-estaristas, mas não descartam totalmente sua eficácia na luta, além de serem inevitáveis em situação de exploração extremada. Tanto que a maioria dos entrevistados admitiu que a defesa animal vem avançando por conta do ativismo, ainda que lentamente:

Os ativistas se dividem em relação ao seu posicionamento sobre medidas que são consideradas bem-estaristas porque não há também um consenso nesse sentido entre os próprios pensadores da causa animal.

O resultado da ação de um neo-abolicionista não atinge a abolição da exploração de uma espécie em todas as situações e localidades, mas garante a libertação “in loco” de um grupo de uma dada espécie. O caminho pode ser a multiplicação em cadeia de atos que suspendam a exploração em várias localidades e situações, resultando afinal na abolição da exploração num território muito mais amplo ou em todo o país.

Não é porque muitos indivíduos de uma espécie continuem em situação de exploração que o fim da exploração de um grupo dessa espécie não possa ser considerado como uma ação abolicionista. Deveria ser entendida ao menos como uma ação parcialmente abolicionista, mas nunca bem-estarista.

Uma campanha abolicionista voltada para o fim do abate é totalmente legítima a partir do que foi discutido e apresentado até agora perante os maus tratos acima descritos neste ramo de atividade. Contudo, sua aplicação imediata, levando em consideração fatores políticos e econômicos poderosos e pensando ainda na própria sociedade que ainda cultua valores e hábitos ligados à alimentação carnívora, os ativistas não conseguirão levar essa transformação a cabo, a menos que realizem uma ação política radical revolucionária que redundaria em tomar o poder em todas as sociedades que efetuam o abate, instalar um regime totalitário impondo o veganismo, tendo as Forças Armadas mundiais ao seu lado. Do contrário, as conquistas para o movimento animalista, analisando sob uma perspectiva sociológica, só poderão acontecer aos poucos, como vem ocorrendo.

Em julho de 2014, por exemplo, a Câmara Municipal de Petrópolis, (RJ), aprovou projeto de lei proibindo a realização de rodeios e espetáculos na cidade que utilizem ou exibam animais da fauna silvestre, exótica e doméstica, sendo permitida apenas a exposição daqueles que possuam autorização do IBAMA.¹³³ Os vereadores aprovaram projeto da vereadora Gilda Beatriz, atendendo a pressão das entidades de proteção animal como o Grupo de Assistência e Proteção aos Animais, o Gapa-ma e AnimaVida.

Esse projeto, que ainda aguarda a sanção do prefeito, não obteve o fim da exploração animal na sua totalidade, mas resultou numa abolição parcial, na medida em que nenhum touro, na cidade de Petrópolis, será explorado em rodeio. É fato que não há uma conquista para todas as espécies, nem para a espécie em questão, mas essa vitória não pode ser caracterizada como uma conquista bem-estarista, porque não reivindicou a diminuição de ações que causam dor e sofrimento aos animais durante o rodeio na cidade, e sim o fim delas.

A seguir, outras medidas aprovadas pelas casas legislativas de várias cidades, coibindo práticas localizadas de maus tratos aos animais, algumas reformistas outras parcialmente abolicionistas.

¹³³ Sancionada a lei que proíbe rodeios em Petrópolis, Animavida, 2014, disponível em <http://animavida.org/sancionada-lei-que-proibe-rodeios-em-petropolis/>.

- Em 2016, a Câmara Municipal de Atibaia, SP, aprovou, na sessão da última segunda-feira, 7 de novembro, projeto do vereador Prof. Rodrigo Parras que proíbe vaquejadas, farras de boi e rodeios no município. Tomando como base a decisão do Supremo Tribunal Federal do dia 6 de outubro, que por seis votos a cinco, considerou a prática das vaquejadas como inconstitucional, o vereador lembrou-se da luta desenvolvida para que o rodeio fosse proibido em Atibaia.¹³⁴
- A Justiça da Bahia acatou pedido liminar feito em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Milane Caldeira Tavares, e proibiu em 2016 a realização de vaquejadas nos municípios da comarca de Paulo Afonso.¹³⁵
- Em 2017, a Câmara Municipal de Osasco aprovou o projeto de lei que autoriza o transporte de animais de pequeno porte nos ônibus municipais.¹³⁶
- Os vereadores e as vereadoras da Câmara Municipal de Taubaté aprovaram o projeto de lei complementar nº 1/2016, de autoria do vereador Douglas Carbonne, que proíbe a realização de feiras e eventos para venda de cães e gatos.¹³⁷
- O governador Geraldo Alckmin sancionou, em 2014, lei que proíbe o uso de animais em testes para uso cosmético e produtos de higiene no Estado de São Paulo.¹³⁸
- A cidade de Itu, localizada no interior do Estado de São Paulo, aprovou em março de 2017, lei que proíbe a queima de fogos de artifício com explosão.
- Em março de 2017, a cidade de São José dos Campos aprovou lei que proíbe o transporte de qualquer tipo de carga ou

¹³⁴<http://olharanimal.org/camara-municipal-de-atibaia-sp-aprovou-projeto-que-proibe-rodeios-e-vaquejadas/>.

¹³⁵<http://olharanimal.org/justica-proibe-vaquejadas-na-comarca-de-paulo-afonso-ba/>.

¹³⁶<http://olharanimal.org/camara-de-osasco-sp-aprova-transporte-de-animais-em-onibus/>.

¹³⁷<http://olharanimal.org/taubate-sp-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-feiras-para-venda-de-caes-e-gatos/>.

¹³⁸<http://patasaoalto.com.br/esta-aprovada-a-lei-que-proibe-o-uso-de-animais-em-testes-em-sp/2014/01/23/>.

fretamento por veículo de tração animal, que ainda precisa ser regulamentada.¹³⁹

- Câmara proíbe carroças com animais em Bauru, SP, em maio de 2016. O projeto estipula a aplicação de multas para infratores e prevê uma série de garantia para os animais resgatados.¹⁴⁰
- Em 2016, o governador Geraldo Alckmin sancionou lei que prevê punição para quem maltratar animais domésticos. O tutor ficará 5 anos sem poder ter a guarda de animais.¹⁴¹
- A ação civil pública ajuizada pela Promotoria do Meio Ambiente de São José dos Campos contra a empresa circense conhecida como LE CIRQUE, que utilizava animais em seus espetáculos, foi julgada procedente pela 6ª Vara Cível daquela comarca.¹⁴²
- A Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) aprovou o projeto de lei 714/12, de autoria do deputado Feliciano Filho (PEN), que proíbe a criação de animais em sistema de confinamento. A lei ainda está sob análise e ainda não foi sancionada pelo governo do estado.¹⁴³
- O governo de São Paulo sancionou, em março de 2017, a lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008 que proíbe a eutanásia em animais saudáveis nos 645 municípios do Estado. A medida já está em vigor e cabe aos municípios realizar ações de castração e de adoção para bichos em boas condições de saúde.¹⁴⁴

Outro exemplo emblemático foi a medida tomada pela 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, (BA), em maio de 2014, proibindo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de realizar testes experimentais em cães para a criação de uma vacina de combate à leishmaniose, após denúncias de maus

¹³⁹<http://olharanimal.org/agora-e-lei-sao-jose-dos-campos-sp-proibe-transporte-de-carga-em-carrocas/>.

¹⁴⁰ <http://olharanimal.org/camara-proibe-carrocas-com-animais-em-bauru-sp/>.

¹⁴¹ <http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?noticia=lei-que-proibe-pessoas-que-cometeram-maus-tratos-de-ter-animais-passa-a-valer-em-sp&id=12113>.

¹⁴² <https://www.anda.jor.br/2011/05/em-decisao-historica-justica-de-sp-proibe-le-cirque-de-usar-animais/>.

¹⁴³ <http://ciclovivo.com.br/noticia/lei-que-proibe-criacao-de-animais-em-confinamento-e-aprovada-em-sp/>.

¹⁴⁴ <http://casodepolitica.com.br/governo-de-sp-proibe-eutanasia-em-animais-saudaveis/>.

tratos. A ação foi movida pelo Ministério Público da Bahia (MP) e ONGs de proteção aos animais.¹⁴⁵

Ocorre que a Fiocruz tem seu próprio biotério para realização de testes em São Paulo, por isso, apenas os cães da capital baiana tornaram-se livres da ação do laboratório. Outras espécies não foram contempladas por essa decisão judicial e seus efeitos são restritos à região. Por outro lado, ainda que de forma parcial, não deixa de ser uma conquista abolicionista.

Muitas mais medidas foram aprovadas, favoráveis e desfavoráveis aos animais, sendo as últimas de forma bastante reduzida, nem todas ainda regulamentadas, mas indicam uma tendência em se caminhar em prol dos interesses dos animais.

Os entrevistados foram unânimes em dizer que há avanços na causa obtidos principalmente pelo ativismo animal e a maioria pede por uma legislação mais ampla e eficaz, além de considerar necessária uma maior união entre as correntes.

Dori:

Alguns avanços nos últimos anos e vejo que mesmo que políticos tenham feitos legislação ou projetos, tudo partiu de ativistas e protetores que tem experiência prática na causa animal. Acredito que ainda falta muita coisa a ser feita mas que faltaria organização e união entre os variados grupos espalhados dentro do movimento.

Angélica:

Sim eu acho que o veganismo tem avançado no Brasil, graças ao ativismo. Eu acredito que um veganismo estruturado com sólidos alicerces se alcança graças ao entendimento de cada um em relação aos direitos dos animais. Ocorre que isso se dá muito lentamente, então acho que precisamos de leis que coloquem claramente os animais como seres de direito para não dar espaço a manipulações e deturpação da interpretação das mesmas, favorecendo determinados grupos que se favorecem da exploração animal. Eu acredito que uma lei mais abrangente colocando os animais como seres de direito livra o ativismo de lutas parciais para conquistas segmentadas.

Beri:

Esta mudando por causa somente dos ativistas. Mas está crescendo também o número de oportunistas, aproveitadores e corruptos, dentro da proteção. Falta consciência da parte das pessoas, falta caráter e falta informação por parte da população. Mas penso que nunca resolveremos metade do problema dos animais abandonados, porque há muitas pessoas fazendo criação de cães e gatos em fundo de

¹⁴⁵ Justiça proíbe Fiocruz de realizar testes em cachorros em Salvador, Correio, Bahia, 2014, disponível em <http://www.olharanimal.net/noticias/885-justica-de-salvador-ba-proibe-fiocruz-de-realizar-testes-em-cachorros>.

quintal, pessoas comprando cães porque é moda e depois se desfazendo deles. “O governo não facilita castrações”.

Taís:

Estou há poucos anos dentro da proteção animal, mas já vejo avanços em algumas partes, como criações de delegacias, secretarias e etc. Mas não vejo como sendo por conta dos governantes, mas por conta dos ativistas, claro que algumas vezes os representantes políticos ajudam, mas a atitude inicial é sempre do ativismo. Agora quanto ao movimento, acho que falta uma liderança forte que consiga vencer a barreira da controvérsia, pois há muitos grupos de proteção animal que batem de frente uma com a outra, até vejo que algumas batalhas políticas, reuniões com prefeitos e etc. foram prejudicadas por conta disso.

3.2.2 Os bem-estaristas

Os ativistas bem-estaristas atuam na minimização do sofrimento animal nos espaços de exploração sem postular o fim da sua utilização como objeto de geração de lucros. As primeiras ONGs de defesa animal que surgiram no Brasil foram de cunho bem-estarista.

É possível que as ONGs em que atuam sejam o “pedaço” de identidade como com os veganos abolicionistas, uma vez que as práticas parecem ser semelhantes, ainda que com conteúdos distintos.

Atualmente, algumas ONGs bem-estaristas, surpreendentemente, se envolveram em ações abolicionistas, como a WSPA que vem atuando contra os rodeios e a Arca que defende o fim dos testes em animais, tanto pelas universidades quanto em laboratórios de pesquisa.

Nestes termos, definir uma identidade única para os bem-estaristas pode ser enganoso, porque as divisões entre eles parecem ser gritantes. Os exemplos da WSPA e Arca sugerem que a abolição de algumas práticas são defendidas, na medida em que os ativistas reconhecem que não há como minimizar o sofrimento em determinadas situações, somente extinguindo-o. Por outro lado, ao não manifestarem-se contra a indústria da carne reforça uma contradição inerente ao ideário desses ativistas.

A filósofa e ativista dos direitos animais Sonia Felipe não considera os defensores do bem-estarismo como integrantes da causa animal, porque, a seu ver, eles perpetuam a exploração e colaboram para sua institucionalização na

sociedade. De fato, ao se defender apenas o não sofrimento animal, mas aceitar que continuem sendo mortos, vivendo em jaulas, longe de seus habitats, os distancia dos interesses dos animais que jamais aceitariam de bom grado viver sob tais circunstâncias.

Segundo a veterinária Glauce Pilon dos Santos, “o abate humanitário é feito com uma pistola pneumática atinge o sistema nervoso central do animal, que já perde a consciência e não vai ter dor. Tudo isso é muito importante e visa sempre o bem estar do animal”.¹⁴⁶

Contudo, vídeos realizados por ativistas infiltrados mostram que os animais passam por maus tratos quando são encaminhados para o momento do abate, porque a maioria tende a voltar da fila por sentir que sua vida corre perigo e entram em situação de pânico e estresse. Além disso, nem sempre a pistola funciona e muitos são abatidos ainda conscientes. O exato momento do tiro da pistola causa um visível mal estar ao ver o animal se debatendo. Conforme relata matéria da Folha de S. Paulo:

O martírio começa 12 horas antes do fim, quando ele deixa de ser alimentado. Nesse período, os bois só podem tomar água e são cuidadosamente analisados por veterinários. Depois do exame, o rebanho é dividido em lotes e conduzido ao chuveiro. Ali, os animais se espremem contra as grades na tentativa de fugir da água, que chega aos jatos de todos os lados e assusta os bichos.

Os bois seguem em fila indiana para o box de atordoamento. Para chegar, percorrem um corredor estreito onde só cabe um animal de cada vez. Bovinos que empacam são cutucados com um vara que emite choques de 12 volts na ponta. O uso das varas, contudo, é evitado ao máximo.

Um a um, os bois chegam à porta do box. Quando ela se abre, as pupilas do animal se dilatam devido ao cheiro de sangue que empestia o ar. Do outro lado do box, pouco acima da altura do animal, Vilmar Rosa Lima, 44, espera. É ele quem vai, sozinho, imobilizar bois de mais ou menos 250 quilos. Para dar conta da tarefa, carrega uma pistola pneumática. É uma espécie de furadeira que ejeta um cano de 15 centímetros de comprimento, a 120 quilômetros por hora, no alto da cabeça do animal. O lápis de aço fura o crânio do boi, que tomba inconsciente.

Nem sempre, porém, isso acontece de primeira. Quando o boi resiste, são necessários dois ou três disparos antes do desmaio. O barulho do tiro dá arrepios, mas Lima maneja a pistola com ligeireza e sorriso largo. “Para mim, disparar isso aqui é uma coisa normal. É como escrever para você”, compara. “Tiro a vida de uns para dar a outros. E esses outros não são bichos. São a minha família.”

¹⁴⁶ Funcionário denuncia em vídeo abate cruel de animais em parque ecológico, G1, 2013, disponível em <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/06/funcionario-denuncia-em-video-abate-cruel-de-animais-em-parque-ecologico.html>.

Antes da pistola pneumática, a técnica para desmaiar o boi era a marretada, que continua em voga na maioria dos matadouros ilegais. Dependendo da experiência de quem brandia o malho, nesses casos, o animal só pára de se contorcer com boa parte do crânio esmigalhado. Por ser mais rápido e pretensamente menos doloroso, o uso da pistola é chamado "abate humanitário" -expressão duramente criticada pelos defensores de animais. (...) Quando o boi cai no chão, a pata traseira é atada com uma grossa corrente. Alguns, num último espasmo de consciência, vomitam antes de acabarem suspensos em um imenso varal no qual pendem os bois sobre uma vala de sangue. Ali, com uma faca longa, afiadíssima e esterilizada em água fervente, Lázaro Vivaldo Cardoso, 51, rompe a carótida e a jugular de cada animal num único corte, que desce por todo o pescoço. Imediatamente, jorram cerca de 18 litros de sangue. O coração continua bombeando, mas a vida já se esvaiu do corpo pendurado.¹⁴⁷

O processo de abate dito humanitário descrito acima minimiza a dor da marretada que segundo especialistas, tem que esmagar o crânio para ser eficiente, o que pode demorar várias marretadas. Mas o abate feito com a pistola não pode ser caracterizado como algo "humanitário". Essa classificação pode ser estendida a situações em que um animal está gravemente doente ou sofreu um acidente e a certeza de sua morte é irreversível, endossada pela situação de sofrimento. Neste caso, considera-se a possibilidade de se eutanasiar o animal, mas essa prática é feita somente em animais que não se incluem na categoria "animais de abate".

Não é possível que o conceito "humanitário" defina esse momento que pressupõe o assassinato de alguém que nasceu somente para morrer, que sofre toda sua vida para ser logo abatido, passando por momentos de estresse e tensão, como alguém que foi condenado à pena de morte e caminha para sua cadeira elétrica, sem ser culpado. E todas essas sensações angustiantes podem ser perfeitamente compreendidas em toda sua extensão pelo ser humano, na medida em que, como disse Ingold (1995), a animalidade dos humanos está naquilo que ele tem de genérico, como a senciência.

Deste modo, é possível se afirmar que alguns ativistas bem-estaristas de fato pertencem ao movimento animal quando estão preocupados com o seu sofrimento, sem que se façam falsas propostas humanitárias, que são apenas fachadas que escondem ações extremamente violentas contra seres indefesos.

¹⁴⁷ Rápida, pistola institui "abate humanitário", maio de 2005, UOL, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1505200519.htm>

O capítulo seguinte traz o perfil dos veganos, evidentemente abolicionistas, como será visto, e traça de forma mais detalhada o ativismo deste subgrupo dentro da causa animal.

3.2.3 Os veganos (ativismo abolicionista)

Neste item será apresentado o perfil dos ativistas veganos, sua identidade ideológica colocada em prática nos espaços comuns, como entendem a proteção animal e a atuação de outros segmentos do ativismo. Será mostrado ainda como dialogam com os clássicos das teorias bem-estaristas e abolicionistas e sua ação principal de boicote a produtos de origem animal.

Os ativistas veganos pertencem a um segundo grupo da proteção animal com identidade própria a partir de uma perspectiva antropológica. Embora todos sejam ativistas (intelectuais, abolicionistas e socorristas), esses a que me refiro seriam uma espécie de “tipo ideal” de ativista, porque são conscientes das divisões entre bem-estaristas e abolicionistas. São, em sua maioria, praticantes do vegetarianismo ou veganismo, têm presença constantes nas manifestações e redes sociais, e participam de alguma ONG com atividades mais amplas se comparados com as socorristas, e porque, a princípio, colaboram com a questão animal em sua plenitude, que prevê a defesa de todas as espécies. Por outro lado, são poucos os que resgatam e a maioria vê as socorristas como especistas por focarem suas ações em cães e gatos.

Portanto, inversamente ao que ocorre com as socorristas, os ativistas veganos, em sua maioria, não resgatam animais, mas atuam na causa com ações mais conscientizadoras e têm maior conhecimento das divisões internas do ativismo. São os que mais defendem os direitos humanos, de acordo com as entrevistas realizadas junto aos representantes dessa linha.

Por outro lado, esses ativistas praticamente não atuam diretamente com o resgate de animais sob maus tratos, isto é, são ativistas que não lidam diretamente com o sofrimento animal. Salvo algumas exceções, como os que atuam em santuários de animais silvestres. Contudo, esses animais

necessitam de atendimento profissional, diferentemente das socorristas que muitas vezes realizam elas mesmas os procedimentos veterinários.

O conceito de veganismo é uma prática baseada numa ideologia de defesa dos animais. A partir desta premissa, os veganos não consomem nenhum produto que contenha substância oriunda de animais, nem que tenham sido resultado de sua exploração. O veganismo não se resume a restrição a produtos alimentares, mas qualquer produto de origem animal, como roupas, calçados, móveis, adornos, cosméticos, bebidas alcoólicas ou qualquer outro produto de maior consumo. Muitos produtos são boicotados por muitos veganos por patrocinarem eventos que exploram os animais, como algumas marcas de cerveja que patrocinam rodeios.

As marcas de empresas que testam em animais são bastante difundidas em sites de defesa animal e nas redes sociais. De início, muitos levam ao supermercado uma lista com os nomes. Após um tempo, ela não é mais necessária. Quem vira ativista decora quais são as maiores corporações exploradoras, como a Johnson & Johnson, Procter e Gamble, Unilever, LÓreal, Nestlé, Oral B, 3 M.

O vegetarianismo tem sido tratado muitas vezes de forma errônea, principalmente pelo comércio em geral. Ser vegetariano é não consumir nenhum produto de origem animal, mas não se trata de uma postura de defesa animal simplesmente. Uma pessoa pode ser vegetariana apenas por uma questão de saúde ou por não gostar de carne. O vegetarianismo também tem sido considerado erroneamente sinônimo de “ovolactovegetarianismo”, que é o enquadramento de quem não come nenhum tipo de carne, mas consome ovos e derivados do leite.

O boicote a remédios é um caso à parte, dado que praticamente todos são resultado de pesquisas em testes em animais. As entrevistas realizadas junto aos ativistas mostraram que é um tema polêmico e difícil, porque não se oferece alternativa, embora tentem evitar ao máximo o seu consumo.

As falas revelam que é ao pensar a prática que as teorias e ideologias veganas vão se firmando e sendo definidas. Além disso, uns consideram contraditório, outros não, mas com as mesmas respostas, ou seja, a Medicina não oferece alternativas aos testes com animais, o que é cobrado pelo movimento:

A pergunta exata foi se o ativista acha contraditório utilizar remédios que foram testados em animais:

Cielo:

Sim. Animais não são seres humanos. Há diversos exemplos documentados de substâncias que se mostraram seguras em animais, mas foram catastróficas quando aplicadas em humanos. Segundo o Comitê de Médicos por uma Medicina Responsável, a maior parte das drogas aprovadas para humanos, após testes em animais, falharam ou trouxeram efeitos não detectados nos animais. Temos tecnologias mais adequadas para testes. E se não as tivéssemos, isso não justificaria impormos sofrimento aos animais (como nos sentiríamos se uma raça mais avançada nos usasse como cobaias?).

Mark:

Sim, pois esses remédios ou qualquer coisa que foi testado num animal faz esse animal sofrer bastante e depois a morte dele.

Pedro:

Não acho contraditório: Em uma sociedade não-vegana, em hospitais não-veganos, em laboratórios não veganos. Quando e onde não se tem alternativa. Não.

Lopes:

Na verdade não, porque o que acontece é que os testes que são feitos com animais são feitos em medicamentos para se avaliar os efeitos que a droga vai ter naquele animal lá e depois isso passa para a fase seguinte, que são os testes em seres humanos. Esse é o caminho inevitável. Toda droga aqui que foi testada em animais será testado no ser humano e quando eu digo o ser humano eu digo o animal humano e animais não humanos. Então, as drogas são testadas para se avaliar o efeito, mas, por exemplo, um vegano que toma o medicamento ele não está sendo menos vegano por isso. Veganismo é fazer aquilo que está dentro da medida do possível e se a gente não tiver saúde não tem nem como continuar a ser ativista né, então... E sem contar que os remédios que existem que estão no mercado, na farmácia, eles estão lá por que passaram em testes clínicos com seres humanos né, e muitos dos que acabam passando em teste com animais quando eles são testados nos seres humanos geram uma série de efeitos danosos. Então não é incoerente.

Você toma remédio e defender os animais ao mesmo tempo, porque a gente defende que a experimentação animal deve acabar, porque ela prejudica a ciência, ela é prejudicial, ela é um atraso para a ciência. Existe há muito tempo, desde antes de Cristo que existia métodos vivisseccionistas, né de abrir os animais quando eles estão vivos, então isso tem que mudar, isso se a ciência não tomar esse passo para frente ela vai continuar estagnada e a química e farmacologia não dependem da experimentação animal para existir. Por exemplo, a própria penicilina, primeiro antibiótico da história foi descoberto in vitro.

Quando perguntados sobre o sofrimento dos animais na natureza, a maioria dos ativistas veganos entrevistados não mostrou grande preocupação, com exceção de Mark, porque não era causado pela nossa sociedade:

Mark: a culpa é do homem que mesmo eles em seu habitat estão sofrendo bastante por causa das mudanças climáticas devido a destruição que o homem está causando no planeta

Valk: Se este sofrimento for causado pelo homem, acho que é uma amostra da ignorância humana. Se for o sofrimento natural o qual ocorre entre os animais, ou seja, que não é causado pelo homem, então, creio que faça parte do processo de evolução deles, uma vez que tudo está em permanente progresso.

Cielo: É inevitável e natural, assim como o sofrimento humano também o é, mesmo no mundo moderno (pessoas sofrem por dor ao se ferirem, sofrem emocionalmente ao terem suas necessidades não atendidas, sofrem por amor, etc). Isso, obviamente, é diferente do sofrimento imposto aos animais pelos seres humanos.

Linea: Na natureza? Sem intervenção humana? Não vejo problemas, acredito (?)

Catarina: Os animais da Natureza atendem seus propósitos e quando não há intervenção humana, não há sofrimento.

O sofrimento dos animais na natureza não faz parte da preocupação dos ativistas. Vê-se que a maioria concentra sua atenção para os sofrimentos decorrentes da ação humana, que estariam além do que um animal pode suportar. Além disso, percebe-se que são maus tratos passíveis de intervenção, o que não é possível fazer quando o sofrimento é decorrente das relações do animal no seu habitat, ainda que os sofrimentos também sejam terríveis, como quando são feridos e ficam agonizando até a morte.

É comum encontrar nas páginas dos ativistas veganos postagens e compartilhamentos sobre o sofrimento animal e a defesa do veganismo. No entanto, todas as espécies parecem contempladas, menos os cães e gatos. Raros são os casos dessa corrente de ativistas que fazem apelos para o resgate ou ajuda de cães abandonados. Esta postura reforça a tese de quererem diferenciar-se das socorristas que são consideradas especistas. Nessa relação de alteridade eles reforçam sua identidade e marcam seu espaço na proteção.

Contudo, nas entrevistas, os veganos, evidentemente, admitem que os cães e gatos estão inclusos como animais merecedores de proteção:

Enrico:

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos.

Dori:

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todo os animais sem distinção

Angélica:

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos!!!

Os ativistas veganos abolicionistas afirmam, portanto, que todos os animais devem ser protegidos pelo movimento animalista, no entanto, quando perguntados especificamente sobre insetos e pragas, não há consenso. A maioria procura espantá-los ou afastá-los, mas outros admitem matar aqueles que consideram prejudiciais para os humanos:

Angélica:

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos?

Se sim, Cite alguns. O que faz quando os encontra em sua casa?

Baratas, lagartixas e aranhas eu coloco para fora de casa, e procuro ter telas nas janelas. Aranha grande e pernilongo eu mato. Certa vez encontrei um inseto parecido com o barbeiro, mas não tendo certeza, não quis matá-lo. Pegue-o, coloquei num vidro e levei até o Instituto Butantã. Lá o biólogo constatou que não se tratava de um barbeiro, apesar de muito parecido, e eu o coloquei de volta no meu jardim.

Enrico

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos?

Se sim, Cite alguns. O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim, mas por interferência humana. Os que transmitem doenças. Expulso-os.

Dori:

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos?

Se sim, Cite alguns. O que faz quando os encontra em sua casa?

Acredito que sempre alguma forma de afastar para que de fato não se tornem prejudiciais.

Lopes:

Última pergunta você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos?

Sim considero que infelizmente por conta das condições sanitárias que o ser humano criou né, especificamente, por exemplo, a dengue que chegou aonde chegou por conta das más condições de saneamento, então eles podem se tornar prejudiciais sim para o ser humano e sem contar que eles são realmente venenosos, né. Considero que muitas vezes o veganismo é a gente fazer aquilo que está dentro do possível né, então o que a gente puder fazer para afastar esses animais das nossas casas para eles não entrarem e tem que ser feito. Então eu, pessoalmente, não costumo matar barata, por exemplo, mas nunca chegou a entrar um rato em casa, mas o máximo que eu puder eu evito sim. Se tiver sempre procuro afastar, assim se chegar alguma aranha uma lagartixa... .

Assim, conclui-se que ainda que os insetos sejam sencientes, alguns abolicionistas admitem eliminá-los do seu meio doméstico. Os próprios teóricos do movimento não têm uma definição consensual a respeito, portanto, fica a critério de cada integrante decidir em situações ambíguas.

3.2.3.1 Consumo politizado

As regularidades presentes nessa categoria de ativistas incluem a adesão ao abolicionismo, ao consumo politizado de boicote a produtos de origem animal, práticas delimitadas e dirigidas pelas ONGs (campanhas, resgates, protestos de rua e via internet), encontros nos espaços das ONGs ou com os membros das ONGs e os debates intensos nas redes sociais.

A prática mais destacada dos ativistas veganos é o boicote a produtos de origem animal ou testados e animais. Alguns autores vêm se dedicando a esse processo de politização do consumo, que tem crescido desde os anos de 1990. Segundo Fátima Portilho (2011), vários escândalos mundiais envolvendo a segurança alimentar causaram uma desconfiança do consumidor que tem se mostrado cada vez mais preocupado com sua saúde. Os casos da febre aftosa que afetaram o gado bovino, a salmonela, bactéria encontrada nos ovos crus, as gripes suína e aviária criaram amplos debates sobre as políticas de segurança alimentar, que se expandiram das esferas do poder e das empresas implicadas para o campo do consumidor, que passou a exigir maiores informações e qualidade nos alimentos.

Diz Portilho:

“As controvérsias científicas, a percepção e a publicização de riscos, as ideologias alimentares e os discursos e práticas de consumo consciente, colocam o tema da alimentação cada vez mais no centro dos debates políticos” (Portilho, 2011, p 100,).

Essa politização do consumidor se dá em conformação aos novos movimentos sociais da década de 1990, que se configuram de maneira mais fragmentada, com ações voltadas contra as instituições políticas mais

individuais do que coletivas. Essa nova configuração cria novos consumidores e novas lutas sociais. Os consumidores passam a se preocupar de forma variada com os produtos alimentares, tendo em vista não só sua saúde, mas também como esses alimentos e sua produção podem agredir o planeta ou os outros, como no caso do ativismo animal, gerar sofrimento animal.

Assim, diz Portilho, o consumo politizado passa por duas esferas, a privada, que tem a ver com o consumo individual e familiar, ampliando o conceito de cidadania e a esfera pública, porque as novas exigências e boicotes tornam-se estratégias políticas de ação e incorporam valores “como solidariedade e responsabilidade ambiental” (Portilho, 2011, p. 101)

Para a autora, deve-se atentar não apenas para os movimentos sociais dos consumidores organizados, mas também para “aqueles atores sociais não organizados, e difusamente politizados que se situam entre o anonimato e a vontade de exercer um papel político, entre as preocupações cotidianas da esfera privada e a vontade de participar de uma esfera pública mais ampla”.

Portilho cita a pesquisa de Halkier e Holme e Stolle (2011), que dividem o engajamento político dos consumidores em dois conjuntos: práticas de boicotes, ou seja, o não consumo de produtos que envolvem questões negativas à sociedade e ao meio ambiente, e, segundo, a opção intencional, que é o consumo de produtos que não são prejudiciais nem à sociedade, nem ao meio ambiente. Deste modo, diz Portilho, o ato de comer torna-se político e ideológico. Ambas as ações podem ser práticas individuais compartilhadas em um grupo ou não, mas não deixam de ter um caráter político.

A prática do boicote amplamente realizada pelos defensores dos animais não se restringe ao item alimentação de que está centrada a pesquisa de Portilho, mas a produtos de qualquer natureza, trazendo o debate do consumo às empresas de setores variados dentro do mercado. Os boicotes tornam-se públicos, sobretudo, nas redes sociais, nos debates sobre quais produtos são mais indicados como confiáveis ou onde encontrá-los.

As práticas individuais têm um caráter coletivo quando os membros de uma comunidade virtual, dentro do Facebook ou não, combinam boicotes em conjunto no mesmo dia e horário e avisam o fato via email para as empresas. Esta prática obteve alguns resultados porque várias empresas entraram em

contato com os ativistas se explicando a respeito da realização de testes em animais ou pedindo para que os manifestantes telefonassem diretamente.

Participei ativamente desta ação por um longo período. Atualmente vemos que algumas empresas decidiram colocar informações nos rótulos constando a não existência de testes ou substâncias provenientes dos animais, como produtos das marcas Nivea, Ipê, Naturis, da Batavo, Contente, Superbom, Weleda, Surya Brasil, Farmaervas, Phytoervas, Ahimsa e muitas outras.

3.2.3.2 Os espaços dos veganos

Os ativistas comparecem maciçamente às feiras e eventos veganos na cidade, que têm sido bastante frequentes, quase que todos os meses. Nelas podem consumir produtos de diversas categorias, dada a dificuldade em encontra-los no comércio tradicional - apesar de os estabelecimentos comerciais veganos estarem crescendo na cidade a olhos vistos.

Os eventos veganos trazem produtos sem origem animal. Roupas, sapatos, bolsas, comidas típicas na versão vegana como coxinhas de carne de jaca verde desfiada, hot dog, feijoada, moqueca, kibe, hambúrguer, falafel, pastéis, queijos, linguiças, sorvetes, bolos, doces, leites. Há ainda perfumes, sabonetes, shampoos, botons, enfeites de casa, bijuterias, desodorantes, pastas de dente, livros sobre a defesa animal, palestras, divulgação de eventos de ONGs.

O público, em sua maioria é jovem, com visual despojado, estilo quase “hippie-pós-moderno”, cabelos coloridos, tatuagens, brincos exóticos, piercings. Há também os mais velhos, em menor quantidade, vestidos de forma tradicional, crianças, casais com seus pets. Esse público é muito semelhante ao que comparece às manifestações pró-animais, quando o tema é mais genérico.

Imagem 2: Feira de produtos veganos em São Paulo

As zonas sul e oeste da cidade de São Paulo concentram o comércio alimentar dos veganos. A rua Augusta é a rua mais vegana da cidade, com mais de uma dúzia de estabelecimentos comerciais veganos ou tradicionais como a cafeteria Starbucks, que oferece a opção de cappuccino com leite de soja. As ruas próximas também seguem a linha, tendo o shopping Frei Caneca um dos mais veganos da cidade, no quesito alimentação. O estilo vegano também é forte na Vila Mariana, Vila Madalena e Higienópolis. Há os mais populares e os mais sofisticados.

A zona Leste e Norte também já têm seu comércio voltado para a área, principalmente na região do Tatuapé e Moóca, vários com serviço de entrega de comida congelada para a semana. A região central da cidade, na Avenida Mercúrio, próxima ao Mercado Municipal, conta com uma demanda grande de veganos, porque os produtos na região são mais em conta do que na revenda nos locais citados acima. Lá se encontra o produto in natura, para ser feito pelo próprio consumidor. Vários supermercados já contam com sessões separadas com produtos veganos. Esse fenômeno tornou-se realidade há uns dois anos na presente década, uma explosão de produtos e comércio especializado.

Não existem informações oficiais, confiáveis ou precisas sobre o total de vegetarianos e veganos no Brasil. De acordo com os dados de pesquisa do Target Group Index, do IBOPE Media¹⁴⁸, divulgada em 2012, 15,5 milhões de

¹⁴⁸ Dia Mundial do Vegetarianismo: 8% da população brasileira afirma ser adepta do estilo, Ibope Inteligência, 2016, disponível em <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e->

brasileiros já se declaravam vegetarianos, o equivalente a 8% da população na época. Entre as cidades pesquisadas com maior proporção de vegetarianos na população destacavam-se Fortaleza (14%) e Curitiba (11%). Em São Paulo, estimava-se que a população de vegetarianos atingia 88 mil (8% da população da cidade na época), e 796 mil na capital (7%). As dez cidades selecionadas para a pesquisa respondiam por quase 20% do total calculado de vegetarianos no Brasil. Veja detalhes na Tabela 5.

Tabela 5 - População de vegetarianos no Brasil em cidades selecionadas

Cidade	População vegetariana (em mil habitantes)*	% da população da cidade
Fortaleza	350,03	14
Curitiba	195,44	11
Brasília	264,85	10
Recife	155,50	10
Rio de Janeiro	639,03	10
Belo Horizonte	215,62	9
Campinas	87,89	8
São Paulo	796,37	7
Salvador	189,77	7
Porto Alegre	85,00	6
Brasil	15.515,75	8

Fonte: Target Group Index, do IBOPE Media (2012).

(*) Dados populacionais do IBGE para 2012.

Ainda conforme dados da mesma pesquisa, a presença do vegetarianismo entre mulheres e homens era a mesma (8% da população), mas maior entre as pessoas de 65 a 75 anos (10% de vegetarianos), e menor entre jovens de 20 a 24 anos (7%).

Não há pesquisa no Brasil sobre o número de vegano, mas pode-se inferir a partir de pesquisas realizadas em outros países. Nos EUA, cerca de 50% dos vegetarianos (16 milhões de pessoas) se declararam veganos em pesquisa recente do Instituto Harris Interactive; No Reino Unido, cerca de 33%

dos vegetarianos (1,68 milhões de pessoas) se declararam veganos (Ipsos MORI Institute). Adotando-se a porcentagem mais conservadora (33%), conclui-se que dos 16 milhões de brasileiros vegetarianos, cerca de 5 milhões seriam veganos. Proporcionalmente, o Brasil possui mais vegetarianos que o Reino Unido, que tem 12% da população vegetariana, representando 7 milhões de vegetarianos.

Assim, em números totais, o número de brasileiros vegetarianos/veganos é muito maior que nos demais países, uma demanda crescente que tem trazido investimentos para o setor.

O Brasil já dispõe de cerca de 240 restaurantes vegetarianos e veganos, além de lançamentos de pratos e lanches veganos em restaurantes e lanchonetes não vegetarianas. Esse crescimento reflete tendências mundiais, como no Reino Unido, que registrou crescimento de 360% no número de veganos no país entre 2005 e 2015. Já nos Estados Unidos, o número de veganos dobrou de 2009 a 2015.

Essas tendências mundiais são registradas por empresas do setor e consultorias de mercado:

- - O Google Trends, ferramenta de pesquisa na internet, mostrou em recente pesquisa que o crescimento no volume de buscas pelo veganismo aumentou entre 150% e 250%, tendência que deve aumentar nos próximos anos.¹⁴⁹
- - Segundo um relatório da Wedbush¹⁵⁰, gigante de investimentos norte-americana, o leite à base de vegetais representa US\$ 3,5 bilhões em vendas nos Estados Unidos. Já na França o mercado de proteínas vegetais deverá superar os US\$ bilhões em 2018, de acordo com a empresa francesa Nutrikéo, da área de consultoria.

¹⁴⁹ Veganismo está crescendo: Google Trends confirma, portal veganismo, 2013, disponível em <https://www.portalveganismo.com.br/veganismo/veganismo-esta-crescendo-google-trends-confirma/>.

¹⁵⁰ Soy Milk Money: The \$3.5 Billion Food Business WhiteWave And Others Are Drooling Over, Forbes, junho de 2016, disponível em <https://www.forbes.com/sites/maggiemcgrath/2016/06/22/plant-power-how-the-3-5-billion-dairy-alternative-industry-could-help-whitewave-hormel-and-other-food-giants/#556fdd01125f>.

O mercado vegano brasileiro não está diferente, que vem crescendo 40% ao ano.¹⁵¹ A Associação Brasileira de Supermercado afirma que a oferta de produtos veganos é inferior à demanda. Dados da Associação Franquia Sustentável indicam um faturamento de R\$ 55 bilhões em 2015 no mercado de produtos naturais.¹⁵² Já a Sociedade Vegetariana Brasileira, SVB, afirma que há mais de 200 produtos vegetarianos com o selo da ONG.

Se há alguns anos, os veganos não tinham alternativas de produtos, hoje essa situação mudou muito. A presidenta da Mr. Veggy, Mariana Falcão, afirma que “o mercado brasileiro chegou em um momento onde pessoas que nunca ouviram falar já sabem o que é o veganismo. Hoje não é moda. É uma tendência”. A marca oferece dezenas de pratos congelados veganos. O faturamento da empresa tem aumentado em torno de 30% a 40% ao ano e para 2017 prevê um crescimento de 25% em decorrência da entrada da empresa nas redes de supermercados, como o VIP, Sonda, Oba, Pão de Açúcar, e Master no Shopping Frei Caneca.

Além dos supermercados, os produtos e refeições veganas podem ser encontrados pela internet, que são entregues em casa. As redes de fast food Baked Potato, Brasileirinho Delivery, Homeletes, AChapa, Castro Burger, Subway, e uma série de restaurantes não vegetarianos como O Rei da Feijoada, as lanchonetes General Prime Burger, a Fifties e America, oferecem ao menos um prato vegetariano/vegano.

Esses espaços de consumo em comum podem ser considerados como os circuitos dos ativistas veganos, a partir da teoria dos espaços de Magnani. As manifestações que aglutinam vários ativistas de ONGs variadas também têm essa característica.

Já o “pedaço”, em grande medida, são as ONGs onde cada ativista encontra seu grupo específico. Portanto, os ativistas possuem ainda uma segunda subdivisão, por conta de sua prática identitária dentro da ONG que dirige sua ação dentro de um recorte na totalidade da luta da causa animal.

¹⁵¹ Mercado vegano cresce 40% ao ano no Brasil, Juliana Carrero, Estadão, 02-2017, disponível em <http://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/mercado-vegano-cresce-40-ao-ano-no-brasil/>.

¹⁵² Franquia Vegana: o que é? quanto custa? quanto fatura? como abrir? Saiba tudo!, Franquias Já, abril de 2017, disponível em <https://franquiasja.com.br/franquia-vegana-como-abrir-o-que-e-quanto-custa-quanto-fatura/>.

Essa identidade, diz Magnani, se dá na rua, porque em casa os laços são de sangue e não de compartilhamento de todos os valores. Em casa, o vegano, em sua maioria, sofre com a perseguição dos familiares que não se conformam com a nova postura e atitude alimentar, quase que ofendendo a tradição culinária. É comum ouvir veganos reclamarem dos outros, que estão sempre prontos a pronunciar uma piada, um deboche, um diálogo inútil, agressões.

Os ativistas têm de enfrentar o seu próprio paladar doutrinado para abandonar o hábito de comer carne e demais produtos de origem animal e enfrentar familiares e toda a sociedade que o recrimina em sua nova opção.

As redes como Twiter, Facebook, sites e blogs de apoio ao veganismo, muitos com os primeiros passos para se tornar um vegano. Há sugestões de receitas fáceis, dicas dos lugares para encontrar certos produtos. Os problemas comuns vão sendo discutidos com orientações dos mais experientes, inclusive os conflitos que surgem dentro e fora de casa por conta de uma ação de ruptura com tradições alimentares.

Minha experiência foi semelhante, na medida em que recém-transformada em ovolactovegetariana passei a buscar informações na internet, de como cozinhar alimentos vegetarianos como a proteína texturizada de soja, que substitui a carne enquanto proteína e sabor. As pesquisas foram constantes até me tornar vegetariana há oito anos e vegana há seis. Há algum tempo troquei de papel para orientar aqueles que desconhecem as “substituições” dos alimentos, como a ingestão de feijões como os grandes substitutos da carne em termos de proteína, ferro e aminoácidos.

A cobrança dos outros que tentam de tudo para fazer um vegetariano–vegano voltar à alimentação tradicional “carnista” faz com que o recém-ativista, vire perito em alimentação. Esses questionamentos resultam em um aprendizado valioso sobre nutrição, como por exemplo, saber a absorção de cada alimento, a quantidade necessária de cada item específico para o organismo, como proteínas, carboidratos, sais minerais, qual a melhor combinação entre eles. Com isso, os veganos descobrem muitos outros alimentos e ingredientes esquecidos e desconhecidos. A variedade se expande e o paladar também. Toda essa situação é travada nas redes, uma simbologia comungada pelos veganos e que reforçam suas escolhas e identidades.

A socióloga Melanie Joy (2013) traz grandes contribuições sociológicas para contestar a tese da tradição alimentar carnívora e fundamenta teoricamente as opções veganas. Segundo a autora, come-se carne de vaca e não de cachorro porque temos percepções diferentes de cada um. Essas variações são formadas pelo nosso esquema de crenças, ideias, experiências. O nosso gosto é adquirido ao longo do tempo, e nossas preferências alimentares são criadas simbolicamente e reforçadas pela tradição.

Sempre que há o questionamento do ato de comer carne, os argumentos se concentram na tese de que é um ato normal, natural e necessário. Segundo a autora, esses são os três grandes mitos criados para se manter o que ela chama de “carnismo”.

Para a nossa sociedade, o vegetarianismo é uma opção ideológica, algo que difere da prática habitual social. Contudo, a autora adverte que o carnismo também é uma ideologia, porque é uma opção comer carne e não algo natural, normal e necessário. Nesse sentido, Joy reforça a necessidade de se desconstruir esses mitos. O normal baseia-se em normas que são construídas socialmente e obscurecem caminhos alternativos, não devemos nos desviar do curso natural das coisas.

Assim, comer carne é natural porque isso é feito há milênios de anos. Porém, diz Joy, o canibalismo e a violência são praticados desde então e não são legitimados por isso. O último mito da ideologia carnista é a necessidade vital do organismo ingerir carne, o que já foi há muito desmentido por entidades médicas oficiais.

O relevante nessa análise é que a ideologia carnista não é vista dessa forma, ela é naturalizada erroneamente. Esse recurso tem sido muito utilizado em nossa sociedade para justificar a superioridade de um grupo social sobre outro, como achar que os homens são naturalmente superiores às mulheres, que os brancos são naturalmente superiores aos negros e o ser humano naturalmente superior aos animais.

Pelo menos, desde Durkheim, a teoria sociológica esclarece que toda iniciativa social que coloque em perigo os valores sociais vigentes são rechaçadas pela sociedade. Existe uma coerção social que age no sentido de manter a sociedade coesa e perpetuar seus valores, regras e leis. A sobrevivência da sociedade dependeria dessa ação repulsiva e muitas vezes

repressiva. Todo pensamento que questiona os valores vigentes e propõe novos depara-se com uma ação violenta e de negação a essa possível ameaça. Essa condição básica para os defensores dos direitos dos animais coloca em xeque séculos de tradição alimentar.

Para Joy, há um “entorpecimento psíquico”, que é uma espécie de negação da realidade. Combinados com as estratégias da grande indústria frigorífica em esconder os abatedouros, bem como cuidando para que as imagens publicitárias passem a ideia de pastos felizes. Os mecanismos de defesa incluem a negação da realidade, a evitação e a desindividualização dos animais abatidos. Ou seja, os indivíduos não sabem e não querem saber o que acontece, porque tomar consciência significaria expor sua contradição, já que seus valores repudiam a violência animal.

Cabe ressaltar que não só o processo de abate é invisível aos indivíduos, mas também todos os usos que se fazem dos animais nos laboratórios farmacêuticos, universidades e institutos de pesquisa. O próprio sistema se incumbe de tornar os locais inacessíveis, invisíveis, longínquos, para que ninguém tenha a menor idéia de onde estejam e o que se faz ali dentro.

Assim, Melanie Joy propõe uma desconstrução dessa invisibilidade que protege os indivíduos e faz perpetuar a crueldade contra os animais. Ao afirmar que o carnismo é uma ideologia ela dá início a esse processo. Essa é uma das tarefas do movimento social de proteção animal: destruir os mitos que estruturam e legitimam as práticas de maus tratos considerada normais contra os animais.

Desta forma, ao abandonar uma dieta carnista tradicional e aderir ao veganismo, ao consumo politizado dos produtos e a incursão em práticas nas ONGs inserem os ativistas em novas sociabilidades. Essas novas sociabilidades talvez não sejam vistas a partir de teorias que analisam as redes sociais de longe e de fora, que se apresentam superficialmente como formais, distantes, sem vínculos fortes e sem oferecer conforto àqueles que buscam uma migalha de identidade.

Nas ONGs, o pedaço é recuperado, porque símbolos, valores, hábitos de consumo e de ação se atrelam. Os objetivos são os mesmos. Se em casa são os “patinhos feios”, ocorrendo o mesmo na escola, faculdade, trabalho, na

ONG são todos patinhos feios juntos agindo e pensando igual. O líder da ONG tem a capacidade de aglutinar emoções e objetivos e animar os ativistas para as causas e práticas em comum.

Para a ativista Karina, sua ONG criou fortes laços de amizade que vão além da própria ONG, mesmo que esse "pedaço" de identidade não seja a sede:

A ONG nos faz amigos, e companheiros de luta para a Causa. Mas lutamos pelos animais da ONG e não pela instituição. Porque se a instituição deixar de existir e tiver somente os animais, continuaremos a lutar. A amizade vai se fortalecendo em ações voltadas para a causa. Mesmo pq o espaço físico da ONG é longe e nem todos tem carros. Isso inviabiliza ter a sede da ONG como espaço de convivência."

A ONG do ativista Mark tem um grupo novo, mas já pensando em se aproximar de outro já veterano:

"Meu grupo de ativismo estará fazendo um ano daí a uma semana, vamos nos juntar com um grupo que está fazendo um picnic vegano no fundão."

Mesmo que o pedaço não seja um espaço da ONG, ela proporcionou um grupo identitário que partilham outras subjetividades que não somente as atividades da ONG:

Pedro: "Alguns membros se encontram em atividades culturais e saem juntos. Não são atividades da ONG".

Os itens que se seguem abordam detalhadamente os perfis e projetos das ONGs escolhidas para caracterizar os ativistas veganos: Rancho dos Gnomos, Sociedade Vegetariana Brasileira, Santuários dos Bichos, Camaleão, Holocausto Animal e Arca Brasil.

3.2.4 ONGs

O país conta com mais de 200 ONGs de defesa animal que têm registro na internet, o que sugere que o número deve ser muito maior. Elas se concentram nas regiões sudeste e sul. Mais da metade tem sede na Região Metropolitana de São Paulo, e o estado concentra dois terços das ONGs do país (Tabela 6).

Tabela 6 - ONGs de proteção animal no Brasil em regiões selecionadas

Região	Quantidade de ONGs	% do total
Grande São Paulo	117	51,5
Interior de São Paulo	37	16,3
Rio Grande do Sul	22	9,7
Rio de Janeiro	14	6,2
Santa Catarina	11	4,8
Paraná	10	4,4
Minas Gerais	6	2,6
Bahia	6	2,6
Pernambuco	4	1,8
TOTAL	227	100,0

Fonte: “Sites ONGs de Animais / Proteção e Preservação / Sites Adoção”, disponível em <<https://www.guiademidia.com.br/animais/ongs.htm>>, consultado em: 2017.

A atuação dessas ONGs é diversificada e especializada. Realizam ações de resgate de animais domésticos e doação dos chamados pets como a União Internacional Protetora dos Animais (UIPA) e Natureza em Forma. Outras recolhem apenas animais silvestres como o Rancho dos Gnomos e Santuário dos Bichos.

Várias atuam em campanhas e projetos de conscientização sobre os animais como o Instituto Nina Rosa. Há três agências de notícias que tratam especificamente de fatos relacionados aos animais, são elas: Olhar Animal, Anda e Grito do Bicho. Outras se especializaram em divulgar produtos e lojas vegetarianas e veganas, além de receitas culinárias do mesmo teor, como site Vista-se e Guia Vegano. Há ONGs que concentram suas atividades em denúncias de maus tratos como o Holocausto Animal e PEA.

3.2.4.1 - Rancho dos Gnomos

A ONG Rancho dos Gnomos foi fundada em 1991, formalmente constituída como uma Organização Não-Governamental no ano de 2000. Estão registrados no IBAMA/SP, no CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), e CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) e SEMA/SP.

O Santuário recolhe e abriga cerca de 230 animais entre selvagens, silvestres exóticos e domésticos. Todos passaram por alguma situação de exploração e maus tratos, vítimas de tráfico, rinhas e abandono, escravizados em apresentações de circo ou sobreviventes de áreas de queimadas e desmatamentos.

A nova sede do santuário está localizada em Joanópolis, São Paulo, e conta com 172 mil metros quadrados, próxima à Serra da Mantiqueira.. Até o ano passado, a sede do Rancho ficava em Cotia, onde ainda permanecem alguns animais.

O local abriga leões, onças-pardas, bugios, macacos-prego, tigres, araras, papagaios, preguiças, veados catingueiro, emas, quatis, gansos, porcos, cães, gatos e há uma filhote de lontra, um burrinho e uma galinha de angola.

O Rancho sobrevive de doações mensais e possui 15 mil colaboradores fieis e 12 funcionários que dividem o trabalho com a equipe de voluntários, formada por veterinários, biólogos, nutricionista, advogados e contador. A página do Rancho conta com 320 mil seguidores.

Imagem 3: Leões resgatados no Santuário Rancho dos Gnomos

Tem como colaboradores nos resgates e manejo membros da Polícia Militar e Ambiental do Estado de São Paulo, da Guarda Civil, do Departamento de Polícia Federal (Superintendência Regional em São Paulo/DELEMAPH), do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, da Defesa Civil, das Delegacias de Proteção ao Meio Ambiente e da Delegacia de Cotia.

A missão dos santuários é garantir refúgios seguros para os animais, protegê-los e dar-lhes a oportunidade de se comportarem tão naturalmente quanto possível em um ambiente próximo do seu habitat. São locais que recebem animais provenientes de crime ambiental ou em situação de risco, oferecem o melhor tratamento possível e dão um lar para aqueles que não podem mais voltar à vida selvagem. Em alguns casos, são casas de passagem para animais que necessitam de cuidados, mas que têm condições de voltar à natureza.¹⁵³

¹⁵³ Santuário Rancho dos Gnomos: ajude os animais que vivem lá e seja eternizado(a) na nova sede, Por Robson Fernando de Souza em terça-feira, 5 de Maio de 2015, disponível em <http://veganagente.com.br/santuاريو-rancho-dos-gnomos-ajude-os-animais-que-vivem-la-e-seja-eternizadoa-na-nova-sede/>, consultado em abril 2017.

O Santuário oferece condições de recuperação e preservação desses animais resgatados. Diferentemente dos zoológicos, os santuários não são abertos ao público por conta da natureza dos animais que se encontram livres e porque já passaram por situações de maus tratos nas mãos de humanos. Os animais também não são submetidos a processos de reprodução, não são vendidos nem utilizados para nenhum fim de interesse humano. Como exemplo, há o caso de 128 aves que foram resgatadas pelo Rancho quando recuperadas foram libertadas no Mato Grosso do Sul. Cerca de 10 mil animais já passaram pelo Santuário.

Segundo os responsáveis pelo Rancho “santuários agem em nome dos animais e os cuidadores trabalham sob a noção de que todos os animais, humanos e não humanos, são de igual importância. São instituições sem fins lucrativos e que trabalham pensando nos indivíduos de cada espécie”.¹⁵⁴

Marcos Pompeu e sua mulher, Silvia, responsáveis pelo Rancho dos Gnomos, em 2011, tentaram desenvolver uma alternativa para não alimentar animais abrigados com carne. Segundo eles, “é como trocar seis por meia dúzia. Você cuida de um e sacrifica o outro”, diz Silvia. O casal faz testes para criar uma ração com nutrientes sintéticos para substituir a carne de outros animais que servem de alimento para os animais carnívoros ali abrigados.

O casal enfrenta o dilema de serem e também de encontrarem alguma substância que torne a ração apetitosa. Para a veterinária do rancho, Kelly Spitaleti, é preciso fornecer os nutrientes necessários. “Para os leões, por exemplo, podemos adicionar à soja a taurina, aminoácido encontrado na carne e importante para a nutrição do felino. Mas é preciso achar uma textura e um cheiro que façam o bicho sentir vontade de comer.”¹⁵⁵

Segundo Pompeu, fabricar a ração é um problema: “Recebemos animais muito doentes, machucados ou acidentados. Uma vez por semana, fazemos testes incorporando soja à dieta dos bichos, mas a prioridade é construir

¹⁵⁴ Santuário Rancho dos Gnomos: ajude os animais que vivem lá e seja eternizado(a) na nova sede, Por Robson Fernando de Souza em terça-feira, 5 dMaio d2015), disponível em <http://veganagente.com.br/santuario-rancho-dos-gnomos-ajude-os-animais-que-vivem-la-e-seja-eternizadoa-na-nova-sede/>, consultado em abril 2017.

¹⁵⁵ Rancho dos Gnomos tenta alimentar leões com ração vegetariana, site Vista-se, 2011, disponível em <https://www.vista-se.com.br/rancho-dos-gnomos-tenta-alimentar-leoes-com-racao-vegetariana/>.

recintos adequados para abrigá-los e cuidar da saúde deles”.¹⁵⁶ O Rancho realiza ainda um programa de educação ambiental e já atenderam cerca de 25 mil crianças e jovens da rede de ensino.

3.2.4.2 - SVB

A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) foi fundada em 2003 e, segundo a própria instituição, “promove o vegetarianismo como uma opção alimentar ética, saudável, sustentável e socialmente justa. Por meio de campanhas, convênios, eventos, pesquisa e ativismo político, a SVB realiza a conscientização sobre os benefícios do vegetarianismo, e trabalha para aumentar o acesso da população a produtos e serviços vegetarianos”.¹⁵⁷

A SVB conta com treze membros na coordenação, vinte e quatro no conselho nacional e cada unidade estadual possui vários militantes, estando presente em 11 estados que seguem as diretrizes da sede em São Paulo. Sua página no Facebook é seguida por 162 mil pessoas.

A ONG promove várias atividades para difundir o vegetarianismo, como organizar eventos regionais, nacionais e internacionais divulgando a causa vegetariana, estimula pesquisas sobre o tema, procura ter representantes vegetarianos nos diversos organismos em amplas esferas, promove campanhas educacionais em prol do vegetarianismo e angaria fundos junto à sociedade e membros da SVB para promover esses eventos.

No site podem-se encontrar informações sobre nutrição vegetariana com profissionais da área, receitas sem ingredientes de origem animal, notícias e publicações sobre o tema.

Dentre as atividades desenvolvidas pela SVB se insere a campanha “Segunda sem Carne”, que ficou mundialmente conhecida como sendo o dia da semana reservado pelos não vegetarianos para provarem refeições vegetarianas. A ideia é fazer com que mais pessoas se interessem em

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ <https://www.svb.org.br/noticias>, <https://www.Facebook.com/SociedadeVegetarianaBrasileira/>.

abandonar o hábito de comer carne a partir do momento em que conhecem novos pratos que podem lhe causar um efeito positivo.

Segundo a ONG, em seu site, afirma que a campanha “se propõe a conscientizar as pessoas sobre os impactos que o uso de produtos de origem animal* para alimentação tem sobre os animais, a sociedade, a saúde humana e o planeta, convidando-as a tirá-los do prato pelo menos uma vez por semana e a descobrir novos sabores”.¹⁵⁸

A campanha foi lançada em São Paulo em outubro de 2009 numa parceria com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da prefeitura de São Paulo, estendendo-se a cerca de 100 municípios de São Paulo e várias outras cidades brasileiras. Está presente 35 países, como nos Estados Unidos e Reino Unido, onde o cantor Paul McCartney promove a campanha. Os vegetarianos e veganos ficaram divididos em relação à campanha que recebeu apoio e críticas, conforme visto anteriormente.

Além de estimular a sociedade a não comer carne às segundas, a campanha incentiva restaurantes a aderirem e oferecerem ao menos um prato vegetariano como opção ao consumidor. São oferecidas 5.400 refeições sem carne todas as segundas nos restaurantes populares do programa Bom Prato, do governo estadual de São Paulo. A rede de sanduiches Subway recebeu quarenta e cinco mil assinaturas pedindo uma opção vegana no cardápio.

Além dos restaurantes, o ensino público municipal passou a oferecer refeições vegetarianas na merenda escolar. O programa atinge 210 escolas estaduais e Um dos desdobramentos da adesão ao movimento é a implementação da Alimentação Escolar refeições 100% livres de produtos animais, trazendo grande impacto positivo.

O Selo Vegano é outra campanha criada pela SVB junto às empresas que, ao aderirem obtêm o selo que permite orientar o consumidor sem que este precise ler todas as informações da embalagem sobre os ingredientes dos produtos, que podem ser alimentos, roupas ou cosméticos. O projeto já atinge 239 produtos.

A Vegfest é uma feira vegana bianual promovida pela SVB que traz vários profissionais, especialistas e expositores. O Vegfest Brasil 2017 recebeu

¹⁵⁸ ibidem

mais de 1.000 congressistas vindos de mais de 130 cidades do Brasil e de outros países. Foram realizadas 70 palestras, 30 apresentações gastronômicas e 65 expositores.

Imagem 4: Participantes do Vegfest 2017 da SVB

3.2.4.3 - Santuário dos Bichos

O Santuário Terra dos Bichos é uma ONG fundada em 2007 pela ativista Cintia Frattini, que atua em prol dos animais há mais de 30 anos. O Santuário abriga cerca de 500 animais de 18 espécies salvos do abate, resgatados do tráfico e outras situações de risco e exploração. Está localizado na cidade de São Roque, São Paulo. Sua criação está vinculada ao resgate de animais de diversas espécies.

O Santuário abriga ainda 89 porcas resgatadas de um tombamento de um caminhão no Rodoanel em 2015, sendo que 22 não sobreviveram. O fato ficou conhecido como “As Porcas do Rodoanel”, que estavam sendo transportadas para o abatedouro. Segundo reportagem da Anda na ocasião, com o acidente, as porcas ficaram presas nas ferragens, com sede e calor e o

Santuário as recolheu e foram batizadas de Marias. O resgate contou com a ajuda de bombeiros. Logo após o acidente, algumas porcas deram cria, elevando o número de 89 para 100. Na ocasião, Cintia afirmou que dos R\$ 280 mil arrecadados com doadores, cerca de R\$ 100 mil foram usados na estrutura para tratar dos porcos. A ONG também recebeu em seguida mais 27 porcos de um abatedouro clandestino em Diadema, SP, atingindo o limite máximo de resgate de animais.

Imagem 5: Porcas resgatadas de acidente descansam ao lado de ativista no Santuário dos Bichos

Com o grande número de animais resgatados o Santuário decidiu criar o “Projeto Vakinha”, que prevê a colaboração de voluntários para arcarem com as despesas. A ONG também aceita doações, apadrinhamentos e realiza doações de seus animais. A instituição ainda aceita encomendas de comidas veganas pelo Facebook .

Neste ano decidiu abrir o Santuário para visitas como forma de arrecadar fundos para a manutenção dos animais. Será um passeio educativo e monitorado para o qual será cobrada uma contribuição que inclui transporte de van e três refeições. No Facebook, o Santuário é seguido por cerca de 59 mil pessoas.

Para Karina Somaggio, integrante da ONG Santuário dos bichos, todos os animais devem ser protegidos de maus tratos. “Se partirmos do princípio de que eles são seres providos de alma, não existe limite para a senciência, têm o mesmo direito que qualquer humano”¹⁵⁹.

A seu ver, atualmente não há nenhum representante político defendendo a causa animal. “Por isso, estou organizando um grande movimento para que possamos eleger no mínimo 10 ativistas da causa nas próximas eleições gerais”.¹⁶⁰

Somaggio afirma ser defensora do movimento abolicionista, mas acredita que o bem-estarismo é um dos caminhos para se conquistar a libertação dos animais:

Sou totalmente libertária, mas não podemos ter libertação sem passar pelo bem estarismo, infelizmente. Assim como foi na libertação dos escravos negros no Brasil, o bem estarismo fez parte deste processo. E assim será na libertação dos animais. Ainda mais quando falamos no maior país produtor de derivados animal. Impossível libertarmos milhões de animais. A libertação certamente será gradual, assim como foi com os escravos. Gostaria muito de poder libertar todos de uma só vez. Mas impossível, por isso quando falo de bem estarismo preciso deixar isso bem explicado.¹⁶¹

A ativista aponta dados que fazem cair por terra qualquer pretensão de se realizar o fim dos abates de um dia para o outro, levando em conta apenas o Brasil:

Se eu fosse presidente da República hoje e amanhã decreto o fim de todo e qualquer abate. Pensa! O país viraria um caos e eu não chegaria à segunda-feira viva. O mercado financeiro quebraria total e os empregos diretos e indiretos entrariam em colapso. Fora que como iríamos alimentar milhões de animais por anos? Um boi vive em torno de 25 anos, pensa no colapso. (...) Até a última fêmea parir pode demorar até onze meses depois da libertação, até lá o número de animais mais que dobra. Uma porca pode parir até 12 leitões.

¹⁵⁹ Entrevista a mim concedida em setembro de 2017.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Entrevista a mim concedida em janeiro de 2018.

Em uma granja de centenas parindo todos os dias. Só fazer conta burra. Se tem uma granja com 100 porcas parindo todos os dias (que é o praxe), vezes 30 dias com media de 8 leitões cada 24 mil leitões em um mês vezes centenas de granjas,... acabou a comida de todo mundo.

3.2.4.4 - Camaleão

A Camaleão é uma ONG fundada há três anos e tem forte atuação na cidade de Taubaté, SP. No Facebook, a ONG possui mais de dois mil e seiscentos de seguidores. Possui cerca de 20 integrantes fixos, que defendem o abolicionismo ou libertação dos animais, são contra o especismo que coloca o ser humano no topo das espécies, defendem uma mudança no comportamento e valores da sociedade em relação aos animais através de seu ativismo e em ações educacionais. Para tanto, a Camaleão promove o veganismo que condena a utilização dos animais para o consumo. Por isso, a ONG foi batizada de Camaleão, animal que pratica o mimetismo, ou seja, muda de cor “que é uma forma de comunicação desenvolvida por essa espécie”¹⁶² que é uma metáfora do que o grupo defende, a mudança nas atitudes dos humanos para se chegar na libertação dos animais não humanos.

Em seu site, a Camaleão protagoniza que o especismo é um “pensamento preconceituoso que legitima o uso, a escravidão e todo o sofrimento nas outras espécies, portanto, assim como rejeitamos toda forma de preconceito humano também rejeitamos a discriminação contra as outras espécies de animais”.

O Camaleão desenvolve uma série de atividades como “palestras, eventos, grupos de estudos de direitos animais (GEDA VALE), cinemas animalistas (CINEMÃO), biblioteca itinerante, oficinas de capacitação para voluntários e também ações físicas com contato direto com o público, através de intervenções artísticas, ações de conscientização de rua, participações em manifestações, atuações em conjunto com outras organizações e coletivos e também ações de registros de uso, maus-tratos e exploração animal”. O

¹⁶² <https://www.ongcamaleao.com.br/tag/ativismo-vegano/>.

Camaleão também realiza a produção de diversos artigos e textos sobre Direitos Animais incentivando o veganismo abolicionista.

A Câmara de Taubaté, (SP) homenageou a ONG em 2016 por seu trabalho em prol da proteção animal na cidade e recebeu menção honrosa. “Essas ONGs fazem o papel do poder público na cidade, mas muitas vezes não são levadas a sério. A causa animal, para uns, é uma loucura, mas, para outros, é uma missão. Essas pessoas estão honrando de forma efetiva a defesa da causa animal na cidade”, ¹⁶³ disse o vereador Douglas Carbonne.

No mesmo ano, o Camaleão promoveu pelo quarto no consecutivo uma exposição de animais vitimados pela exploração, como matadouros, laboratórios de vivissecção, caça, pesca, fábricas de criação de animais para comércio e outros.

O ato em prol dos animais foi realizado numa praça de Taubaté, marcando o Dia Internacional dos Direitos Animais. Os ativistas “exibiram cadáveres de animais ou partes deles vitimados como vacas e bezerros (vítimas da produção de laticínios), bois (vítimas da produção de pele de couro), gatos (vítimas de pesquisas pseudocientíficas), cães (vítimas do comércio/abandono), porcos e peixes (vítimas do paladar), pássaros (vítimas da caça)” ¹⁶⁴.

Em 2016, a ONG Camaleão sofreu atos de violência por participar de ato em prol do projeto pelo fim das carroças nas áreas pavimentadas da cidade de Taubaté. A ação se deu em frente à Câmara Municipal da cidade no dia da votação do projeto.

¹⁶³ ibidem

¹⁶⁴ portalveganismo

Imagem 6: Ativistas da ONG Camaleão fazem protesto pelo veganismo

A principal característica da ONG é de promover o veganismo. Segundo o presidente da Camaleão, Douglas Geovanini, ele tornou-se ativista pelos Direitos Animais:

atuando especialmente na parte de Educação e Conscientização sobre todo o universo de temas relacionados aos animais (abolição do especismo, do antropocentrismo, rodeios, comércio de animais, testes, divulgação do veganismo, etc). (...) Iniciei meu ativismo individualmente e posteriormente fundei o grupo CAMALEÃO que atua visando uma mudança de pensamento e atitude em relação à forma que nos relacionamos com as outras espécies de animais.¹⁶⁵

Geovanini não considera o bem-estarismo como uma corrente que pertence ao movimento de defesa animal:

Tenho plena consciência dessas vertentes de pensamento e ainda diria que o bem-estarismo não é uma parte, uma divisão do

¹⁶⁵ Entrevista a mim concedida em 2015.

movimento animalista (movimento em defesa dos animais), exatamente, pelo fato de que o bem-estarismo é uma proposta contrária aos interesses dos animais.

Animal algum tem interesse em ser tratado como objeto, mercadoria, propriedade ou mero recurso, seja para qual finalidade for. O bem-estarismo não luta para o fim do uso e exploração animal e sim para que os animais continuem sendo usados, mas apenas sendo usados de forma mais cautelosa, não muito violenta.

O bem-estarismo não garante direitos aos animais, pelo contrário, o bem-estarismo é a manifestação de que os animais são objetos dos seres humanos e que podem ser usados para fins diversos, desde que não haja crueldade no tratamento (além da crueldade habitual inerente ao processo de uso de animais, seja para pecuária, rodeio, testes ou outros). (...) Os animais são seres sencientes, portanto, possuem uma compreensão do mundo a sua volta e possuem interesses próprios e, conseqüentemente, não possuem interesse algum em serem usados para nossas finalidades antropocêntricas.¹⁶⁶

Para o presidente da Camaleão, os animais humanos e não humanos não são escravos de outros, independentemente de haver maus tratos graves ou não.

3.2.4.5 - Holocausto Animal

A ONG foi criada em 2014, e tem como princípio rejeitar a utilização dos animais como propriedade humana “ou como objetos para fins de terceiros”.¹⁶⁷ Os integrantes defendem o respeito aos seres sencientes que só pode ser obtido mediante a adoção do veganismo. “Nosso trabalho consiste em revelar, de maneira sincera, direta e objetiva, os bastidores da exploração animal, desde a pecuária e experimentação animal, até a indústria de peles, rodeios e hipismo.”¹⁶⁸

Segundo os membros, o site foi pioneiro em trazer o debate da exploração animal no Brasil. Dados do site de 2016 mostram que o Holocausto “segue sendo uma das páginas mais acessadas do mundo sobre o tema, com recorde de alcance semanal no Facebook de aproximadamente 25 milhões de pessoas.” A página é seguida por mais de 280 mil pessoas.

¹⁶⁶ Idem

¹⁶⁷ Site Holocausto Animal, disponível em <https://oholocaustoanimal.wordpress.com/o-que-nos-pensamos/>

¹⁶⁸ Entrevista a mim concedida em 15/02/2017.

Imagem 7: Ativistas do Holocausto Animal protestam contra a Indústria de Peles.

A ONG oferece no site várias entrevistas de especialistas que desmistificam falsas verdades que justificam a exploração animal, como a alegada importância da vivissecção, a obtenção do cálcio em outros alimentos sem ser o leite, a possibilidade de ser vegana durante a gravidez, os bastidores de um abatedouro por ex-funcionária e outros. O site também traz uma lista com os nomes das empresas que não realizam testes em animais.

Marcos Feo Spalini, explica que criou a ONG Holocausto Animal, “destinada a denunciar toda prática humana que envolva a exploração dos animais. Também participo, quando possível, de resgates de animais usados na pecuária e em outros meios comuns.”¹⁶⁹

Spalini entende a defesa animal como uma ação bastante ampla que contempla inclusive ações consideradas ilegais por muitos, mas legítimas:

A defesa animal possui várias frentes de atuação, incluindo a frente acadêmica, na qual podemos encontrar uma produção muito boa da

¹⁶⁹ Idem

filosofia dos direitos animais, e também a frente da ação direta, que implica afastar diretamente o animal do seu abusador. Muitas vezes, a segunda alternativa envolve a violação das leis humanas (por exemplo, invadir um laboratório e libertar os animais), mas não é ao acaso, pois a legislação atual sempre coloca os interesses humanos acima dos interesses dos animais, portanto quando você procura defender um animal da mão humana, provavelmente estará indo qualquer lei vigente.

Infelizmente, o senso comum sustenta a ideia de que os defensores de animais só protegem cães e gatos e que são “loucos”, “fanáticos” e “extremistas”. Porém, tal cenário tem sido alterado devido à popularização do veganismo. O fato é que todos nós somos “extremistas” quando o assunto é estupro ou abuso sexual de crianças. Todos nós somos extremos nesses aspectos, e nunca adotamos uma posição de meio-termo quando uma mulher é estuprada por um psicopata – nós sempre somos contra, radicalmente contra.

Tom Regan, um dos grandes filósofos da ética animal, disse que a pergunta não é se os defensores de direitos animais são “extremistas”, mas sim, “eles estão certos”?¹⁷⁰

A senciência também é fator relevante na atuação da ONG. Diz Spalini:

A defesa animal é um conceito que deve englobar a proteção de todos os seres na Terra capazes de experimentarem a dor, o sofrimento, a alegria e o prazer, ou seja, todos aqueles que possuem o fenômeno da senciência, que é a capacidade de sentir.¹⁷¹

A oposição entre bem-estarismo e abolicionismo está presente na fala do presidente da ONG, negando a possibilidade de alcançar a libertação dos animais mediante ações reformistas:

Os bem-estaristas acreditam que podemos oferecer um tratamento “humanitário” aos animais explorados pelo homem, isto é, podemos tratar “bem” um animal na pecuária ou em um laboratório de pesquisa, colocando em prática uma série de métodos que, em tese, eliminariam o sofrimento destes animais. Já os abolicionistas partem de outro pressuposto, considerando que os animais não devem ser usados, sob nenhuma forma ou justificativa, para fins humanos, por considerarem que os mesmos possuem interesses próprios.

O bem-estarista acredita que pequenas mudanças legislativas podem levar, um dia, a abolição do uso animal. Ele crê que criar galinhas “soltas” na indústria de ovos, ao invés de apinhadas em gaiolas minúsculas, já seria um avanço significativo para o “bem-estar” dos animais. Só que essa é a corrente adotada pelos exploradores, porque regula a prática, ao invés de extingui-la. Ao contrário da abolição, que exige o fim do uso animal, e, portanto, pode ser visto sim como um movimento “radical”, pois vai à raiz do problema, modificando definitivamente o status moral que os animais possuem

¹⁷⁰ Idem

¹⁷¹ Idem

na sociedade, passando de coisas para sujeitos de direito. (...) O bem-estarismo fracassou ao longo da história. Há décadas estamos aplicando os seus princípios, mas na prática, os animais são usados e explorados cada vez mais pela mão humana. Um bom exemplo disso é que o número de animais usados em pesquisa científica aumentou exponencialmente nas últimas décadas, apesar de várias leis terem sido lançadas com o propósito de evitar a “crueldade desnecessária” e o “bom tratamento” dos animais da vivissecção¹⁷²

Spalini conta que a invasão do Instituto Royal em 2013 foi o fator que o motivou a entrar na defesa dos animais:

Depois que eu vi o resgate dos animais do laboratório eu passei a ter contato com os protetores de animais e passei também a ter contato com a literatura sobre direitos animais e sobre veganismo aí eu passei a me tornar um ativista, criar a página holocausto animal e assim sou até hoje, mas principalmente o que me fez realmente entrar para o veganismo foi perceber a situação dos animais que estão hoje em extrema exploração e que eu não tinha conhecimento. Assisti documentário e uma série de informações que não sabia e por isso resolvi defender os animais.¹⁷³

A seu ver, o Brasil tem avançado na defesa animal porque o debate sobre o tema tem se intensificado muito recentemente. Defende a continuidade das ações de resgate de animais, inclusive os domésticos como cães, mas que a defesa animal não pode se limitar a isso. É preciso se repensar de forma revolucionária a relação das pessoas com os animais e abandonar o amadorismo que ainda existe no movimento.

3.2.4.6 - Arca

A Arca Brasil - Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal é uma ONG sem fins lucrativos, independente e apartidária, fundada em 1993 e tem sede na cidade de São Paulo. Conta com 15 funcionários mais o apoio de voluntários. No Facebook, sua página conta com cerca de 112 mil seguidores.

As informações desta ONG foram obtidas mediante notícias na mídia e pelo site, porque não responderam às tentativas de entrevista desta tese.

¹⁷² Idem

¹⁷³ Idem

Todavia dado que a ONG é de cunho bem-estarista e atua em frentes abolicionistas decidiu-se por descrevê-la por ser emblemática no sentido de enunciar as tendências dos ativistas em mesclarem as linhas teóricas do movimento.

A Arca Brasil atua principalmente com projetos de proteção e controle da população de cães e gatos no país. Segundo a ONG seu programa “Controle Ético das Populações de Cães e Gatos” é modelo nacional, reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Criou o projeto “Posse Responsável” voltado para os tutores de cães e gatos. Trouxe a técnica do gancho nas cirurgias de castração, que são menos invasivas, mas ainda não é aceita pela maioria dos veterinários. Para a ONG, a superpopulação de cães e gatos deve ser resolvida mediante a castração conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS) e não na eutanásia praticada pelos Centros de Controle de Zoonoses.

A ONG promove palestras e eventos divulgando seus projetos, como o guia “Controle de Zoonoses e as Interações Homem-Animal”, voltado para o esclarecimento da população sobre a Leishmaniose que tem vitimado cães condenados à eutanásia pelo poder público. Desde 1997 a ONG promoveu e participou de debates buscando saídas alternativas à eutanásia.

Apesar de ser uma ONG assumidamente bem-estarista, a Arca atua em frentes abolicionistas, como ser contra a eutanásia dos cães com leishmaniose, ser contra o comércio de animais silvestres para não serem retirados de seu habitat e também é contra a caça dos mesmos.

A ONG também é contra os testes em animais para a fabricação de cosméticos porque as cobaias passam por procedimentos que causam “dor, sofrimento e lesões irreversíveis”. Portanto, curiosamente, a Arca não defende a minimização dos efeitos desses procedimentos, mas sua imediata suspensão. Diz a ONG: “A ARCA Brasil acredita que os testes em animais por fabricantes de cosméticos devem cessar imediatamente, a exemplo da recente decisão da União Europeia, que em 2013 proibiu a venda de produtos testados em animais em todo seu território”.¹⁷⁴

¹⁷⁴ <http://arcabrasil.org.br/>

Em relação às carroças de tração a ONG não se mostra muito clara. A Arca considera maus tratos o tratamento recebido por esses animais e em 1994 iniciou em Porto Alegre RS, um programa de atendimento veterinário aos cavalos e orientação para os carroceiros. Na ocasião, a capital possuía cerca de cinco mil carroças de tração animal. O programa foi suspenso por falta de verbas e desde 2005, um projeto de lei que prevê a retirada gradativa das carroças das ruas num prazo de oito anos foi aprovado. Em março de 2017, a lei entrou em vigor. A maioria dos veículos entregues apresentavam cavalos em estado de maus tratos.

A Arca também se posiciona contra o uso didático de animais nas salas de aula por já existirem alternativas, como as que “envolvem modelos e manequins simuladores, filmes e videoteipes interativos, simulação computadorizada e realidade virtual; auto-experimentação e estudo em humanos; uso responsável de animais; estudos in vitro e experimentos com plantas e observação e estudo em campo”, diz o site da Arca.

A entidade também participa de campanhas contra o uso de animais em entretenimento: os animais que participam de “espetáculos” como circos, vaquejadas, farras do boi e rodeios sofrem agressões que não são de conhecimento do grande público. A aparente alegria e glamour destas festas esconde um lado desumano e cruel: muitas destas condutas configuram crime de maus tratos (Artigo 32 da Lei N° 9.605).

Em relação aos animais destinados ao abate, a Arca os chama de animais de produção e manifesta ser contrária ao confinamento destes nos abatedouros e promove campanhas destinadas à extinção desses métodos de criação. A entidade se esquia de dizer abertamente que não se inclui na linha abolicionista, mas inicia o tema do confinamento dizendo que “enquanto o homem se alimentar de carne ou utilizar produtos como leites e ovos, animais serão criados, transportados e abatidos”,¹⁷⁵ diz o site. Deste modo, afirma ser defensora dos princípios estabelecidos pelo Conselho de Bem-Estar dos Animais de Produção (FAWC), que prevê que o animal deve estar:

- – Livre de fome e sede; pelo acesso constante à água e a uma dieta que mantenha sua saúde e vigor integrais.

¹⁷⁵ ibidem

- – Livre de desconforto; pelo fornecimento de um meio ambiente apropriado com abrigo e área de descanso confortáveis.
- – Livre de dor, ferimentos e outras ameaças à sua saúde; pela prevenção ou a rapidez no diagnóstico e tratamento.
- – Livre para expressar seu comportamento natural; pelo fornecimento de espaço suficiente, instalações apropriadas e a companhia de outros animais da sua espécie.
- – Livre de medo e stress; pela manutenção de condições de tratamento que evitem sofrimentos mentais e psicológicos.

Esses princípios são notadamente éticos, porém, nenhum deles proíbe a exposição dos animais a situações de exploração ou de qualquer uso. É uma contradição inerente ao bem-estarismo, que se preocupa com a qualidade de vida dos animais, mas não postula direitos, mediante os quais eles não precisariam estar na situação em que se encontram.

O próximo capítulo trata do último sub-grupo do movimento de defesa animal, que são as socorristas. Muito embora elas sejam enquadradas com bem-estaristas por outros integrantes do ativismo, ver-se-á que muitas sequer conhecem esta distinção conceitual.

3.2.5 As socorristas

As socorristas integram o movimento de defesa animal ao resgatarem cães e gatos de maus tratos praticados por tutores, ou abandonados pelos mesmos nas ruas. Elas praticam a libertação de animais na medida em que não efetuam apenas o resgate dos abandonados, como os que estão em situação de exploração, por exemplo os cães de guarda e os animais de criadores e situações de maus tratos. Além disso, se opõem publicamente contra as duas atividades, principalmente a venda de cães e gatos.

A maioria é composta por mulheres, donas de casa, acima dos 30 anos, muito embora haja socorristas homens e mulheres jovens, mas em número bem menor.

Por isso, sempre serão tratadas neste trabalho pelo pronome feminino. Elas próprias se intitulam protetoras de animais, mas são mais conhecidas jocosamente como “cachorreiras” e “gateiras”.

A filósofa Sônia T. Felipe, autora de vários artigos e livros sobre defesa animal, que criou o termo “socorrista”. Segundo ela,

Não o havia lido em qualquer outro lugar, mas senti que era o termo apropriado para designar o trabalho de milhares de pessoas que ajudam os animais ameaçados por outros humanos. Pensei no termo por analogia aos humanos que trabalham nas ambulâncias e vão socorrer pessoas atropeladas, machucadas ou agonizantes. Achei bonito o termo para designar os humanos que fazem o mesmo pelos animais.¹⁷⁶

É muito comum encontrar nas redes sociais e nas falas de ativistas animalistas que as socorristas não pertencem à proteção animal, porque, em sua maioria, não defendem a libertação de todas as espécies animais, não aderindo ao vegetarianismo.¹⁷⁷

Mas esta tese parte da premissa que os ativistas são todos aqueles que se autodenominam como tal e que de alguma maneira tentam livrar os animais de sofrimentos e maus tratos. Defensores serão aqui tratados todos os que levam em conta a aceitação da senciência ao menos na maioria das espécies animais não humanas.

Das sete socorristas entrevistadas, apenas duas disseram não pertencer à proteção animal, uma por achar que não faz o suficiente e a segunda por não ser totalmente vegana. As outras cinco se consideram da proteção, principalmente pelos constantes resgates de cães explorados:

Diz a socorrista Gisela:

Minha pequena contribuição perante o grave problema mundial tem sido com cães e gatos abandonados, maltratados. já resgatei

¹⁷⁶ Conceito criado pela filósofa Sonia Felipe, ver artigo Abolicionistas, bem-estaristas, socorristas, site Anda, 2011, disponível em <https://www.andajor.br/2011/12/abolicionistas-bem-estaristas-socorristas/>

¹⁷⁷ Melanie Joy (2013) explica que essa dificuldade de alguns militantes em compreender a ação em sua forma ampla deve-se ao fato de que parte dos ativistas está inserida nessa estrutura e compartilha da ideologia carnista. Assim, parcela da militância não concebe que o veganismo é condição necessária para a abolição da escravidão animal. Desta forma, a desconstrução tem de ser feita dentro da própria militância, para que esta passe a cumprir sua função de desnudar os processos de exploração animal.

inúmeros animais em estado lastimável, cuidei, castrei e arrumei lares através de Feiras de Adoção ou então anúncios pela internet, os que não consegui doação, ficaram comigo.

Beri, outra socorrista que também se considera da proteção:

Acho que sim porque consigo fazer o bem pra alguns animais.

A análise das falas das socorristas nas entrevistas mostrou que parcela significativa não estabelece uma relação direta de exploração animal e sistema capitalista, o que também pode ser visto com frequência nas redes sociais por outros ativistas e ou simpatizantes do movimento, mas de forma menos acentuada.

Das sete socorristas entrevistadas, três são ovo-lacto-vegetarianas e as demais consomem algum tipo de carne. Ou seja, ao não serem adeptas do veganismo recebem críticas dos demais ativistas e muitos não as consideram pertencentes ao movimento animal, como da filósofa Sonia Felipe:

Não gosto de usar o termo “protetores de animais”, porque a maioria absoluta desse grupo “não protege animais”, protege apenas uma ou duas espécies, geralmente cães e gatos, ou cães e cavalos, ou gatos e baleias, ou tartarugas e baleias... isso é especismo eletivo.

Os socorristas, por outro lado, não são necessariamente protetores dos animais, também, porque, a exemplo dos que se dizem protetores, podem apenas socorrer alguns indivíduos feridos, abandonados ou ameaçados, mas isso não quer dizer que tenham qualquer projeto de vida no sentido de contribuírem para que o sistema de escravização e matança de animais seja abolido.

Então, socorrista, é ainda um termo mais enxuto, não deixa abertura para a hipocrisia. Quando alguém se diz “protetor de animais”, mas põe no prato pedaços de animais mortos de tudo que não for cão, gato, cavalo... abre brecha para disponibilizar uma imagem de si que não corresponde à verdade. Quem “protege os animais”, não discrimina nenhum deles, portanto, não pode comer nenhum deles. Como é que você protege um porco, um frango, um boi, comendo-os?

Ainda seria mais sincero declarar-se apenas como “protetor de cães”, “protetor de gatos”, ou de uma outra espécie qualquer. Mas, isso também não corresponde à verdade, porque a pessoa nunca pode proteger os cães que estão distantes de seus olhos, nem os que são maltratados na parede ao lado, mas que ela não pode alcançar.

Enfim, socorrista é alguém que age no momento que algum animal aparece aos seus olhos destruídos pela violência doméstica, a de alguém da família que detinha o animal em sua companhia.

Somente os veganos de fato protegem todos os animais, da morte. E mesmo os veganos sabem que precisam lutar sua vida inteira para conseguir proteger os animais de qualquer espécie, de todas as formas de crueldade às quais estão condenados, seja no sistema de

criação para o abate e extração de leite e ovos, seja no da experimentação, lazer, e moda.¹⁷⁸

A militante Elena Amaro (nome fictício) ao comentar artigo de Sônia Felipe, afirma ser também contrária à inclusão das “cachorreiras” na defesa animal:

Ótimo Douglas, muito bem colocado. Principalmente com relação aos abolicionistas ‘xiitas’ (na verdade não curto muito esta palavra), que acabam se colocando no mesmo naipe daqueles que comem carne e desdenham todo o trabalho dos ativistas. Me parece que entram aqui na ANDA apenas para diminuir o trabalho de pessoas que se dedicam a escrever e colocar em visibilidade a causa animal, que ainda bem, está a cada dia mais em voga e por isso mesmo, vem recebendo tantas ‘críticas’.¹⁷⁹

Por outro lado, outros condenam a perseguição ideológica que se pratica dentro do ativismo animal. Diz o ativista Barbosa em comentário à matéria publicada pela Agência Nacional de Defesa Animal (Anda):

Fico aliviado com esse texto, pois eu ando incomodado com o patrulhamento que está ocorrendo em parte da causa animal. Sei de gente que já não lê a ANDA porque ela é. ‘bem-estarista’. Sabe aquela coisa da Revolução Francesa acabar guilhotinando seus próprios líderes? Por aí.

Aqui em Porto Alegre há a ONG Chicote Nunca Mais, que retira os cavalos das carroças, trata e aposenta. Socorrismo a abolicionismo – sou assessor de Imprensa lá, sei tudo o que é feito. Mas as pedras jogadas na entidade são por ela ser ‘bem-estarista’. Quem interpreta o nome da ONG comete um erro e demonstra ignorância – e dá-lhe pedrada em quem tira os cavalos da escravidão e tortura, e lhe dá a vida tão livre quanto se pode dar, hoje. Essa liberdade vigiada é a defesa contra a eventual captura desses animais para serem colocados no trabalho de novo. Há uma lei que prevê o fim das carroças dentro de alguns anos, então qualquer ajuda a esses animais – que diferente de um cachorro abandonado, trabalha pesado – seria bem-estarismo?¹⁸⁰

As entrevistas demonstram também que há um descompasso entre as práticas e subjetividades, na medida em que muitas socorristas mantêm sua dieta carnívora e defendem a proteção de todos os animais, o que inclui os animais de abate e até mesmo muitas vezes os insetos. Seguem as respostas

¹⁷⁸ Ibidem

¹⁷⁹ Ibidem

¹⁸⁰ Ibidem

à pergunta: Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns. O que você faz quando os encontra em sua casa?

Beri – socorrista:

Acho que barata e formiga são prejudiciais, andam na sujeira e levam bactérias pra comida quando passam por ela.

Não mato formiga, apesar delas destruírem minha verduras e plantas, mas mato barata. Elas devem ter um propósito na natureza, sempre me pergunto, mas as poucas que vejo em casa, procuro eliminar

Taís – socorrista:

Ao meu ver acredito que alguns são prejudiciais se tiverem contato direto com humanos, mas eles são importantes dentro do sistema ambiental por isso não mato. Se encontro dentro de casa por exemplo eu coloco para fora e uso repelente natural também.

Ana – socorrista vegana:

Sim, como os pernilongos. Na maioria das vezes os espanto, quando não dá, infelizmente mato.

Bibi – socorrista:

Sim, eu acho! Pulgas, carrapatos, o barbeiro e as moscas varejeira são alguns deles. Quando encontro pulgas e carrapatos eu mato. Moscas só consigo espantar. Barbeiro eu nunca vi ou se vi não reconheci.

Percebe-se que as próprias socorristas acabam estendendo sua proteção a outras espécies que não só os cães e gatos. Não inseri-las no movimento de defesa animal não parece ser uma conclusão objetiva, ademais, pode-se especular o potencial destas ativistas em outras lutas da causa animal.

Outra crítica que alguns abolicionistas fazem às chamadas “cachorreiras” e “gateiras”, classificando-as de bem-estaristas, também não se sustenta. Essas ativistas agem movidas para a libertação de um indivíduo em particular, ainda que não tenha salvado toda a espécie.

Segundo Sônia Felipe (2014), os socorristas são indivíduos que resgatam animais feridos, famintos e em situação precária. Para autora, suas práticas não podem ser consideradas nem bem-estaristas nem abolicionistas, porque, a princípio, sua ação se concentra em minimizar a dor e a fome de animais abandonados.

De fato, assevera Felipe, tal ação, há muito vem sendo considerada por abolicionistas como uma ação bem-estarista, porque não visa, em última instância, a libertação animal da espécie canina ou felina. Mas essa socorrista pode ser abolicionista ou bem-estarista ou pode não pertencer a nenhuma das

duas correntes, por isso, socorristas não podem ser associadas ao bem-estarismo deliberadamente.

A prática da socorrista, mesmo que não se engaje numa ação maior, tem uma importância que se encerra no interesse do próprio animal em não sentir dor e fome. Ademais, é preciso que se tenha claro, em primeiro lugar, o enquadramento conceitual de uma prática socorrista e, segundo, a opção ideológica dessa mesma protetora, que podem ser distintas.

Além disso, levando-se em conta que novas teorias apontam que os animais sofrem igual ou mais no espaço natureza e que os ativistas animalistas teriam o dever moral de lutar para mitigar o sofrimento pelo qual passam os animais silvestres,¹⁸¹ é totalmente legítima a ação das socorristas animalistas.

As socorristas, quando não sofrem críticas dos abolicionistas, ficam vulneráveis às demais protetoras que fiscalizam de perto as ações de suas colegas, como se isso fizesse parte de suas tarefas.

Nas redes sociais, principalmente dos perfis pessoais do Facebook, elas costumam “lavar a roupa suja”. São acusações mútuas comuns, como doar um animal sem castrar, não ter entrevistado direito um adotante que deixou escapar um recém-doador que morreu atropelado. Ou ainda, ter prejudicado uma doação sua pela internet. Fazem relatos gigantescos de suas dívidas, tarefas e benfeitorias.

Seus compartilhamentos praticamente se resumem na divulgar de postagens de cães e gatos abandonados, ou a realizar denúncias de maus tratos, acompanhados de vídeos e dados da pessoa acusada. Poucas são as socorristas que se dedicam às campanhas veganas, ou maus tratos a animais de outras espécies. Esse fato decorre do distanciamento dessas protetoras em relação às temáticas mais filosóficas da questão animal.

Das sete socorristas entrevistadas, seis desconhecem as divisões internas da causa, ou seja, há um desconhecimento em relação ao ideário do protecionismo animal e o conflito ideológico entre bem-estaristas e abolicionistas.

¹⁸¹ Os dados se encontram em DAWRST, Allan, How Many Animals are There?, disponível em <<http://www.utilitarian-essays.com/number-of-wild-animals.html>>.

As respostas das socorristas nas entrevistas se posicionando contra ou a favor aos direitos humanos reforça a tese de que as socorristas que têm menos entendimento em relação à abrangência da luta animalista são as que defendem os direitos humanos com ressalvas, dentro de sete, duas não foram totalmente favoráveis aos direitos humanos. Ninguém se opôs à defesa dos direitos humanos diante da disseminação em favor do tema. Por outro lado, algumas falas denotam certa resistência ao tema.

Duas socorristas quando perguntadas sobre os direitos humanos:

Gisela:

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou a favor dos direitos dos cidadãos de bem. Todo ser humano merece ser respeitado e ter seus direitos assegurados, mas, apesar de entender que nem todos têm as mesmas chances e que muitos são injustiçados, creio que existem casos em que esses direitos devem ser perdidos. Todo cidadão merece ser tratado com dignidade e ter direito à recuperação caso precise, mas ultimamente temos visto verdadeiras barbáries que nenhuma injustiça social pode justificar.

Jane:

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim, desde seja determinado responsabilidades e deveres perante os direitos aos animais, com punição severa e eficaz.

Contudo, a socorrista vegana Bibi foi bastante crítica ao dizer que defende os direitos humanos:

Acredito que nosso sistema deixa a desejar no ensino cultural, educação e exploração do potencial dos jovens às margens da sociedade e, por consequência os que mais sofrem com as injustiças sociais e a violência são justamente os mesmos, os negros, pobres e favelados. Acredito que o preconceito e a nossa ignorância histórica ainda é muito grande e até hoje vemos isso interferir no futuro das pessoas mais necessitadas.

As entrevistas revelam um estranhamento em relação a outras lutas e demandas sociais. Em uma manifestação pelos direitos animais, em 2013, realizada em todo o país, contra os testes científicos feitos pelas indústrias farmacêuticas e universidades em cobaias, alguns manifestantes em São Paulo portaram cartazes exigindo que os testes passassem a ser feitos em presidiários. Essa campanha teve repercussão nas redes sociais e postagens

em favor da proposta e foi amplamente apoiada e compartilhada por socorristas da causa. São atitudes consideradas especistas pelo próprio movimento de defesa animal, porque revela o processo inverso ao hierarquizar os seres vivos.

Em um ato pró-animais do qual participei, em 2012, em São Paulo, por exemplo, cartazes dos manifestantes continham dizeres estimulando a xenofobia contra coreanos e chineses, porque suas culturas permitem que cães sejam destinados ao abate e consumidos como alimento. Muitas socorristas pedem nas redes sociais a saída de coreanos e chineses do País, efetuando virtualmente uma campanha difamatória e generalizante desses povos, no que são contestadas por outros militantes.

São muitas as postagens públicas de socorristas que praticam o “desrespeito social” e deslegitimam as lutas por reconhecimento de outras militâncias e categorias sociais. O que não quer dizer que não haja socorristas preocupadas com outras lutas sociais.

Embora não haja uma amostragem quantitativamente representativa, os dados até aqui levantados mostram que há indícios de uma tendência das socorristas em serem menos abertas a outras causas sociais, mas não significa que abolicionistas sejam imunes em criticar forças sociais também libertadoras.

Outro elemento que caracteriza as socorristas como pertencentes à defesa animal é a sua constante participação em ações e protestos dirigidos ao Estado, contra a falta de políticas voltadas para os animais domésticos de companhia. Não só cobram a criação de medidas nesse sentido, como exigem o cumprimento da lei existente que protege esses animais.

Uma forte mobilização das socorristas e ativistas pela criação de um hospital público veterinário, através de abaixo-assinado e petições resultou na criação, em 2012, de uma clínica pública municipal na Zona Leste de São Paulo para atendimento da população carente tutora de animais, administradas por veterinários da Associação Nacional dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa). Dois anos depois foi construída uma unidade na Zona Norte da capital.

A principal mobilização que foi constatada no período da pesquisa e da qual estive presente foi a convocação de ativistas para o evento “Crueldade Nunca Mais”, feita pelo Facebook. O protesto ocorreu em 2012 e lotou a

Avenida Paulista, com cerca de 10 mil manifestantes com a presença maciça das socorristas. A mobilização exigiu um aumento da pena para os crimes de maus tratos.¹⁸² Também ocorreram manifestações no Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, Fortaleza, Campo Grande, Manaus, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Imagem 8: Dez mil protestam contra os maus tratos a animais na Av. Paulista

Em 2010, as redes divulgaram o endereço de um indivíduo que havia enforcado seu cão, fato testemunhado pela vizinha que o denunciou. A rua do morador ficou tomada em quase toda sua extensão por manifestantes socorristas, lideradas pela Associação Protetora de Animas São Francisco de Assis (Apasfa), que chamou a Polícia Militar quando algumas protetoras ameaçaram invadir a casa do criminoso. A PM entrou na residência para prender o indivíduo, que já havia fugido no dia anterior. Foi aberto processo

¹⁸² Avenida Paulista tem ato contra maus-tratos a animais, Guia Vegano, 01-2012, disponível em <https://www.guiavegano.com.br/vegan/guia-vegano/215-noticias/bem-estar-animal6/1687-avenida-paulista-tem-ato-contra-maus-tratos-a-animais>.

junto ao Ministério Público, alegando-se a possibilidade de o indivíduo cometer o mesmo crime com pessoas, o que acontece em cerca de 40% dos casos.¹⁸³

Uma manifestação batizada de “CCZ ou muda ou fecha”, com cerca de mil ativistas, ocorreu também em 2010, exigindo a demissão do diretor do Centro de Controle de Zoonoses, acusado de continuar realizando a eutanásia dos cães recolhidos mesmo depois de aprovada lei suspendendo esse procedimento. O protesto contou com a participação da cantora Rita Lee que entrou com uma comissão para negociar a saída do diretor, que acabou sendo afastado do cargo.¹⁸⁴

Imagem 9: Protesto de ativistas em São Paulo contra o CCZ

As socorristas lotam plenárias da Assembleia Legislativa quando convocadas por políticos ligados à causa, como o deputado Feliciano Filho,

¹⁸³ Manifestantes se reúnem em protesto pelo cão enforcado em São Paulo, Anda, 2010, disponível em <https://www.andajor.br/2010/03/manifestantes-se-reunem-em-protesto-pelo-caoenforcado-em-sao-paulo/>.

¹⁸⁴ Manifestação: “CCZ: muda ou fecha”, Turismo 4 patas, 2010, disponível em http://www.turismo4patas.com.br/htms/novidade.asp?id_novidade=207.

que iniciou seu ativismo público, quando vereador em Campinas, (SP); ou os irmãos Tripoli, o deputado estadual Roberto e o deputado federal, Ricardo, que já atuavam na causa quando ainda eram vereadores em São Paulo.

Reuniões convocadas pela ONG Apasfa também tem a participação efetiva das socorristas. Em 2009 os debates se concentraram na busca de soluções para evitar a eutanásia de cães com leishmaniose, devido à uma epidemia no interior do Estado de São Paulo. Foram convocados veterinários da causa explicando a existência de tratamento para a doença, para fundamentar a luta contra essas medidas de abate com amparo legal.

A invasão ocorrida em 2013 no Instituto Royal (laboratório de testes) por manifestantes da causa animal teve grande apoio das socorristas. Muito embora em suas entrevistas as socorristas afirmem não boicotarem produtos testados em animais, esse fato teve um impacto forte junto às protetoras justamente por serem utilizados cães da raça *beagle* nos testes. É muito provável que se fossem apenas camundongos as socorristas não tivessem aderido com tanto entusiasmo. A invasão invadiu as redes sociais não só compartilhadas por ativistas, mas também pelas socorristas, tendo muitas delas ficado com animais resgatados em suas casas clandestinamente.

O capítulo a seguir apresenta minuciosamente as práticas cotidianas das socorristas e como as feiras de doação de cães e gatos tornaram-se os espaços de aproximação e trocas de experiências.

3.2.5.1 As feiras como “pedaços”

O cotidiano das socorristas será abordado detalhadamente, uma vez que esta categoria de ativistas tem sido relegada a segundo plano pelos envolvidos na proteção animal.

Fui socorrista por dez anos e convivi com várias no mesmo período e é notório que seu trabalho faz diferença para os animais, ainda que a maioria não seja engajada na questão animal como um todo. O olhar de uma socorrista difere das demais pessoas, elas veem o que a maioria não vê. Um cão ou gato vagando sem rumo pelas ruas, doente ou não, ferido ou não, esquelético ou

não, dando cria ou não, sem poder andar ou não, fétido, imundo, com larvas, com gangrena, ossos quebrados expostos. Não se eximem de tocá-los, resgatá-los, colocá-los em seus carros, em seu lar, enfrentar todos e entrar numa clínica veterinária sob o olhar de repulsa e indignação dos demais e tentar salvar uma vida.

As socorristas se encontram semanal ou mensalmente nas mesmas feiras de doação de cães e gatos para doarem os animais que resgataram da rua ou de algum tutor que praticava maus tratos.

As feiras registradas na pesquisa foram no Ipiranga, Vila Clementino, Cambuci e Jabaquara, bairros da região sul da cidade de São Paulo. Em Barueri, na região oeste da Grande São Paulo. Higienópolis, região centro-oeste da capital, no bairro do Belém, zona leste e na cidade de Moji das Cruzes, na região Leste da Grande São Paulo, entre os anos de 2004 e 2013.

As feiras do próprio grupo são espaços de identidade, de desabafo pessoal, troca de informações importantes como hotéis baratos e confiáveis para animais, veterinários confiáveis com internação a baixo custo e lugares com desconto de ração para protetores.

Nesse espaço, as conversas giram em torno de histórias de resgates, são descritas as más condições em que estavam os animais, suas feridas, os procedimentos no veterinário, a luta para tirá-lo do tutor irresponsável, o desgaste para fazer o Boletim de Ocorrência na delegacia. Esse é o “pedaço” do desabafo comum, porque os familiares nem sempre têm a compreensão necessária. Em casa não há esse momento sublime em que todas falam a mesma língua. Só outra cachorreira entende uma cachorreira, idem para gateiras. Para elas, os outros não partilham seus sentimentos, suas dificuldades, não compreendem o olhar de um cão que só elas alcançam.

Imagem 10: Feira de doação de cães e gatos no Ipiranga

A grande maioria deixa transparecer nas redes sociais o excesso de afeto que têm pelos cães ou gatos. São identificados quase como seres celestiais, superiores aos seres humanos por não praticarem o mal. Tanto que é comum postarem nas redes o falecimento de um pet seu com a frase: “uma nova estrelinha no céu” e todas demais já sabem do que se trata.

Segundo Renata Harumi, (2017) os tutores de cães consideram seus pets como seres humanos, os humanizam, acham que eles amam, pensam, têm individualidade, e portanto, estariam acima dos seres humanos na qualidade de amar e não praticar o mal. Podemos estender essa conclusão em relação a muitos defensores dos animais, que vêm os animais sempre como vítimas na relação homens versus animais, porque são explorados e só têm amor para dar, amamentam outras crias, salvam bebês e seus tutores, não atacam o toureiro, têm naturalmente a bondade. Assim, essa conduta resulta em um novo especismo, que é de considerar os animais superiores aos humanos, diante de tantas perversidades praticadas contra os animais, que

muitos ativistas idealizam as espécies não humanas e se decepcionam com os humanos, os quais não teriam mais salvação.

O resgate das protetoras de animais de companhia não implica numa ausência de altruísmo em relação às demais espécies, mas por se depararem frequentemente com os mesmos abandonados nos espaços urbanos.

Não se trataria tanto de um problema de espécies privilegiadas (de onde provém a acusação de “especismo”), mas de uma proximidade física e existencial e do testemunho direto do sofrimento de determinados animais em um ambiente pós-doméstico urbano, enquanto os chamados animais de produção (porcos, bois, cabras, galinhas, etc.) pertencem a um distante mundo doméstico e rural, isso sem falar na fauna selvagem cujo contato, mesmo que altamente simpático, dá-se via televisão e internet. (LEWGOY, 2015)

Logo que doam algum cão ou gato, as socorristas acabam resgatando novos, e doam novamente. Por isso, a necessidade de frequentar o espaço da feira com regularidade. As socorristas sabem que cada animal resgatado tem seu tempo de doação. Animais filhotes têm de ser doados logo, porque quando crescem, mesmo sendo jovens, suas chances de doação diminuem fortemente. Os cães e gatos pequenos são a preferência porque há o mito de que só aprendem a obedecer ao tutor se adotados filhotes. Além de a maioria achar mais bonitinho um bebezinho.

Se forem cães pretos, castanhos, amarelinhos de pelo curto, suas chances também diminuem por terem um visual rejeitado pela maioria dos adotantes. Os gatos pretos também ficam “encalhados”, porque a credence popular os define como animais que “dão azar”. Todas socorristas sabem que por ocasião da proximidade de uma sexta feira treze não devem doar gatos pretos. Os lembretes surgem nas redes para as esquecidas. Eles são usados em alguns rituais religiosos e “sacrificados”, ainda que haja proibição para tal costume.

Cães grandes também são muito rejeitados, mesmo quando filhotes, porque os adotantes acham que eles não suportarão viver em apartamento ou imóveis pequenos. Cão ou gato idosos têm adoção praticamente nula, e acabam ficando com as próprias socorristas ou vivem até morrer nos abrigos. Assim, são doados rapidamente animais de raça, peludinhos, filhotes e saudáveis.

Para participarem das feiras as socorristas têm que levar os animais com as três doses de vacina V10 e uma da raiva, castrados e vermifugados. Essa regra se estabeleceu entre as socorristas há mais de uma década, dado que até a década de 1970 ainda não havia tal vacina que resguardava os cães e gatos de algumas doenças fatais.

Há em São Paulo, uma lei municipal do então vereador Roberto Trípoli, de 2001, que foi bastante ambígua para a proteção animal. Aprovada, passou a proibir qualquer doação de animais sem estarem castrados. A medida é benéfica para os animais por um lado, porque a castração dos mesmos é considerada uma das medidas mais inovadoras e relevantes para diminuir a quantidade de animais abandonados e para o movimento, que condena o “assassinato” chamado de sacrifício por injeção letal ou intoxicação por gás como controle da população canina praticado nos centros de zoonoses. Além de ser considerado ineficaz porque não impediu o crescimento da população canina, ainda é repudiado pelo movimento por ser uma prática extremamente violenta. Em São Paulo essa prática foi extinta após vários anos de mobilização dos ativistas e ONGs junto ao CCZ.

Por outro lado, a lei Trípoli transferiu o ônus da castração para as socorristas, já que são elas que doam os animais. Portanto, resgatar um animal ficou bastante custoso, porque, além da vacinação, acrescentou-se a cirurgia, exigindo-se também o período de internação que segue o pós-operatório, que é em média de sete dias de antibiótico e realização de curativos.

Diante dessa nova configuração no trabalho de socorro de animais abandonados, as socorristas correm contra o tempo, porque o processo de castração e vacinação têm seus prazos dados pelos veterinários e os filhotes vão crescendo no decorrer desse período, cada centímetro que cresce é proporcional à diminuição de interesse dos adotantes.

As socorristas sempre procuram feiras perto da região que moram, e são feitas em lojas de produtos animais (petshops) ou em clínicas veterinárias. Quando há “encalhados”, acabam indo em outras feiras também para acelerar a doação.

Há muita falta de ética quanto coleguismo na proteção. Nem sempre uma socorrista é bem-vinda em feiras que não são o seu “pedaço” (Magnani, 2002). A aceitação de socorristas “turistas” depende das organizadoras da

feira, que são socorristas também. Tem socorristas muito exigentes que criam regras desnecessárias e há as que tratam bem as visitantes e ajudam na instalação dos animais. Contudo, na maioria das vezes, o que ocorre é uma situação desconcertante, porque a socorrista visitante é vista pelas demais como intrusa ou concorrente porque vai “roubar” adotantes. Algumas socorristas fazem até propaganda junto aos adotantes de animais que não são seus quando veem que eles, por exemplo, voltarão para abrigo em péssimas condições e passarão fome, ou ficam com pena daqueles não doáveis e exaltam suas qualidades. Mas há as socorristas que chegam a interromper uma conversa de outra socorrista com um potencial adotante e mostra seus “lindos” filhotes peludos. O mal estar está sempre presente, porque há uma disputa constante pelos adotantes que são “joia rara” nas feiras, que são os de situação financeira favorável, não estão adotando por impulso e mostram-se amorosos com todos os cães.

Em praticamente todas as feiras os adotantes passam por uma entrevista obrigatória para evitar devoluções, ou que o animal seja abandonado e ainda passe por maus tratos na residência do próprio adotante. As situações citadas são recorrentes em todas as feiras e com doadores de todos os níveis sociais. Por isso, há um monitoramento no período inicial da adoção e solicitação de notícias do cão ou gato doado.

Vale salientar que nosso grupo de protetoras chegava às feiras com animais de um abrigo localizado no bairro de Parelheiros, região extremo sul de São Paulo, provida de muitas chácaras, e muita área verde, facilitando a instalação de muitos abrigos, que necessitam ser em áreas longínquas, para não receberem denúncias ou reclamação de barulho.

O transporte dos cães dos abrigos para as feiras nas regiões centrais era bastante sacrificado tanto para protetoras como para os animais. As viagens variavam de uma a três horas, portanto, para não se chegar atrasado, era preciso madrugar para ir primeiro ao abrigo buscar os cães levando quase o mesmo tempo para ir, dado o acesso, que era penoso, com ruas de terras, e em tempos de chuva, com constantes atolamentos.

As viagens eram feitas em carros de protetoras ou por táxi dog pagos pelas voluntárias. Após horas de viagem, muitas vezes com trânsito e sob sol, os cães chegavam sempre vomitados, urinados, imundos de terra, defecavam

no carro e pisavam uns nos outros. Muitos com feridas, lotados de pulgas. Essa situação sempre causava desconforto nas feiras como visitantes, porque era preciso higienizar os animais às pressas, caso contrário, seriam vetados nas baías ou sequer seriam doados.

Mesmo que um dia antes da feira as protetoras de determinado grupo deixassem avisadas as responsáveis pelos abrigos (as colecionadoras de que falarei mais tarde), elas não deixavam os animais em jejum, nem davam banhos. Tudo tem que ser improvisado pelas socorristas, como toalhinhas e lencinhos de limpeza, coleiras no transporte, caixas de transporte, potinhos de água, ração, e proteção nos bancos dos carros, que ficavam com sujeira e cheiro impregnados.

3.2.5.2 Os “circuitos” das socorristas

Sem perder de vista a teoria de Magnani, os “circuitos” das socorristas são os petshops, clínicas veterinárias, locais onde estendem suas ações e também efetuam uma complementação do consumo de serviços. Esses espaços são ocupados por pessoas desconhecidas, mas muitas vezes as socorristas da mesma feira se encontram, bem como socorristas de modo geral, e há uma troca de informações e experiências.

Esses espaços possuem painéis onde as socorristas fixam fotos de cães para doar (tanto nos pets como nos veterinários), cães perdidos, telefones de táxi dogs e hoteizinhos. Os que se recusam em ser solidários acabam por perder as clientes.

Há clínicas que viram uma verdadeira “casa da sogra”. Todos se conhecem, veterinários, funcionários e socorristas. Em uma das clínicas que frequentei, na zona sul de São Paulo, a sala de espera ficava lotada. O entra e sai era constante, até mesmo na sala de cirurgia, onde o veterinário responsável castrava cerca de trinta animais por dia! As socorristas ficavam esperando os animais acordarem da anestesia, levavam bolo, lanchinho pra todos e cobertores para depositarem os animais após a castração no chão da sala.

Inúmeros são os veterinários comprometidos com a proteção animal e colaboradores das socorristas. Fazem descontos nas cirurgias, nos tratamentos, internação e vacinas. Chegam a comprar vacinas a preço de custo, grandes lotes que são levados para abrigos, onde a vacinação é feita lá mesmo por voluntários experientes.

Cada região da cidade tem seus circuitos, com os veterinários conhecidos daquele grupo da região, daquela feira, dos mesmos petshops. Esse cenário se repete por São Paulo.

As socorristas, portanto, têm práticas comuns regulares, como resgate, castração, doação nas feiras, mutirão em abrigos, bingos e rifas para colaborar com as despesas. Todas essas atividades em prol de cães e gatos são realizadas quase que ininterruptamente e cada uma delas toma o dia todo de uma protetora. E nesses locais criam laços de amizade que amenizam o desgaste físico e mental. Porque praticamente abrem mão de suas vidas de "normalidade", sem casas arrumadas e limpas, sem tempo e dinheiro para distrações, passeios e viagens. Depois de anos, amigos e parentes acabam se afastando, o que as torna cada vez mais próximas das amigas que se encontram na mesma situação.

Não há como negar que há uma regularidade nessas práticas citadas, porque se repetiram em feiras de cães e gatos em diversas regiões da cidade, além de duas cidades próximas à capital, das quais tive a oportunidade de participar como protetora.

Embora as socorristas tenham muitos animais em suas casas, elas trabalham com certo limite de cães e gatos, de modo que possam ter uma vida "quase normal".¹⁸⁵ Já as "coleccionadoras", como será visto, passam desse limite, perdem a capacidade de cuidar dos animais e de suas casas, locais que passam a ser considerados abrigos.

O trabalho de mutirão nos abrigos é uma obrigação a mais na vida das socorristas. São localizados em regiões da periferia da cidade, em áreas quase rurais, sem asfalto e infraestrutura. Portanto, o acesso difícil desanimava boa

¹⁸⁵ A expressão "quase normais" se explica na possibilidade das socorristas continuarem exercendo suas atividades domésticas tradicionais, como lavar a roupa, cozinhar, limpar os cômodos, ainda que com excesso de animais e caminhas, potes e utensílios espalhados pela casa.

parte dos voluntários e os trabalhos eram prolongados para dar conta com pouca gente. Os abrigos de cães, em sua maioria, são improvisados.

Alguns abrigos são mantidos por ONGs e estes são mais bem estruturados, os animais sofrem menos, por terem áreas mais higienizadas, e recebem alguma assistência, como banhos frequentes, remédios, etc. Isto porque essas organizações conseguem catalisar doações fixas e de alto valor. No entanto, a maioria dos abrigos é mantida por socorristas voluntárias, que conseguem poucas doações e pouco tempo para deixarem os animais em situação minimamente decente.

Esses cães são recolhidos pelas pessoas conhecidas como colecionadoras de animais. Em sua maioria, são mulheres sozinhas, sem emprego ou com subemprego, sem condições de se manterem e muito menos os animais, mas eles são resgatados das ruas acreditando que com sua ação, eles serão por elas protegidos. Na verdade, elas e os animais vivem às custas das socorristas, de doações esporádicas de pessoas próximas.

São dezenas de casos que se repetem, pessoas em situações miseráveis, com ao menos 50 animais, podendo chegar a 200. Alguns ficam presos em correntes, sem abrigo, outros abrigados em casinhas ou dentro da própria casa da colecionadora, onde muitas vezes não se consegue entrar devido ao mau cheiro, sujeira, fezes e urina acumuladas no chão, animais doentes, sem castrar, procriando dentro do abrigo ou residência, com sarna, pulgas, malnutridos. Por isso, as socorristas vivem atrás de doações de medicação, de casinhas, potes, de castrações, vacinas, antipulgas, porque a demanda é muito grande. Além do que, as reformas nos abrigos são feitas pelas socorristas, construção de canis, reforma de telhados, instalação de caixas d'água.

Nosso grupo realizou a reforma de três abrigos, e testemunhamos a reforma de vários outros pelas socorristas de outro grupo. Para angariar fundos, são feitas rifas, pedidos na internet, divulgação de fotos, panfletos, bazares e bingos.

Imagem 11: Mutirão de vacina em abrigo do meu grupo de protetoras

As colecionadoras são pessoas difíceis de lidar, todas com as quais lidamos recusavam-se a seguir ordens, como não resgatar mais nenhum animal, não colocar em correntes presos, não colocar filhotes com animais doentes. Além do que, as medicações ficavam por conta das colecionadoras, o que causava muitos problemas, já que a maioria não é instruída. A maioria das colecionadoras não colabora e se recusa a autorizar a doação dos animais “doáveis”, mesmo dependendo das socorristas. Elas temem que eles sejam doados sem critérios, porque acreditam serem as tutoras ideais. Com isso, perde-se um trabalho imenso de convencimento da socorrista em quase toda feira, sendo que muitas vezes se perdia a viagem, porque o portão do abrigo não era aberto.

Há colecionadoras na cidade e os animais nesses locais ficam em pior situação, porque não são áreas grandes, ficam presos em casas minúsculas, com janelas trancadas, porque temem ser denunciadas ao Centro de Controle de Zoonoses CCZ pelos vizinhos, o que é bastante comum.

Um abrigo da região Leste que voluntariei tinha 80 cães de início e em dois anos passou para 200, mesmo com todos os cães castrados e com

doações frequentes em feirinhas. O abrigo de Parelheiros tinha cerca de 50, passou para 80 com trabalho árduo de doação e castração, chegou até 90, mesmo após uma saída de 15 num mês em doações em feiras.

Foram ajudadas pelo meu grupo na cidade, duas colecionadoras, uma com 50 e outra com 30 cães dentro de casa. A primeira morreu, deixando os animais sob a nossa responsabilidade, ou seja, seis mulheres. Animais sem raça definida (SRD ou “vira-latas”), idosos, doentes, e ariscos, antissociais, impossíveis de serem doados, foram quase que distribuídos entre todas. A outra que tinha 30 cães aceitou tratamento psiquiátrico e uma ONG assumiu os cães.

Como se esses problemas não bastassem, há as colecionadoras e donas de abrigos e socorristas estelionatárias. Outras chegam a assassinar animais ou vender para praticantes de religiões que “sacrificam” animais. Nosso grupo lidou com três e conheceu várias outras.

A colecionadora do Parque Savoy, zona leste, omitia ajuda volumosa que recebia de empresário e mantinha trabalho escravo e infantil. Nosso grupo arcava com várias despesas inexistentes no abrigo. Chegou a ser processada, mas sem grande repercussão.

No conhecido “Jardim dos Amiguinhos”, localizado em São Bernardo do Campo, os cães servem apenas como mote para receber doações volumosas, mas pouco chega aos animais. Tivemos alguns animais lá e vimos de perto a situação precária dos cães. Denúncias junto a Polícia Ambiental não foram suficientes. Mãe e filha continuam vivendo às custas dos cães até hoje.

Nosso grupo também conviveu com socorrista estelionatária, que fazia rifas sem nunca haver ganhador.

São poucos os envolvidos em corrupção na proteção que são punidos, seus crimes são considerados menores. Poucos são interditados e proibidos de recolher novos animais, mas como não há fiscalização, todo trabalho de denúncia vai por água abaixo.

A corrupção prejudica o movimento que depende muito de doações e esses casos acabam por aumentar a desconfiança e diminuir a ajuda de voluntários.

As socorristas, apesar de socorrerem apenas cães e gatos, quando questionadas quais animais devem ser protegidos pela defesa animal ou pela

legislação, elas se pronunciam favoráveis a todas as espécies, ainda que nem todas sejam vegetarianas/veganos.

Beri:

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos que estejam em risco, inclusive os selvagens ou silvestres.

Taís:

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Acredito que todos devem ser protegidos, já que nenhum está imune a crueldade

Jenifer:

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Em regra todos, porém confesso que não gosto de insetos.

É preciso atentar que as falas revelam que alguns ativistas transitam entre os espaços delimitados de veganos e socorristas. Não são espaços totalmente estanques, mas que permitem algumas trocas e compartilhamentos.

Nas considerações finais sustenta-se a partir da análise da pesquisa de campo verificou-se uma vasta fragmentação dentro do movimento de defesa animal, em que cada grupo atua num espaço de identidade própria, seja boicotando produtos de origem animal, participando de protestos junto à sua ONG de defesa animal ou ainda resgatando animais sejam silvestres ou domésticos. Apreendeu-se que cada grupo atua numa esfera específica de exploração animal, dadas as infindáveis formas que os humanos se utilizam dos animais, sendo impossível atuar em tantas frentes ativistas. Essas práticas têm uma regularidade e de forma consciente ou não acabam se contrapondo ao sistema de produção capitalista dominante. Essa ação política se dá de maneira gradual até que se consiga tornar a exploração algo custoso e sem interesse econômico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter-se mergulhado nas práticas e ideários de cada grupo que compõe o ativismo animal percebe-se que a fragmentação do movimento em função das pequenas identidades leva também à fragmentação prática que resulta no abolicionismo parcial.

Há uma unidade enquanto movimento social, mas é muito frágil. Aqueles que estão de fora do movimento veem os integrantes como um grupo homogêneo que desponta ora reclamando de rodeios, ora protestando contra o assassinato de um cão por um tutor. O que fortalece o movimento é a união de várias pequenas ações. De fora, percebe-se uma ação que parece conjunta, mas é fragmentada no seu interior, por isso dá certo. A causa caminha com cada grupo se empenhando na sua pequena tarefa em prol dos animais ou de uma espécie animal, dentro de várias formas de exploração e maus-tratos.

Mesmo com tantas discórdias ideológicas e práticas, cada grupo age com independência, seguindo regras próprias, sendo abolicionistas, bem-estaristas, veganos ou não. Esses ativistas colocam em prática aquilo que concluem ser correto e melhor para os animais e acabam por construir um todo, uma ação coletiva fragmentada, sem identidade plena, mas que vem transformando a realidade dos animais não humanos.

Os avanços obtidos pelo ativismo são parciais, porque as práticas dos ativistas nem sempre são focadas em apenas um espaço de exploração animal. As várias ONGs da causa se especializam em suas lutas e as conquistas acabam sendo também fragmentadas e localizadas, mas não menos importante.

Há ONGs que atuam diretamente contra o uso de animais selvagens e silvestres em espetáculos ou confinamento e concentram suas práticas nesses espaços. Supostamente, se a atuação dessa ONG redundar, seja na libertação de animais de um determinado circo, ou na proibição da exposição de animais numa festa tradicional em determinada cidade, ambas conquistas podem ser classificadas como parcialmente abolicionistas, mas jamais bem-estaristas, porque esses animais não vão apenas receber condições de vida mais humanas em suas situações de exploração, mas sim, de libertação.

Ainda sob essa perspectiva, mesmo que essa ONG se auto-intitulasse como abolicionista e lutando pelo fim da exploração de animais de circo, conseguisse que elefantes utilizados nas apresentações ficassem sem correntes em suas patas, também seria um ganho, talvez não para a causa, mas para o animal em si. Essa não poderia ser uma ação neo-bem-estarista como quer Francione, mas neo-abolicionista, porque, apesar de ser apenas um alívio obtido na vida do elefante em questão, a ONG não abriu mão de sua luta pela libertação de todos os elefantes de circo ou demais animais.

Deste modo, a proteção animal como ideal não existe, porque é impossível um ativista dar conta de tudo. As identidades são fragmentadas como as práticas. O resultado das lutas será sempre limitado a cada espaço de ação de um grupo. O que ocorre é o abolicionismo parcial e é assim que os interesses dos animais vêm avançando. A maioria dos ativistas não quer esperar o acirramento da exploração para dar o golpe final, porque sabe que os inimigos dos animais são poderosos, como são poderosos os que exploram os humanos e todo dia é dia de fazer algo.

A experiência junto aos animais explorados, a convivência próxima com a dor, a mutilação, e a sensação de impotência de muitos ativistas os fazem aceitar reformas que diminuem as angústias de ambos os lados, animais e humanos compadecidos de sua situação.

Além disso, compreender quais as chances de aprovação de uma determinada reivindicação leva certos ativistas a negociar com os exploradores, infelizmente, dado que esta é uma relação desigual.

Os abolicionistas radicais que postulam contra medidas paliativas, que aliviam o sofrimento diário de um animal o fazem, primeiro, porque não acreditam que essas medidas bem-estaristas aliviem qualquer sofrimento e, segundo, porque elas não libertam os animais envolvidos. A recusa em se aliviar esse sofrimento e maus tratos porque passam os animais obscurece a instrumentalização dos animais para um fim desejado pelos abolicionistas radicais. A lógica parece ser esta: quanto mais sofrem os animais, mais a sociedade vai perceber a necessidade de se tornar vegana. Ocorre que esse acirramento dos maus tratos é um preço muito alto que os animais têm de pagar para conseguirem sua libertação. Os abolicionistas radicais acabam por coisificar os animais, como o fazem os exploradores de animais, porque estes

tornam-se instrumentos da causa animal, e como diria Horckheimer, os fins não justificam os meios.

Quando ativistas veganos acusam as socorristas de não pertencerem ao movimento por não serem vegetarianas, eles estão dizendo que seus valores são os que definem o ativismo animal e, nessa relação de confronto se colocam com os verdadeiros protetores, ainda que alguns escapem dessa visão quando entrevistados.

As socorristas fazem o mesmo quando acusam alguma protetora de não cumprir todos os requisitos exigidos no resgate e doação de um cão ou gato. Elas mesmas definem quem é ou não uma protetora de fato ou o “anjo dos animais”, como dizem. Ao acusar um indivíduo qualquer de virar as costas para um animal faminto e doente na rua, uma socorrista o exclui de pertencer ao seu grupo identitário que não consegue ignorar tal fato, mesmo que não tenha a menor condição de fazê-lo.

Portanto, é importante atentar para o fato de que a proteção animal vai se delineando a partir das relações dos indivíduos nos grupos de defesa animal com os outros que também se definem como tal. Essas relações de alteridade foram analisadas a partir de suas falas e suas práticas em momentos em que não estão obrigatoriamente interagindo com o poder público ou empresas listadas como inimigas dos animais. São relações dentro do próprio grupo que ajudam a compreendê-lo e caracterizá-lo como pequenos grupos identitários de defesa animal e como movimento social.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara, A questão da Universalidade dos Valores na Relação entre Animais e Homens, palestra ministrada no VI Seminário de Direito e Ética Animal, promovido pelo **Diversitas**, FFLCH-USP, setembro de 2012.

AMORIN, Thamires Arrais – Direitos dos animais e ética utilitária de Peter Singer: o caso dos sacrifícios religiosos, maio de 2012, disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direitos-dos-animais-e-%C3%A9tica-utilit%C3%A1ria-de-peter-singer-o-caso-dos-sacrif%C3%ADcios-religiosos>>. Consultado em fevereiro de 2015.

APPADURAI, A., **O medo ao pequeno número**, São Paulo, Iluminuras, 2009.

APROBATO FILHO, Nélon. **O Couro e o Aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia**, final do século XIX/início do século XX. Tese de doutorado em História Social, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Giselle Marques de. “Os Direitos Humanos sob a ótica das diferentes tradições religiosas”, **Lex Humana**, v.3, n.1, 2011, p.17.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMERT, Franz. **A idolatria do Mercado** - ensaio sobre Economia e Teologia. Petrópolis, Vozes, 1989.

BATISTA, João Batista, Tradições culturais e direitos humanos, 07/05/2010, Disponível em: <<http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=1354>>. Consultado em 18/02/2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.

BRASIL, Monique Rosa “Produzindo pequenos capatazes: racismo, veganismo e luta de classes”, disponível em <<http://www.anda.jor.br/04/01/2014/produzindo-pequenos-capatazes-racismo-veganismo-luta-classes>>. Consultado em 2014.

BRÜGGER, Paula, “Para Além da Dicotomia Abolicionismo versus Bem-Estarismo”, disponível em http://www.vegetarianismo.com.br/sitio/index.php?option=com_content&task=view&id=2469&Itemid=102, Consultado em fev de 2015.

BRÜGGER, Paula. “Racionalidade Instrumental, segundo Herbert Marcuse: Um conceito-chave para compreender nossa relação com a natureza”, **Pensata Animal** nº 23 - Maio de 2009. Disponível em: <www.pensataanimal.net>. Consultado em 5/5/2009.

CABRAL, Adilson. “Movimentos sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe”. Disponível em: <www.comunicacao.pro.br>. Consultado em 6/7/2007

CAMACHO, Daniel, “Movimentos sociais: algumas discussões conceituais” in Scherer-Warren, Ilse e Kriscke, Paulo (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COLTRO, Fábio Luiz Zanardi. “Uma reflexão sobre a relação humano-animal na sociedade contemporânea e a ligação com a geografia”, **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 207-222, jul/dez. 2013.

COMITÊ PARA PESQUISA, DIVULGAÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS (CPDA). Artigos: “Exploração da vida”, “Abate humanitário e alguns números”, “A superação do antropocentrismo e nossa relação com os animais”, “Visisecção e as diferenças ente os organismos” e “Visisecção: como tudo começou”. Disponíveis em <www.cpdanimal@gmail.com>. Consultados em 16/9/2010.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO (CRN) – SÃO PAULO, Parecer oficial: Guia alimentar de dietas vegetarianas para adultos. Artigo disponível em :http://crn3.org.br/wp-content/uploads/2013/12/dr_eric.pdf

DAWRST, Alan, “Devemos intervir na predação”, tradução Luciano Carlos Cunha. Artigo disponível em: <<http://www.pensataanimal.net/painel/328-alan-dawrst>>, consultado em: 2015.

DAWRST, Allan, “*How Many Animals are There?*”, disponível em <http://www.utilitarian-essays.com/number-of-wild-animals.html>, acessado em: 2015.

DIAS, Edna Cardoso, “A Defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil”, **Revista Brasileira de Direito Animal**, V.2, n.2, 2007.

DIAS, Edna Cardozo – **A tutela Jurídica dos animais**, Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

DIAS, Edna Cardozo. “Inconstitucionalidade e ilegalidade das rinhas de galo”. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 538, 27 dez. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6103>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

Esping-Andersen, Gosta. “As três economias políticas do welfare state”, **Lua Nova** no.24 São Paulo Sept. 1991

FARIA, Cátia, “Sobre o bem de tudo e de todos: a conjunção impossível entre o ambientalismo e libertação animal”, in **Ágora**: papeles de filosofia, 30 (2), 2011, 27-41.

FAVRE, David. "O ganho de força dos direitos dos animais", in **Revista Brasileira de Direito Animal**, Volume I, Edição eletrônica do Instituto de Abolicionismo Animal, Bahia, 2006.

FELIPE, SÔNIA "Senciência e direitos animais", site **Anda**, disponível em <<https://www.anda.jor.br/2015/02/senciencia-direitos-animais/>>, consultado em outubro de 2017.

FELIPE, Sônia. "Abandonar o antropocentrismo", Artigo disponível em <www.criticanarede.com>. Consultado em: fevereiro de 2005.

FELIPE, Sônia. "Abolicionistas, bem-estaristas, socorristas", 14 julho 2014, **Anda**.

FRANCIONE, Gary L. Entrevista ao site Veganos pela abolição da escravidão animal, abril de 2013, disponível em <http://www.veganospelaabolicao.org/abolicao/textual/abordagem-abolicionista/entrevistas/341-entrevista-com-gary-francione-autor-do-livro-qintroducao-aos-direitos-animaisq>, consultado em fevereiro de 2015.

FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos Direitos Animais**, Campinas, Editora Unicamp, 2013.

GANE, N. "Se nós nunca fomos humanos, o que fazer?". Entrevista com Donna Haraway. **Ponto Urbe**. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, 6,1-5. 2010.

GOHN, Maria da Gloria (org.) "Movimentos Sociais na Atualidade", in **Movimentos Sociais no início do século XXI**, Petrópolis, ABDR, 2002.

GREIF, Sergio. "Alternativas ao uso de animais vivos na educação pela ciência responsável". in **Inst Nina Rosa**, SP, 2003.

GREIF, Sérgio. Exploração animal é exploração humana: o trabalho de crianças e adultos em matadouros, março de 2011, **Anda**, disponível em <<http://bit.ly/eo6oi4>>, consultado em 2014.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. "A observação participante", in **Metodologias qualitativas na Sociologia**, Editora Vozes, Petrópolis, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2011.

HARAWAY, Donna. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer?, in **Ponto Urbe** nº 6, 2010, entrevista com Donna Haraway agosto de 2009, When We Have Never Been Human, What Is to Be Done? Interview with Donna Haraway, Nicholas Gane and Donna Haraway, tradução Ana Leticia de Fiori, Revisão: Ivo Cantor Magnani, disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3894376/mod_resource/content/1/ponto-urbe-1635-6-se-nos-nunca-fomos-humanos-o-que-fazer.pdf.

COMPANHIAS MULTIESPÉCIES NAS NATUREZACULTURAS: Uma Conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo, in **SlideShare**, 2013, disponível em <https://pt.slideshare.net/fabio.coltro/companhias-multiespecies-nas-naturezaculturas-uma-conversa-entre-donna-haraway-e-sandra-azerdo>, consultado em 2017.

HONNETH, A., **Crítica Del agravio moral**: Patologias de La sociedad contemporânea, Buenos Aires, Fundo de Cultura Econômica, 2009.

INGOLD, Tim, "Animalidade e Humanidade". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28, junho de 1995,

JASPER, James M; NELKIN, Dorothy. **Animal Rights Crusade**, New York, Free Press, 1992.

JOY, Melanie. **Porque amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas** – Uma introdução ao Carnismo, São Paulo, Cultrix, 2013.

JUNQUEIRA, Carmen. "Dinâmica Cultural", **Revista de Estudos e Pesquisas**, Fundação Nacional do Índio, 2004, Scientiae Studia, versão impressa ISSN 1678-3166, Sci. stud. vol.12 no.2 São Paulo abr./jun. 2014

LEWGOY, Bernardo, SORDI, Caetano e PINTO, Leandra. Domesticando o Humano para uma Antropologia Moral da Proteção Animal, **ILHA**, v. 17, n. 2, p. 75-100, ago./dez. 2015, p.85.

LIBÂNIO, João Batista. "Tradições culturais e direitos humanos", disponível em <<http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=1354>>, consultado em 07/05/2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana", in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 17, nº49, Edusc, jun, 2002.

MARCUSE, Herbert – **A Ideologia Da Sociedade Industrial** – O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARRAS, Stelio. "Virada animal, virada humana: outro pacto". **Scientiae Studia**, versão impressa, ISSN 1678-3166, Sci. stud. vol.12 no.2 São Paulo abr./jun. 2014.

MARTINS, Renata de Freitas. "Rodeios: cultura e esporte, ou prática cruel e desprovida de identidade?", **Rancho dos Gnomos**, 2014, disponível em <<https://www.ranchodosgnomos.org.br/boletim/colunajur11.htm>>, consultado em 2015.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 4. ed. São Paulo: Revista Editora dos Tribunais, 2005.

MÜLLER, Bruno. "Direitos animais em tempos de capitalismo", **Pensata Animal**, nº 23 - Maio de 2009. Disponível em: <www.pensataanimal.net>. Consultado em 5/5/2009.

NACONECY, Carlos. "Bem-Estar Animal ou Libertação Animal? Uma Análise Crítica da Argumentação AntiBem-Estarista de Gary Francione", **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 4, n. 5, p. 235-267, jan./dez. 2009.

NASCIMENTO, Douglas, "UIPA e a história da proteção animal em São Paulo, 2015", São Paulo Antiga, disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/uipa/>>, consultado em 2017.

NEVZOROV, Alexander. **The Horse Crucified and Risen**, CREATESPACE PUB, 2011, EUA.

NUNES, Brasilmar Ferreira, "Classes e sociabilidades no meio urbano", Rio de Janeiro, **Revista ANPUR**, 2009. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/brasilmar/classes.pdf>>. Consultado em: 2010.

ORLANDI, Vanice Teixeira. "Cruéis Rodeios – a exploração econômica da dor. Parecer arquivado no Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de São Paulo – área de atuação Urbanismo e Meio-Ambiente, mimeo, fevereiro de 2000.

OSÓRIO, Andréa, "A cidade e os animais: da modernização à posse responsável", **Teoria e Sociedade**, nº 21.1 - janeiro-junho de 2013.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. "A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica", **Ciência e Cultura**, vol.69 no.2 São Paulo Abr./Jun. 2017, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000200018>>, consultado em: 2017.

PORTILHO, Fátima (et. al.). "A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade", **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 16, núm. 1, jan, 2011, pp. 99-106 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63015361010>, acessado em: 2017

PRUDÊNCIO, Kelly; CARBONAR, Camila. "Abolição já ou depois? Disputas de enquadramento na luta por reconhecimento dos direitos animais no Brasil". Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA)**, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

RAPCHAN, Eliane S. "Edward P. Thompson: Sobre o Método", in **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, nº 11, Vol I, Março 1998.

RAVAGNANI, H., “Intersubjetividade e reconhecimento: Honneth leitor do Hegel”, in **Revista Simbio-Logias**, V.1 , nº 2, Nov/2008.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias**. Porto Alegre, Lugano, 2006.

REGAN, Tom. **The Case for Animal Rights**. Los Angeles: University of California Press, 2004

RODRIGUES, Danielle Tetü, **O Direito & os Animais** – Uma abordagem ética, filosófica e normativa. Curitiba, Juruá, 2008.

SANCHES, José Roberto. “Primeiras ações de h.c. para animais”, **Nosso Ambiente Direito**, 2014, disponível em <<http://nossoambientedireito.blogspot.com.br/2014/03/habeas-corpus-para-animais-nao-humanos.html>>, consultado em 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos”, **Educação & Sociedade**, Print version ISSN 0101-7330, Educ. Soc. vol.33 nº.120 Campinas July/Sept. 2012, disponível em <http://dx.doi.org/1590/S0101-73302012000300014>, consultado em 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “O Estado social, Estado providência e de bem-estar”, dez 2012, **Diário de Notícias**, Portugal.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade, São Paulo: Cortez, São Paulo, 5. ed, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”, in **Revista Sociedade e Estado**, UNB, V. 21, nº 1, 2006, p.109-130.

SILVA, Chiara Michelle Ramos Moura da, “Direito animal: uma breve digressão histórica”, **Conteúdo Jurídico**, disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/?banco_de_questoes>, acessado em 2017.

SILVEIRA, Flavio Leonel Abreu da. “De um prosaico coexistir interespecífico aos dilemas do biopoder: as interações humanas e não humanas no mundo urbano contemporâneo amazônico”, in **ILHA**, v 17, n. 1, jan-jul 2015, Universidade Federal do Pará, PA.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Porto Alegre, Editora Lugano, 2004.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOMA, Renata Harumi Cortez. **Amor Canino: emoção, mercado e subjetividade entre seres humanos e cães de estimação na cidade de São Paulo**, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2017.

SITES CONSULTADOS

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

<http://animais.org.br/>

<http://animaisnoensino.com.br/>

<http://animavida.org/sancionada-lei-que-proibe-rodeos-em-petropolis/>

<http://arcabrasil.org.br/oacaonaoevilao/2016/index.php/historico-arca-brasil-no-combate-a-lvc/>

http://ciclovivo.com.br/noticia/ong_mundial_protesta_contra_abate_de_frangos_executado_pelo_mcdonalds

<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662014000200002>

<http://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/mercado-vegano-cresce-40-ao-ano-no-brasil/>

<http://epoca.globo.com/>

<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/12/porcas-do-rodoanel-dao-cria-e-deixam-ativista-em-panico-falta-verba-diz.html>

<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/06/funcionario-denuncia-em-video-abate-cruel-de-animais-em-parque-ecologico.html>

<http://gcn.net.br/noticias/>

<http://globoesporte.globo.com/outros-esportes/>

<http://holocaustoanimalbrazil.blogspot.com/>

http://kainaclem2012.blogspot.com.br/2012/09/proibicao_19.html

<http://like-an-elephant.blogspot.com.br/2014/12/a-segunda-sem-carne-nao-me-representa.html>

<http://m.noticias.uol.com.br/>

<http://odeiorodeio.com/site/>

<http://olharanimal.org/>

<http://portal.sbpnet.org.br/noticias/e-um-retrocesso-diz-presidente-da-sbpc-sobre-projeto-aprovado-no-senado-que-trata-da-utilizacao-de-animais-em-pesquisas/>

<http://revistaepoca.globo.com>

<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,EMI296646-18077,00-Mcdonalds+Nao+Quer+Mais+Suinos+Confinados.html>

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral>

<http://sfagro.uol.com.br/javali-ibama/>

<http://veganagente.com.br/santuاريو-rancho-dos-gnomos-ajude-os-animais-que-vivem-la-e-seja-eternizada-na-nova-sede>

<http://veggo.co/o-veggo-entrevistou-gary-yourofsky-o-ativista-mais-amado-e-odiado-do-mundo/>

<http://www.1news.com.br/noticia/24764/youtubers/kefera-se-declara-vegetariana-e-adere-o-projeto-segunda-sem-carne-18072017>

<http://www.abolicionismoanimal.org.br/revistas.php?cod=17>

http://www.ahoradoovo.com.br/arquivos/img/2014/11/748_1793_conteudo_g.j

<http://www.ahoradoovo.com.br/no-mundo-do-ovo/noticias/?id=748%7Cprojeto-proibe-criacao-de-animais-em-gaiolas-no-estado-de-sao-paulo>

<http://www.alep.pr.gov.br/>

<http://www.anda.jor.br/>

<http://www.animal-ethics.org/>

<http://www.animal-ethics.org/senciencia-animal-intro/seres-nao-sao-conscientes/>

<http://www.beefpoint.com.br/>

<http://www.butantan.gov.br/producao/soros/Paginas/default.aspx>

<http://www.correiobraziliense.com.br/>

http://www.crmv-pr.org.br/?p=imprensa/artigo_detalhes&id=36

<http://www.Facebook.com.br>

<http://www.gazetadopovo.com.br/>

<http://www.guiavegano.com.br/vegan/>

http://www.hsi.org/portuguese/issues/celas_de_gestacao.html

http://www.hsi.org/portuguese/issues/gaiolas_de_bateria.html

<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/dia-mundial-do-vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-do-estilo/>

<http://www.ihu.unisinos.br/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>, consultado em junho de 2017.

<http://www.institutoninarosa.org.br/experimentacao-animal/vivisseccao/>

<http://www.ipardes.gov.br/>

<http://www.novomomento.com.br/>

<http://www.ogritodobicho.com/>

<http://www.olharanimal.net/noticias/885-justica-de-salvador-ba-proibe-fiocruz-de-realizar-testes-em-cachorros>.

<http://www.onca.net.br/exploracao-animal/>

<http://www.pea.org.br/>

<http://www.pensataanimal.net/>

<http://www.ranchodosgnomos.org.br/traficodeanimais.php>.

<http://www.ranchodosgnomos.org.br/vivisseccao.php>

<http://www.renctas.org.br>.

<http://www.revistalivre.com.br/espaco-do-leitor-2/item/627-capitao-paul-watson-do-sea-shepherd-critica-greenpeace.html#sthash.0fgNsbke.dpuf>

<http://www.santuarioterradosbichos.org.br/>

<http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=suipa.asp>

http://www.turismo4patas.com.br/htms/novidade.asp?id_novidade=207

<http://www.youtube.com/watch?v=9UpMnHjed88>

http://www.youtube.com/watch?v=QTOJn1ab100&feature=player_embedded

<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1505200519.htm>

<https://abrampa.jusbrasil.com.br/noticias/100397216/uniao-europeia-proibe-venda-de-cosmeticos-testados-em-animais-3>

<https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/377322640/protetores-denunciam-maus-tratos-contracaes-explorados-para-guarda-em-santa-catarina>

<https://forademim.com.br/>

<https://franquiasja.com.br/franquia-vegana-como-abrir-o-que-e-quanto-custa-quanto-fatura/>

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/cavalos-passam-por-programa-de-adocao-em-porto-alegre-e-aguardam-novo-lar.ghtml>

<https://jornalggn.com.br/noticia/multinacionais-sao-denunciadas-por-obrigar-funcionarios-a-usar-fraldas>

<https://muralanimal.wordpress.com/>

<https://oholocaustoanimal.wordpress.com/2017/12/06/veterinaria-e-afastada-por-denunciar-crueldade-em-exportacao-de-gado-vivo/>

<https://oholocaustoanimal.wordpress.com/o-que-nos-pensamos/>

<https://projetogaiolaaberta.wordpress.com/about/>

<https://veja.abril.com.br/>

<https://vidaanimalveg.wordpress.com/>

<https://www.al.sp.gov.br/mini/noticias/noticia.jsp?id=384907>

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=384907>

<https://www.anda.jor.br/2010/03/manifestantes-se-reunem-em-protesto-pelo-cao-enforcado-em-sao-paulo/>

<https://www.anda.jor.br/2011/12/abolicionistas-bem-estaristas-socorristas/>

<https://www.anda.jor.br/2016/11/porcas-do-rodoanel-uma-segunda-chance/>,

<https://www.anda.jor.br/2017/12/sofrimento-ate-a-morte-navio-27-mil-bois-parte-de-santos-para-turquia/>

<https://www.Facebook.com/natura.br/>

<https://www.Facebook.com/OngCAMALEAO/>

<https://www.Facebook.com/santuarioterradosbichos/>

<https://www.Facebook.com/search/top/?q=rancho%20gnomos>

<https://www.Facebook.com/SociedadeVegetarianaBrasileira/>

<https://www.forbes.com/sites/maggiemcgrath/2016/06/22/plant-power-how-the-3-5-billion-dairy-alternative-industry-could-help-whitewave-hormel-and-other-food-giants/#556fdd01125f>.

<https://www.guiavegano.com.br/vegan/guia-vegano/215-noticias/bem-estar-animal6/1687-avenida-paulista-tem-ato-contra-maus-tratos-a-animais>.

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/>

<https://www.portalveganismo.com.br/noticias/ong-camaleao-faz-ato-impactante-para-promover-veganismo/>

<https://www.portalveganismo.com.br/veganismo/veganismo-esta-crescendo-google-trends-confirma/>.

<https://www.sejavegano.com.br>.

<https://www.svb.org.br/noticias>,

<https://www.vista-se.com.br/novo-livro-do-filosofo-gary-l-francione-chega-ao-brasil-introducao-aos-direitos-animais/>

<https://www.vista-se.com.br/rancho-dos-gnomos-tenta-alimentar-leoes-com-racao-vegetariana/>

APÊNDICE A - Entrevistas

ENTREVISTAS

ENRICO

Qual sua formação/profissão?

Ensino médio. Comecei algumas faculdades, mas não terminei nenhuma. Vendedor autônomo.

Qual sua idade, em que cidade do Brasil você mora e bairro, para categorizar a pesquisa?

55 anos. Santos- SP. Boqueirão.

O que você entende por defesa animal?

Defende-os como for possível de qualquer tipo de mau trato, exploração e tortura.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Acho que sim. Não sou ativista. Não consumo absolutamente nada de origem animal (alimentação, vestuário, enfim, nada que tenha algum derivado animal em sua composição). Sou vegano. [Ajudo] financeiramente quando possível em algumas campanhas. Assino petições pró animais tantas quanto forem possíveis.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Sim. Bem-Estarismo: Aceita o uso dos animais contanto que se evite seu sofrimento desnecessário. Abolicionismo: Acabar de vez com o uso de animais para qualquer que seja seu fim.

Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Abolicionismo. Não temos o direito de explora-los, torturá-los e assassiná-los.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim. Todos os seres vivos tem que ter seus direitos.

O que motivou você a defender os animais?

Meus pais sempre gostaram de bichos e isso me motivou.

O que é um animal para você?

Um ser muito melhor que a maioria dos humanos que habita a face da Terra.

O que é um ser humano?

Uma criação que não deu certo e acredito que não tem remédio.

Você acha que é da proteção animal?

Necessária.

Você boicota produtos de origem animal?

Totalmente.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Sim. Nas redes sociais e na dúvida, não consumo.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim, mas por interferência humana. Os que transmitem doenças. Os expulso.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Não.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Conheço. Relativamente positiva, o que adianta você poupar os animais da tortura e do assassinato um dia e os outros seis dias?.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Lentamente. Dos ativistas, é claro.

Você socorre animais, se sim, por quê?

Sim, merecem respeito e solidariedade.

GISELA

Qual sua formação/profissão?

Biomédica

Qual sua idade?

58 anos

Que região da cidade você mora?

Zona sul de SP.

O que você entende por defesa animal?

Entendo como defesa animal, à batalha contra todos os seres humanos que os ameaçam, em todos os setores da sociedade.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Minha pequena contribuição perante o grave problema mundial tem sido com cães e gatos abandonados, maltratados. Já resgatei inúmeros animais em estado lastimável, cuidei, castrei e arrumei lares através de Feiras de Adoção ou então anúncios pela internet, os que não consegui doação, ficaram comigo. Outra forma também de ajudar tem sido nas redes sociais através de compartilhamentos, assinaturas de abaixo assinados, participação de manifestações nas ruas, conscientização da mudança de hábitos alimentares, festas tradicionais ridículas, zoológicos, circos, enfim, toda forma de exploração animal!

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Não tenho conhecimento dessa divisão.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou a favor dos direitos dos cidadãos de bem. Todo ser humano merece ser respeitado e ter seus direitos assegurados, mas, apesar de entender que nem todos têm as mesmas chances e que muitos são injustiçados, creio que existem casos em que esses direitos devem ser perdidos. Todo cidadão merece ser tratado com dignidade e ter direito à recuperação caso precise, mas ultimamente temos visto verdadeiras barbáries que nenhuma injustiça social pode justificar.

BIBI

Qual sua formação/profissão?

Tenho superior incompleto. Profissão: Técnica em Segurança do Trabalho

O que motivou você a defender os animais?

Conhecer através de amigos veganos todo o processo de "produção" da carne e a partir daí entender toda a crueldade e exploração envolvida.

O que é um animal para você?

Todo ser que sofre, sente dor e medo ao ser envolvido ou submetido à situações ruins.

O que é um ser humano?

Essa tá super difícil! Todo ser capaz de tomar decisões calculadas. Que não age por instinto.

Você acha que é da proteção animal?

Não!

Você boicota produtos de origem animal?

Não!

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Alguns. Me informo nos grupos de veganos que encontro pela internet, google ou páginas veganas.

Você socorre animais?

Não tantos quanto gostaria, nem todos, mas socorro sim. Por empatia.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos! Cães, Gatos, Galinhas, Vacas, Porcos, Peixes...

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim, eu acho! Pulgas, carrapatos, o barbeiro e as moscas varejeira são alguns deles. Quando encontro pulgas e carrapatos eu mato. Moscas só consigo espantar. Barbeiro eu nunca vi ou se vi não reconheci.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos?

Sim! Com certeza!

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Conheço! Acho que é uma forma de divulgar e estimular o conhecimento do vegetarianismo e veganismo. Procuro manter uma visão positiva sobre as iniciativas de proteção animal, mesmo que não incluam todos os animais ou toda a semana sem carne por exemplo. Acredito que toda ajuda é necessária mesmo que parcial e que é importante abrir os olhos de quem não enxergou ainda as contradições de defender parcialmente os animais por que já pertenci ao grupo "cego".

O que você entende por defesa animal?

Entendo como ações de defesa da não exploração de nenhum animal, seja para geração de produtos, entretenimento, comida, tração de carga, exposição em zoológicos, aquários e outros que não tenham o intuito de manter o animal em seu habitat natural (salvo os locais onde animais passarão o restante sua vida por não conseguirem, por problema físico, serem reintroduzidos ao seu habitat).

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim! Ainda tenho metas maiores, mas, no momento, eu contribuo com ONGs de proteção de cães e gatos no meu bairro e em cidades vizinhas às minhas, dando banho e preparando para feiras de adoção, divulgando adoções e trabalhando voluntariamente em tarefas de manutenção. Não como carne há 6 anos e tenho aumentado frequentemente o meu conhecimento sobre testes em animais e consequentemente diminuído meu consumo de produtos de origem animal e testados em animais. Também não frequento locais onde existam animais aprisionados e/ou usados como entretenimento. Em todas as oportunidades que tenho (quando não sou hostilizada por ser vegetariana) tiro dúvidas das pessoas sobre minha filosofia de vida.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Não tenho conhecimento específico! Por definição imagino que os abolicionistas sejam os veganos, pelo comportamento de consumo e de vida sem qualquer tipo de exploração animal.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Se estiver correto o meu entendimento, eu simpatizo e pretendo ter o veganismo como filosofia de vida.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim! Por que acredito que nosso sistema deixa a desejar no ensino cultural, educação e exploração do potencial dos jovens às margens da sociedade e, por consequência os que mais sofrem com as injustiças sociais e a violência são justamente os mesmos, os negros, pobres e favelados. Acredito que o preconceito e a nossa ignorância histórica ainda é muito grande e até hoje vemos isso interferir no futuro das pessoas mais necessitadas.

MARA

Qual sua formação/profissão?

Profissão: Professora Formação: Mestre em Filosofia (Estudos Culturais), Especialista em Mídia, Informação e Cultura, bacharel em Ciências Sociais e licenciada em Sociologia.

Qual região você mora?

Zona Norte de São Paulo

O que você entende por defesa animal?

Defesa animal, na minha opinião, se refere ao direito pleno à vida, que se estende, inclusive, aos animais não-humanos. Entendo também como direito à vida e à liberdade, portanto, a defesa animal, na minha concepção, se inscreve na esfera humana e não-humana, desde a preservação da vida à liberdade de vivê-la como convier ao indivíduo.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Meu esforço se concentra, especialmente, no âmbito individual/doméstico, como a adoção e prática da filosofia vegana e a conscientização das pessoas sobre os direitos dos animais, humanos e não-humanos.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes?

Em linhas gerais, o movimento animalista voltado para o bem-estar animal não atua na defesa dos direitos dos animais, pois admite o abate e a exploração dos animais, condicionando essas práticas apenas ao “bem-estar”, ou seja, à adoção de estratégias menos cruéis de criação, exploração e abate. Os abolicionistas estão estreitamente ligados à defesa dos animais em sua plenitude, pois abolem todas as práticas e teorias que hierarquizam as vidas de acordo com a espécie e lutam pelo direito pleno à vida de que gozam todos os seres vivos.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Sim, me simpatizo bastante (e busco me orientar) com os preceitos abolicionistas, pois entendo que essa corrente se inscreve de maneira mais franca e coerente com a defesa dos animais. O bem-estarismo, ao contrário da vertente abolicionista, ainda encontra entraves mercadológicos que se sobrepõe à causa animal, independente de qual espécie – até humana. Ainda, a corrente abolicionista encontra em uma parte considerável de seus adeptos alento teórico e militante para atuar em outras frentes, como direitos humanos.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim, sou a favor dos direitos humanos e acredito que ele esteja diretamente relacionado à defesa animal. Assim como historicamente se instauraram desigualdades entre gêneros, etnias e culturas humanas, esse mesmo movimento opressor se instaura entre espécies, como a opressão humana entre não-humanos. Minha crença nessas frentes de atuação para diminuir as desigualdades nos campos ambiental, social, político e cultural se justifica em dois pontos: 1 – moral, uma vez que acredito que a vida é direito universal e inalienável de todos os seres vivos; 2 – ético, uma vez que a visão antropocêntrica se inscreve em diversas instâncias da vida, desconsiderando as diferenças entre seres sencientes e, conseqüentemente, seus direitos e necessidades. Por isso, creio na necessidade de se reverter o olhar das relações humanas, entre si e entre o ambiente.

DORI

Qual sua formação/profissão?

Formada em Direito, orientadora sócio-educativa.

De que região do Brasil você é?

Sudeste de São Paulo, capital.

Qual sua idade?

35 anos

O que você entende por defesa animal?

Entendo como sendo um movimento social pela defesa dos direitos negados aos animais

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Como voluntária na proteção animal em abrigos e ativismo por meio de conscientização.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Vejo a corrente do bem estar que pretende regular algumas práticas humanitárias em relação ao animal, amenizar o sofrimento animal quando se fala dele como propriedade e isso se daria por meio de leis. O abolicionismo defende a total defesa a vida e não ele como propriedade dos humanos, como não há leis atualmente que rege tal abolição eu vejo como um princípio moral.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Analisando como levo o dia a dia, acho que sou mais da corrente abolicionista, por não utilizar nada de origem animal a medida do meu conhecimento (vestuário, alimentação), boicotar produtos testados em animais, não participar de eventos que promovam crueldades ou sejam patrocinados por marcas que tenham maus tratos etc.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Com toda certeza as duas causas são ligadas se baseiam no fundamento do respeito a vida, dignidade, moralidade não, seria agir com discriminação não acreditar nos direitos de um e negar o direito de outro. Se lutamos por uma causa social queremos justiça e igualmente nos

direitos a vida e isso só funcionará dentro de uma sociedade se lutarmos lado a lado por animais não humanos e humanos.

O que motivou você a defender os animais?

Motivo que me impulsionou foi compaixão e empatia com causa animal foi a questão dos animais abandonados desde cedo que me despertou ao ver muitos pelas ruas resolvi que devia agir, mas depois me veio a questão das outras espécies e por isso veio a questão de não mais me alimentar de animais

O que é um animal para você?

Animal para mim todo ser vivo que possa sentir dor

O que é um ser humano?

Ser humano um dito racional com capacidade de interpretar e agir em relação ao meio ambiente que o cerca

Você acha que é da proteção animal?

Hoje, com entendimento um pouco melhor acho que proteção tem várias vertentes, mas com causa única de tirar do sofrimento ou evitar que animais sofram

Você boicota produtos de origem animal?

Sim, todo tipo.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Boicoto. Procuo saber através de pesquisa e de grupos em rede social que falam do assunto

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos os animais sem distinção

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Acredito que sempre alguma forma de afastar para que de fato não se tornem prejudiciais.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Infelizmente ainda somos dependentes de algumas medicações, mas acredito que não seja incoerente a partir do momento que lutamos para mudar a questão do uso de animais como cobaias.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Positiva por já ouvir de algumas pessoas que despertaram interesse e até se tornaram definitivamente vegetarianas a partir da campanha.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Alguns avanços nos últimos anos e vejo que mesmo que políticos tenham feitos legislação ou projetos, tudo partiu de ativistas e protetores que tem experiência prática na causa animal. Acredito que ainda falta muita coisa a ser feita, mas que faltaria organização e união entre os variados grupos espalhados dentro do movimento.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Fabio Vicentini (em memória), Fabio Paiva (Holocausto Animal), Rosana Tsibana, Antonia Fatima (love cats) e Cintia Frattini(santuário terra dos bichos)

ANGÉLICA

Qual sua formação/profissão?

Fisioterapeuta e Instrutora de Pilates

Qual sua idade e em que região mora?

Tenho 48 anos, moro no Tatuapé, em São Paulo. Obrigada por me incluir na pesquisa

O que você entende por defesa animal?

Por proteção animal entendo toda ação individual ou conjunta em prol dos direitos dos animais, domésticos, selvagens e os erroneamente classificados como de Fazenda. Como Direitos, podemos entender o direito à vida e à liberdade, o direito de permanecer em seu habitat natural, e quando em situações de risco forem adotados, serem livres de maus tratos e exploração. Ao último se entende por interesses lucrativos como uso de animal para tração, entretenimento, experimentação científica...

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim, atuei como protetora independente auxiliando no resgate, tratamento, castração, vermifugação, vacinação e encaminhamento para adoção de cães e gatos. Pratico ativismo contra exploração animal em circos e aquários. Procuo mostrar as pessoas sempre que possível, que os animais são seres sencientes e que devemos respeitar seus direitos. Sou vegana, procuro influenciar as pessoas a tomarem o caminho do veganismo por considerá-lo o mais ético a ser seguido. Pratico o ciberativismo, por ser rápido, prático e de alcance mundial.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Sim. Entendo como bem-estarismo o movimento que visa o bem estar animal no momento em que ele se encontra em situação de exploração e sofrimento. Visa instalar condições que minimizem ao máximo o sofrimento animal, como aumentar o tamanho de celas de confinamento, formas de abate e utilização de animais em experimentação científica apenas quando ainda não houver alternativa para a mesma. Abolicionismo visa encerrar todo e qualquer tipo de exploração e morte de indivíduos do reino animal para beneficiar o homem.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Sim, a abolicionista. Porque embora deseje o bem estar dos animais que neste momento estão em sofrimento, eu receio que alternativas para minimizar o mesmo, como aumentar celas, abate humanitário possam ajudar a perpetuar a exploração animal, uma vez que o homem acaba se achando em situação mais confortável pensando que os animais são bem tratados em uma ou outra situação. Então, a expressão "humanitário" é bem empregue, pois ela tem caráter de atenuação de um possível sofrimento humano no sentido de aliviar a carga de culpa deste, e não da vítima.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim. Defendo os direitos do ser humano da mesma forma que defendo o dos animais, pois tenho aversão a todo e qualquer tipo de abuso onde a vítima é indefesa. Mesmo em casos de pessoas que praticaram algum tipo de crime. Temos que analisar as situações que colaboraram para esse indivíduo praticar tais crimes. Grupos humanos que sofrem preconceitos, minorias que tem seus direitos desrespeitados por suas opções religiosas, condições sócio-econômica, raça, identidade de gênero...

O que motivou você a defender os animais?

Eu os achava indefesos, desde minha infância. Então entendi que seria necessário fazer algo por eles.

O que é um animal para você?

Eles são seres encantadores, eu os acho lindos. Eles são muito semelhantes a nós, em relação à sensibilidade, tem os mesmos sentimentos de medo, dor, alegria, tristeza, anseio por liberdade. Mas tem profundas diferenças de comportamento, tanto em relação aos outros animais, como em relação à Natureza. Raramente veremos um animal ferindo outro se não for para se defender ou para se alimentar.

Ao contrário do que se dizia antigamente, eles são dotados sim, de certa inteligência, e têm capacidade de se comunicar não só entre si, mas com humanos também.

O que é um ser humano?

Não o diferencio dos animais como antigamente se fazia, como racionais. Mas o ser humano tem uma capacidade intelectual diferenciada. E os instintos são oprimidos dada sua capacidade de controlá-los racionalmente.

Você acha que é da proteção animal?

Sim, embora pouco atuante.

Você boicota produtos de origem animal?

Sim, principalmente na alimentação e vestuário. mas em produtos farmacêuticos ainda infelizmente mantenho consumo de determinados produtos testados em animais.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam?

Sim, me informo para escolher os que não testam.

Você socorre animais?

Atualmente não, mas socorri alguns casos, porque julgo ser uma obrigação ajudar um ser que está ferido ou sofrendo.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos!!!

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, Cite alguns. O que faz quando os encontra em sua casa?

Baratas, lagartixas e aranhas eu coloco para fora de casa, e procuro ter telas nas janelas. Aranha grande e pernilONGO eu mato. Certa vez encontrei um inseto parecido com o barbeiro, mas não tendo certeza, não quis matá-lo. Pegue-o, coloquei num vidro e levei até o Instituto Butantã. Lá o biólogo constatou que não se tratava de um barbeiro, apesar de muito parecido, e eu o coloquei de volta no meu jardim.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Para mim, isso é um peso na consciência, mas a Indústria farmacêutica não nos disponibiliza alternativa para todas as medicações. Estamos lutando por isso, para que os cientistas pesquisem mais sobre técnicas alternativas para livrar os animais desse absurdo, e resultados mais fidedignos.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece acha positiva, negativa ou inútil?

A princípio achava muitíssimo negativa, por entender que as pessoas relaxavam nos outros dias, e que já se sentiam satisfeitas achando que estariam fazendo o suficiente para melhorar as condições dos animais. Porém, percebi que algumas pessoas (não saberia quantificar) por experimentarem esses dias sem carne, passaram a ser vegetarianas. Não acho uma campanha inútil, mas não a divulgo.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Está avançando, mas não na velocidade que eu desejo. Pelo ativismo vegano, claro!! Sim eu acho que o veganismo tem avançado no Brasil. Graças ao ativismo. Eu acredito que um veganismo estruturado com sólidos alicerces se alcança graças ao entendimento de cada um em relação aos direitos dos animais. Ocorre que isso se dá muito lentamente, então acho que precisamos de leis que coloquem claramente os animais como seres de direito para não dar espaço a manipulações e deturpação da interpretação das mesmas, favorecendo determinados grupos que se favorecem da exploração animal. Eu acredito que uma lei mais abrangente colocando os animais como seres de direito livra o ativismo de lutas parciais para conquistas segmentadas.

BERI

Qual sua formação/profissão?

Tenho segundo grau completo. Sou dona de casa

De que região do Brasil você é?

Litoral sul de São Paulo

Qual sua idade?

65 anos

O que você entende por defesa animal?

Defender toda forma de bem estar animal. Onde não haja sofrimento algum.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Apoio causas animais. Procuro não consumir produtos animais, embora ingira algum alimento que contenha leite ou ovos. Não uso couro na vestimenta. Não uso produtos testados em animais quando tenho conhecimento quais são.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Seria o bem-estarista cuidando pra que os animais vivam bem e não sofram na morte, quando do alimentar um humano. Abolicionismo, o animal ficar livre, deixar de ser propriedade ou usado de alguma forma, pelo humano.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Simpatizo com as duas correntes porque nunca conseguiremos que o homem deixe de usar animais ou comer e eu faço a minha pequena parte, divulgando o vegetarianismo e veganismo (mesmo que eu não seja vegana)

Você é a favor dos direitos humanos Por quê?

Todo ser tem direito a as coisas básicas, humano ou não.

O que motivou você a defender os animais?

Quando eu tinha uma loja, apareceu uma cadela de rua e a acolhemos na loja. Então ela deu cria e começamos a ter problema com os carros na rua e os filhotes. Isso me despertou a preocupação em cuidar não só da minha, mas daqueles indefesos e sem rumo. Eu gostaria deles e ver animais abandonados e sendo maltratados me fez querer ajudar.

O que é um animal para você?

Animal é qualquer ser vivo.

O que é um ser humano?

É um animal que conseguiu manipular ferramentas e se saiu melhor que os animais irracionais. Aliás, nem sei se devem ser chamados de irracionais.

Você acha que é da proteção animal?

Acho que sim porque consigo fazer o bem pra alguns animais.

Você boicota produtos de origem animal?

Sim

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Boicoto e procuro me atualizar.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos que estejam em risco, inclusive os selvagens ou silvestres.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.**O que faz quando os encontra em sua casa?**

Acho que barata e formiga são prejudiciais, andam na sujeira e levam bactérias pra comida quando passam por ela. Não mato formiga, apesar delas destruírem minha verduras e plantas, mas mato barata. Elas devem ter um propósito na natureza, sempre me pergunto, mas as poucas que vejo em casa, procuro eliminar.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

É muito difícil pra mim responder essa pergunta, porque minha filha precisou de remédios que talvez tenham sido testados em animais e amigas fizeram tratamento pra câncer (quimioterapia) em animais, inclusive. E talvez se não tivesse sido testado e não existisse o remédio minha filha não estaria viva.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Acho positiva toda campanha que faz as pessoas pensarem um pouco, pois amigos vão comentando com outros e vai aumentando a turma que quer mudar de hábitos, que percebe o quanto os animais são seres tão importantes quanto nós.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Esta mudando por causa somente dos ativistas. Mas está crescendo também o número de oportunistas, aproveitadores e corruptos, dentro da proteção. Falta consciência da parte das pessoas. Falta caráter. E falta informação por parte da população. Mas penso que nunca resolveremos metade do problema dos animais abandonados, porque há muitas pessoas fazendo criação de cães e gatos em fundo de quintal, pessoas comprando cães porque é moda e depois se desfazendo deles. Governo que não facilita castrações.

TAIS**Qual sua formação/profissão?**

Me formei em pedagogia, mas atualmente sou comerciante.

De que região do Brasil você é?

Sou de São Paulo capital, mas atualmente morando no estado de Paraná.

O que você entende por defesa animal?

Para mim, a defesa animal é uma causa social que luta para proteger os animais de toda espécie.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Colaboro ocasionalmente com doações e também ajudo a divulgar apelos, campanhas de conscientização, adoções de animais e tudo que é relacionado a proteção animal.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Estou há pouco tempo por dentro do assunto, mas pelo que já li e estou vendo na prática o bem estar animal se refere à proteção de animais de forma limitada, como, por exemplo, o abate humanitário, que ele deve ser feito com regras para que o animal não sofra. Já o abolicionismo acredita que não existe como não ter sofrimento quando se trata de defender a vida do animal.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Acho que simpatizo mais com o abolicionismo já que também não creio num método que faça diminuir o sofrimento dos animais para nosso próprio consumo

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou a favor completamente, acredito que a defesa do ser humano é interligada a defesa animal, seria contraditório defender a vida de um e deixar o direito humano de lado, eu luto por direitos a vida seja qual espécie for.

O que motivou você a defender os animais?

Fui motivada por conta de amigos que já faziam parte da causa animal e sempre tive animais em casa, mas passei a ter mais consciência do sofrimento daqueles que não tinham um lar.

O que é um animal para você?

Ser indefeso que tem sensibilidade ao sofrimento como nós humanos mas não podem expressar.

O que é um ser humano?

Uma pessoa que tem a consciência e sabe expressar suas atitudes e ações.

Você acha que é da proteção animal?

Faço parte como divulgadora da causa animal, mas a proteção animal é muito ampla.

Você boicota produtos de origem animal?

Sim, sempre

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Com certeza, sempre pergunto para pessoas com mais conhecimento e ONGs que já tenham feito pesquisa a respeito desse assunto.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Acredito que todos devem ser protegidos, já que nenhum está imune a crueldade.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

A meu ver, acredito que alguns são prejudiciais se tiverem contato direto com humanos, mas eles são importantes dentro do sistema ambiental por isso não mato. Se encontro dentro de casa, por exemplo, eu coloco para fora e uso repelente natural também.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Complicado essa pergunta, mas acho que não seja incoerente pois só faço uso quando é realmente necessário, mas por mim os testes em animais deveriam ser abolidos.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Eu particularmente comecei a ser vegetariana participando dessa campanha e depois fui deixando de comer os outros dias também. Muitos veganos acham que não é positiva, mas eu discordo nesse ponto. Já que há um público fora da proteção animal que precisa de um pontapé para começar.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Estou há poucos anos dentro da proteção animal, mas já vejo avanços em algumas partes, como criações de delegacias, secretarias e etc. Mas não vejo como sendo por conta dos governantes, mas por conta dos ativistas, claro que algumas vezes os representantes políticos ajudam, mas a atitude inicial é sempre do ativismo. Agora quanto ao movimento, acho que falta uma liderança forte que consiga vencer a barreira da controvérsia, pois há muitos grupos de proteção animal que batem de frente uma com a outra, até vejo que algumas batalhas políticas, reuniões com prefeitos e etc foram prejudicadas por conta disso.

ANA

Qual sua formação/profissão?

Superior incompleto, técnica ambiental.

Qual sua idade e formação?

Tenho 37 anos, moro em SP, no bairro ferreira.

O que você entende por defesa animal?

Defesa animal é respeitar todos os animais existentes em nosso habitat, inclusive nós humanos, respeitando suas características naturais em nossa Biosfera.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim Preservando suas características e não usando-os para qualquer tipo de benefício pessoal

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes?

Não tenho conhecimento

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Porque tudo que vive em nosso habitat, tem uma razão de ser e não existe para benefício do ser humano.

O que motivou você a defender os animais?

O fato deles não terem "voz ativa" para se defenderem sozinhos

O que é um animal para você?

Um ser vivo, tal quanto nós

O que é um ser humano?

Um animal vivente na Terra

Você acha que é da proteção animal?

Sim

Você boicota produtos de origem animal?

Sim, na medida do possível.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Sim, na medida do possível. Faço pesquisas pelo computador, e muitas vezes tento contato com empresas duvidosas.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim, como os pernilongos. Na maioria das vezes os espanto, quando não dá, infelizmente mato.

Você acha incoerente defender os animais

Sim, porque não consigo vê-los sofrer.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Preciso pensar melhor sobre isso. Tive que tomar a vacina de raiva e pensei muito nos macacos do instituto Butantã (mesmo assim tomei).

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Por um lado positiva, abre espaço para carnívoros experimentarem nossas comidas. Por outro lado negativa (como se incentivasse a terça, quarta, quinta e sexta com carne).

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos?

Acredito que sim, pela divulgação e tantos ocorridos nesses últimos anos (como o instituto royal)

JENIFFER

Qual sua formação/profissão?

Advogada

Que região da cidade você mora?

Zona norte de São Paulo

O que você entende por defesa animal?

Entendo por defesa animal, nada mais que defender os animais, no mesmo sentido que seres humanos, visto que hoje em dia também temos leis próprias para isso, muito embora sua aplicação seja, ainda, precária. Defender no sentido de que também são seres vivos, possuidores de direitos iguais aos nossos, tais como: dignidade, alimentação, moradia, saúde, enfim.. a única diferença pra mim no exercício desses direitos é que tratamos de seres irracionais, mas que também sentem fome...dor....etc.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim, mas não tanto quanto gostaria. Fiz muito resgatei, cuidei e doe. Infelizmente tem quase dois anos que não faço isso, por dificuldades financeiras e falta de tempo. Hoje, me limito a ser voluntária em um Abrigo; e faço doações esporádicas para casos que vejo na internet através de pedidos de ajuda de protetoras conhecidas.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Não. Não sei o do que se trata

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim claro, só sou contra àqueles que o operam. Infelizmente estamos bem longe da sua aplicação. A desigualdade é imensa, por isso, estamos muito longe da ideia de que todos somos iguais. Com relação aos animais, gostaria muito que seres humanos racionais e irracionais fossem tratados da mesma forma, visto que existem leis específicas para ambos.

O que motivou você a defender os animais?

Quando perdi um cãozinho que ganhei do meu pai. Iniciei uma busca para adoção. Conheci o grupo no qual a tutora pertencia e acabei entrando para o grupo.

O que é um animal para você?

São como pessoas que apenas não falam, mas tem sentimentos, sensações, enfim pessoas em patas.

O que é um ser humano?

Um animal racional.

Você acha que é da proteção animal?

Já fui, porém hoje por circunstâncias diversas me afastei bastante.

Você boicota produtos de origem animal?

Não. A consciência é de cada um. Eu evito comprar sim. Eu e minha família.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Não, porém procuro não compra-los. Recebo muitos emails sobre o assunto de protetores.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Em regra todos, porém confesso que não gosto se insetos.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim, exemplo pernilongos transmissores de dengue, zica. Eu tenho as lâmpadas q inibem a presença. Utilizo repelente corporal e de tomada também. Eu mato.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Não acho. Estamos muito longe de testes seguros em seres humanos. Sou contra o sofrimento pó qual são submetidos. E infelizmente existe a necessidade dos testes. Gostaria que fosse reduzido o tipo de animal. Sei que também é injusto monopolizar, mas sou a favor de testarem apenas em ratos, muito embora eu saiba que eles também são seres vivos e sentem dor, porém a ciência precisa evoluir.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Sim conheço e acho válida. Viemos de uma sociedade carnívora. Talvez para as novas gerações essa cultura possa mudar e qualquer incentivo é válido.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil?

Sim acho. Estou neste meio desde 2009 e vejo que a cada ano, mesmo que a passos de tartaruga, a proteção conquista pessoas.

Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos?

Com certeza dos ativistas. O governo apenas de incumbiu de criar uma lei que é muito fraca ainda, se não me engano é de 98. Porém quem faz com que ela seja aplicada são os ativistas.

ANITA

Qual sua idade, em que cidade do Brasil você mora e bairro, para categorizar a pesquisa? Obrigada!

Tenho 52 anos, completados nesta semana. Sou paulistana, mas moro no Jardim Leonor, em Itatiba (SP) desde 2010.

Qual sua formação/profissão?

Sou graduada em Química e concluí quatro pós-graduações. Trabalho na área comercial.

O que você entende por defesa animal?

Entendo que defesa animal é conscientizar as pessoas sobre a necessidade de proteção, castração, medicação, resgate e outros que se façam necessários para os animais. E, logicamente, não só falar, mas agir em favor dos animais.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim. Tenho resgatado e cuidado de animais carentes. E, como protetora virtual, tenho tentado ajudar protetores e animais necessitados.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Desculpe, mas não tenho conhecimento. Gostaria de saber mais a respeito.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou a favor dos direitos humanos, desde que não vá contra os direitos dos animais.

O que motivou você a defender os animais?

A inocência e falta de defesa deles. O meu amor e respeito por eles.

O que é um animal para você?

Tudo. Vale mais do que humanos, por serem inocentes e indefesos.

O que é um ser humano?

Um ser em evolução.

Você acha que é da proteção animal?

Acho que muitas pessoas realmente tentam ajudar os animais, porém outras se aproveitam de situações para tirar proveito. A proteção animal precisa da ajuda de leis mais rigorosas e do apoio dos governantes.

Você boicota produtos de origem animal?

Todos. Sou vegana. Boicoto mesmo e divulgo.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam.

Sim, procuro sempre me informar em sites como PEA e PETA.

Você socorre animais, se sim, por quê.

Sim, claro que socorro. Jamais conseguirei ver um ser inocente precisando de ajuda e virar as costas, porque eles têm tanta ou mais importância que os seres humanos.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos os animais devem ser protegidos pela defesa animal.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim, alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos, como o mosquito que transmite dengue e febre amarela. Quando encontro insetos em casa, coloco-os para fora sem machucá-los. Na verdade, só tenho aversão mesmo a baratas, por serem nojentas.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Sim, totalmente incoerente. Procuro saber a origem dos medicamentos, cosméticos, perfumes antes de adquiri-los.

Você conhece a campanha Segunda Sem Carne da Sociedade Vegetariana Brasileira? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Conheço a campanha e acho que deveria ser "vida toda sem carne" e não somente às segundas-feiras. Acho positiva, espero que tenha muitos adeptos e que "um dia" todos os seres humanos passem a ser veganos.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Acho que a proteção está avançando por causa dos ativistas, que muitas vezes acabam vencendo eleições (como em minha cidade). Porém, precisamos de mais união e de leis mais rígidas que cobrem realmente quem maltratar animais.

MARCOS

(Marcos Feo Spalini, presidente da ONG Holocausto Animal)

Qual sua formação/profissão?

Sou formado em psicologia pela UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba).

O que você entende por defesa animal?

A defesa animal é um conceito que deve englobar a proteção de todos os seres na Terra capazes de experimentar a dor, o sofrimento, a alegria e o prazer, ou seja, todos aqueles que possuem o fenômeno da senciência, que é a capacidade de sentir. A defesa animal possui várias frentes de atuação, incluindo a frente acadêmica, na qual podemos encontrar uma produção muito boa da filosofia dos direitos animais, e também a frente da ação direta, que implica em afastar diretamente o animal do seu abusador. Muitas vezes, a segunda alternativa envolve a violação das leis humanas (por exemplo, invadir um laboratório e libertar os animais), mas não é ao acaso, pois a legislação atual sempre coloca os interesses humanos acima dos interesses dos animais, portanto quando você procura defender um animal da mão humana, provavelmente estará indo contra qualquer lei vigente.

Infelizmente, o senso comum sustenta a ideia de que os defensores de animais só protegem cães e gatos e que são “loucos”, “fanáticos” e “extremistas”. Porém, tal cenário tem sido alterado devido à popularização do veganismo. O fato é que todos nós somos “extremistas” quando o assunto é estupro ou abuso sexual de crianças. Todos nós somos extremos nesses aspectos, e nunca adotamos uma posição de meio-termo quando uma mulher é estuprada por um psicopata – nós sempre somos contra, radicalmente contra.

Tom Regan, um dos grandes filósofos da ética animal, disse que a pergunta não é se os defensores de direitos animais são “extremistas”, mas sim, “eles estão certos”?

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim. No momento tenho uma página no Facebook chamada O Holocausto Animal, destinada a denunciar toda prática humana que envolva a exploração dos animais. Também participo, quando possível, de resgates de animais usados na pecuária e em outros meios comuns.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Sim, e a discussão sobre tais termos é extremamente importante. Os bem-estaristas acreditam que podemos oferecer um tratamento “humanitário” aos animais explorados pelo homem, isto é, podemos tratar “bem” um animal na pecuária ou em um laboratório de pesquisa, colocando em prática uma série de métodos que, em tese, eliminariam o sofrimento destes animais. Já os abolicionistas partem de outro pressuposto, considerando que os animais não devem ser usados, sob nenhuma forma ou justificativa, para fins humanos, por considerarem que os mesmos possuem interesses próprios.

O bem-estarista acredita que pequenas mudanças legislativas podem levar, um dia, a abolição do uso animal. Ele crê que criar galinhas “soltas” na indústria de ovos, ao invés de apinhadas em gaiolas minúsculas, já seria um avanço significativo para o “bem-estar” dos animais. Só que essa é a corrente adotada pelos exploradores, porque regula a prática, ao invés de extingui-la. Ao contrário da abolição, que exige o fim do uso animal, e, portanto, pode ser visto sim como um movimento “radical”, pois vai à raiz do problema, modificando definitivamente o status moral que os animais possuem na sociedade, passando de coisas para sujeitos de direito.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê?

Sem dúvida nenhuma pertencço à corrente abolicionista. O bem-estarismo fracassou ao longo da história. Há décadas estamos aplicando os seus princípios, mas na prática, os animais são usados e explorados cada vez mais pela mão humana. Um bom exemplo disso é que o número de animais usados em pesquisa científica aumentou exponencialmente nas últimas décadas, apesar de várias leis terem sido lançadas com o propósito de evitar a “crueldade desnecessária” e o “bom tratamento” dos animais da vivissecção.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Certamente, sim. Porque todo ser senciência deve ter direito à vida, liberdade, integridade física e psicológica. Os humanos, por serem animais sencientes, também devem ter direitos

respeitados. Porém, lamentavelmente os humanistas sempre defenderam direitos só para os humanos, colocando-nos em uma posição de superioridade em relação aos outros animais, como se fôssemos uma “pérola divina”, os únicos “racionais” e inteligentes.

Animais humanos e não-humanos devem ser contemplados com o direito básico de não serem tratados como propriedade de terceiros, e, no caso de um conflito entre a escolha da vida de um humano ou de um animal, a situação é sempre favorável para o lado mais fraco e vulnerável – no caso, os animais.

O que motivou você a defender os animais?

Oi Mônica tudo bom Eu sou do Estado de São Paulo então respondendo a primeira pergunta que motivou defender os animais foi a ação do Instituto Royal em 2013. Depois que eu vi o resgate dos animais do laboratório eu passei a ter contato com os protetores de animais e passei também a ter contato com a literatura sobre direitos animais e sobre veganismo aí eu passei a me tornar um ativista, criar a página holocausto animal e assim sou até hoje, mas principalmente o que me fez realmente entrar para o veganismo foi perceber a situação dos animais que estão hoje em extrema exploração e que eu não tinha conhecimento. Assisti a um documentário e uma série de informações que não sabia e por isso resolvi defender os animais.

O que é um animal para você? O que é um ser humano?

Bom na verdade todos nós somos animais né então Os animais são seres sencientes que podem sentir eles têm a consciência e são seres que se importam com a própria vida. Isso é importante a ser destacado que os animais assim como o ser humano que também é um animal podem se sentir dor sofrer e como seres biológicos dotados de sistema nervoso os animais podem ter sensações que nós também podemos ter emoções e sentimentos o que há muito tempo sempre foi negado né?

Vou responder essa segunda e a terceira pergunta então.

Bom eu acho da proteção animal aqui no Brasil não começou depois do Instituto Royal claro. Mas recentemente que se começou a debater o veganismo não pelo menos aqui no Brasil né, que se intensificou esse debate. Mas eu considero que é muito importante no trabalho esse efeito muito importante inclusive de resgate de animais tem que ser feito. Não dá para ignorar os animais que estão sofrendo. Agora nesse momento cães, mas todo esse problema da domesticação também, mas claro que não basta ficar só no resgate. É preciso ter uma revolução de como a gente considera os animais muitas vezes eu vejo que proteção animal age de forma muita amadora né, então acho que falta muita organização também.

Você boicota produtos de origem animal?

Com certeza eu sou vegano e, portanto, não consumo nenhum produto ou o que tem algum alimento de origem animal derivados nem leite, nem carne. Não uso couro e peles. O produto que contém a pele de animais e então eu boicoto sim.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam?

Por enquanto sim. Sempre procuro me informar, mas eu acho mais confiável os grupos que tem na internet sobre veganismo né, tem um que chama junk food vegan e lá o pessoal sempre manda a resposta do que as empresas respondem. Eu também sempre entro em contato com as empresas para saber se elas fazem testes ou não. Eu faço esse boicote sim e tomo além de confirmar com a própria empresa eu olho nos grupos do Facebook né, aí entram os cosméticos que eu praticamente não uso. Nem o shampoo que já não uso os que são testados e do restante, é basicamente isso.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Então os animais que devem ser protegidos são os animais sencientes que podem sentir tem sistema nervoso e que a gente sabe que eles sofrem, então todos os animais que a gente explora a gente já tem certeza que eles sofrem: a vaca, peixe, boi, galinha e também os animais usados em experimentação e ratos, camundongos, macacos, os cães, gatos e além disso tem outros animais que também têm senciência, mas esse tem que ser o critério. Então, por exemplo, pode ter algum animal que seja improvável que exista algum tipo de senciência né, então os que devem ser protegidos e serem incluídos na legislação para terem direitos são os animais que têm senciência.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim considero que infelizmente por conta das condições sanitárias que o ser humano criou né, especificamente, por exemplo, a dengue que chegou por conta das más condições de saneamento, então eles podem se tornar prejudiciais sim para o ser humano e

sem contar que eles são realmente venenosos, né. Considero que muitas vezes o veganismo é a gente fazer aquilo que está dentro do possível né, então o que a gente puder fazer para afastar esses animais das nossas casas para eles não entrarem e tem que ser feito. Então eu, pessoalmente, não costumo matar barata, por exemplo, mas nunca chegou a entrar um rato em casa, mas o máximo que eu puder eu evito sim. Se tiver sempre procuro afastar, assim se chegar alguma aranha uma lagartixa...

Você acha incoerente defender animais e tomar remédios que foram testados em animais?

Na verdade não, porque o que acontece é que os testes que são feitos com animais são feitos em medicamentos para se avaliar os efeitos que a droga vai ter naquele animal lá e depois isso passa para a fase seguinte, que são os testes em seres humanos. Esse é o caminho inevitável. Toda droga aqui que foi testada em animais será testado no ser humano e quando eu digo o ser humano eu digo o animal humano e animais não humanos. Então, as drogas são testadas para se avaliar o efeito, mas, por exemplo, um vegano que toma o medicamento ele não está sendo menos vegano por isso. Veganismo é fazer aquilo que está dentro da medida do possível e se a gente não tiver saúde não tem nem como continuar a ser ativista né, então... E sem contar que os remédios que existem que estão no mercado, na farmácia, eles estão lá por que passaram em testes clínicos com seres humanos né, e muitos dos que acabam passando em teste com animais quando eles são testados nos seres humanos geram uma série de efeitos danosos. Então não é incoerente.

Você toma remédio e defender os animais ao mesmo tempo, porque a gente defende que a experimentação animal deve acabar, porque ela prejudica a ciência, ela é prejudicial, ela é um atraso para a ciência. Existe há muito tempo, desde antes de Cristo que existia métodos vivisseccionistas, né de abrir os animais quando eles estão vivos, então isso tem que mudar, isso se a ciência não tomar esse passo para frente ela vai continuar estagnada e a química e farmacologia não dependem da experimentação animal para existir. Por exemplo, a própria penicilina, primeiro antibiótico da história foi descoberto in vitro.

DOUGLAS

(Douglas Geovanini, presidente da ONG Camaleão)

Qual sua formação/profissão?

Sou comunicador social, com habilitação em Publicidade e Propaganda. Uso meus conhecimentos em comunicação para promover os Direitos Animais. Fundei o Portal Camaleão alguns anos atrás e atualmente sou membro da Sociedade Vegana.

O que você entende por defesa animal?

Defesa animal, ou defesa dos animais, ou direitos animais é a luta pela igual consideração de interesses entre espécies, é a luta pelo respeito aos animais não-humanos por serem seres também sencientes e, portanto, possuidores de direitos. É a defesa de que os animais são sujeitos de direito e não propriedade dos seres humanos.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim, o primeiro passo para contribuir com o respeito aos animais é praticando o Veganismo, ou seja, não consumindo produtos que tenham sido obtidos dos corpos dos animais, como carne, leites, ovos, etc, ou produtos que tenham sido testados em animais.

Em segundo plano, pós-Veganismo, tornei-me ativista pelos Direitos Animais, atuando especialmente na parte de Educação e Conscientização sobre todo o universo de temas relacionados aos animais (abolição do especismo, do antropocentrismo, rodeios, comércio de animais, testes, divulgação do Veganismo, etc).

Iniciei meu ativismo individualmente e posteriormente fundei o grupo CAMALEÃO que atua visando uma mudança de pensamento e atitude em relação à forma que nos relacionamos com as outras espécies de animais.

O CAMALEÃO desenvolve uma série de atividades educativas, que é o foco principal do grupo, atuar na conscientização sobre Direitos Animais, realizando palestras, eventos, grupos de estudos de direitos animais (GEDA VALE), cinemas animalistas (CINEMÃO), oficinas de capacitação para voluntários e também ações físicas com contato direto com o público, através de intervenções artísticas, ações de conscientização de rua, participações em manifestações, atuações em conjunto com outras organizações e coletivos e também ações de registros de uso, maus-tratos e exploração animal.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Tenho plena consciência dessas vertentes de pensamento e ainda diria que o bem-estarismo não é uma parte, uma divisão do movimento animalista (movimento em defesa dos animais), exatamente, pelo fato de que o bem-estarismo é uma proposta contrária aos interesses dos animais.

Animal algum tem interesse em ser tratado como objeto, mercadoria, propriedade ou mero recurso, seja para qual finalidade for. O bem-estarismo não luta para o fim do uso e exploração animal e sim para que os animais continuem sendo usados, mas apenas sendo usados de forma mais cautelosa, não muito violenta.

O bem-estarismo não garante direitos aos animais, pelo contrário, o bem-estarismo é a manifestação de que os animais são objetos dos seres humanos e que podem ser usados para fins diversos, desde que não haja crueldade no tratamento (além da crueldade habitual inerente ao processo de uso de animais, seja para pecuária, rodeio, testes ou outros).

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Sim, pertencço a corrente abolicionista, a corrente legítima do movimento de Direitos Animais. Simplesmente, por que, para mim (para a ciência e a filosofia moderna também), os animais são seres sencientes, portanto, possuem uma compreensão do mundo a sua volta e possuem interesses próprios e, conseqüentemente, não possuem interesse algum em serem usados para nossas finalidades antropocêntricas.

Sou contrário ao uso de animais para qualquer finalidade, pois entendo que eles são pessoas e não objetos e sou contrário ao uso deles, independente se houver maus-tratos graves ou não, em questão. Assim como sou contrário a escravidão humana, mesmo que em uma perspectiva bem-estarista, de escravo “bem-tratado”. Animais-humanos e não-humanos são pessoas e não recursos para terceiros imporem suas vontades.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou, claro, obviamente. Por que os direitos humanos é uma proposta de universalização de direitos a todas as pessoas humanas, independente de diferenças étnicas, religiosas, culturais, etc. E isso é uma proposta justa, ética, imparcial e necessária.

PABLO

Qual sua formação/profissão?

Sou formado em Administração de empresas com ênfase em comércio exterior. Atualmente aposentado por invalidez (tetraplegia)

O que você entende por defesa animal?

Para mim é um movimento que luta contra qualquer tipo de exploração e maus tratos aos animais não humanos

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sim, como parte da luta em que acredito sou vegano e não consumo nada de origem animal. Sou ativista e trabalho como divulgador da proteção animal.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Sim tenho conhecimento. Os bem estaristas para mim acreditam na aceitação da utilização dos animais desde que seja feita dentro de um conceito de não sofrimento e que seu consumo útil é aceitável. Os abolicionistas não acreditam nesses parâmetros de reducionismo ou menos dor quando se trata da vida e sua exploração.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Sim, sou abolicionista de modo geral acredito que é possível a abolição de todo tipo de exploração, que o ser humano pode conviver bem dentro desse conceito.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim sou favor dos direitos humanos, acho que a defesa animal não é uma excludente pelo contrário é uma agregação de luta contra a exploração se partimos do princípio que ambas tem origem na violência moral, física incorporadas, não vejo como lutar e acreditar num direito para animais não humanos e não ser a favor dos direitos humanos.

MILA

Qual sua formação/profissão?

Atualmente aposentada.

De que região do Brasil você é?

São Paulo. SP

Qual a sua idade?

68 anos

O que você entende por defesa animal?

Defesa animal é proteção a todas espécies de animais contra maus tratos, morte, destruição de habitat, etc.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Dando ração a animais de rua. Acionando ONG para resgate múltiplo. Assinando todas as petições online em favor de animais, repassando pedidos de ajuda de protetores. Sei que o que faço é pouco e insuficiente, mas é o que consigo.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Sim. Os bem-estaristas lutam pelo bem estar dos animais mesmo em fazendas de explorações, matadouros e creio que até laboratórios. Por outro lado os abolicionistas defendem que o animal não deve ser nem explorado de forma alguma, nem consumido.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou mais a favor de direitos a todos seres vivos, somente humanos é especismo.

O que o motivou você a defender os animais?

Acho que é o fato de eles serem indefesos contra o que o humano tem de pior. Simplesmente acho que toda forma de vida exige respeito e não é o que ocorre para com os animais.

O que é um animal para você?

Todas as criaturas vivas que não são vegetais.

O que é um ser humano?

É um animal que fica aborrecido quando chamado de animal.

Você acha que é da proteção animal?

Não. Faço pouco, dentro do que me é possível, e isso é insuficiente.

Você boicota produtos de origem animal?

Apenas em parte. Boicoto por exemplo produtos que são testados em animais, os feitos de couro, penas, peles. Por outro lado, consumo ovos, leite e raras vezes até carne.

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam?

Sim. Me informo sobre produtos que não testam em sites da internet.

Quais animais devem ser protegidos pela defesa animal?

Todos.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

Sim. Os insetos mais comuns em nossas casas são pernilongos, baratas, formigas, cupins e traças. Os três primeiros podem transmitir doenças. Quando os encontro em minha casa, os mato, não conheço nenhuma outra forma de se livrar deles.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Sim. É muito incoerente. Remédios deveriam ser testados de outras formas e não em animais.

Você conhece a campanha segunda sem carne da Sociedade Vegetariana Brasileira ? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Conheço e com certeza é muito positiva.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Acho que a proteção está avançando sim, tanto no Brasil quanto no mundo e com certeza por causa dos ativistas. Muito ainda está para ser feito, mas a proteção se esforça na medida do possível.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Brigitte Bardot

JANE

Qual sua formação/profissão?

Curso superior completo. Analista de comércio exterior.

De que região do Brasil você é?

SP, capital

Qual a sua idade?

39 anos

O que o motivou você a defender os animais?

A discriminação e abandono que sofrem

O que é um animal para você?

É um presente de Deus, que preenche nossas vidas da melhor forma possível.

O que é um ser humano?

É um ser racional, que infelizmente muitas vezes é movido pela ganância.

Você acha que é da proteção animal?

Ela deveria ser mais divulgada e receber apoio de instituições privadas e públicas

Você boicota produtos de origem animal?

Sim

Você boicota produtos que foram testados em animais? Se sim, onde você se informa sobre quais não testam?

Procuro acompanhar as marcas divulgadas num site e sabendo, não compro.

Você acha que alguns insetos são prejudiciais aos seres humanos? Se sim, cite alguns.

O que faz quando os encontra em sua casa?

sim, como no caso do transmissor da Dengue etc. Eu mato.

Você acha incoerente defender os animais e tomar remédios que foram elaborados a partir da experiência animal?

Sim. Acredito que com toda tecnologia existente, a experiência com animais deveria ser banida.

Você conhece a campanha segunda sem carne da Sociedade Vegetariana Brasileira ? Se conhece, acha positiva, negativa ou inútil?

Sim. Extremamente positiva e deveria ser mais divulgada, em mídias sociais de grande visualização.

Você acha que a proteção animal está avançando no Brasil? Se sim, seria por causa dos ativistas ou dos governos? Se não, o que você acha que deveria ser feito, ou o que está faltando no movimento?

Sim, por conta dos ativistas, mas ainda está muito LONGE do ideal, por conta da falta de uma legislação mais severa em prol dos animais e também apoio de mídias sociais de grande impacto.

O que você entende por defesa animal?

A necessidade de haver Leis que protejam o bem estar e condição de vida sem crueldade e fins exibicionistas ou lucrativos em cima dos animais. A necessidade de protegê-los diante da sociedade.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Sou voluntária em um abrigo de cães na zona sul de SP e ajudo financeiramente protetoras independentes em resgates e cuidados de animais necessitados, visto que não posso no momento recolher mais animais para cuidados em casa.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Não.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sim, desde seja determinado responsabilidades e deveres perante os direitos aos animais, com punição severa e eficaz.

LUNA

O que você entende por defesa animal?

Entendo como um conjunto diversificado de ações, promovidas por diferentes pessoas ou grupos de pessoas, com o objetivo de garantir o respeito aos direitos animais.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Me tornei vegana há cerca de sete anos. Desde então, tenho atuado principalmente na troca de informações sobre como é possível viver diariamente em busca de se eliminar ações que incentivem a exploração animal. Promovo, assim, um estilo de vida vegano, seja tirando dúvidas das pessoas, organizando oficinas de culinária ou fornecendo alimentos livres de ingredientes de origem animal.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Sim. Entendo que, em resumo, o bem-estarismo não considera errado o uso dos animais para atendimento de interesses humanos - sejam voltados a necessidades reais ou não - desde que o tratamento dos animais durante esse uso seja de acordo com determinadas condições que o movimento estabeleça como "boas". A linha abolicionista considera antiética qualquer forma de uso dos demais animais para satisfação de interesses humanos e, portanto, acredita que esses usos devam ser abolidos.

(Somente para quem conhece a divisão acima) Você acha que pertence ou simpatiza com alguma das duas correntes? Se sim, diga por quê.

Entre essas correntes, me identifico com a abolicionista, por acreditar que a exploração de animais de qualquer espécie - por parte dos seres humanos - é antiética, independente da forma com que o uso aconteça.

Também enxergo riscos ao respeito dos direitos dos animais com a expansão das práticas bem-estaristas, por uma série de motivos. Ela pode tornar a exploração dos animais um negócio mais lucrativo, seja por permitir um aumento na produção de determinado produto, seja por dar base para ações de marketing voltadas para consumidores que aceitam pagar mais por determinado produto ao acreditar que ele é feito de uma forma que garante o bem-estar dos animais ou, ainda, quando tranquiliza a consciência de pessoas que começaram a se questionar sobre o uso de produtos frutos de exploração animal, mas ainda não buscaram informações e ações práticas sobre como abolir o uso desses itens, de modo que continuam os consumindo, crendo que há formas boas ou éticas de se tratar os demais animais ao mesmo tempo em que se faz uso deles.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou a favor do respeito aos direitos humanos da mesma forma em que acredito na necessidade de se respeitar os direitos dos animais das demais espécies. Acredito, ainda, ser impossível se respeitar os direitos animais ao deixar de lado direitos fundamentais para os indivíduos de qualquer espécie de animal senciente. Quando falo em direitos fundamentais, me refiro aos relativos à integridade (física e psicológica), à liberdade e à vida.

A questão dos direitos humanos abrange uma infinidade de aspectos e casos bastante específicos, por conta da diversidade de seres e relações estabelecidas dentro de nossa espécie. Além disso, nosso conhecimento sobre as necessidades dos indivíduos de nossa própria espécie tende a ser mais abrangente que o saber acerca dos indivíduos das outras tantas espécies existentes.

Mas mesmo com toda a complexidade, a questão dos direitos humanos ainda me parece baseada nos direitos básicos mencionados antes (vida, integridade e liberdade). Acredito que estes direitos devam ser respeitados com relação a animais de qualquer espécie, humana ou não.

JOSALINE

Qual sua formação/profissão?

Formada em Ciências Sociais; atuo como Socióloga em duas ONG's (Projeto Namaskar – fortalecimento de vínculos de crianças, adolescentes e suas famílias. É um projeto da AMURT que tem como filosofia a Educação Neohumanista e Blá Blá Blá PositHivo – Garantia de Direitos de Famílias com foco na prevenção de DST's e Aids.). E como Professora de Aprendizagem na Guarda Mirim de Ubatuba.

O que você entende por defesa animal?

Entendo que Defesa Animal é garantir a cada espécie o direito à vida e a desenvolver suas atividades sem ser explorada pelos humanos; a galinha de granja, por exemplo, não

desenvolve nenhuma atividade estando presa em um galpão com outras milhares de galinhas sem poder ciscar, se reproduzir e cuidar de sua cria.

Você tem contribuído de alguma forma para a defesa animal nos últimos anos? Se sim, como?

Tornei-me vegetariana há cerca de 8 anos por não concordar com a forma de criação, exploração e abate dos animais, sempre que possível cuido de animais de rua seja adotando (tenho 6 gatos e 4 cães) ou simplesmente dando remédio e comida aos que não posso adotar e incentivo pessoas a adotarem e/ou cuidarem de animais abandonados.

Você tem conhecimento da divisão do movimento animalista entre bem-estaristas e abolicionistas? Se sim, quais as diferenças entre essas duas correntes.

Não sabia que havia uma divisão neste movimento.

Você é a favor dos direitos humanos? Por quê?

Sou a favor dos direitos humanos pelo mesmo motivo de ser a favor pelos direitos dos animais: ambos merecem ter uma vida plena e baseada no respeito.

DINA

Qual sua profissão?

Pedagoga e vendedora.

Qual sua idade?

26 anos.

Que região da cidade você mora?

Região central de Juiz de Fora (São Mateus).

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Que eu me recorde, ainda não tive a oportunidade.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Boicoto, sim, com certeza, todos, inclusive.

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Sou voluntária da SVB e nós fazemos reuniões no Emporium Vida.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Todos nós nos conhecemos, sim, pelo nome, pelo menos, conheço todos os que estão mais à frente.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

Pelo menos, uma vez por semana.

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Faz pouco tempo que entrei para a SVB, por isso, não sei responder a essa pergunta.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Não!

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Levo em conta tudo, sobretudo a questão animal.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Levo em conta, sim, porém, levo em conta os direitos dos animais também. Ambos não estão sendo respeitados.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sei a distinção e não sou a favor do termo "bem-estaristas", prefiro usar o termo REDUÇÃO DE DANOS, pois, não pode haver bem-estar para um animal cujo futuro é a morte. Sou a favor de ambas as correntes, desde que se empregue o termo redução de danos, ao invés de bem-estarismo.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Faz, sim, pois, dentro de sua evolução, está fazendo algo para ajudar os animais.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Sim.

O que é um animal para você?

Um ser senciente que merece ser respeitado como tal.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

Se este sofrimento for causado pelo homem, acho que é uma amostra da ignorância humana. Se for o sofrimento natural o qual ocorre entre os animais, ou seja, que não é causado pelo homem, então, creio que faça parte do processo de evolução deles, uma vez que tudo está em permanente progresso.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todo ser vivo deve ser protegido: desde as formigas até os seres humanos.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Gary Yourofsky – sou fã dele. Se eu pertencesse a um planeta onde, por exemplo, os robôs comessem seres humanos, se houvesse um robô com a consciência e o ativismo do Gary, com certeza, ele iria salvar muitos humanos.

MAURICIO

Qual sua profissão?

Militar

Qual sua idade?

37

Que região da cidade você mora?

Moro em Brasília-DF

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Sim.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sempre.

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Sim. No caso de nossa “filial” regional da SVB (SVB Brasília), os encontros são na residência do representante do grupo.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Sim.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG? Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

De 5 a 6 dias por semana. Temos algumas atividades extras, porém, como o grupo local (núcleo de Brasília) ainda é recente, não há ainda um local específico no qual vamos com frequência.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Não.

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

As questões animais são importantes, mas não podem ser exclusivas. Assim, o candidato precisa defender as demandas sociais gerais, mas também incluir as questões animais.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Favorável! Uma boa parcela dos direitos humanos não é respeitada, ao menos parcialmente.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sim. Sou abolicionista, mas, como a atual condição de evolução moral de nossa sociedade torna pouco realista o abolicionismo em alguns setores da sociedade, ao menos no curto prazo, sou também a favor de políticas bem-estaristas nesses setores. Se, por exemplo, não podemos acabar, no curto prazo, com o consumo de carne de porco, conseguir condições menos sacrificantes para os animais, como o fim das baias de gestação, é melhor do que deixar tudo como está (mas as ações abolicionistas devem seguir em paralelo, sem serem interrompidas).

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Certamente! São pessoas que, em sua maioria, vive imersa na mesma crise de percepção em que nossa sociedade se encontra (são pessoas dotadas de uma ética míope, que não “enxergam” a incoerência de mobilizarem-se para salvar um animal enquanto matam muitos outros para satisfação do paladar). Apesar disso, é inegável que fazem parte da proteção animal, mesmo que parcialmente, pois o trabalho dessas pessoas no resgate de animais é importantíssimo, é eficaz e já é um passo em direção a uma ética mais ampla e nobre.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Sim.

O que é um animal para você?

Qualquer ser que não pertença aos demais reinos da natureza. Ou, de maneira mais prática, qualquer ser que esboce sentimentos, emoções, reação de fuga (isso inclui insetos e outros animais menos complexos), etc...

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

É inevitável e natural, assim como o sofrimento humano também o é, mesmo no mundo moderno (pessoas sofrem por dor ao se ferirem, sofrem emocionalmente ao terem suas necessidades não atendidas, sofrem por amor, etc). Isso, obviamente, é diferente do sofrimento imposto aos animais pelos seres humanos.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Desde que haja senciência, ou indício dela, a proteção deve existir, dentro do que é possível e praticável (não seria praticável caminhar na grama examinando minuciosamente cada centímetro quadrado para que não pisássemos em uma formiga), sem estabelecimento de um limite fixo (até porque, alguns seres humanos, em situações extraordinárias, correriam o risco de cruzar esse limite).

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim. Animais não são seres humanos. Há diversos exemplos documentados de substâncias que se mostraram seguras em animais, mas foram catastróficas quando aplicadas em humanos. Segundo o Comitê de Médicos por uma Medicina Responsável, a maior parte das drogas aprovadas para humanos, após testes em animais, falharam ou trouxeram efeitos não detectados nos animais. Temos tecnologias mais adequadas para testes. E se não as tivéssemos, isso não justificaria impormos sofrimento aos animais (como nos sentiríamos se uma raça mais avançada nos usasse como cobaias?).

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Marly Winckler, Nina Rosa Jacob, Melanie Joy, Ricardo Laurino, entre outros.

SOUZA

Qual sua profissão?

Técnico industrial em instrumentação

Qual sua idade?

37

Que região da cidade você mora?

Moro no RJ em Copacabana

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Já socorri dois gatos que estavam abandonados sendo que um deles estava com seu reto todo para fora, onde tivemos que leva-lo na Suipa (Sociedade União Internacional Protetora dos Animais) para operar e depois correr atrás de alguém para adotá-los.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sim

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Geralmente fazemos reuniões na parte de trás do Museu do Catete.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Todos pelo nome, embora tenhamos muitos ativistas no grupo, apenas poucos saem as ruas comigo pela causa.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

Todo dia

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Meu grupo de ativismo estará fazendo um ano daí a uma semana, vamos nos juntar com um grupo que está fazendo um picnic vegano no fundão.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Meu pai sempre me parabeniza pelo meu grande trabalho como ativista.

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Se defende a causa animal.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Sim, mas acho que no mundo em que nos encontramos as pessoas não estão nem aí muito para isso.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sim, eu me encontro como ativista abolicionista. Todo animal de grande porte que resgatamos de um lugar fechado levamos a um santuário de confiança onde esse animal possa viver livremente e feliz.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim, por exemplo, fui numa audiência do direito dos animais e poder judiciário e a maioria das pessoas que estavam ali como deputados, veterinários, promotores, juízes, policiais comem carne, mas salvam e lutam por todos os animais.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Sim, sempre é bom ajudar outros grupos de ativismo.

O que é um animal para você?

Um irmão, um ser senciente que merece todo meu respeito, amor, compreensão.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

A culpa é do homem que mesmo, eles em seu habitat estão sofrendo bastante por causa das mudanças climáticas devido à destruição que o homem está causando no planeta.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos, sem exceção de nenhum.

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim, pois esses remédios ou qualquer coisa que foi testado num animal faz esse animal sofrer bastante e depois a morte dele.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Tenho muitos amigos da causa de outros grupos que tiro meu chapéu um deles seria o Alta Almeida, Paulo Santana, Raphael Silva, são muitos.

LINEA

Qual sua profissão?

Jovem aprendiz e vendedora (dois)

Qual sua idade?

19

Que região da cidade você mora?

Região metropolitana.

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Sim! Todos os bichinhos que eu já tive foram nessas condições.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sim. Não compro de marcas que testam em animais.

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Possui, mas eu nunca tive a oportunidade de participar.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Sim.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

Infelizmente não costumo participar presencialmente, pois trabalho em dois locais e estudo.

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Sim, já tivemos alguns eventos como café da manhã, etc.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Não.

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Ambos.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Sim! Infelizmente não estão sendo respeitados.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sim. Me vejo sempre em defesa do abolicionismo.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim, de certa forma sim.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Não.

O que é um animal para você?

Seres não-humanos (mesmo que possuam as características que chamamos de humanas).

O que acha do sofrimento dos animais na natureza? Na natureza? Sem intervenção humana?

Não vejo problemas, acredito (?)

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos possuem papel biológico na natureza (exceto baratas, por fobia)

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Infelizmente não tenho muito acesso.

ANDRESSA

Qual sua profissão?

Nutricionista

Qual sua idade?

37

Que região da cidade você mora?

Urbana (Salvador-Bahia)

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Não, pois nunca me deparei com tal situação.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sim.

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Sim, praças.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Sim

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

Um dia.

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Não.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Sim.

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Se defende questões animais.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Não. Não!

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sim. Sim, na bem-estarista.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim, de uma forma seletiva, mas faz.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Não.

O que é um animal para você?

Um ser puro e indefeso repleto de amor.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

Inaceitável. Eles também merecem ter sua dignidade preservada.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos os animais. Pra mim, não existe limite de senciência. Todos os animais nascem destinados a florar amor, inteligência, medo, dor.

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Paul McCartney.

PEDRO

Qual sua profissão?

Servidor público federal.

Qual sua idade?

42 anos.

Que região da cidade você mora?

Joinville – SC.

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Sim.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sim.

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

IFSC – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Campus Joinville.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Sim.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

As reuniões são mensais. Temos atividades esporádicas e administrativas, mínimo três dias por semana.

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Não temos. Alguns membros se encontram em atividades culturais e saem juntos. Não são atividades da ONG. Sim. Algumas pessoas têm um laço de amizade forte, além da ONG. E a ONG também é um espaço de identidade.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Já aconteceu muito. Eu não tenho conserto. De fato, isso toma um tempo que poderia ser utilizado para mais envolvimento com o meu filho. Otimizo meu tempo as vezes com trabalho noturno, dedicado a ONG.

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Considero o partido e o candidato que melhor me representa naquele partido. Nas últimas eleições votei apenas nos candidatos do PSOL.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Sim. Deveríamos avançar em respeito aos Direitos Constitucionais, com aplicação e acesso para todas as pessoas e os Direitos Humanos serem tratados com obviedade, reiterados sempre que for necessário. Vivemos um estado de exceção cerceado de mafiosos interesses financeiros legitimados por uma parcela débil da população. Os direitos são fatiados individualmente em detrimento dos direitos coletivos que não são devidamente efetivados nas várias esferas.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Acredito que não dá para dizermos que um(a) vegano(a) não possa defender uma ação bem-estarista. A nossa sociedade não é vegana e é massivamente não-vegana e não-abolicionista. Eu quero que seja cada vez mais dificultada a produção da indústria animal, que o aumento na qualidade de seu produto animal faça com que eles produzam menos com os mesmos recursos e que haja consequente aumento de preço. Mais pessoas poderiam se inclinar para uma alimentação saudável sem carne e ajudaria a desmistificar a sua necessidade no cardápio, quem sabe a realização de uma mudança cultural para as pessoas em transição para o veganismo. Aumento de serviços e produtos veganos, mais conexão com o a natureza dos alimentos e meio ambiente sustentável. Em relação ao abolicionismo, sou contra qualquer posse sobre os animais e qualquer tipo de domesticação e animais de estimação. Mas devemos cuidar daqueles que degradamos e corrompemos a sua natureza. Devemos nos atentar aos casos específicos em uma sociedade não-vegana e especista.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Sim.

O que é um animal para você?

Um ser com sistema nervoso.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

Deveríamos resgatar a natureza de sua devastação e dar melhores condições ao habitat dos animais.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos os animais, insetos e moluscos.

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Em uma sociedade não-vegana, em hospitais não-veganos, em laboratórios não veganos. Quando e onde não se tem alternativa. Não.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Ninguém em especial, aprendemos com diversas pessoas.

LEDA

Qual sua profissão?

Jornalista

Qual sua idade?

38 anos

Que região da cidade você mora?

Moro em Natal, Rio Grande do Norte.

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Sim

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sim, o máximo que posso, pois tem produtos que fogem a esse controle (como meios de transporte).

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Sim, a sede de uma empresa vegana.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Nem todos, o núcleo foi criado há menos de um mês, ainda estamos em fase de implantação.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

Como falei, ainda estamos no início, mas, diariamente trocamos informações e ideias pelos whats e temos tido reuniões quase todas as semanas.

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Ainda não tivemos tempo para isso, mas está nos planos termos atividades de interação e confraternização entre os integrantes.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Não

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Eu me importo com as duas questões e geralmente quem defende os animais tem uma postura de luta social, mais ligada à esquerda, com quem me identifico.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Totalmente favorável, sem isso, vamos viver na selvageria. Acredito que não há respeito aos DH no país, principalmente pelo tratamento diferenciado dado a bandidos de “crimes comuns” e a bandidos de “colarinho branco” (estes são poupados e têm regalias, não apanham, não são humilhados).

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sei. Eu sou abolicionista, mas vejo o bem-estarismo como um passo necessário para a libertação animal. Eu quero os animais livres, mas se hoje não é possível, que tenham uma vida mais digna. Se conseguirmos jaulas maiores hoje, a luta continua amanhã, para que não haja jaulas e para que não haja exploração e morte, no final.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Faz parte da proteção especista.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Sim

O que é um animal para você?

Um ser inocente, puro e que merece ter a autonomia como nós, os animais humanos temos de vivermos, constituirmos família e sermos livres.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

Se você considera natureza como florestas, cerrado e biomas diversos, considero normal, estão inseridos no meio no qual vale a lei da sobrevivência, sem a intervenção danosa do homem.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos os animais, sem distinção.

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Carol Adams, o músico Moby.

KARINA

(Karina Somaggio, liderança da ONG Santuário dos Bichos)

Qual sua profissão?

Ativista e relações Públicas

Que região da cidade você mora?

Zona Sul – Jabaquara

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Sim

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sim

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Todas as reuniões são no próprio Santuário e as reuniões marcadas via aplicativo

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Sim

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG?

Todos os dias

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Não. Oi querida. Boa noite. A ONG nos faz amigos, e companheiros de luta para a causa. Mas lutamos pelos animais da ONG e não pela instituição. Porque se a instituição deixar de existir e tiver somente os animais, continuaremos a lutar. A amizade vai se fortificando em ações voltadas para a causa. Mesmo porque o espaço físico da ONG é longe e nem todos têm carros. Isso inviabiliza ter a sede da ONG como espaço de convivência

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Reclamavam, mas hoje entendem que é o que me faz feliz e do meu compromisso firmado como Sacerdotisa de Gaia.

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Levo em conta se realmente o candidato é engajado na defesa dos animais que em nossa opinião, hoje, não existe NENHUM representante da causa. Por isso, estou organizando um grande movimento para que possamos eleger no mínimo 10 ativistas da causa nas próximas eleições gerais.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Quando lutamos por direitos dos animais, lutamos por direitos humanos. Não, os direitos humanos não estão sendo respeitados em nosso país, precisamos trabalhar muito para que essa realidade mude.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sim sei, sou totalmente Abolicionista, mas tenho consciência que para tal abolição o bem estarismo é um dos caminhos para a libertação dos animais não humanos.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim faz parte, mas é especista, posicionamento que não apoiamos.

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Sim, já.

O que é um animal para você?

Animal é um ser senciente e tem o direito a uma vida digna e respeitosa, sem exploração.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

Os animais da Natureza atendem seus propósitos e quando não há intervenção humana, não há sofrimento.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos os animais devem ser protegidos e se partirmos do principio de que eles são seres providos de alma, não existe limite para a senciência, tem o mesmo direito que qualquer humano.

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim, acho

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Paul Watson e Garry Yourofsky

MIRELA

Qual sua profissão?

Advogada

Qual sua idade?

29

Que região da cidade você mora?

Costa Azul

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Não

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Não

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Não

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Alguns

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG? Sempre que requisitada, dentro de minha disponibilidade.

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Não

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Às vezes

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Postura social e ideológica

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Sim, porém não integralmente

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Não

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Não

O que é um animal para você?

Ser vivo, assim como o humano.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

Denota situação de fragilidade a qual devemos nos atentar e proteger, sobretudo defendendo as suas vidas.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

Todos, sem distinção.

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Acredito que a indústria farmacológica precisa avançar em tais testes, levando em consideração que o direito à vida do animal seja resguardado, até que não haja a necessidade de que a vida humana (ou doença a ser tratada ou curada) se sobreponha.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Sim

LEONARDO

Qual sua profissão?

Bancário.

Qual sua idade?

73 anos.

Que região da cidade você mora?

Região central de Juiz de Fora (São Mateus).

Você já socorreu cães ou gatos em situação de maus tratos ou abandonados?

Não.

Você boicota produtos de origem animal ou que tenham sido testados neles?

Sempre que possível.

A sua ONG possui algum local de encontro entre os membros e que vocês já tenham familiaridade? Quais são esses locais?

Sou voluntário da SVB e fazemos reuniões no Emporium Vida.

Os ativistas da sua ONG se conhecem pelo nome?

Sim, mas sou novo no movimento e, por isso, ainda estou me familiarizando com as pessoas.

Quantos dias da semana, em média, você participa de atividades da ONG? *Uma vez por semana, às vezes, menos.*

Tem atividades extras da ONG, como comemoração de aniversário, tomar chopinho, presentear alguém, amigo secreto? Há algum lugar que vocês vão sempre? Onde?

Não, porém, participo desse tipo de atividade com colegas que não são da ONG.

Sua família reclama por ter atividade voluntária?

Não!

O que você leva em conta na hora de votar, se o candidato defende questões animais ou demandas sociais gerais, principalmente os candidatos a deputado federal, estadual e vereador?

Levo em conta tudo, sobretudo a questão animal.

Você é favorável aos Direitos Humanos? Eles estão sendo respeitados no Brasil atualmente?

Os direitos humanos tiveram seu sentido desviado a partir do momento que se politizaram.

Você sabe a distinção entre abolicionistas e bem-estaristas? Se sim, se vê em alguma das correntes citadas?

Sou contra o termo bem-estarismo, sempre que posso participo de atividades.

Você acha que quem não é vegetariano/vegano, mas resgata animais, faz parte da proteção animal?

Sim!

Você já participou da manifestação de outra ONG, mesmo não sendo integrante?

Não!

O que é um animal para você?

Um ser senciente que merece respeito.

O que acha do sofrimento dos animais na natureza?

O sofrimento do animal em sua vida na natureza, para mim, é normal. Entretanto, repudio, veementemente, as dores provocadas pelo ser humano.

Quais animais devem ser protegidos, ou, qual o limite da senciência para você?

O nível de senciência ainda está sendo estudado de acordo com a espécie. Os animais, sim, devem ser protegidos pelo predador humano!

Você acha contraditório utilizar remédios que tenham sido testados em animais?

Sim, acho contraditório. Mas é uma questão muito controversa.

Tem algum intelectual/filósofo ou personalidade do exterior ou brasileiro que trabalha com a questão animal que você admira?

Marly Winckler e Dr. Eric Slywitch.